

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Vol. 23/24

1957/58
biblioteca

UNIVERSIDADE
DE AVEIRO

SERVIÇOS DE
DOCUMENTAÇÃO

VOLUME XXIII

AVEIRO

1957

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICIU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICIU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PRIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

bibRIA

O MONUMENTO DE AVEIRO AO DR. JAIME DE MAGALHÃES LIMA

A proposta apresentada em sessão da Câmara Municipal em 1950 pelo então vereador Dr. Francisco de Assis Ferreira da Maia, professor do Liceu de Aveiro, da erecção de um monumento ao Dr. Jaime de Magalhães Lima (1859-1936), que largamente justificou, teve o seu epílogo no dia 24 de Fevereiro de 1957 com a inauguração do belo monumento que se admira no jardim público e cuja concepção se deve ao Dr. David Cristo.

Foram os seguintes os números da consagração nesse dia feita à memória do ilustre e saudoso Aveirense:

As 14 horas e meia, cortejo cívico, que, partindo da Praça da República, se dirigiu ao jardim público. Nele se incorporaram, com as Bandas Aveirense e Amizade, todas as colectividades de recreio e desporto, ranchos folclóricos de Esgueira e Vera-Cruz e Academia do Liceu, com os seus estandartes; autoridades e muito povo.

A seguir, procedeu-se à inauguração do monumento. Ali, em presença de muitas pessoas da Família do Dr. Jaime Lima, e de numerosíssimo público, falou, em primeiro lugar, o Presidente da Câmara (Dr. Alvaro Sampaio), que assim terminou as suas considerações:

«Fica aqui neste Jardim, entre arbustos, árvores e flores, à guarda do povo desta terra que ele tanto amava, exposto às gerações vindouras, o monumento que vamos inaugurar. Paga-se assim uma dívida de gratidão ao eminente escritor, exemplo acabado de virtudes cívicas e cristãs; enriquece-se a cidade com mais uma obra de arte; e fica a atestar que, nesta época de materialismo, há ainda quem preste culto aos valores morais e espirituais.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Com esta consagração à memória do Dr. Jaime de Magalhães Lima, a Câmara de Aveiro dá por saldadas as dívidas de gratidão que estavam em aberto para com os seus maiores. Honra a Aveiro!»

Cortada pelo Governador Civil, Dr. Francisco do Vale Guimarães, a fita simbólica que do monumento separava o público, foi descerrada pelo bisneto do homenageado (Carlos Luís de Lima Amaral Osório), ao som do hino da Cidade tocado pelas bandas de música, a efigie do grande escritor e pensador, obra notável do Dr. David Cristo, que encima o monumento.

A seguir, falaram o Dr. Querubim do Vale Guimarães, em nome da Família do Dr. Jaime Lima, e ainda Carlos Luís de Lima Amaral Osório.

As 17 horas e meia, realizou-se no salão nobre dos Paços do Concelho uma sessão solene, presidida pelo Governador Civil, na qual usaram da palavra, além do Presidente da Câmara e do Doutor Fernando Magano, o Dr. Francisco de Assis Ferreira da Maia, professor de História e Geografia do Liceu de Aveiro.

Publicando neste número a conferência do Dr. Assis Maia, assim iniciamos a homenagem que pretendemos prestar neste volume ao ínclito Aveirense que no início da nossa jornada em prol de Aveiro e do Distrito, nesse já afastado ano de 1935, nos deu a sua preciosa colaboração e nos afirmou o seu entusiasmo pela iniciativa.

JOSE TAVARES

JAIME DE MAGALHÃES LIMA (1)

QUANDO o Sr. Dr. Álvaro Sampaio, ilustre Presidente da Câmara, me dirigiu o convite, que, muito penhorado, agradeço, de vir aqui evocar a tão simpática figura de Aveirense ilustre—o prosador-poeta, JAIME DE MAGALHÃES LIMA, que «esplêndidamente engrandeceu» a nossa querida Terra, a Terra onde nasceu e viveu, rodeado da simpatia e veneração que sempre Aveiro tributou aos que se distinguem pela virtude e pelo talento, julguei do meu dever pôr a falar, principalmente, o próprio pensador. Pois quem o faria melhor?

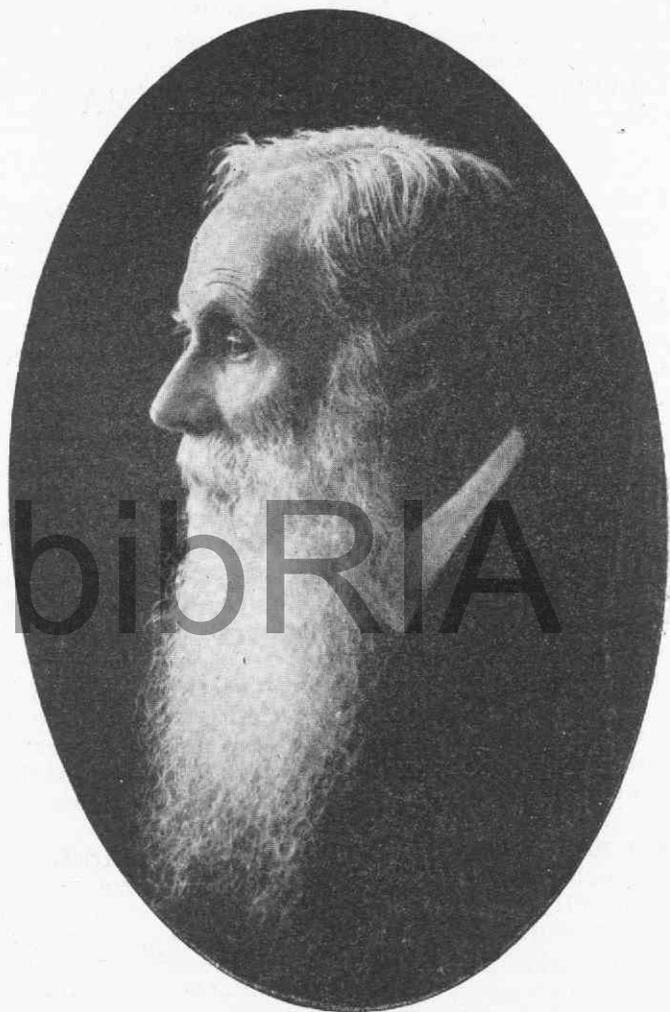
Falta só a sua figura imponente, de longas barbas à Tolstói, imaculadamente brancas, sempre religiosamente tratadas, o brilho do seu olhar penetrante e bondoso, o calor do coração que amorosamente confiou, aos contemporâneos e à posteridade, palavras que, pela beleza do seu estilo original, dignas de antologia, tanta admiração causaram e causam ainda.

Devotado admirador, não receio sacrificar as exigências didáticas da minha exposição ao fulgor resplendente da sincera espontaneidade de quem podia figurar à frente dos discípulos de S.^o AGOSTINHO, o famoso autor das *Confissões*, espelho puro da modéstia e da humildade. Ouçamos, pois, JAIME LIMA:

«Pelo meu passado na vida pública, por tradições de família e pelas minhas convicções em matéria de ordem social (...), atrevo-me a supor que nem por vindo por mais próxima e imediatamente da burguesia proprietária e capi-

(1) Acedendo, e muito gostosamente, ao penhorante convite que lhe foi dirigido pelos ilustres Directores desta revista — Dr. José Tavares, seu querido Mestre, e Dr. Ferreira Neves, prezados Colegas e velhos amigos — e que, reconhecido, publicamente agradece, muito grato é ao autor da proposta apresentada na Câmara Municipal de Aveiro, de que resultou o monumento a JAIME DE MAGALHÃES LIMA, inaugurado, no jardim público, em 24 de Fevereiro de 1957, com a publicação do despretensioso trabalho que teve a honra de ler na sessão solene realizada naquela data, no respectivo salão nobre, não só corresponder aos desejos que lhe manifestaram aveirenses de categoria e amigos, mas, e principalmente, prestar mais uma sensível homenagem à memória do egrégio escritor aveirense.

talista eu me esqueci da burguesia industrial que na minha família a precedeu e me apartei de tal modo dos trabalhadores, tão violentamente estrangulei as afinidades que com o



Dr. Jaime de Magalhães Lima
(1859-1936)

seu labor e o seu sentir e pensar pudesse ter, que seja onde for, haja de me julgar distante e estranho na sua casa (...).»
«Certo é que em trinta anos de vida pública (...) — não me pesa de nem um só instante haver desqualificado na

minha estima ou nos meus actos os trabalhadores e as suas classes; e até mesmo que me lembre, nunca nas minhas melhores inclinações, deixei de lhes admirar e louvar a austeridade da sua faina e a robustez com que a cumpriram.

Até onde a minha mesquinha actividade de homem de letras mo facultava, foi com absoluta simpatia e com o constante desvelo que na exiguidade das minhas forças cabia, que contemplei e considerei as suas aspirações e lhes consagrei os cuidados e a afeição que a minha debilidade alcançava.

Porventura vim ao mundo trazendo no sangue essa afeição. Foi uma herança inalienável, um sinal indelével, que se imprimiu na carne; não dependeria da minha livre vontade aceitar ou repudiar o legado; era um modo de ser natural, imprescindível. Os meus antepassados, até onde os conheço, foram de geração em geração, seguidamente, filhos da oficina. Na oficina e pelo seu braço e pelo trabalho das suas mãos — ganharam o pão, e aqueceram o lar, e embalaram o berço (...)» (1)

Quem não se comoverá com tão nobre confissão?

Estou a vê-lo alto, magro, de andar enérgico, pisando o chão a passos largos, com a majestade de todo o homem austero e a simplicidade no vestir e no falar, que tanto impressionaram a minha alma infantil.

De menino e moço o conheci leal e firme na amizade que «o uniu» ao meu «bom Pai» e que «prolongou fielmente na estima afectuosa que ao seu digno filho consagro», — como se lê na desvanecedora dedicatória do seu último livro (2),

(1) J. LIMA, *A arte de repousar* (...), 1926 (Discurso), pág. 8 e segs.

(2) :

Do Senhor Doutor Francisco de Assis
Ferreira da Maia

em memória da amizade que me uniu a seu bom pai
e prolongando-a fielmente na estima afectuosa que ao seu
digno filho consagro, ofereço estas descobertas folhas nas
quais eu quereria que entre a pobreza de arte que as em-
palidece se sentisse e os alumiasse "o amor das nossas
coisas" que tremulamente as traçou.

St^a de S. Francisco
1 = II = 1934.

Jaime de Magalhães Lima

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

a que a honra e a gratidão impuseram lugar distinto, ao lado do retrato por ele oferecido ao meu saudoso Pai, há cinquenta e um anos.

Quem o não conhecesse, julgá-lo-ia «de origem aristocrática, pelos gestos, pelo porte, de grande dignidade; a sua modéstia e a sua cordialidade tornavam-no comunicativo».

De inconfundível lhaneza no trato com todos, ricos ou poderosos, trabalhadores, pobres ou humildes, curvava-se — como eu vi... e senti —, para afagar e beijar as crianças filhas do povo, falando com afabilidade, irradiando sempre simpatia.

Lição magnífica, a juntar a tantas que, na sua longa vida, nos deixou em herança.

No vol. I das *Memórias* de seu irmão, Dr. SEBASTIÃO LIMA, vem publicada a biografia que dele traçou TEÓFILO BRAGA, de que transcrevo alguns passos:

«... É fácil tirar um escorço animado da sua individualidade tão complexa pelo temperamento proselitico, pelo carácter intemerato, pela sentimentalidade que o determina, pelo fundo da imensa bondade em que equilibra a sua acção sugestiva. Todas estas qualidades que o põem em destaque estão incluídas nestes elementos biográficos: seu pai, Sebastião de Carvalho Lima, pelo seu trabalho perseverante e honrado, obteve os seus meios de fortuna no Rio de Janeiro, onde casou com D. Leocádia Rodrigues Pinto de Magalhães. Aí nasceu o nosso batalhador em 30-5-1850, vindo em 1855 para Aveiro, quando seu pai regressou de vez à Pátria... (1)

«Do Rio de Janeiro — diz SEBASTIÃO LIMA — fui directamente para Eixo, linda vila a nove quilómetros de Aveiro, onde meus avós tinham o seu solar». E acrescenta: «Meu Pai comprara o Convento do Carmo, onde edificou uma bela casa que depois fomos habitar» (2).

E continua: «Ali aprendi as primeiras letras com o nosso capelão, o Padre José Joaquim Ferreira Tavares, que me ensinou a ler e a escrever, empregando para isso uma doçura verdadeiramente evangélica. As lições para mim constituíam mais um motivo de prazer do que de constrangimento. Esperava-as com ansiedade como se fôsem horas de recreio».

Quando li isto, logo exclamei: Que pena não ser sempre assim!

(1) SEBASTIÃO DE M. LIMA, *Episódios da minha vida — Memórias documentadas*, vol. I.º, pág. 67.

(2) Felizmente, esta casa ainda existe, perto do Quartel de Cav. n.º 5, e nela nasceu — há quase um século, em 15-x-1859 — o Dr. Jaime Lima. Bem merecia uma lápide — já, ou na data do centenário...

O MONUMENTO AO DR. JAIME LIMA

JAIME LIMA, por não ter tido ensino individual (estudou no Colégio de Louzada), não poderia falar assim das lições



de primeiras letras; mas, certamente, perfiliaria estas palavras do Dr. SEBASTIÃO LIMA:

«As primeiras carfícias, recebi-as de minha extremosa Mãe, que adorei. Foi ela que educou a minha alma na infân-

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

cia, moldando-a à sua imagem e semelhança como se fora cera» (1). Já Napoleão dizia: «o berço é o homem».

Como seu irmão, frequentou a Universidade de Coimbra, onde, entre outros, encontrou OLIVEIRA MARTINS, ANTERO DO QUENTAL, RAMALHO ORTIGÃO, «companheiros com quem — ele o confessa — «despreocupadamente andei junto, alguns dos quais me honraram com a sua estima» (2), especialmente ANTERO, «generoso Mestre e amigo», cuja amizade diz JAIME LIMA — «foi na minha vida um sacramento» (3).

A pena e a enxada foram sempre as armas dos grandes trabalhadores.

Com a pena, entrou o Dr. JAIME LIMA — o pensador, o romancista, o conferencista, o publicista de inúmeros trabalhos esparsos pelas revistas e pelos jornais, na galeria dos grandes criadores de beleza.

Concluída a formatura em Direito, aos vinte e um anos (4), logo seis anos depois — 1886 —, publicava o seu primeiro livro — «Estudos sobre a Literatura Contemporânea», com o pensamento, como se lê na *Advertência*, de «ajudar os que pisam a mesma estrada e aplanar o caminho aos que vierem mais tarde» (5).

De então até o aparecimento do seu último livro — «O Amor das nossas coisas...», em 1933, foram quase cinquenta anos de actividade literária, — meio século de apostolado, uma vida!

Dele se pode dizer que, como «todo o bom literato, morreu com a pena entre os dedos».

Há quem entenda que «estudar um escritor, sem ter em linha de conta o lugar da sua origem, é fazer dele um ser abstracto que só na aparência se assemelha com o que verdadeiramente foi».

Ocorrem-me, neste momento, vagas reminiscências de antigas leituras, de discurso ou artigo, em que o eminente

(1) *Episódios...*, (vol. cit., pág. 83 — 2.ª ed.) — de S. LIMA.

(2) J. LIMA, *O amor das nossas coisas...*, pág. 3.

(3) Idem, idem, págs. 185 e 191.

(4) Idem, *Elogio do Dr. Edmundo M. Machado*, 1900, pág. 17.

(5) Idem, *Estudos sobre a Lit. Contemporânea*. Porto, 1886, pág. v.

jornalista e académico, Dr. AUGUSTO DE CASTRO, que deste cantinho humilde venho admirando desde os verdes anos, procurava explicar a grandeza oratória do imortal Aveirense JOSÉ ESTÊVÃO, por ter nascido e vivido aqui, nesta planície, situada entre o mar e a montanha.

Muito tempo antes — 1900 —, JAIME LIMA havia escrito: «Não me atreverei a dizer que José Estêvão ou Mendes Leite, tão puras glórias da democracia portuguesa, não teriam sido o que foram, se não tivessem nascido em Aveiro, mas quero crer que a privilegiada natureza física e social desta região tivesse na constituição do seu espírito uma influência poderosa.

Em primeiro lugar, a paisagem. É única em todo o País, é talvez excepcional na Europa. Tem as transparências cristalinas do céu do Mediterrâneo e conjuntamente a suavidade e a velada languidez duma primavera da Holanda ou dos recessos abrigados dos mares escandinavos. Tem a vastidão da estepe e os mimos e a frescura dos vales protegidos das montanhas. Suavidade e grandeza — suavidade na luz branda e na doçura do clima que, se exceptuarmos a época dos ventos do mar, desconhece todo o rigor e aspereza, ou seja dos gelos do inverno, ou das calmas do estio; grandeza na amplitude da planície, de um lado infinitamente aberta sobre o mar, do outro majestosamente cerrada pelas montanhas.» (1)

Sem querer embrenhar-me na discussão do problema, que a teoria do filósofo francês TAINE suscitou, das relações entre o ambiente e o escritor — está fora do meu propósito e excede a minha competência qualquer tentativa de crítica literária —, parece-me dever reconhecer-se, com o próprio filósofo, a existência de outros factores na génese do talento.

Seja como for, embora tivesse viajado muito — Espanha, França, Alemanha, Itália, etc. (2), chegou a ir ao coração da Rússia, «em peregrinação piedosa a aproximar-se (como confessou) do mais sublimado profeta do seu tempo, Tolstói...», «o apóstolo da Terra... que por bem servir a Deus trocara a espada que empunhou valoroso pela foice de ceifeiro, que o curvava até o chão, e rasgara o manto palatino que lhe cobria os ombros e fugia da corte que o glorificava para no silêncio árduo dos que revolvem a leiva envergar a blusa do cavador e voluntariamente se constituir servo da gleba, na sagrada comunhão da terra» (3), — seja como for, repito, o que não há dúvida é que foi JAIME LIMA um dos «raros escritores

(1) JAIME LIMA, *Elogio do Dr. Edmundo M. Machado*, p. g. 28.

(2) Idem, *A arte de repousar...*, pág. 11.

(3) Idem, idem, pág. 14.

que tiveram a felicidade de escrever as suas obras nos lugares onde lhes decorreram a infância e a adolescência», nesta paisagem singular, onde viu a luz, e onde ela «atinge», no dizer de RAÚL BRANDÃO, a «beleza suprema» (1).

Através de tantas páginas, que li e reli, sempre embevecido, não sei que mais admirar: — se as suas raras e distintas qualidades de artista, se o seu profundo sentimento de admiração pela natureza que Deus criou, ou o seu portentoso espírito de interpretação.

Diante da «majestade olímpica dos montes» (2), vê o «templo da força, da aspiração resignada e serena, peito exposto à ameaça, ao rigor, à crueldade do vento»; e «na campina e no mar a vastidão infinita, imagem de uma quietação sem limites, caindo sobre todas as ondas, prometendo a paz divina, sob o céu sem vento e sem nuvens e sobre a terra de que toda a aspereza desapareceu, para se converter na superfície unida e rasa das águas mansas» (3).

Na mocidade, preferiam os seus olhos a montanha: «os cruéis espíritos do fogo juvenil» faziam-no «adorar o vigor másculo, a energia constante, inflexível, a violência e o ímpeto dos fortes», revelados naquela arena, onde apenas os rochedos e os poderes do ar adverso combatem heróicamente, numa nudez atlética» (4).

Depois, — quanto podem as dores e pesares e (por que não?) as saudades da infância! —, passou a «amar a colina doce, o seu tranquilo abrigo dos casais, a paz e segurança que ela infunde às aldeias adormecidas a seus pés», recorrendo que «essas formas da terra sem vãos arrojados ou aspereza ingrata, a atmosfera quieta e repousada e a luz velada de nocturnos astros, unidas todas, cantam no crepúsculo suavíssimos coros de indulgência» (5).

Se a planície «que em horizontes sem fim amesquinha a forma e parece dissolver a criação na onda de uma luz que não tem sombras e se espraia serena em todo o orbe» «acusa o confundir de vozes num só coro, que é talvez o louvor da vastidão...» (6), o mar, «quando quebram na praia as ondas em calado outono, quantas vezes nos diz: Luta. Vigia... Bebe nas minhas águas a amargura, e ouve no meu bramir severa ameaça de infinita inclemência e eterna dor» (7).

(1) RAÚL BRANDÃO, *Os Pescadores*, pág. 89 (3.ª ed.).

(2) JAIME LIMA, *Via redentora*, pág. 181.

(3) Idem, *Vozes do meu lar*, pág. 138.

(4) Idem, *Via redentora*, pág. 262.

(5) Idem, idem, pág. 81.

(6) Idem, idem, pág. 111.

(7) Idem, idem, pág. 105.

O MONUMENTO AO DR. JAIME LIMA

Como o poeta (1), podia JAIME LIMA repetir:

«Mas eu entendo a vossa língua estranha,
Vozes do mar, do vento e da montanha,
Almas irmãs da minha, almas cativas...» (2).

E mais ainda: «na árvore, no rochedo, na flor e no rio,
— como ele disse — quantas vozes diferentes (...)» (3).

E ouve a voz das árvores:

— do *roble*, que não esconde o seu orgulho por ter vencido na luta com as «torrentes que tentaram em vão desprendê-lo dos rochedos» e por, «batido pelas ondas, gemendo quando o seu arranco o vergava, enquanto a fúria do vento respondia a cantar no velame, ter levado através dos mares o marinheiro, a salvamento, restituindo-o alegre e rico, ao lar piedoso»;

— dos *salgueiros*: quando, em «alegre doçura o bando ribeirinho expunha à aurora o peito branco, prateada armadura, confessando a vida casta, de pureza, à vida da transparência de águas límpidas, persistente e sujeito, dobrando ao vento e resistindo à corrente», sentiu «passar angélicos cantares da sua paciente caridade»; «em linhas apertadas, livra do vento os campos e favorece o pão tenro e mimoso; serve de esteio à trepadeira frágil... e, depois, retalhado, desfeito, tece o berço, o açafate, anima o lume, ergue a cabana» (4).

E, até, da leve cana:

«Que alma de resistente força e perene graça escolheu para abrigo a vergôntea frágil que à mais pequena aragem diz alto os seus queixumes e mal se prostra perante a cólera do vento sem piedade, logo solta em onda mansa a coma bela, se um momento de paz lhe sobrevém! (...)»

«E, enquanto a haste branda ora se humilha até beijar o chão, ora se ergue como a sorrir aos astros, ela canta, sem cessar, numa só voz, o profundo lamento da floresta e o murmúrio alegre das nascentes, que se precipitam ágeis sobre as rochas.»

«Os poetas correram a escutá-la» e «sonharam-lhe segredos... Ninfa, heroína, princesa, seja qual for o seu nome

(1) Roberto Mesquita — poeta açoriano.

(2) In-*Diário da Manhã*, jornal de 31-12-1953.

(3) JAIME LIMA, *Vozes do meu lar*, pág. 138.

(4) Idem, *Via redentora*, págs. 66 e segs. e 73-74.

— continua JAIME LIMA — uma alma de ternura fez morada na forma estranha que possui a constância e firmeza das raízes e, simultâneamente, ondeia e foge, impalpável, ligeira, quase nuvem. Assim a viram os que, deslumbrados pelo florir abundante, sentiram prateados cabelos formosíssimos na pluma resplendente que, ao abrir do outono, encima as lanças das legiões gentis do canavial.»⁽¹⁾

«Quem — como ele escreveu — teve a fortuna de viver rodeado de árvores», não podia esquecer o «manto com que na calma o protegiam», a sombra, «onde vagueia porventura uma alma criadora, caridosa, chamando em volta de si os tímidos e enfermos, os pobres e os fracos, para os libertar e proteger (...), salvando-os do combate com o Sol dardejante e o ar leve das alturas, que as aves afrontam sem medo.»⁽²⁾

Parando um instante na «jornada adiantada que nas veredas do mundo» ia seguindo, «repete-lhe» — ao pensador — a memória os conselhos que de tão diferentes vozes tinha ouvido» (...)

«Então, transpondo e confundindo o espaço, o tempo, as estações (...), junto — como se lê na Via redentora —⁽³⁾ numa vivíssima lembrança, presentes aos meus olhos, quantas flores na estrada vi luzir, quantas lâmpadas o Senhor nela acendeu para alumiar a aspereza ao peregrino e para lhe incensar o corpo, reanimando-o se acaso desfalece. Foram muitas (...). Todas cantaram hinos de louvor; e, amorosas, todas traziam paz e me entreabriam os venturosos reinos da glória.»

«Mas os bandos voavam bem ligeiros; e sentindo-os distantes, afastados, tentei escutar nas horas de repouso os ecos do seu canto, que pelo azul mais demoradamente se repetem.»

E «entre as filhas dilectas da pureza», suspeitou o pensador que «de tão cerradas multidões só a raras flores foi permitido exercer sobre as outras um poder, perpétuo, augusto, majestoso e grande; seriam umas as soberanas vitoriosas, as outras seguiriam submissas, servindo-lhes de auréola ou, mais singelamente, acompanhando-as num cortejo brilhante.

«Na graça todas prestaram culto ao roseiral»⁽⁴⁾. Já o TANNHAUSER legendário exclamava: «trará coroa de rosas todo aquele cujo coração arde em amor»⁽⁴⁾.

«Em ardor e doçura, triunfou entre irmãs a madressilva — a «eleita dos meus affectos», como ele escreveu —, a um

(1) J. LIMA. *Via redentora*, págs. 87 e segs.

(2) Idem, *Vozes do meu lar*, pág. 157.

(3) Idem, *Via redentora*, págs. 108 e 109.

(4) Idem, *Apóstolos da Terra*, pág. 153.

tempo ousada e dócil; ousada na abundância e no enleio das hastes vigorosas e tenazes que entre si crescem unidas em abraços, símbolo de um amor constante e firme; dócil para se sujeitar a todo o apoio e sem murchar sofrer a violência do vento seco que sopra do Oriente. Nenhuma mais que o cravo ainda manteve uma austera beleza no estio, sob a luz coruscante do Sol alto. A cilindra a ninguém cedeu a palma naquela suavidade onde retrata fragrante palidez da primavera, que tanto quer à sombra e à frescura como aos oiros da aurora e ao perpassar da brisa lenta, tépida e fecunda. E a violeta... Ó doce mensageira da humildade, como pudeste — pergunta o pensador —, lutuosa na cor e pequenina, a ras-tejar nas relvas e nos prados, ser mais que as companheiras? Que Deus generoso te atribuiu o domínio, somente por ergueres a voz para desferir o canto da pobreza conformada que nos prolongados meses do Inverno não cessas de louvar, ou se entenebreça o céu de tempestade ou nos conforte o Sol benigno e brando?!... (1)

Distingui ainda o alecrim, «cantando alegremente, pelos roxos clarins das suas hastes, e os junquinhos, «vertendo místicos perfumes das ânforas de âmbar, mensageiros da alegria, a cantar liberdade, e a prometer amores» (2).

Belas páginas consagrou também, além de outras, à açucena, a «flor dos pobres, a flor sagrada, que, pela primeira vez viu, em criança, no altar, aos pés da imagem de S. José com o Menino Jesus ao colo (...)» e nela «viu juntar-se num só perfume, candidez, beleza e caridade» (3);

— e «à flor escrava, à magnólia estranha, que, por desgraça da própria formosura, tão cobiçada foi que é prisioneira da febre de gozar e da avidez das almas sequiosas de deleite; e que, através do sofrer» (...) «soltará do seu cálice abundante a oração e o perfume que soltava na terra onde a aventura a foi buscar» (4) (...) e «pagou a crueldade com amor!..., porque, na sua aspiração, não conheceu outra lei além dessa de bondade»; (5)

— à «missionária e mártir», que foi esconder «na sua pobre cela», «semeando no cárcere a divina graça, ainda ao morrer»; e

— à que —, «colocada nas folhas de um livro, ali «morreu por amor». Mas a melhor página será talvez a que dedica à «flor cativa». Um dos muitos mensageiros que em silêncio revelam a este mundo o amor divino — talvez crianças

(1) J. LIMA, *Via redentora*, págs. 107 e segs.

(2) Idem, *Vozes do meu lar*, págs. 5 e 6.

(3) Idem, idem, págs. 69 e segs.

(4) *Índias de Colombo*, sobre o Atlântico.

(5) J. LIMA, *Apóstolos da Terra*, págs. 188 e 189.

em brincar singelo, talvez a ave obscura ou o arrojo do vento em seu delírio —, fez nascer a fragrante madressilva sob um antigo muro, retalhado de manchas e de feridas pelo repetir das estações severas. (...) «Era cortado o muro pelos portais que tinham no remate a cruz de Cristo» (...); e a madressilva, sonhando acaso também amor à cruz, tão longe se foi espriando que a abraçou, convertendo-a num feixe de flores». (...) «...Partilhando a triste sorte da muralha, ficou como ela a desfazer-se ao desamparo, ao Sol, à neve, ao frio, e ao rigor dos astros imperturbáveis no seu giro».

«Flores cativas, flores sequestradas do império duma natureza muda e cega, ou seja generosa ou crudelíssima! Flores semeadas pela mão dos homens e do seu cuidado dependentes; flores que recebeis da sua vontade, do seu affecto ou do seu desprendimento abundância, privações, frescor e sede, pujança, debilidade, verdura e palidez!»⁽¹⁾

«Flores escravas do coração humano e seus carinhos, aos quais trazeis confiada vida e morte! Não choreis — conclui o pensador — a companheira a quem foi dado, em sinal de indulgência ou confessando uma rara ventura, apertar na vergõntea a cruz da dor. Não choreis, não choreis uma tal sorte, que foi a sua e é também a vossa; atentai bem que a flor cativa é a mais amada, e o amor vale toda a liberdade.»⁽²⁾

Reconhecendo que o «preito dos homens foi para os grandes, para a árvore cuja magnificência nos protege, e para a flor de aromas capitosos que enlanguidece os sentidos ou os arrebata», não deixou o poeta de exaltar a epopeia das «ervas humilíssimas (as «ervas que calcamos...»), privadas da majestade e do perfume», elas «que vestem o chão, enchem com a sua fartura o úbere das ovelhas e, depois, juntando na corrente espumosa do Inverno os restos triturados, envolvidos na poeira dos rochedos, vão criar as ínsuas fundas da planície, onde a sua vida se renova em searas pujantes». E, lamentando a ingratidão, acrescenta: «Mas nem tamanho esforço e tão generoso lhes deu nome e glória e fama e culto, louvores de corações reconhecidos...». «Novos servos da gleba, essas ervas... combatem por amor. E o seu amor voa aos céus, sem atroar a terra com longínquos ecos, repetidos através das gerações».

Mas há mais. Ouçamo-lo ainda, que vale a pena:
«Respirando no ressumar das fadigas dos trabalhadores

(1) J. LIMA, *Via redentora*, págs. 267 e segs.

(2) *Idem*, *idem*, pág. 224.

um elixir de vida precioso e uma dedicação salutar» (1) e sabendo que o «Senhor condenou a inércia voluptuosa, venturas sem canseira, a glória sem dor, o fruto sem trabalho, o rosto enxuto e limpo do sagrado suor do mandamento» (2), sentia — ou não trouxesse o Evangelho no coração! — «as lutas hercúleas de todos os obreiros, entregues ao penar sem remissão, para manter acesos os seus lares, povoados de risos de crianças e ternuras de mãe inesgotáveis»; (3) sentia as lutas: —

— dos que vêm dos montes à planície trazer os macios velos do rebanho, o fruto suculento e doce, sazonado na várzea quieta, abrigada e fértil, ou os madeiros que abrigam e aquecem aqueles cuja sorte rigorosa foi o labor nas praias inclementes, batidas da chuva e varridas pelo vento; (4)

— e a faina dos «pescadores que vão para a ria» — podia lá esquecer AVEIRO! — e dos «marnotos que vão para as salinas, levando, como única bagagem, a jarra da água, o cesto com o almoço e o gabão, deixando a casita onde se abriga o lar e o berço, e, a guardá-la, a companheira da sua vida, voltando à tarde a trazer-lhe generosos o pão que haviam ganho durante o dia, sujeitos aos azares da fortuna, aos perigos do mar e aos ardores de um abrasado estio» (5).

— e, também, do pescador desamparado, entregue pelo destino à crueldade caprichosa da onda estéril, que, «com voz comovida das recordações tenebrosas...» conta «as agônias da tormenta entre rugidos do mar, sobre as vagas, singrando heróicamente na visão da sepultura, negra companheira da jornada, aberta sempre a seu lado»; (6)

— e dos que «pulverizam a gleba endurecida, para que largamente a alentem e banhem o orvalho a névoa, a chuva, o Sol e as brisas quentes» (7)... e que «mourejando», com a «charrua, mais nobre que a espada» ou com a «enxada que inunda a seara de clarões de estrela», oferecem o «sacrifício inteiro do seu sangue ao labor gigantesco de criar, religião suprema do Universo» (8).

Espírito «exaltado na contemplação da infinita formosura da terra», obra de Deus, o poeta faz-nos parar, não só «para colher flores e curar feridas, as do corpo e as da alma, mas

(1) J. LIMA, *A arte de repousar...*, pág. 10.

(2) Idem, *Apóstolos da Terra*.

(3) Idem, *Via redentora*.

(4) Idem, Idem, pág. 210.

(5) Idem, *Transviado*, pág. 261.

(6) Idem, *Via redentora*, pág. 210.

(7) Idem, *Apóstolos da Terra*, págs. 62-64.

(8) Idem, *Via redentora*, pág. 122.

para «sentirmos o drama eterno e abençoado em que os homens sofrem, amam, mendigam, riem e choram; e sobretudo para erguermos o nosso canto de gratidão perene pelas esmolas que alegram e reanimam, pelas da terra fecunda e florida, e pelas do coração cuja bondade correu a partilhar a nossa dor» (1).

Entre as antífonas sagradas («sagradas» antífonas) que o fogo do seu amor levantou à beleza, nos seus primorosos livros — «Vozes do meu lar», «Apóstolos da Terra», «Via redentora», «Salmos do Prisioneiro», «Rogações de eremita», etc. —, eu não sei qual é, «neste incêndio, a chama mais alta».

Mas, não é tudo.

Tendo «frequentado terras estranhas» e encanecido no estudo, e tendo rasgado janelas para todos os lados do horizonte, interessou-se, o pensador, pelos mais diversos problemas — fomento, religião, política, arte, linguagem, educação, desportos, pelas «coisas comerciáveis e não comerciáveis» —, transmitindo-nos, em primorosas sínteses o resultado das suas cogitações, deixando-nos em herança grandes pensamentos.

A comprová-lo, aí está, também, o livro póstumo sobre S. Francisco de Assis, que, honrando a sua magistratura brilhante — digo-o desassombradamente, pois o venho acompanhando há mais de doze anos — e a Câmara da sua digna presidência, o Sr. Dr. SAMPAIO fez publicar recentemente.

Sendo toda a «literatura muito imprópriamente chamada — como ele diz — de imaginação, poesia, drama, romance, dos seus prazeres favoritos», (...) «não desprezava o conhecimento das coisas, a observação científica, a descoberta das leis da matéria e da vida fisiológica, a relação dos mundos que se movem no espaço», que «têm, além de utilidade e poesia, encantos mágicos, subtil e poderosa força de atracção». Mas entendia que «de todas as coisas cognoscíveis a mais vasta e cativante é certamente a alma humana» que «se revela nas relações dos homens com a natureza e entre si, essência e base do romance»... (2)

Talento privilegiado, possuindo, além do mais, apreciáveis dons de observação psicológica e de imaginação, cultivou também o Dr. JAIME LIMA este género literário — o romance —, que se lhe afigurava «espelho da vida», escrevendo «Transviado» (com expressiva dedicatória ao seu Amigo querido Luís de Magalhães, 1898), «Sonho de Per-

(1) J. LIMA, *Via redentora*, pág. 241.

(2) *Idem*, *Vozes do meu lar*, pág. 58.

O MONUMENTO AO DR. JAIME LIMA

feição» (1901), «Na Paz do Senhor» (1903) e «Reino da Saudade» (1904), — «companheiros preciosos (...), «instigando pelo conselho e pela visão» — como julgava ser função do romance — a «subirmos de contínuo a uma existência mais alta» (1).

Se «ensinar é — como se lê nas *Orações Fúnebres*, do Cônego CORREIA PINTO — viver para a luz, para a beleza e para a irradiação da verdade» (2), também aí JAIME LIMA subiu à altura dos grandes educadores, dos que nos ensinam a «procurar a felicidade e a grandeza nos bens do coração e do espírito».

Considerando «um dos melhores espíritos do Portugal Moderno e um dos seus mais notáveis escritores» (3), dele escreveu a pena autorizada de AGOSTINHO DE CAMPOS: «ilustre, assíduo e raro nas nossas Letras foi o pensador, o crítico, o místico, o esteta e o poeta que, revelando-se em tantos livros coalhados de ideias, espessos de meditação, alados de nobreza moral e mental, para sempre ficará na história da cultura nacional como exemplo de seriedade, sagacidade, subtilidade e profundidade» (4).

E a um crítico exigente, o Dr. ANTÓNIO SÉRGIO, que lhe deu os epítetos de «excelso escritor, «distinto ensaísta», e reconheceu a «finura penetrante do seu engenho», mereceu este elogio:

«Um livro do Sr. JAIME M. LIMA abre-se sempre com proveito, com agrado, com atenção e com simpatia.» (5)

E um livro — como já alguém notou — «é uma voz que se ouve, uma voz que nos fala (...), é uma alma, uma alma que nos prende» (6).

Lendo os livros do Dr. JAIME LIMA — e que grande prazer espiritual nos dá a sua leitura! — sentimo-nos num mundo estranho, de doce, estranha, etérea calma.

Para o grande escritor, «conhecer uma obra de arte é conhecer a alma que a criou, e que a criou para que ela se comunique à nossa alma».

Atrevo-me a supor que não exagero, afirmando se lhe ajustam perfeitamente as palavras com que se referiu a um escritor inglês célebre (ED. CARPENTER):

— «É grande, na verdade, esta dulcíssima obra; uma

(1) J. LIMA, *Vozes do meu lar*, pág. 62.

(2) Cônego CORREIA PINTO, *Orações Fúnebres*, pág. 449.

(3) *Dicionário LELLO*.

(4) *O Comércio do Porto*, citado por «Correio do Vouga», de 21-3-30.

(5) A. SÉRGIO, *Ensaíos*, tomo III, págs. 151 e segs.

(6) *Novidades* — Letras e Artes, de 9-9-50.

sua ve aureola de apóstolo resplandece sobre aquele que a consumou.» (1)

Se bem o compreendi, o Dr. JAIME LIMA ensinou-nos a amar a beleza, para amarmos o Bem.

E «se é nobre ser bom — disse um pensador — «muito mais nobre é ensinar a ser bom».

Mas, além das lições dos seus livros — de todos os seus escritos —, deixou-nos o exemplo magnífico da sua edificante vida. Mantendo uma linha de conduta irrepreensível até o fim, foi perfeito homem de bem, carácter nobre, quer como exemplaríssimo chefe de família, quer como homem público.

Arrastado para a política, mais por devoção cívica do que por ambição, as suas comprovadas e excepcionais qualidades intelectuais e morais levaram-no à Câmara, como deputado (em 1894, por Viana do Castelo, e em 1895, por Aveiro), tendo sido escolhido para relator de diversos projectos de lei importantes, tendo entrado em várias discussões com vultos notáveis da política de então, como Mariano de Carvalho e outros (2).

Desempenhou ainda as funções de Governador Civil do Distrito e de Presidente da Câmara Municipal.

Sempre com aprumo inexcedível — cheio de prestígio —, foi também, durante longos anos, Provedor da Santa Casa da Misericórdia e Director da Agência do Banco de Portugal, onde o seu bondosíssimo coração acudiu a muitas aflições e generosamente socorreu tantos infelizes que levavam vida amargurada. Quantas lágrimas enxugou esta grande alma! Não posso esquecer-me: eu vi, eu era criança...

Ao contrário de seu irmão, republicano e livre pensador — que mereceu a honra de figurar, num quadro de pintor (francês) célebre, entre os grandes Apóstolos da Paz —, JAIME LIMA era monárquico e católico. Mas a voz do sangue — e não entraria também nisto a educação? — fez que sempre se amassem como irmãos que eram.

Ramos do mesmo tronco, idealistas ambos e inimigos da violência, seguiram trilhos diferentes, combatendo porventura o mesmo combate — arrastados pelo mesmo sonho de bondade. Num ponto se encontravam: no extremoso

(1) *Rasto de Sonhos*.

(2) *Correio do Vouga*, de 14-3-1936.

amor à terra dos seus antepassados. E um e outro podiam, com verdade, afirmar:

«... sinto-me feliz por ter conservado as qualidades de honradez e de nobreza moral que herdei de meu Pai...» (1)

Enquanto o irmão, que fixou residência na capital (em 1875) «na ânsia de — como confessa nas suas Memórias, — travar relações com todas as grandes figuras mundiais, que me haviam seduzido a imaginação no tempo de estudante» (2), foi um vagamundo, «condenado às fadigas da vida errante», JAIME LIMA, entendendo que a «suprema felicidade estaria em vivermos quietos naquele ninho que a natureza nos destinou» (3), preferiu o «retiro místico para a sua alma de poeta e de cristão», passando os últimos anos de vida, na «sua bela quinta de Eixo, a que deu o nome do Poverello de Assis, «pequenino paraíso atapetado de verde» — como já se escreveu —, onde «eucaliptos de cem espécies (segundo opinião autorizada, a melhor colecção de toda a Europa) foram plantados, — na frase do desassombrado jornalista aveirense, JOÃO SARABANDO —, pela mão de um homem que possuía alma de cristal» (4).

Homenageado em 1909, por ocasião do seu quinquagésimo aniversário, pelos melhores valores da sua Terra, pôde ainda, ali, assistir (em 1934) à impressionante «romagem apoteótica que o povo de Aveiro e Eixo fez à sua Quinta de S. Francisco», aonde expressamente lhe foram também levar o testemunho da maior admiração e simpatia altas mentalidades do nosso País, à frente das quais me apraz apontar o meu velho Mestre da Universidade de Coimbra, Dr. JOAQUIM DE CARVALHO.

*
*
*

Quanto havia ainda a dizer deste grande espírito que, pensando que a «missão do homem na Terra é derramar em volta de si a luz e a paz» (5), revelou sempre, no dizer de um crítico, «bondade espontânea, simplicidade cativante, humildade apostólica!» (6)

E entendendo que a «vida não é só conta-corrente de valores económicos, mas também conta-corrente de valores

(1) SEBASTIÃO LIMA, *Episódios da minha vida — Memórias*, Vol. II, pág. 235.

(2) Idem, idem, vol. I, pág. 103.

(3) J. LIMA, *Vozes do meu lar*, pág. 188.

(4) «O Primeiro de Janeiro», artigo: *Campismo — O III Acampamento do Distrito de Aveiro*, de JOÃO SARABANDO.

(5) J. LIMA, *Na Paz do Senhor*, pág. 291.

(6) *Diário de Noticias*, citado pelo «Correio do Vouga» de 21-3-1936.

morais», ensinou-nos a «alimentar o fogo sagrado das tradições da nossa terra, o culto da sua beleza, hábitos de trabalho, vida de modéstia, bondade sã e moderada alegria» (1).

De nós, aveirenses, nunca se dirá, com verdade — assim o espero! — «que deixámos cair dos braços fracos o grande sonho do Mestre», do Dr. JAIME LIMA, que «foi — como já se afirmou — dos maiores de Portugal» e de quem o ilustre artista amador aveirense — e até por isso me felicito! —, o Dr. David Cristo, meu antigo e distinto aluno — que merece felicitações sinceras —, nos deu uma bela e sugestiva cabeça.

Para este preito comovido do meu espírito à memória de tão penetrante inteligência, de tão nobre carácter e de tão bondoso coração — ia a dizer... deste santo —, encontrei, felizmente, abertas de par em par as portas do tesouro, de valor inestimável, que a sua inteligência e a sua sensibilidade nos deixaram —, magnífico *jardim* de beleza perene, onde, devotadamente, fui colher as *flores*, com que formei o *ramo* da minha dupla gratidão, de humilde admirador e amigo.

No seu testamento — e eu não me cansarei de o divulgar — pedia o Dr. JAIME LIMA aos seus parentes e amigos: «Por minha morte não usem o mais pequeno sinal de luto, nem em si, nem em casa, e antes tudo e todos continuem como se eu vivo fosse e com eles estivesse contente. A morte não é pena, é uma glorificação na saudade». E conclui:

«Oxalá o merecesse daqueles que eu amei e me amaram e aos quais pelo seu amor lhes beijo as mãos».

Como fazia parte da grande família aveirense — e quem poderia esquecê-lo? —, ei-lo presente, junto de nós e para sempre, no «mundo da planície», — no seu dizer feliz, «paraíso de graça e luz e liberdade».

Disse.

FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA DA MAIA

(1) J. LIMA, *Vozes do meu lar*, pág. 238.

GENEALOGIAS DE FAMÍLIAS NOBRES AVEIRENSES

(Continuado do vol. XXII, pág. 274)

[TITULO]

OLIVEIRAS BARRETOS

- 1 D. Leonor de Oliv.^{ra} Barreto irmã de Gaspar Coelho Barreto do n.º 4 da Arv. 1.ª foi f.ª de outro Gaspar Coelho e de Margarida Netto senhoria das azenhas do Cojo. Cazou com Simão Pires de..... m.º na quinta da Varziella freg.ª do Prestimo tr.º de Aveyro f.º de.....
E delle teve
 - 1 D. Izabel de Oliv.^{ra} Barreto. Segue
 - 2 Roque de Oliveira Barreto foi cavalr.º fid.º e cazou com Ignez Rodrigues de..... de q.^m teve a
 - 1 Luiz de Oliv.^{ra} Barreto primo dir.^{to} de Matheus Frz de Oliv.^{ra} Barreto do n.º 3 infra s. g.
 - 2 D. Maria de Oliv.^{ra} Barreto m.º de An.^{to} Mas.^{cas} de Vas.^{cos} cidadão de Coimbra f.º de Luiz Nunes Mas.^{cas} da v.ª de Eiras de q.^m não teve f.º morreu a 9 de Julho de 1645 fez doação dos seus bens a Matheus Frz de Oliv.^{ra} Barreto no liv. das notas do tal anno de q̄ foi escrivaõ Balthazar Paes Coelho a fl. 43 vs.º
- 2 D. Izabel de Oliveira Barreto cazou com Jorge Frz Geta fid.º da caza Rial n.º do valle do Infesto tr.º da villa de

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Penella donde se retirou para Aveyro por crime: f.º de
João Frz Geta n.º de Penella e de sua m.ª Catharina
Dias

E della ouve

- 1 Matheus Frz de Oliv.ª Barreto Batiz.º a 25 de
7.º de 1582 recebido a 14 de 9.º de 1618 † a 29
de Mayo de 1666. Segue
 - 2 Manoel de Oliv.ª Barreto B. em 31 de Mayo
de 1586 recebido a 6 de 9.º de 1619
 - 3 D. Maria de Oliv.ª Barreto s. g.
- 3 Matheus Frz de Oliveira Barreto. Cazou com D. Anna
Ribr.º Rangel f.ª de Gaspar Dias Ribr.º e de sua m.ª e
prima direita D. An.ª Ribr.º Rangel f.ª de Pedro Ribr.º
fid.º da caza Real como se ve em tt.º de Ribr.º n.º 18
fl. 5 vs.º

§ 1.º

- 4 Manoel de Oliv.ª Barreto f.º 2.º de Izabel de Oliv.ª n.º 2.
Cazou com D. Maria Vieira da Costa f.ª de M.ª Vieira
da Costa e de sua m.ª D. Leonor da Costa

E delle teve

- 1 Manoel de Oliveira Barreto. Segue
- 2 Luiz de Oliv.ª Barreto cazou com D. An.ª Pa-
checo de Souza irmã do Reitor das Abitureiras
f.ª de An.º Pacheco de Souza e de sua m.ª Mada-
lena Gomes
Teve sette filhos M.ª de Oliv.ª Fran.º Pacheco
de Souza e mais sinco f.ª todos s. g.

- 5 Manoel de Oliveira Barreto foi cap.ªm mor dos coutos de
Mogofores Cazou com D. Maria Pinto Leitão sn.ª do
prazo de Mogofores f.ª de..... receberaõ-ce
a 24 de 8.º de 1639 na mesma Ireg.ª de Mogofores a huã
2.ª feira

E della teve

- 1 Vicente de Oliveira Barreto. Segue
- 6 Vicente de Oliv.ª Barreto cazou com D. Izabel Corim
n.ª de Avr.º f.ª de João Corim e de Maria da Cruz
de.....

E della teve

- 1 D. Vicencia Maria de Oliv.ª Barreto. Segue

GENEALOGIAS DE FAMÍLIAS NOBRES

- 7 D. Vicencia Maria de Oliv.^{ta} cazou com Miguel Pereira de Mello e Motta fid.^o da caza Rial f.^o de Manoel Coelho Per.^a de Mello fid.^o da caza Rial como seu Pay e Avós e de sua m.^{or} D. Luiza Per.^a f.^a de M.^{ci} da Motta Teixeira e de sua m.^{or} D. Maria da Costa f.^a de Miguel da Costa Homem irmão de D. Pedro da Costa Bispo de Angra
E delle teve

- 1 Luiz de Mello Per.^a Coelho Correia. Segue
- 2 D. Manoel Per.^a Coelho de Mello conego de S.^{ta} Cruz e vig.^o de v.^a nova
- 3 Christovaõ de Mello Per.^a q̄ morreu na India
- 4 Fran.^{co} Correia de Mello q̄ † em Obidos sem estado
- 5 Vicente Joze Correia de Mello † sem estado
- 6 D. Luiza Per.^a de Mello } freiras em S.^{ta} Clara do
- 7 D. Maria de Mello } Porto
- 8 D. Ursula Jozefa de Mello
- 9 D. Izabel de Mello m.^{or} de Joaõ Leite Per.^a de Berredo

- 8 Luiz de Mello Per.^a fid.^o da caza Rial. Cazou com D. Ignez Angelica Ferreira de Araujo f.^a de
..... e della não teve f.^{os} Teve n.^o q̄ legitimou a D. Ursula M.^a de Mello Per.^a Coelho Correia q̄ cazou com Bento Luiz de Mello Correia Primo seg.^o de seu Pay Luiz de Mello: vivem neste anno de 1784 receberam-ce em 1754 e tem

- 1 Joze de Mello Per.^a Correia. Segue
- 2 Luiz de Mello sem estado no d.^o anno de 784

- 9 Joze de Mello Per.^a Correia. Cazou com D. Jozefa f.^a de Gonsallo Peixoto de Lamego e de sua m.^{or} D.
E della tem

TITOLO

SOEIROS DE ALBERGARIA

q̄ passaraõ da villa de Aviz p.^a Aveyro como consta de hum instrum.^o de justificacaõ tirado no anno de 1532 q̄ estava em poder de Luiz da Gama

- 1 Nuno Fr̄ do Vimieiro era primo com irmaõ de Affonso Soeiro de Albergaria e de Pedro Soeiro de Alberg.^a da v.^a de Aviz como consta da d.^a justificaçãõ. Cazou

com.....

E teve

- 1 Mecia Nunes de Albergaria foi n.^a de Aviz.
Segue

- 2 Mecia Nunes de Albergaria cazou com Fernando Pires Cardozo m.^o em Aveyro
E delle teve

- 1 An.^{ia} Cardozo de Albergaria. Segue
2 Leonor Cardozo de Albergaria § 1.^o Segue
3 Antonio Cardozo de Albergaria
4 Andre Dias Cardoso de Alberg.^a
5 M.^o Cardozo de Alberg.^a
6 Tristaõ Cardoso de Alberg.^a

- 3 Antonia Cardozo de Alberg.^a cazou com Gaspar Dias Cardozo de Carvalho e segue tudo a fl. 91 n.^o 3

§ 1.^o

- 4 Leonor Cardozo de Alberg.^a f.^a de Mecia Nunes. Cazou em Tavarede com.....

GENEALOGIAS DE FAMÍLIAS NOBRES

E delle teve

- 1 Gaspar Cardozo de Albergaria
- 2 Miguel Cardozo de Albergaria
- 3 Fernão Cardozo de Alberg.*
- 4 Fran.^{co} Cardozo de Alberg.*

os quaes todos são primos e parentes dos Soeiros de Aviz dentro do 4.º grão de Gaspar Soeiro de Azevedo, de Gonsallo Soeiro de Azevedo f.º todos tres de Affonso Soeiro de Alberg.* e parentes de Fr. Gonsallo de Albergaria de An.^{to} Soeiro, e de Pedro Soeiro de Albergaria todos cavalr.º fid.º com braçoens de suas armas e parentes de D. Fr. Diogo D. Prior mor de Aviz q̄ foi o q̄ criou em sua caza a d.ª Mecia Nunes de Albergaria como sua sobr.* e o d.º Nuno Fr̄z do Vimieiro pai da d.ª Mecia Nunes do n.º 1.º e 2.º era primo com irmão do d.º D. Prior.

§ 2.º

Maria Silveira Cardozo de Alberg.* f.ª 1.ª de An.^{ta} dos S.^{tos} e de Seb.^{am} ou Simão Serqueira cazou com Joaõ Garcia Bacellar f.º de An.^{to} Garcia e de Izabel Bacelar m.º na villa de Bossa Bispado de Tui em Galiza

E delle teve

- 1 Maria Silveira Cardozo Bacelar. Segue
- 2 conego da Tocha

Maria Silveira Cardozo. Casou com M.^{ra} Ribr.º de Olivr.* Barreto como tudo se diz em tt.º de Rangeis fl. 27 vs.* n.º 30 § 7.º

[TITULO]

COSTAS CASTELOS BRANCOS DE COIMBRA

q̄ vem de fl. por o Dr. An.^{to} Dias da Costa de Castello Branco do n.º 5 fl. 91 vs.º

1 O D.^{or} Joaõ de Coimbra f.º de cazou com e teve

1 O D.^{or} Antonio Dias da Costa de Castelo Branco. Segue

2 O D.^{or} Antonio Dias da Costa. Cazou com D. Maria de Oliveira 1.^a m.^{or} f.^a de
E della teve

1 O D.^{or} Sebastiaõ de Oliv.^{ta} da Costa q̄ cazou duas vezes a 1.^a com D. Jeronima Soeiro como se diz a fl. 91 vs.º n.º 5.º e segue lá os descendentes

2 D. Maria de Oliv.^{ta} m.^{or} de Jeronimo de S. Paio Ribr.^o pai do D.^{or} An.^{to} de S. Payo e de Gaspar de S. Payo q̄ † soltr.^o e de Brites Nunes e de Monica de Seixas q̄ foi cazada com Aleixo Andre Sanhudo da Costa q̄ mataraõ na feira dos estudantes em Março de 1648 de q.^m ficaraõ hum f.^o frade Bernardo e 4 filhas

3 Antonio de S. Payo Ribr.^o q̄ cazou na terra da Feira com Maria de Alm.^{da} de Aguiar f.^a de Alvaro Per.^a de q.^m teve m.^{tes} f.^o entre os quaes foraõ

Jeronimo de S. Payo Per.^a q̄ cazou com D. Cecilia

Alvaro Per.^a de S. Payo q̄ cazou com D. Maria Soeiro Cardozo s. g.

Cazou seg.^{da} vez o D.^{or} Sebastiaõ de Oliv.^{ta} com Maria Pinta

GENEALOGIAS DE FAMÍLIAS NOBRES

Cazou o sobre d.^o An.^{1.^o} Dias seg.^{da} vez com Izabel Per.^a
f.^a de

E della teve

- 1 Maria de Aguiar q̄ † soltr.^a
- 2 q̄ cazou com o D.^o Lopo Soares
d'Alberg.^a da terra da Feira seu parente de q.^m
ficou huã f.^a q̄ † e a May
- 3 Bento de Aguiar q̄ foi sego e cazou em Coimbra
sem licença da May de q.^m ficaraõ f.^o

bibRIA

[TITULO]

[VEIGAS, PINHEIROS, DE AVEIRO]

- 1 Miguel Frz..... f.º de.....
E della teve

- 1 Fernão Gabriel da Veiga. Segue
- 2 An.ª Gabriela da Veiga q̄ cazou com M.ª Migueis filho de Miguel Dias e de Madalena Pires: Recebeu-ce An.ª Gabriela no anno de 1575 † em 29 de Ag.º de 1583 deixou por testametr.º a seu irmao Fernão Gabriel

- 2 Fernão Gabriel da Veiga cazou com Antonia Dias Cardozo de Albergaria da Rua do Campo f.º de Gaspar Dias Cardozo de Carvalho e de Leonor Annes a gaga do n.º 2 fl. 91

E della teve

- 1 Antonio Gabriel da Veiga B. a 6 de 7.º de 1578 † militar s. g.
- 2 Anna da Veiga B. a 31 de Julho de 1570 † soltr.ª
- 3 Fran.º da Veiga Cardozo B. a 10 de Junho de 1573. Cazou com Izabel Nunes irmaã de Damiao de Aguiar do casal de Arada s. g.
- 4 D. Maria Gabriela da Veiga m.ª de M.ª Roiž Pinheiro f.º de Gonsallo Roiž Ribr.º e de Catharina Pin.º q̄ ou ella ou a May veio com a Prinzeza S.ª Joanna. Segue.

- 3 D. Maria Gabriella da Veiga teve de seu marido como se diz asima

- 1 D. Apolonia da Veiga q̄ † soltr.ª em Arada.
- 2 Joaõ de Souza q̄ † estudante em Lx.ª jaz em S.ª o velho
- 3 D. An.ª da Veiga Cardozo q̄ cazou com M.ª Soeiro Cardozo a fl. 92 n.º 6.º

GENEALOGIAS DE FAMÍLIAS NOBRES

Gonsallo Roiž Ribr.º f.º de..... cazou com Catharina Pinheiro q̄ ou ella ou sua May veio com a S.ª Princeza p.ª Aveyro em 4 de Agosto de 1482 e foi f.ª de.....

E teve della

- 1 Manoel Roiž Pinheiro † na India
- 2 Antonio Roiž q̄ foi clérigo e viveu em Aveyro
- 3 Ignez Pinheiro m.ª de Pedro Frž Ribr.º s. g.
- 4 Maria Pinheiro do Rocio m.ª de Bento Gonsalves o viannez com geraçãõ q̄ sao os seguintes f.ªs

- 1 Dom.ª Roiž Pinheiro q̄ cazou em Lx.ª e † na India s. g.
- 2 Maria Pinheiro q̄ † do dezastre da polvora no Rocio soltr.ª no anno de 1628
- 3 Victoria Pin.ª q̄ cazou com Bern.ª Pr.ª D'essa de Aveyro de q.ª teve a

- 1 Fran.ª Per.ª Dessa q̄ foi pai de Felix Pr.ª Dessa e de hum frade Loio e tres irmaãs sem successãõ
- 2 M.ª Per.ª Dessa q̄ † na India

- 4 Manoel Roiž Pin.ª q̄ cazou em Aveyro com An.ª Romana com geraçãõ q̄ segue

- 1 Maria B. a 26 de Dez.ª de 1635
- 2 Maria B. a 5 de Ag.ª de 1639

[TITULO]

MEDELLAS DE AVEYRO

Luiz da Maya da Gama, f.^o de Pedro Ribeiro de Abreu *Olivr.^a Barreto* de fl. 6 n.^o 19 foi Arcypreste de Guimaraens, e vindo huã vez p.^a Aveyro ouvio em hum pinhal huãs vozes aflitas, acudio a ellas, e achou huã m.^{er} prenhe q̄ dice, q̄ tinha fugido por naõ a matarem os seus parentes, ou elles a tinhaõ vindo ali pôr: éra n.^o de Barcellos.

Trouce-a o Arcypreste p.^a Aveyro e mandou tratar della q̄ teve huã filha q̄ chamáraõ Maria da Conceiçaõ.

Veio p.^a Aveyro huõ administrador do Tabaco q̄ trouce com sigo hum creado q̄ estava vendendo o Tabaco, e o Arcypreste o cazou com a tal Maria da Conceiçaõ, e se chamava Antonio da Silva Medella q̄ foi depois escriptaõ do publico, e teve de sua m.^{er}

- 1 Diogo Joze q̄ foi P.^o da Comp.^a e morreu em Roma p.^a onde foi pella expulsaõ da sua ordem no reinado de D. Joze 1.^o de Portugal
 - 2 Joaõ An.^o da Silva Medella. Segue.
 - 3 Huã f.^a q̄ morreu donzella
- 1 Joaõ Antonio da Silva Medella foi corregedor da Guarda cavallr.^o do habito de Christo e morreu em Aveyro sem acabar o lugar. Cazou com D. Anna Xavier Per.^a natural de Barcellos f.^a de e de sua m.^{er} D. Escolastica q̄ veio morrer em Aveyro e éra f.^a do seg.^o matrimonio do Pay q̄ tinha f.^{er} da 1.^a m.^{er} de donde vem hums parentes q̄ tem em Montemor o velho.
- E della teve

- 1 Vicente d'Alm.^{da} q̄ foi juiz de fora de Recardaens e morreu em Lx.^a quasi de repente
- 2 D. Maria Escolastica Pr.^a da Silva Medella q̄ cazou no Porto com An.^o Rodrigues Braga d'Almeida

GENEALOGIAS DE FAMÍLIAS NOBRES

- proprietario de escriptura das Apellosoens, ou dos Agravos de q.^m teve vide § 1.^o
- 3 D. Angelica Marg.^{da} Pr.^a da Silva Medella q̄ cazou com Cassemiro Barretto Ferraz de Vas.^{cos} (1) f.^o de Joze Barretto Ferraz e de D. Maria..... f.^a de Faustino de Bastos Montr.^o e de sua m.^{or} D. Joanna Travassos e
Tem

- 1 Joze Barretto: anda em Coimbra 1797.
Provedor de Thomar em 1815
- 2 D. Joanna. *Cazou com seu Pr.^o Balthazar de F.^a c. g.*
- 3 Antonio Barretto. *Correg.^{dor} de..... (2) em 1816, Com.^{or} da Ordem de Xp.^{to} por q̄ cazou com huã f.^a H. do Dez.^{or} Bernd.^o X.^{or} Barboza Sachetti.*

Aquelle Antonio da Silva Medella teve um Irmaõ, Ignacio da Silva Medella q̄ foi para o Brazil aonde juntou immenso cabedal (3), q̄ dipois de fazer recolhim.^{to} Colegiada em Barcellos, e em Aveyro huã missa cotidiana, e cantada nos sabados a tom de orgaõ. deixou m.^{ta} e m.^{ta} herança q̄ se repartio pellas duas f.^{as} de Joaõ An.^{to} da S.^a Medella ficando o morgado, q̄ tambem instituiu, á mais velha, e tambem partiraõ quarenta mil cruzados q̄ tinha deixado p.^a se comprar um padroãdo de hum con.^{to} de freiras q̄ não se verificou.

Deu p.^a missa cotidiana 20\$ cruzados com as condisoens q̄ constaõ no cartorio da Miz.^a em Jan.^{to} de 1740. Data da aprovaçaõ no Rio de Jan.^{to} a 28 do d.^o mez a seu sobr.^o Joaõ An.^{to} da S.^a Medella.

§ 1.^o

D. Anna Miquellina Pereira Medella q̄ cazou com Antonio de Mello Correia f.^o 2.^o de Martinho Affonso de Mello q̄ teve tambem 4 f.^{as} cazáraõ huã com Luiz

(1) *À margem*: Este Cassemiro Barretto era f.^o 2.^o q̄ ficou 1.^o por morte de seu irmaõ Januario Barretto q̄ naõ teve f.^{os} de huã assafata com q.^m cazou.

(2) N. E. Há duas palavras ilegíveis.

(3) *À margem*: Testou mais de meio milhaõ.

Pinto Secretario de Estado (1), outra com pessoas de iguais graduassoens por serem da principal nobreza das Provincias, seu Irmão mais velho morreu Tenente general depois de vir do Rossilhaõ no secorro q̃ se deu a Hespanha aonde fez todas as provas de bom soldado. Foi cazado com huã Irmaã de Rodrigo de Souza de Guimaraens, e deixou huã f.ª única.

Antonio de Mello Correia tem de sua m.ª the este anno de 797 sinco filhos a Sn.ª fizeraõ lhe de dote duzentos mil cruzados

1
2
3
4
5

(Continua)

FRANCISCO FERREIRA NEVES

bibRIA

(1) À margem: A m.ª de Luiz Pinto he irman de Rodr.º de Souza de Guim.ª

UM RELANCE DE OLHAR AZUL DE JAIME LIMA SOBRE A TERRA DOS ÍLHAVOS

A QUELE *quadro* que vi, em menino, no meu Liceu!...
Atormenta-me a dificuldade de memoriar quanto nele se continha, porque só um motivo viria a fixar-se-me com prejuízo dos restantes. Tanto pergunto por ele — e ninguém mo define!...

Eu ainda o vejo assim: — na parede que dava acesso à aula de Desenho, logo à dextra de quem franqueasse a soleira principal do edificio e a rentar à verga de esquadria granítica da segunda porta, lá o encontro pendurado com a sua larga moldura...

E nesta penumbra, onde as reminiscências de quatro décadas me não permitem melhor visibilidade, todo o seu conteúdo se tornou indefinido, deixando apenas aclarar-se a venerável figura que preenchia os dois costados da metade direita, que me impressionara por estranho aspecto do seu hábito externo, donde se singularizava um patriarcal cariz!

Através dos olhos de menino liceal (então não mais idosos do que três lustros mal contados) se havia de conduzir para o bôrnal da minha memória, a fixação do retrato e nome da pessoa que suscitara tão curioso reclamo nesta imarcescível lembrança. O «porem» deste conjunto figurativo não sei como tivesse decorrido. Mas lembra-me, como se fosse hoje, a impressão de espanto e a surpresa que me levavam a uma frequente contemplação daquele quadro e que, tantas vezes, me induziram a correrias, para de mais próximo poder observar o vulto do patriarca bíblico, quando calhava enxergá-lo a atravessar, em carne e osso, e nas suas largas passadas de impenitente andarilho, o empedrado do largo liceal, donde rumava à descida que dava caminho ao pátio do Prior Ferreira, para se quedar batendo à porta da casa

dum seu amigo de infância, e também illustre aveirense Amadeu Faria de Magalhães.

Quantas e quantas vezes me debrucei nas grades que rematavam a protecção daquele desnível ladeirento, para, deste jeito, me ficar a observar de mais perto, aquela invulgar pessoa que tão estranhamente me atraía e impressionava!

É tão nítida esta lembrança, que, sem esforço, direi: — torno a vê-lo como então o via, em seu largo chapéu de palha do Chile, cujas abas ventarolavam na aragem às alvíssimas barbas tolstoianas, a emoldurarem a carquilha dum rosto de asceta, onde luziam uns olhos maravilhosamente azulados...

Dum casaco preto, de alpaca, a bater na meia coxa, alongavam-se dos ombros estreitos os canudos dos braços, sovacando o da esquerda embrulhos tamanhões, enquanto o da direita imprimia à mão, que segurava o seu guarda-sol de paninho, certos jeitos que faziam lembrar mais usá-lo como bordão de peregrino.

As pernas, muito altas, adivinhavam-se magrizelas pelo bambolear das pantalonas largueirentas, em seu alinhado tecido da cor da palha do trigo.

Nos grandes pés, sandálias de franciscano.

Assim o vejo.

Teria reparado o ancião, alguma vez, no garotito que se ficava espantadiço a mirá-lo, como embevecido pela excentricidade do seu vulto representativo da pessoa que a minha surpresa encontrara no aludido quadro?

Certamente que não...

E bem no afirmo, porque uma vez e muito mais tarde (quando no meu cardenho tive a graça duns momentos da sua companhia à minha mesa), ao ter oportunidade de revelar-lhe aquelas atitudes dos meus catorze anos, — que maravilhosa e paternal surpresa lhe vi acender-se, repentinamente, nos seus olhos claros de iluminado!

Vou contar:

Também já lá vai um ror de tempo!

Foi quando na Provedoria da Misericórdia de Ílhavo, no triénio de 1930-33, se resolveu dar início a um programa de conferências ⁽¹⁾, por entendermos que à função social da

(1) No livro das Actas do Hospital de Ílhavo, a páginas 11 e 12, encontra-se com a data de 19-7-1930, a *Acta da Sessão da posse da nova Direcção*, que tinha sido eleita pela *Assembleia Geral Ordinária* do dia 15 do mesmo mês de Julho, de 1930.

Desta Assembleia Geral, saíram eleitos: Provedor, Dr. E. Vaz Cra-veiro. Tesoureiro, o Capitão António José dos Santos. Secretário, António Cardoso Pereira. Vogais: Dr. Emmanuel Rebocho, Nuno Ferreira Pinto Bastos, Capitão José da Conceição Rocha, e Américo Viana (Secretário de Finanças).

Misericórdia não seria descabido alargar a sua actividade com praticar-se também a Caridade moral e intelectual, tornando-as dádiva gratuita a quem delas quisesse socorrer-se.

E, inaugurado o Serviço Religioso, em 4 de Abril de 1931, na capela construída por disposição testamentada do benfeitor Manuel Maria de Almeida Bastos, que foi benzida nesse dia pelo então Cónego da Sé de Coimbra, Dr. Manuel Trindade Salgueiro, ia seguir-se o primeiro ciclo de Conferências (1).

Logo em 12 de Abril do mesmo ano de 1931, o Prof. da Faculdade de Medicina de Coimbra, Doutor A. da Rocha Brito, em complemento da chamada *Semana do Hospital*, veio proferir a sua notável Conferência que intitolou, «*A Sífilis no meio marítimo*», com o subtítulo de «*A água e o sabão*» (2).

Segue-se em 5 de Julho do mesmo ano, a que o Prof. daquela Faculdade, Doutor João Porto, proferiria, assim baptizada: «*Considerações sobre alguns remédios sociais para a Tuberculose*» (3).

Em 30 do mesmo mês, e em complemento duma pales-

(1) No citado Livro das Actas, encontra-se registado a páginas 13 e verso: — «*Que na Acta da Sessão Ordinária de 12-x-1930, foi resolvido officiar-se para Coimbra (à Câmara Eclesiástica) sobre a abertura da Capela ao Culto.*

Consta da *Acta da Sessão Extraordinária*, de 4-4-1931, a folhas 17 do mesmo Livro de Actas, que neste dia fora benzida a Capela, pelo então Cónego da Sé de Coimbra, Dr. Manuel Trindade Salgueiro, e celebrado o Culto pelo pároco de Ilhavo, Basílio Jorge Ribeiro, tendo cantado uma Avé-Maria a Menina Madalena Rebocho, e prégado o Sermão o Cónego Dr. Trindade Salgueiro.

(2) Encontra-se registada a folhas 18 do mesmo Livro, na *Acta da Sessão Extraordinária*, de 12-4-1931.

São do jornal «O Ilhavense» N.º 862 (Ano XXI), de 19-4-1931, na 2.ª página e a duas colunas, as palavras que se transcrevem:

— «A convite do Provedor da Misericórdia, Snr. Dr. Vaz Craveiro, esteve nesta terra onde fez uma Conferência o Ex.º Professor da Universidade, Dr. A. da Rocha Brito. Esta brilhante conferência, realizada no salão nobre das Sessões da Misericórdia, foi a chave de oiro com que fecharam os festejos da chamada SEMANA DO HOSPITAL.

Na sala, onde se via um público numeroso e de todas as categorias sociais, foi organizada a mesa a que presidiu o Snr. Dr. Vaz Craveiro, secretariado pelos Ex.ºs Senhores, João Teodoro Ferreira Pinto Bastos, Administrador da Fábrica da Vista Alegre, e Calixto António Ruivo, decano dos Officiais da Marinha Mercante Ilhavense. Etc.» — (Vide número citado).

(3) Também registada no mesmo Livro, em *Acta da Sessão Extraordinária*, de 5 de Julho de 1931. A mesa foi presidida pelo Provedor e secretariaram os Ex.ºs Senhores, Dr. José Simões de Carvalho e Capitão José Francisco Corujo.

O relato desta Conferência vem referido em «O Ilhavense», N.º 872, Ano XXI) de 12 de Julho de 1931.

tra que anteriormente tínhamos proferido, no mesmo salão, voltámos a falar sobre «*A Tuberculose no meio social*» (1).

Terminado este primeiro ciclo de conferências, projectou-se iniciar o segundo, solicitando-se ao Ermita de Eixo o favor de nos vir prestar a caridade moral e espiritual de ouvirmos as suas palavras, ao que prontamente anuiu.

Porém, só em carta de 26 de Março de 1932, nos vem dar notícia de que:

— «... a doença ajuntando-se à pobreza da minha actividade, e à necessidade de atender obrigações inadiáveis, protelou mt.º além do meu cálculo e vontade, a conclusão da Conferência sobre «*A Lei e a Arte de servir o proximo*» que conforme os seus desejos prometera ao Hospital da Misericórdia dessa vila.» —

Mal decorrido um mês, em nova carta datada de 30-4-1932, já vem fixar-nos como data provável o dia 8 de Maio sob a reserva de:

— «... no caso de impedimento que me obrigue a adiá-la para o dia 15 daquele mês, a tempo e imediatamente avisarei.» —

acrescentando:

— «... devo confessar que a tarde me convem mt.º mais que a noite.» — / «bastando-me estar aí um quarto de hora antes da Conferência, para descançar um instante da fadiga do caminho.» —

para rematar:

— «... se não fosse demasiada impertinência, pediria a V. Ex.ª que a minha filha me acompanhasse.» —

O seu trabalho foi lido no fixado dia 8 de Maio de 1932 (2),

(1) Igualmente registada na *Acta da Sessão Extraordinária*, de 30-7-1931, tendo secretariado a mesa, os farmacêuticos ilhavenses, Manuel Ferreira da Cunha e Dinis Gomes.

Também «*O Ilhavense*», N.º 886 (Ano XXI) de 21 de Julho de 1931, se refere a esta conferência, em fundo de três colunas assinadas por David da Rocha.

(2) Ficou registada no Livro, em *Acta da Sessão Extraordinária*, de 8 de Maio de 1932, que diz:

...«Foi lavrada (esta acta) como sinal de profundo agradecimento ao benemérito cidadão Jaime de Magalhães Lima, pela subida honra que

UM RELANCE DE OLHAR AZUL DE JAIME LIMA

e lamentamos não possuir um único exemplar desse magnífico escrito, que não se encontra referido nas Notas Bibliográficas recentemente catalogadas pelo Prof. JOSÉ TAVARES, em Apêndice a reedição de *Divagações de um terceiro* (1).

Por este motivo, e para se avaliar da profundidade e beleza da oração proferida, socorro-me do n.º 913 do jornal «O Ilhavense», do dia quinze do mesmo mês e ano, donde respigamos o seguinte: (2)

«— ... O Snr. Dr. Jaime Lima, começa por dizer que tudo ali o honra, o penhora e o comove: a casa onde se encontra, a terra que o recebe, e a presidência da mesa que o apresentou.»...—

«— E depois de agradecer o acolhimento que lhe fizeram, entra pròpriamente no assunto da conferência, referindo que as horas mais felizes dos homens são aquelas em que combatemos por um ideal.»...—

«— ... Descreve a ligação que há entre a Caridade e a Piedade e diz que aquela virtude se encontra em todos os seres: na ave que abriga os seus filhos, e no lebréu que se esconde na balseira. Fala do auxílio que devemos prestar uns aos outros, obedecendo a uma lei e executando a grande arte de proteger os nossos semelhantes, exemplo que se encontra nos próprios irracionais.»...—

«— ... Sobre a Piedade diz que ela não é uma invenção dos homens: a Piedade, é a lei de Deus, que é a lei do Amor.»...—

nos deu, e prazer intelectual que nos proporcionou, com a realização no Salão Nobre do Hospital, pelas catorze horas do dia de hoje, da sua conferência intitulada: «*Da Lei e da Arte de servir o próximo*». Assinada: E. Vaz Craveiro, António José dos Santos, Bento F. C. Teiga e José Fernandes Matias.»

(1) JAIME LIMA, *DIVAGAÇÕES DUM TERCEIRO*. S. Francisco de Assis, *É A Civilização Que Ele Concebeu E Professou*.

Prefácio de Sua Ex.^a Reverendíssima, D. João de Lima Vidal, Arcebispo-Bispo da Diocese de Aveiro. 1957. Edição da Câmara Municipal de Aveiro.

(2) «Presidiu à Sessão o Provedor da Misericórdia, Dr. Vaz Craveiro, que depois de ter convidado para a mesa os Snrs. Manuel Ferreira da Cunha e Tenente Figueiredo, de Aveiro, fez a apresentação do Conferente em palavras cheias de verdade e sinceridade, agradecendo, em primeiro lugar, a nota de estima que o Dr. Jaime se dignou dar à nossa Terra, vindo reatar o fio das conferências o ano passado começadas e que é preciso aumentar e difundir.»

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

«— ... Diz que a Religião tem a sua base no Amor, e a Caridade na lei do trabalho. A melhor religião prática do trabalho, é executar bem esse trabalho.»—...

«— ... A rapariga que lava a roupa, o médico que trata do seu doente, a mãe que amamenta o seu filho, todos estão sujeitos a um trabalho diferente, mas todos rezam a oração criadora, única afirmação superior da religião.»...—

«— ... Foram as doutrinas de Tolstoi e os ensinamentos do S. Francisco de Assis, e o exemplo de uma mulher que um dia encontrou no seu caminho, que lhe mostraram a Lei e a Arte de bem servir.»—...

«— ... Foi a abdicação de todo o egoísmo, que em Tolstoi foi considerada a sua conversão.»—...

Por estes simples fragmentos agora respigados, se poderá aquilatar da profundidade e beleza da oração proferida. E nunca mais me esqueceu um dos pensamentos que na aludida conferência lhe ouvi, o qual vou tentar reproduzir de memória, o mais fielmente possível:

«— ... Quando a Mãe se debruça a dar a vida do seu seio a um filho, acende-se no mundo uma lâmpada de Caridade.»—...

* * *

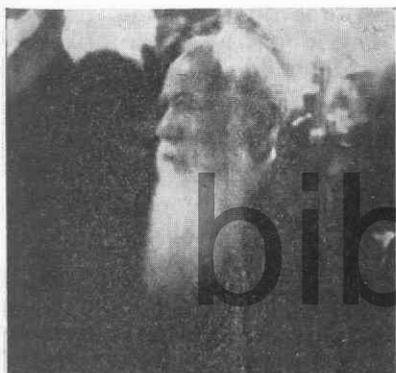
Se me lamento, porque a falta de saúde me não permitiu assistir às homenagens com as quais a Edilidade Aveirense se honrou, por ter honrado no dia 23 do mês passado, a memória de um dos seus mais ínclitos cidadãos, congratulo-me por ter estado presente naquela consagração que a Cidade e o Distrito prestaram a JAIME LIMA, numa verdadeira romaria de intelectuais que, com incontável número de gente humilde, acorreu à Quinta de S. Francisco, na inesquecível jornada, de 17 de Julho de 1934, onde o fotografámos com as lágrimas bagando-lhe pelo rosto encanecido!

E, se tenho de referir que muita honra experimentei por me terem mandado a representar o Conselho de Ílhavo, sinto-me absolvido de qualquer pretensa imodéstia, que a honraria era pertença de Dinis Gomes e a ele por todos os títulos lhe cabia. E assim, declinado qualquer proveito que do facto, na realidade não colhi, ao contá-lo neste encadeamento de

UM RELANCE DE OLHAR AZUL DE JAIME LIMA

lembranças, nada mais pretendo do que poder mostrar por estas palavras, a estima que JAIME LIMA devotava à gente do meu burgo, como se pode deduzir do trecho da carta que transcrevo, em resposta ao pedido que lhe fiz do seu retrato, para a galeria dos conferencistas do Hospital:

...«—... enviando-lhe a fotografia inclusa, desvanece-me que a minha sombra passe entre a gente de Ílhavo, na qual com muitos e bons motivos e entranhada simpatia admiro a persistência das mais remotas tradições étnicas e seus copiosos encantos, e a singularidade acentuada de carácter estético que a distingue e enaltece. / ... —«... Este (*retrato*) que a V. Ex.^a remeto, tem apenas o seu favor e a quali-



Na Quinta de S. Francisco, na tarde de 17 de Julho de 1934, onde o fotografámos com as lágrimas bagando-lhe pelo rosto encanecido

dade de ser recente e confessar sem equívoco a minha velhice, e, se absolutamente não convier para o fim a que se destina, não hesite V. Ex.^a em me avisar e tentarei tirar outra que menos imperfeita seja.»—... (Com a data de 3-IV-1933). (1)

Por quanto venho a relatar e o muito mais que fica por dizer (bem guardado em correspondência autógrafa do mais fino quilate literário e generosidade apreciativa), sentia-me obrigado (embora no meu anonimato) a comparecer à inauguração da memória que, no Jardim de D. Pedro, ficou a ates-

(1) Dos retratos dos conferencistas daquela época, apenas o de JAIME LIMA figura no Hospital, mas ao lado dos beneméritos daquela instituição...

lar aos vindouros a vivência de quem nela se figura, e que, por seu magnífico conjunto expressional, bem poderá suscitar-lhes a curiosidade ou o interesse, de contactarem com a Obra que JAIME LIMA nos legou.

Poderão fruir da sua leitura, o raro exemplo de virtudes físicas e morais; a lição da sua bondade, a par de princípios rigidamente inflexíveis; as multimodas facetas duma extraordinária personalidade, onde avulta a nobreza de carácter; variados talentos de Poeta, de escritor e de conferencista, sem esquecer os de crítico, de jornalista e de etnólogo, — e tantos são, que, por eles, se guindou aos topos cimeiros das *élites* pensantes do seu tempo (até de além fronteiras), mas sem deixar de «ser sempre o mesmo na simplicidade do seu viver» como lapidarmente sintetizou o Prof. Dr. JOAQUIM DE CARVALHO.

Para muitos, pode não ser fácil acompanhá-lo nos voos donde mirava os abismos, e difícil de penetrar no complexo introspectivo do seu pensamento reflectivo de natureza tão indagadora como solitária.

Mas bastante se poderá apreender dos espraiaamentos dos seus conceitos de sociólogo, de humanista cristão, e do exemplo honrosíssimo duma vida sempre pautada pelos caminhos do Bem.

Se já não me sentisse dominado pela lembrança de quanto em seus livros aprendi, possuindo alguns com a letra delicadíssima das suas ofertas, bastaria a circunstância de me sentir devedor de profunda gratidão à memória de JAIME LIMA, pela bondade e amabilidade com que se referiu a trabalhos meus da fase de há 25 anos, ... para que mais sinta lamentar a minha falta, embora justificada!...

Por esta falta e também por aquela dívida insolúvel, me vi na obrigada conjuntura de dar publicidade a algumas das suas palavras, que tive guardadas durante tantos anos, deixando-as desconhecidas até dos meus mais íntimos amigos.

Mas não venham acoimar-me, ao quebrar este silêncio, que me deixei induzir por qualquer proveito pessoal.

Não; — isso não.

E afirmo que não, esclarecendo que, se as dou à estampa, uma única finalidade me preocupa e norteia: — com o solene respeito devido à memória do seu Autor, granjear para ela o agradecimento dos Ilhavenses, ao trazer a público o conhecimento do modo como JAIME LIMA apreciava a nossa Terra, e a ela e à sua gente se referiu.

Ílhavo, 17 de Março de 1957.

E. VAZ CRAVEIRO

Eixo, (Aveiro) = Q.^{ta} de S. Francisco, 4-v-1933.

Meu Ex.^{mo} Amigo e m.^{to} prezado Senhor Dr. Vaz Craveiro:

Não fui pronto, como esperava, em retribuir a V. Ex.^a as joias lavradas a primor em que a sua generosa bondade quiz que os meus olhos se deleitassem antes que o público tenha a fortuna de as poder apreciar e lhes tributar o louvor de que por muit.^{os} modos são dignas.

Só hoje me é possível devolver a V. Ex.^a os seus magníficos «Símbolos» m.^{to} agradecendo a distinção que mos mandou e do meu atrazo me atrevendo a não expor razões que o desculpem, porque há m.^{to} V. Ex.^a conhece e perdoa com muita copiosa indulgência a fraqueza irreparável da minha velhice e das minhas enfermidades.

«Símbolos» chama V. Ex.^a àquelas joias da sua arte e, sem dúvida, avisadamente; não poderia nomear-lhes a significação e o caracter por batismo que mais próprio lhes fosse. Símbolos são, na verdade, do arrebatamento do Poeta e conjuntamente, por mercê dos céus, símbolos são, inequívocos, do génio étnico notabilíssimo de um povo singularmente dotado de qualidades inconfundíveis.

E isso me impede de os analisar a rigor; porque participam do mistério que a razão não alcança desvendar. Na sua presença não me acho livre, antes sujeito, e apertadamente, dominado pela ideia absorvente que identifica ali o florir do talento e as raízes que aprofundam num chão insondável os milagres da arte. Onde quero destacar uma individualidade poderosa, que aliaz se impõe, logo me assalta e me perturba a passagem de uma multidão garrida, alada, àgil e fascinante; e, se me alongo a procurar repetir na minha apagada voz o canto do Poeta, logo uma transposição imperativa e instante me mudou o Poeta em sacerdote entoando a liturgia de um povo do mais puro sangue.

A coincidência do Poeta e da raça é completa e brilhante em todo o seu aro; se mt.^o honra e consagra um nome, mais ainda enaltece a grei à qual ele pertence, servindo-lhe de espelho límpido, em que lhe concentra e reflete o cintilar, o rosto e o ânimo, particularmente a vibração estética e as suas irisadas cristalizações.

Ílhavo é a previligiada morada de um povo que não tem par em nenhum dos mt.^{os}, e altamente favorecidos de engenho e formosura, que a nossa pátria congrega numa unidade esplêndida; há na compleição desse povo e no seu palpar uma diafana tremulina de graças, uma

afeição ao etéreo, uma tendência, que é maravilha, a não pousar na terra senão como sonho e nuvem.

É a subtiliza feita carne, sorrindo e convertendo ao seu ser por fios de seda, toda a rudeza; e tal o povo, tal o Poeta que pelos seus «Símbolos» nos transmite a divina essência do leite materno que o criou. A arte, assim nutrida, é e não pode deixar de ser o fluir ininterrompido de um rebrilhar que o segredo da inspiração e do talento funde em formas que uma imaginação verbal inesgotável lhe oferece. Pois quanto o Poeta viu e comoveu, por efeito duma sensibilidade tão viva como delicada, para tudo ele teve voz que no-lo comunicasse na sua integridade e nos desse comunhão no extâse.

Em extremo me cativando e enternecendo, quere a gentileza de V. Ex.^a que o meu pobre nome e a minha abundante gratidão se enleiam no roseiral viçoso e perfumado de rosas brancas que os «Símbolos» são; aí me abre na «Caridade das Velas» o lugar mais belo que me poderia guardar. Melhor não o escolheria eu, na liberdade de escolha que me faculta.

Porque me associa a um cortejo religioso de piedade, no qual a arte serve a compaixão. E a piedade é a razão última e suprema da vida humana; embora os «Símbolos» tenham, aparentemente, seus laivos de pessimismo pela frequência com que sentem a Dôr, esse mesmo pessimismo depressa se nos mudará em caridade e o seu consolo e a sua paz, pela coragem do Poeta que não lhe consente pausa na jornada e o encaminha do sarçal de espinhos que é o vestibulo do mundo, à redenção na conformidade que é o prémio final do sofrimento e do amor.

E essa serenidade última e o seu conforto prometidos estão desde já ao Poeta dos «Símbolos» por uma experiência bastas vezes manifesta, como, por exemplo, quando a sua predilecção contempla a cidade de Coimbra e lhe reza a sua oração com a placidez sublimada que da paisagem e do quadro se infiltra no ânimo devôto e lhe repassa as modelações.

Nesse arrojo e vê empenhar-se, confiadamente, meu prezado Amigo, certo de que a sua arte se alargará de amplitude, o

seu fiel admirador, dedicado
e mt.º obrigado

a) Jaime de Mag. Lima.

P. S.

Meia hora depois de ter escrito esta carta, eis que me visita o tão sadio e nobre cântico de elevado pan-

teísmo, — ia a dizer religioso — que ontem V. Ex.^a fez o favor de me enviar e que eu agora lhe restituo, posto no lugar que em seu ninho lhe estava destinado.

Portador o torno dos meus melhores agradecimentos e da confissão do meu encanto, e convencido fico de que por estes alentos, que assiduamente o erguem, o Poeta modera a mortificação do seu pessimismo accidental, e este alternar de contentamento e de mágoa o ajudará a chegar àquele estado de beatitude contemplativa que o seu coração candidamente procura entre as riquezas que o seu palpitar lhe grangeia de contínuo.

A-pesar da mt.^a affectuosa concessão de V. Ex.^a, quanto a demorar por mais tempo em meu poder os seus belos «Símbolos», mt.^o a agradeço, mas não quero abusar e persisto no propósito em que estava de os mandar hoje ao seu feliz autor, porque se o prazer da sua presença é grande e de todo o ponto salutar, a responsabilidade da sua guarda não é menor e obriga ao apartamento, embora entre saudade seja.

Admirador convicto de V. Ex.^a

J. L.
bibRIA

EVOCANDO O PASSADO...

PESSOA amiga entregou-nos há tempos, para publicação no *Arquivo*, uma colecção de poesias de antigos vates, relativas a Aveiro e sua região.

O desconhecido coleccionador, que as destinava ao prelo, teve o cuidado de as datar a todas e de anotar uma ou outra.

Não deixa de ser curioso o registo destas velharias na revista que, entre os seus fins, tem o de evocar aos novos o passado do Distrito. Verão eles, através dessas produções de sabor arcádico e romântico, tão afastado de nós, perpassar na sua singeleza e ingenuidade a devoção à cidade de Aveiro, às tricanas, à ria, ao Vouga, aos costumes locais.

Aqui reproduzimos, portanto, as poesias recolhidas nesse manuscrito, e fazemo-lo pela ordem crescente das datas que nelas figuram, sem sabermos se seria essa a que o coleccionador adoptaria.

O primeiro poeta que se nos depara é FRANCISCO JOAQUIM BINGRE, natural de Canelas (1763-1856). Foi tão afamado como infeliz poeta. Acerca dele podem os leitores ilustrar-se com a leitura do que no *Arquivo* se publicou em o vol. v (1939, págs. 187-207 e 289-307) (valioso artigo de ÁLVARO FERNANDES) e em o vol. xiv (1948, págs. 65-70), em que se lhe publicou um inédito. Supomos inédita a *Loa Alegórica* que abre esta colectânea. Quer tenha sido publicada, quer não, fica bem aqui essa produção de *Francélio Vouguense*, por ele escrita aos oitenta e um anos.

Segue-se a contribuição do ilustre aveirense, professor do Liceu de Aveiro, BERNARDO XAVIER DE MAGALHÃES, a quem se deve a muito conhecida canção de *A Salineira*, que publicámos em o vol. II (1936, págs. 15-20), e as *Saudades da Salineira*, poesia inserta em o vol. VIII (1942, págs. 222-225). Acerca de B. XAVIER DE MAGALHÃES encontrará o leitor interessantes informações no vol. xv do *Arquivo* (1949, págs. 227-240 e 249-267).

EVOcando O PASSADO...

A poesia seguinte, — *Nas margens do Vouga* —, é subscrita simplesmente pelas iniciais *M. P.*, que o coleccionador não identificou, como em nota dá a entender.

Datada do Porto em 1856, figura a poesia — *Aveiro* —, composta pelo aveirense, devotado bairrista, FRANCISCO ANTÓNIO DE RESENDE JÚNIOR.

A poesia — *Cegada em Aveiro* —, escrita para os folgedos do Carnaval de 1867, pertence ao ilustre aveirense FRANCISCO AUGUSTO DA FONSECA REGALA (1848-1917), que então contava 19 anos de idade. Oficial de Marinha, reformado, foi reitor do Liceu de Aveiro desde 1895 a 1910, ao qual, como à cidade, prestou relevantes serviços.

A *Aveiro* — é poesia devida à pena do Engenheiro A. F. DE ARAÚJO E SILVA e foi publicada em 1883 em periódico local. O autor, a quem a cidade ficou devendo notáveis serviços, deplora nesse escrito que cidade tão formosa se encontre em decadência. Que diria ele, se pudesse ver o progresso da actual cidade, que o não esqueceu assinalando com o seu nome uma das suas avenidas?

ADRIANO COSTA, nascido em Coimbra, encadernador, firma a poesia intitulada — *Aveiro!* —.

As *Tricanas de Aveiro* tiveram como cantor o Dr. Luís DE MAGALHÃES, ilustre filho de José Estêvão, poeta e prosador de merecimento. Nesse ano de 1896, em que escreveu a poesia, já LUÍS DE MAGALHÃES era conhecido como poeta e prosador: publicara os — *Primeiros Versos* — em 1880, aos 21 anos, e seguidamente dera à estampa: *Odes e Canções* (1884); o romance — *O Brasileiro Soares* —, que EÇA DE QUEIRÓS prefaciou (1885) e — *Notas e Impressões* — (1889). Depois de 1896, publicou: — *D. Sebastião* — (1898); — *Cantos do Estio e do Outono* — (1908); *Portugal na Guerra* (1916); *Frota de Sonhos* (1924); *Tradicionalismo e Constitucionalismo* (1927); *A Crise Monárquica* (1934), publicada um ano antes de falecer; etc.

Finalmente, fecha a colecção a poesia — *A Beira-mar* — do ilhavense M. MACHADO, que a publicara no «Almanaque Aveirense» em 1898.

Ontem, como hoje, são assuntos para poetas e prosadores o que nesta velha colecção se nos oferece: *Aveiro, as tricanas, a ria, o Vouga...*

JOSÉ TAVARES

LOA ALEGÓRICA,
EM QUE FIGURAM O VOUGA E O TEMPO

Tempo

Salve, Vouga ancião, amigo antigo!
Cansado de girar o globo em roda,
outra vez volto aqui a visitar-te,
sem furores, sem iras, sem borrascas,
nesta alegre estação do belo Estio.

Vouga

Me apraz tua visita, amado Tempo.
Quão grato me não és, quando te vejo
tão manso, tão pacífico e risonho!
Tu fazes o prazer da Sociedade,
quando esparges das aras estridentes
da alegria e da paz áureas centelhas;
quando desces assim às praias minhas,
que as plantas lavam da gentil Aveiro.
Minhas ninfas gentis os epinícios
cantam das tuas marciais vitórias.

Tempo

Amo os teus cidadãos e as ninfas tuas.
E é por isso que venho assim contente
às festas assistir com doce affecto
do santo Precursor, do grão Baptista,
do maior dos mortais entre os nascidos.
Eu, se há tempos aqui não tenho vindo,
é por ver com bem dó ter esfriado
em vossos corações, há muitos anos,
vosso ardor festival, devotas preces
ao vate do Jordão, de Cristo aluno.

EVOcando O PASSADO...

Vouga

É bem verdade, amigo, que descuido
tem havido em meus incolos devotos,
não por falta de zelo ou que esquecidos
eles fossem do meu patrono santo;
mas por verem que tu, de nós tão longe,
em tremendas empresas empregado,
não voltaras aqui, risonho e manso.

Tempo

Eu nunca me esqueci da foz do Vouga,
nem da antiga Talábriga, famosa,
nem do doce prazer que nela hei tido.

Vouga

Muito bem, Tempo amigo! Pois tornaste
tão afável a nós, anunciemos
do santo Precursor a alegre festa,
para consolação dos meus convivas.

Tempo

Sim, ó Vouga ancião! Primeiro brada.

Vouga

Cidadãos desta ínclita cidade,
escutai minha voz; ouvi meus brados.
Outra vez entre vós renasce o zelo
do Senhor São João na antiga festa,
que desleixo de desavindos dias
adormecida aqui há tempos tinha.
No dia vinte e quatro do corrente
Junho floreal, calmo e lindo,
havemos festejar com pompa egrégia
do São Baptismo a vítima primeira,
o Baptista João, que já no ventre
da santa Mãe santificado era.
Nas turícremas aras sacrossantas
se há-de ofertar a Deus em sacrificio
o inocente Cordeiro imaculado
com sonoro louvor, triságio canto.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Eloquente orador com frases puras
em sublime oração gratulatória
as virtudes do Herói da Palestina
memorar com primor há-de, e com arte.
Depois, em procissão, com fausto e asseio,
em riquíssimo andor, de Aveiro as ruas
transitará o Precursor de Cristo.

Tempo

Sim; e, depois da religiosa festa,
o povo brincahão desta cidade,
entrando nos festins deste almo dia,
as ruas correrá com lindas danças,
com esquisitas máscaras vistosas,
como em outro tempo festivais soíam.
Quatro dias tereis destes folgares,
de corridas de rápidos ginetes,
de combates de bravos, rufos touros,
de barcas pelo rio iluminadas;
quando a Lua estender o argênteo manto,
girândolas de fogo com bombardas
reberntarão nos ares aos milhares;
luminárias, jardins afogueados
de rareantes vistas cintilantes
da noite aumentarão o claro brilho.
Tudo há-de respirar prazer e gosto,
no regaço da paz honrando o vate
do límpido Jordão, baptismal rio,
onde a Cristo, João, da antiga mancha
do pecado do réu Adão lavara.

Vouga

Do Profeta Baptista o natal dia
todo o Orbe, folgando, exalta e louva.
Até os Muçulmões, da Lei contrária,
seu sacro nascimento alegres cantam.

Tempo

Grande Santo, imortal, nunca de Aveiro
tuas vistas arreda, milagrosas.
Faze que eu sempre traga às suas praias
no regaço da paz venturas cento.

Vouga

Divino Precursor, Vate vidente,
desvia do meu rio as negras sombras
de algum funesto azar! Faze felizes
os devotos desta ínclita cidade!
Traze sempre em teu dia natalício
sossego, festas, ditas e prazeres.

Ambos

Viva o Santo Baptista! Aveiro viva!

Francisco Joaquim Bingre, natural
de Canelas, concelho de Estarreja.

Em 1844.



PELA RIA
bibRIA

Voga, voga, barquinho elegante;
pela esteira das águas desliza.
Brilha a Lua no céu, fulgurante;
fortalece-me tu, fresca brisa.

Amigo, vê daqui a nossa Aveiro,
que já tão grande fora noutro tempo!
Olha a pátria do mestre insigne, ilustre,
Aires Barbosa!

Daqui não te parece airosa e bela,
daqui perto do Vouga tão ufano,
do Vouga, cujo cisne tão mimoso
mal se ouve, apenas?

Ela vê a seus pés depositado
salso produto, que essa lhana gente ⁽¹⁾
extrai da ria e que é tão copioso
nestas paragens.

(1) A essa classe de gente chama-se *marnotos*, e noutras terras *marroteiros*. Estes, na verdade, suando extraem o sal da nossa ria, mas ignoram as leis físicas, que concorrem para ele se cristalizar.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Lá vejo, além, essas extensas matas,
pinhais bravios, sempre verdenegros ⁽¹⁾;
e, noutras margens, branqueando areias
de incultas costas ⁽²⁾.

Ali, mais perto, dessa cale ao meio,
se agitam mastros de ligeiras rascas;
murmuram vagas tão suavemente,
que mal se escutam.

Naquela barca, dois rapazes remam;
brincando alegres, vão gozando a noite,
tão fresca e pura co luar que brilha
nestes espaços.

Mira-se Aveiro nestas mansas águas.
O céu é puro, que recamam astros.
A Lua brinca nesta vasta ria.
Vê, que belezas!

Voga, voga, barquinho elegante;
pela esteira das águas desliza.
Brilha a Lua no céu, fulgurante,
fortalece-me tu, fresca brisa.

Aveiro, 8 de Agosto de 1846

Bernardo Xavier de Magalhães,
Aveirense.

NOTA — O autor improvisou estes versos (que depois remodelou) pas-
sando com um amigo, num barco, pela ria.

(1) Pinhais e matos da Gafanha.

(2) Areais das costas de S. Jacinto e Costa Nova ou Costa do Prado.

NAS MARGENS DO VOUGA (1)

*Ali de saudade amarga e doce
Esquecido passei horas ditosas.*

GARRETT — *Camões.*

Aqui, neste ermo recinto,
consagrado à solidão,
onde humano labirinto
não perturba o coração;
aqui, onde a natureza
ostenta aquela beleza
que trouxe de Deus assim;
onde o céu é de safira
o ar puro se respira
e a terra é como um jardim;

onde alígeros cantores
vêm alegres adejar,
onde o bálsamo das flores
é tão grato respirar —
eu quero que o meu viver
possa manso discorrer,
folgado, livre, contente,
como além vejo na areia
argentina, clara veia
deslizando brandamente.

Olhos meus, não sejas fonte
do pranto que a dor gerou.
À vista deste horizonte,
quem jamais não se alegrou?
Ide risonhos, agora,
entre o prazer que aqui mora
colher no bosque, no prado,
ide colher a ventura
no tapete de verdura
que aqui vedes desdobrado.

(1) Nota que antecedia esta produção: — «No n.º 66 do *Campeão do Vouga*, de 28 de Novembro de 1852, vieram publicados uns versos intitulados — *Nas margens do Vouga* —. Têm apenas como assinatura as iniciais *M. P.* e são datados de Aveiro. Referem-se ao *Vouga*. E, como este rio passa perto de Aveiro e forma a sua barra, não será fora de propósito reproduzir aqui essa composição, que não deixa de ter merecimento».

Vede como além erguido
verde louro triunfal
parece ensoberbecido
gigante descomunal!
Sua fronte tão copada
vai na cúpula azulada
pintar-se do puro céu.
Nunca tu, ó meu loureiro,
enrinaldes lisonjeiro
vitorioso troféu.

O guerreiro vencedor
não te venha aqui buscar:
na frente do opressor
virias logo a marchar.
Antes aí vegetando,
que na guerra flutuando
nas ímpias mãos de Caim!
Antes uma vida obscura,
mas inocente, mas pura,
qual vives aí assim.

Nas águas que vão correntes
pelo prado a cintilar,
olhos meus, ide contentes
vossa vista mergulhar.
Por leito de fina areia
vede como se recreia
puro cristal de fluir!
Um seixozinho encontrou
e queixoso murmurou,
por ter com que resistir.

Deste mísero regato
sobre a límpida corrente
vedes, olhos, o retrato
do salgueiro tão virente:
está-se mirando agora
e, Narciso, se namora
desvanecido de si.
Vede como se inclinou
sobre as águas e beijou
quem amou e lhe sorri.

Costuma ali filomela
descantar com efusão
doce canto, que revela
o Autor da criação.

EVOCANDO O PASSADO...

As cordas daquela lira
quem haverá que as fira,
a não ser a mão de Deus?
É um canto de louvor
que o mesquinho trovador
crê que venha lá dos céus.
.

Segui, olhos, a corrente
que luzente se desliza
pelo prado, que virente
de boninas se matiza;
vede como tortuosa
vai correndo preguiçosa
sobre o seu leito arenoso.
Nem se lembra do porvir,
que a mesquinha vai sumir
no grande mar salitroso.
.

Mimosa relva dos prados
em florir como se esmera
de botõezinhos rosados,
que lhe deu a Primavera.
E tão fresca e tão virente
lá vegeta florescente,
mas nesse seu vegetar
não se lembra que das flores
hão-de invernosos rigores
a pobrezinha esfolhar.
.

E neste meu cogitar,
distráido, arrebatado,
nem vi o Sol declinar
sobre o mar encapelado:
que já tenebroso manto
em torno vi, com espanto,
envolver o ambiente,
o céu coberto de estrelas,
a Lua sorrir entre elas
com um sorriso inocente.
.

Aveiro, 22 de Setembro de 1892

M. P.

AVEIRO

Pátria minha idolatrada,
onde primeiro gemi;
terra minha, tão querida;
bela terra em que nasci;
gentil terra, onde primeiro
ao mundo os olhos abri,

venho hoje, em pobre canto,
tua beleza exaltar;
venho ver se posso ainda
singelo canto ofertar
à terra que tanto amei,
que inda amo e hei-de amar.

Amei-te, porque pra mim
eras terra sem rival,
e inda hoje não conheço
no mundo beleza igual.
Hei-de amar-te, porque és
a minha terra natal.

Se não tens riqueza e ouro,
próprios sinais da ambição,
que valem estes no mundo?
Sem a nobreza, o que são?
São qual fumo que se espalhou
com pequena agitação!

E tu és nobre! Tu mostras
da beleza alto primor.
Se teus muros não circundam
das riquezas grão valor,
tens em ti uma Princesa,
eterno, santo penhor.

II

Que valem glórias da guerra,
que só crueldade encerra,
assolando toda a Terra
com os vis efeitos seus?

EVOcando O PASSADO...

Não vale mais o padrão,
mostrando ao mundo cristão
quanto é certa a salvação,
quando só se atende a Deus?

Não tens tu um monumento
onde jaz esse portento,
que só teve o pensamento
de calcar aos pés o mundo?
E não tens outras vitórias,
cujos louros, cujas glórias
não vão cair transitórias
lá num olvido profundo?

Não tens feitos corajosos,
não tens filhos valorosos,
que nos momentos p'rigosos
vão a Pátria libertar?
Nem jamais tiveste filhos
que, seguindo nobres trilhos,
fossem, de armas entre os brilhos,
por ti, ó Pátria, pugnar?

Eia, pois! Se tens nobreza;
se, além disso, uma Princesa
implora em tua defesa
lá no céu, junto ao Senhor,
deixa esse sono profundo,
esse sono sem segundo,
em que só mostras ao mundo
que te oprime cruel dor.

III

Deixa, e vem entre as cidades
ser cidade sem rival;
sem essas loucas vaidades,
vem ser a todas rival,
porque assim, embora pobre,
ilustre será e nobre
a minha terra natal.

Porto, 1856.

*Francisco António de Resende
Júnior, Aveirense.*

CEGADA EM AVEIRO

Aveiro, terra formosa,
linda rosa
dos jardins de Portugal,
sem rival!
Quanto val'
esse encanto, que é só teu!
Dize, ó bela;
dize, estrela,
quem to deu?

És uma nova Veneza,
minha terra, meus amores.
Os teus prados têm beleza;
teus canteiros, muitas flores.

E que bela a face tua,
quando a Lua
com seus raios te ilumina!
E que dia
de alegria
o que passo no teu seio!
Tu dás vida,
minha q'rida,
meu enleio!

És uma nova Veneza,
minha terra, meus amores.
Os teus prados têm beleza;
teus canteiros, muitas flores!

O Bingre, vate inspirado,
namorado,
o teu rio cristalino,
já cantou!
Pequenino,
eu brinquei no teu regaço.
Hoje, cantos
sem encantos
só te faço.

EVOcando O PASSADO...

És uma nova Veneza,
minha terra, meus amores.
Os teus prados têm beleza;
teus canteiros, muitas flores.

*Francisco Augusto da Fonseca
Regala, Aveirense.*

(No Carnaval de 1867)



A AVEIRO

Quando sob áureas franjas do arrebol
no lago cristalino, ao pôr do Sol,
vejo a paisagem tua;
quando de noite brilham prateados
os cristais das salinas, espelhados
aos reflexos da Lua,

sinto n'alma saudades, que não passam!
A ria... a terra... o mar aqui se enlaçam
sob azulado céu.

De Génova o bom lago não invejes;
de Veneza os eflúvios não desejes:
este quadro é só teu!

No campo a graça exultas de uma rosa;
nas águas dessa ria donairoza
podem barcos brincar!
Na verde alfombra da virente margem,
nas ondas, que na praia lá se espargem,
tens de ninfa o solar!

Além... plácido o Vouga, que serpeia
por entre toscas margens, onde arqueia
o brando salgueiral,
corre a inquieto porto espadanar-se,
às vagas saltitantes arrojarse
num amplexo final!

Nos vergéis que rodeiam tuas águas
destacam-se os canteiros, onde mágoas
vão muitos disfarçar!

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Nas salinas que enfeitam tua ria
entoa a salineira todo o dia
seus carmes sem cessar!

Pródiga a natureza te doara
o espelho que de belo te tornara
Veneza do Ocidente;
és pobre de venturas, mas formosa;
de encantos opulenta, ó desditosa,
tua estrela é cadente!

Do tempo as negras asas te roçaram
as pedras que de um Duque memoraram
um crime de traição...
Nos escudos das quinas, nos castelos,
nos traços de bastardo, os camartelos
certeiros golpes dão!

Há vinte e cinco lustros que Lisboa
de ingrato bacamarte amaldiçoa
a bala regicida.

E tu, junto dos filhos que lamentas,
passavas, inocente, nas tormentas
penosa, amarga vida!

Coraste de vergonha, antiga Aveiro!
Que culpas assumia um povo inteiro
do seu Duque desleal?

Mal haja quem de pedra tão inerte
em prova de ruindade assim perverte
quinas de Portugal!

.

Sob horóscopo cheio de venturas,
para glórias presentes e futuras
surgira um filho teu,
esse José Estêvão, que na História
por seu engenho ilustre a sã memória
guindou ao apogeu.

Tribuno sem rival, quis elevar-te;
à custa do talento, ingrinaldar-te,
a ti, pátria adorada!
Mas dura Parca os voos lhe cortara,
a fronte respeitável fulminara
da morte inesperada!

EVOcando O PASSADO...

.
E tu, filha do Vouga, não intentes
do progresso e das artes refulgentes
ter a luz, vida, acção!
Nestes fastos da História, que estremeces,
pobre Veneza lusa, reconheces
a tua condição!

Pródiga a natureza te doara
o espelho que de belo te tornara
Veneza do Ocidente;
és pobre de venturas, mas formosa;
de encantos opulenta, ó desditosa,
tua estrela é cadente!

A. F. de Araújo e Silva

(«Locomotiva», de Aveiro, 23 de Junho de 1883, 1.º ano, n.º 18)

bibRIA

AVEIRO!

(Ao grupo musical — «Doze de Agosto»)

I

Vénus deitou-se uma noite
negligente sobre a praia,
envolta em fina cambraia,
tão alva como o luar.
Ondas banhavam o leito
da deusa da formosura,
que em descuidada postura
beijava a espuma do mar.

Os seus lábios purpurinos
de pérolas orvalhados
eram cristais prateados,
brilhando à luz do luar.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Tinha sobre as brancas pomas
e solta a trança dourada,
na mão a taça empunhada,
de champanhe a trasbordar.

II

Pensou coisas divinais.
Depois, mui lânguidamente,
abandonou-se, dormente,
e, unindo as louras pestanas,
fez, de uma pérola, *Aveiro*,
do champanhe fez a *Ria*.
E, quando a manhã sorria,
da espuma fez as *Tricanas!*

Por isso nós, os boémios,
sem pranto, sem dor, sem mágoas,
vamos saudando estas águas
beijadas pela *Deidade*.
Trinem, pois, os bandolins,
enquanto a barca desliza;
soltem-se ao sopro da brisa
os cantos da mocidade.

Aveiro, Agosto, 12 de 1891

Adriano Costa (natural de Coimbra) (1).



ÀS TRICANAS DE AVEIRO

Tricanas da *Beira-mar*,
vossos sorrisos dão vida,
como a lágrima da aurora
à violeta perdida.

Fizeram greve as estrelas
e não quiseram brilhar,
por invejarem os olhos
das moças da *Beira-mar*.

(1) Foi encadernador e, por fim, empregado comercial.

EVOCANDO O PASSADO ...

Tricanas, meigas tricanas,
não vos fieis nos amores,
que têm, como a rosa, espinhos,
e, se ferem, causam dores.

És um viçoso jardim,
bela cidade de Aveiro:
as rosas são as tricanas,
a *Beira-mar* o canteiro.

Ah, terra como não há,
nem houve no mundo inteiro!
Que é Paris? Que foi Sabá,
Corinto, Roma ou Judá,
amigos, ao pé de Aveiro?

Dizem os italianos:
«Ver Nápoles e morrer!»
Mas nós outros, Lusitanos,
Podemos dizer, ufanos:
«Ver Aveiro... e então viver!»

Onde areias mais doiradas?
Onde ribas mais formosas?
Lagunas mais prateadas?
Abraços, calmos, de enseadas?
Paisagens mais deleitosas?

Onde mais verdes campinas,
em que a vida mais se enleve?
Velas, nas águas, mais finas?
Mais puras, brancas salinas,
com pirâmides de neve?

Onde é que olhos namorados
vêem mais lindas mulheres,
fino artelho, pés alados,
cabelos de oiro cendrados,
ou ébano, se os preferes?

Moreira (subúrbios do Porto), 2 de Dezembro de 1896

Luis de Magalhães, Lisbonense.

A BEIRA-MAR

Saudades da *Beira-mar*
o meu coração guardou,
como guarda a namorada
do noivo que se ausentou.

A Deus pediram os anjos,
fazendo grande berreiro,
que lhes desse a formosura
das tricaninhas de Aveiro.

Numa barquinha as tricanas
entoam meigos descantes,
inebriando de amores
os corações dos amantes

M. Machado (1)

(Do *Almanaque Aveirense, A Beira-mar*, 1898, págs. 57).

(1) Marques Machado, natural de Ílhavo.

NATURALIDADE E FAMÍLIA DE JOÃO AFONSO DE AVEIRO

NAVEGADOR E POETA DO SÉCULO XV

«D'aqui advirto quanto he necessario para a Historia antiga a noticia das escrituras authenticas, com as quaes se emendão as Historias d'aquelles tempos, e encaminham muitas cousas, que andam sem fundamento introduzidas.»

FR. FRANCISCO BRANDÃO, *Mon. Lusit.*, Parte VI,
Liv. XVIII.

bibRIA

I—O NAVEGADOR JOÃO AFONSO DE AVEIRO

OS cronistas dos descobrimentos dos portuguezes mencionam João Afonso de Aveiro como navegador e descobridor do reino e terra de Benim, na Guiné, no ano de 1484 ou no seguinte, e fundador de uma feitoria no porto de Gató, próximo da cidade de Benim, para resgate de escravos, pimenta, marfim, ouro e outros produtos.

O primeiro cronista que se refere a João Afonso de Aveiro é RUI DE PINA (1440-1519 ou 1523) que na sua *Crónica del rei D. João II* diz o seguinte:

«Neste ano [1484] foi primeiramente descoberta a terra de Benim além da Mina nos Rios dos Escravos por João Afonso de Aveiro que lá faleceu; donde a este reino veio a primeira pimenta de Guiné cujas mostras foram logo enviadas a Flandres, e a outras partes e foi logo havida em grande preço e estima. E o rei de Benim enviou a el rei um negro seu capitão dum lugar de porto de mar, que se diz Uगतó,

com embaixada, desejoso de saber novas destas terras cujas gentes souberam lá por grande novidade.

Era este embaixador homem de bom repouso, e natural saber, foram-lhe feitas grandes festas, e mostradas muitas coisas boas destes reinos.

E foi retornado a sua terra, em navio d'el-rei, que à sua partida lhe fez mercê de vestidos ricos para ele e sua mulher: e assim enviou por ele ao rei um rico presente de coisas que ele entendeu que muito estimaria. E assim santos e mui católicos conselhos com louvadas admoestações para a fé, repreendendo as heresias e grandes idolatrias e feitiçarias de que naquela terra os negros usam. E com ele foram logo novos Feitores del-rei, para lá estarem e resgatarem a dita pimenta: e assim algumas outras coisas que para os tratos del-rei pertenciam. Mas por a terra se achar depois, de muito perigo e doenças, e não ser de tanto proveito como se esperava, o trato se desfez.»

Os cronistas posteriores a RUI DE PINA foram repetindo ou ampliando o que este escrevera a respeito de João Afonso de Aveiro, mas não fazendo nenhum deles qualquer referência à naturalidade, família e acção de João Afonso de Aveiro antes da sua partida para Benim em 1484.

GARCIA DE RESENDE (1470?-1533) na sua *Crónica dos valerosos e insignes feitos d'el-rei D. João II* e ANTÓNIO GALVÃO (?-1557) no seu *Tratado dos Descobrimentos* quase repetem RUI DE PINA no que diz respeito a João Afonso de Aveiro, mas JOÃO DE BARROS (1496-1570), amplia-o muito na sua *Ásia, Década I*, escrita em 1540, no tempo de D. João III, já debaixo de ideias económicas e religiosas muito diferentes das do tempo de D. João II, e de D. Manuel.

Assim diz JOÃO DE BARROS:

«Este Embaixador del Rey de Benij trouxe-o João Affonso d'Aveiro, que era ido a descobrir esta costa por mandado del Rey; e assi trouxe a primeira pimenta que veio daquellas partes de Guiné a este Reyno, a que nós ora chamamos de Rabo, pola differença que tem da outra da India, por nella vir pegado o pé em que nasce, a qual El Rey mandou a Frandes, mas não foi tida em tanta estima como a da India.

E porque este Reyno de Benij era perto do Castello de S. Jorge da Mina, e os Negros, que traziam ouro ao resgate della, folgavam de comprar escravos pera levar suas mercadorias, mandou El Rey assentar feitoria em hum porto de Benij, a que chamam Gató, onde se resgatavam grande numero delles, de que na Mina se fazia muito proveito,

porque os mercadores do ouro os compravam por dobrado preço do que valiam cá no Reyno.

Mas como El Rey de Benij era mui subjecto a suas idolatrias, e mais pedia aos Sacerdotes por se fazer poderoso contra seus vizinhos com favor nosso, que com desejo de Baptismo, aproveitáram mui pouco os Ministros d'elle, que lhe El Rey lá mandou. Donde se causou mandallos vir, e assi aos Officiaes da Feitoria, por o lugar ser mui doentio; e entre as pessoas de nome, que nella falecêram, foi o mesmo João Afonso d'Aveiro que a primeiro assentou.

Porém depois per muito tempo, assi em vida del Rey Dom João, como del Rey Dom Manuel, correo este resgate de escravos de Benij para a Mina: cá ordinariamente os navios, que partiram deste Reyno, os hiam lá resgatar, e dahi os levavam á Mina, té que este negocio se mudou por grandes inconvenientes que nisso havia.»

Vê-se claramente que João Afonso de Aveiro foi a Benim estabelecer e construir uma feitoria para comércio da pimenta e de escravos, como análogamente tinha Diogo de Azambuja construído a fortaleza e a feitoria da Mina. Mas o negócio da pimenta fracassou, e só continuou o dos escravos, embora tivesse cessado o tráfico destes por ordem de D. João III, para venda aos mercadores negros, pois que nestas condições os escravos nunca entravam na comunidade cristã.

Os tempos tinham mudado e por isso JOÃO DE BARROS falava claramente no negócio dos escravos. Ocultaram-no RUI DE PINA e outros cronistas.

Anteriormente, o grande navegador, roteirista, cosmógrafo e explorador das costas da Guiné, Duarte Pacheco Pereira, falecido por volta do ano 1530, refere-se na sua obra *Esmeraldo De Situ Orbis*, escrita talvez em 1505, ao tráfico de escravos de Benim por parte dos portugueses, mas também oculta o destino que lhes davam. Assim escreve:

«... e estes escravos são comprados pela nossa gente que o Serenissimo Rei em seus navios manda, duzentas léguas além deste castelo [S. Jorge da Mina], em uns rios onde está uma muito grande cidade a que chamam o Beni, e daí os trazem; nem convem que disto mais digamos, pois que o que dito é, basta para entendermos o que cumpre; sómente que este comércio [é de] el-Rei nosso senhor.»

Refere-se DUARTE PACHECO ao rei D. Manuel, a quem dedicou o seu *Esmeraldo*, mas o que se passava no tempo deste rei, passava-se no tempo de D. João II. Duarte Pacheco esteve na cidade de Benim quatro vezes e foi governador

do castelo de S. Jorge da Mina durante os anos de 1520 a 1522.

JOÃO DE BARROS, ao estudar o descobrimento do Cabo da Boa Esperança, atribui sem verdadeiro fundamento a João Afonso de Aveiro uma acção decisiva na descoberta da Índia pelos portugueses.

Com efeito, diz que João Afonso de Aveiro, informou D. João II de que, os moradores de Benim lhe diziam que a cerca de duzentas e cincoenta léguas para oriente desta cidade *«havia um rei, o mais poderoso daquelas partes, a que eles chamavam Ogané, que entre os príncipes pagãos das comarcas de Benim era havido em tanta veneração, como àcerca de nós os Sumos Pontífices»*.

Era este rei que confirmava os reis de Benim.

Daqui, resultou, segundo JOÃO DE BARROS, ter D. João II e seus cosmógrafos, entendido que este rei Ogané devia ser o Preste João das Índias, rei cristão da Etiópia sobre Egipto, atendendo à distância de Benim ao reino de Ogané e ao facto de estes dois reis africanos *«andarem metidos em cortinas de seda e trazerem o sinal da Cruz em grande veneração»*.

Aquella afirmação de JOÃO DE BARROS é inadmissível, porquanto a distância de Benim à Etiópia ou Abissínia era muito maior do que duzentas e cincoenta léguas, e ainda porque o rei Ogané não era cristão, sendo pagã a sua religião como a do rei de Benim. Neste reino existia uma poderosa teocracia que dominava o *oba* ou rei.

A cruz que estes dois reis negros usavam era sinal de ritos religiosos terríveis, que incluíam sacrificios humanos anuais em crucificações. Tal cruz nenhuma relação tinha portanto com a religião cristã.

Este culto religioso com sacrificios humanos durou até aos fins do século XIX. Em 1897 houve um grave conflito entre o reino de Benim e a Inglaterra, motivado por tais sacrificios. Com efeito, neste ano os dirigentes de Benim assassinaram o cônsul inglês Phillips e oito europeus que se dirigiam a visitar o rei em Benim, apesar de este os ter avisado de que retardassem a sua visita até que ele houvesse terminado a celebração dos sacrificios anuais feitos em homenagem ao *djudju* ou espírito de Benim.

Uma expedição inglesa, após considerável resistência, entrou em Benim, castigou os culpados do atentado e destruiu o rei de Benim que veio a falecer em 1914.

Voltando ao rei Ogané, direi que ainda vivia nos princípios do século XVI, porque DUARTE PACHECO PEREIRA refe-

re-se a ele no seu *Esmeraldo*, como vivendo no seu tempo, e dizendo que Ogané era entre os negros assim como o Papa entre nós. Mas Ogané, não sendo cristão, não era o Preste João das Índias.

Depois de JOÃO DE BARROS e até à actualidade, os historiadores e investigadores pouco mais têm feito que copiar o que este cronista escreveu, mas acrescentando-lhe inexactidões e deturpando as suas palavras.

Assim, erradamente dizem ainda alguns historiadores de nossos dias que D. João II continuou em 1486 os trabalhos de descobrimento do caminho marítimo para a Índia em virtude das informações dadas a este monarca por João Afonso de Aveiro a respeito do rei Ogané em 1485 ou 1486. Ora em 1485 já os portugueses estavam senhores de todos os elementos necessários para chegarem à Índia, e pode mesmo dizer-se com FONTOURA DA COSTA que já estavam *às portas da Índia em 1484*.

Por motivos especiais vamos transcrever o que o investigador aveirense JOÃO AUGUSTO MARQUES GOMES (1853-1931) escreveu a respeito do navegador João Afonso de Aveiro na sua obra *Memórias de Aveiro*, impressa em 1875 onde se verá que ele incorreu no erro atrás mencionado, e ainda em outros. Deve notar-se que MARQUES GOMES denomina este navegador apenas por João Afonso.

«Diogo Cão, na viagem que por ordem de D. João fez à costa de África em 1484, e que teve por resultado a descoberta do grande rio Zaire e do reino do Congo, levou na sua companhia João Afonso, piloto assás perito, cujo saber era conhecido em todo o Portugal.

João Afonso era natural de Aveiro; porém ignora-se a época do seu nascimento, assim como o nome de seus pais.

Tais foram as informações que a seu respeito deu Diogo Cão a D. João II, que este logo no ano seguinte o encarregou de uma expedição, também na Costa de Africa; que foi o penetrar pelo interior do Rio Formoso, o que levou a efeito em 1486, descobrindo por essa ocasião o reino e terras de Benim em Guiné.

João Afonso estabeleceu feitorias em Benim, e fez com que o rei enviasse embaixadores a D. João II, pedindo aliança.

João Afonso, que apressou a descoberta da Índia, não só enviando para Portugal a pimenta de Guiné, como também pelas notícias que deu a D. João II de um célebre monarca do Oriente, que a este se lhe afigurou ser o Preste

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

João das Indias, teve por túmulo o teatro das suas glórias, pois as suas cinzas lá repousam longe da pátria, em Benim.»

Em resumo: João Afonso de Aveiro foi um navegador e explorador do século xv, integrado no movimento dos descobrimentos portugueses na costa africana ocidental durante os reinados de D. Afonso v e D. João II, ao qual a história atribui a descoberta do reino de Benim e a fundação de uma feitoria em Gató, neste reino, por volta do ano de 1485, e refere a sua morte nesta feitoria pouco depois deste ano.

Da sua vida profissional até à época em que partiu para Benim nada se sabe, assim como nada se sabe da sua biografia particular.

As investigações a que procedi farão, no entanto, diminuir a ignorância em que temos estado a respeito de João Afonso de Aveiro.

II — O POETA JOÃO AFONSO DE AVEIRO

Na história da literatura portuguesa do século xv aparece um poeta palaciano de nome JOÃO AFONSO DE AVEIRO.

Deste conhecem-se apenas quatro poesias recolhidas por GARCIA DE RESENDE no seu *Cancioneiro*, e uma poesia denominada *A Perdição de Castela*, transcrita por FERNÃO HOMEM DE FIGUEIREDO (Frei Manuel Homem), dominicano do séc. xvii, na sua obra *Ressurreição de Portugal e morte fatal de Castela*, e que diz ter sido escrita em 1479.

DIOGO BARBOSA MACHADO (1682-1774), na sua obra *Biblioteca Lusitana*, refere-se a este poeta nos seguintes termos:

«João Afonso de Aveiro, de cuja notável vila situada em a diocese de Coimbra é natural, é filho de João Gonçalves alcaide-mór de Almoster e de Catarina Garcia da Gama. Entre os criados que teve D. Diogo quarto duque de Beja e irmão do serenissimo rei D. Manuel, mereceu distinta estimação pela nobreza do nascimento, como pela agudeza com que metrificava deixando eternizada a sua musa em alguns versos que saíram impressos a fl. 130 v. e 131 do *Cancioneiro* de Garcia de Resende.»

BARBOSA MACHADO comete graves erros quanto à filiação e naturalidade do poeta João Afonso de Aveiro, e quanto à sua qualidade de criado de D. Diogo.

Este escritor confunde talvez João Afonso de Aveiro com o bacharel João Afonso, veador do duque de Bragança.

NATURALIDADE E FAMÍLIA DE JOÃO AFONSO

TEÓFILO BRAGA (1843-1924), na sua obra *Poetas Palacianos*, repete o que disse BARBOSA MACHADO, acrescentando-o com mais outro erro ao afirmar que o poeta João Afonso de Aveiro esteve comprometido na conspiração de 1483 do duque de Bragança contra D. João II, e que por tal motivo fugiu para as Ilhas.

Isto não é verdade, e o erro de TEÓFILO BRAGA deriva de de ter interpretado mal o título que GARCIA DE RESENDE pôs numa poesia do coudel-mor Fernão da Silveira dirigida a João Afonso de Aveiro. Este título é redigido nos seguintes termos:

«Trovas do coudel moor a Joam Afonso daueiro, que se foy a viuer nas jlhas, e de laa lhe escreueo que fyzesse algũas cousas por ele, em que entrou fallar a sua dama, e despachar outras com a senhora jfante, e co duq̃ mas ysto veo no tẽpo da morte do duq̃».

Isto só mostra que João Afonso de Aveiro tinha ido viver nas Ilhas, talvez de Cabo Verde, em serviço oficial, e que ignorava a conspiração. De resto João Afonso de Aveiro nada tinha que se meter na conspiração de 1483 do duque de Bragança, ou na de 1484 do duque de Viseu, visto que elas foram planeadas pela alta nobreza aparentada com D. João II, para este não cumprir as resoluções das cortes de 1481, pelas quais ela era destituída de muitos dos privilégios que tinha.

Tem-se dado pouco realce às extraordinárias resoluções destas cortes.

João Afonso de Aveiro, que como veremos, não era da alta nobreza, embora muita tivesse, não apoiaria tais pretensões, e seria antes contrário a elas como as ditas cortes e D. João II, e por tal motivo estaria ao lado deste rei.

Em geral, os escritores e investigadores admitem que o navegador João Afonso de Aveiro e o poeta do mesmo nome são indivíduos diferentes, mas na realidade são a mesma pessoa. Nada obsta a que o sejam; pelo contrário, tudo o indica. Adiante se verá a razão disto.

João Afonso de Aveiro não se dedicou portanto apenas à navegação e ao comércio nos reinados de D. Afonso V e de D. João II. Foi também um dos poetas das cortes destes reis, em boa camaradagem com muitos outros poetas palacianos do seu tempo, tais como o Conde de Tarouca, Fernão da Silveira, D. João de Meneses, Nuno Pereira, Jorge de Aguiar, Pedro de Sousa Ribeiro, Lançarote de Melo, etc.

Resta saber quem era o navegador e poeta João Afonso de Aveiro, isto é, qual a sua naturalidade e família.

Até hoje ainda ninguém o disse com exactidão, mas eu julgo poder fazê-lo, baseado nas investigações que fiz.

III—A FALSA NATURALIDADE DE JOÃO AFONSO DE AVEIRO E O DESCONHECIMENTO DE SUA FAMÍLIA

Acerca da naturalidade e da família do navegador João Afonso de Aveiro nada escreveram os cronistas dos descobrimentos.

O primeiro escritor que lhe atribui Aveiro como sua terra natal é o Padre ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA que na sua *Corografia Portuguesa*, tomo II, impresso em 1707, capítulo III, intitulado: *Da nobreza desta vila [Aveiro], privilegios e suas grandezas*, assim se refere àquele navegador repetindo erros que já indiquei:

«Outro descobrimento de não menos importância adiantou na Costa de Africa em tempo del Rei D. João II, o famoso João Afonso de Aveiro, assim da Ilha, a que deixou seu apellido, como da terra firme do reino de Benim, donde trouxe a Portugal um embaixador, com notícias do que o vulgo intitula Preste João; pelo que, e por trazer tambem a primeira pimenta, foi a causa próxima da conquista da India, como diz Mariz, *Didlogo* 4, cap. 10.

A seguir, BARBOSA MACHADO afirma na sua *Biblioteca Lusitana* que o poeta João Afonso de Aveiro era de Aveiro e filho de João Gonçalves e de Catarina Garcia da Gama. Ora, em Aveiro não há o menor indício da existência de tal João Gonçalves e sua mulher.

TEÓFILO BRAGA, nos seus *Poetas Palacianos*, repete o que BARBOSA MACHADO disse.

Surge finalmente o investigador aveirense MARQUES GOMES que, nas suas *Memórias de Aveiro*, impressas em 1875, diz apenas o seguinte a respeito da naturalidade e filiação do navegador João Afonso de Aveiro:

«João Afonso era natural de Aveiro; porém ignora-se a época do seu nascimento, assim como o nome de seus pais.»

Deve notar-se que MARQUES GOMES atribui ao navegador o simples nome de João Afonso, julgando que a locução *de Aveiro* não faz parte do nome, por ser apenas indicadora da terra da sua naturalidade.

As afirmações de MARQUES GOMES não são, porém, exactas; no entanto, todos os escritores e investigadores posteriores a ele as têm admitido como exactas. Mas o erro de MARQUES GOMES é desculpável porque ele não conheceu qualquer documento referente a João Afonso de Aveiro.

Vamos ver que João Afonso de Aveiro não é natural de Aveiro e que sua família é distinta e de grande importância.

IV — ELEMENTOS PARA A BIOGRAFIA DE JOÃO AFONSO DE AVEIRO

Foi num interessante trabalho e em documentos autênticos dos séculos xv e xvi publicados pelo ilustre académico e investigador Sr. Dr. ANTÓNIO DE MACHADO FARIA nos *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. 1, 1946, a respeito da vida e família do Doutor Pedro de Alpoim, lente de leis na Universidade de Coimbra, e degolado em 22 de Maio de 1581 pelos espanhóis por ser partidário de D. António, Prior do Crato, que vi mencionado o nome de João Afonso de Aveiro incluído na família do dito Doutor Pedro de Alpoim.

Este facto constituiu uma agradável e enorme surpresa para mim, porque logo tive a impressão de que este João Afonso de Aveiro era o navegador e poeta do século xv que tinha falecido em Benim por volta do ano 1487.

E porque não há-de de ser? Pois se tudo concorre para que o seja!...

Na verdade, é incrível que na mesma época e em condições análogas existam três indivíduos diferentes de nome João Afonso de Aveiro: um, navegador debaixo das ordens e confiança do rei D. João II, e falecido por volta de 1487; outro, poeta da corte de D. João II; e outro, vivendo no tempo de D. João II e ligado a nobres e ilustres famílias de Coimbra, também falecido cerca de 1487.

Evidentemente trata-se do mesmo indivíduo, mas este não é natural de Aveiro nem filho de pais humildes e desconhecidos como se tem afirmado.

É interessante notar que os documentos relativos ao Doutor Pedro de Alpoim, publicados pelo Sr. Dr. ANTÓNIO DE MACHADO FARIA pertenceram ao arquivo dos condes de

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Camarido, sendo o primeiro conde deste título Nuno Freire de Andrade e Castro de Sousa Falcão de Figueiredo que casou com D. Maria Isabel Correia de Melo e Brito de Alvim Pinto, descendente do avô paterno de João Afonso de Aveiro, e senhora da Casa dos Melos, em Viana do Castelo.

Entre os documentos publicados, interessam especialmente à biografia de João Afonso de Aveiro, o testamento de seu avô paterno, Afonso Domingues de Aveiro, feito em Coimbra em 1417, uma sentença do Desembargo do Paço dada em Évora a 12 de Março de 1534 e outra da Casa da Suplicação, dada em Évora a 17 de Agosto de 1536, relativas a acções intentadas em Coimbra por descendentes daquele Afonso Domingues de Aveiro por motivo da sucessão numa capela e morgado que este havia instituído em seu testamento. Nestas sentenças se menciona João Afonso de Aveiro e sua família, estando claramente expressa a sua filiação.

O Sr. Dr. ANTÓNIO MACHADO DE FARIA, tendo incluído no seu trabalho a árvore genealógica do Doutor Pedro de Alpoim, fez involuntariamente a de João Afonso de Aveiro, não suspeitando que este seria o navegador e poeta do século xv, pois não lhe faz qualquer referência.

Os documentos a que me estou referindo nada dizem acerca da posição social de João Afonso de Aveiro e dos seus ascendentes, e por isso procurei elementos que me habilitassem a conhecê-la.

As minhas investigações deram o resultado que eu desejava. Com efeito, em extractos de documentos do século xv existentes no Arquivo Municipal de Coimbra, e publicados no terceiro quartel do século xix pelo Dr. JOÃO CORREIA AIRES DE CAMPOS, por ordem da Câmara Municipal de Coimbra, encontrei nomes e occupações de indivíduos que são ascendentes de João Afonso de Aveiro, e viveram em Coimbra: um Afonso Domingues de Aveiro, seu pai; e outro Afonso Domingues de Aveiro, seu avô paterno.

Na *Monarquia Lusitana*, tomo VIII, encontrei largas referências à actividade política de Afonso Domingues de Aveiro, o dito avô paterno.

Com estes elementos pude descobrir a naturalidade do navegador e poeta João Afonso de Aveiro e identificar a sua família.

V—O AVÔ PATERNO DE JOÃO AFONSO
DE AVEIRO

João Afonso de Aveiro é filho de Afonso Domingues de Aveiro, o moço, natural de Coimbra, e este é filho de outro Afonso Domingues de Aveiro, o velho.

A história de Portugal menciona este Afonso Domingues de Aveiro como denodado partidário de D. João, Mestre de Aviz, o futuro rei D. João I, o de Boa Memória. Ele, vivendo em Coimbra, tomou parte nas cortes que se realizaram nesta cidade em 6 de Abril de 1385, como procurador do concelho de Coimbra e do de Aveiro, para nomearem e aclamarem o Mestre de Aviz como rei de Portugal.

A sua assinatura figura no auto de aclamação deste rei, feito em 6 de Abril de 1385.

Este auto existe no Arquivo Nacional.

Afonso Domingues de Aveiro, o velho, já tinha prestado relevantes serviços ao rei D. Fernando, o qual, por isso, lhe concedera certa mercê.

Não sei de onde era natural este Afonso Domingues nem quem eram seus pais. É possível que ele seja natural de Aveiro. Mas isto interessa pouco ao fim que temos em vista.

O que é certo é que Afonso Domingues de Aveiro, o velho, ainda viveu solteiro na cidade de Coimbra, e aqui casou, vivendo com sua mulher e filhos numas casas situadas na freguesia de S. Cristóvão, na rua das Fangas, actualmente denominada rua de Fernandes Tomás, e no ponto de encontro desta rua com a de Joaquim António de Aguiar, denominada antigamente rua do Correio.

Fez testamento em Coimbra em 7 de Abril da era de mil quatrocentos e cincoenta e cinco ou seja o ano 1417 de Cristo, e faleceu neste ano ou pouco tempo depois na dita cidade, já no estado de viúvo, e em avançada idade.

No seu testamento declara chamar-se Afonso Domingues de Aveiro, e ser cidadão morador em Coimbra, numas casas situadas *asi da parte descontra Arreguaça como descontra Sam Cristovam*, isto é, as casas tinham uma frente voltada para a Arreguaça, e outra voltada para a igreja de S. Cristóvão e eram afinal aquelas que atrás mencionei. Esta igreja estava situada na rua hoje denominada de Joaquim António de Aguiar, e foi demolida em 1860; no seu local foi construído o actual Teatro Sousa Bastos.

Durante a sua vida acumulou uma grande fortuna constituida por dinheiro e propriedades situadas em várias loca-

lidades do país, mas principalmente em Coimbra e Aveiro, e quase todas adquiridas por compra.

No seu testamento vinculou todos os seus bens de raiz à sua capela de Santo Ildefonso que em sua vida tinha mandado construir na igreja de Santiago de Coimbra, e determinou que por sua morte, fosse primeiro administrador da capela e morgado a sua filha natural Maria Afonso, e como sucessivos administradores os descendentes legítimos desta filha, e na sua falta, o parente mais próximo do instituidor e idóneo para o desempenho de tal cargo, e assim sucessivamente, devendo cada administrador nomear o que houvesse de lhe suceder.

Afonso Domingues de Aveiro, conforme tinha determinado em seu testamento, foi sepultado na sua capela de Santo Ildefonso, ainda existente actualmente, a qual ele também destinou para sepultura de seus descendentes, sua mulher e seu sogro.

Mais tarde, em 1514, o seu tri-neto Pedro de Alpoim, que foi capitão-mor das armadas da Índia, ouvidor geral e secretário de Estado da Índia, amigo e companheiro do grande Afonso de Albuquerque e sexto administrador da dita capela e morgado, recolheu-lhe os ossos em uma arca tumular que ainda se encontra hoje na referida capela, e na qual mandou gravar a seguinte inscrição, em letras góticas:

*en hesta sepoltura jazem os hosos daffons
o domiguez daveiro primeiro jmstituitor
desta capella os quaees foram aquj p
ostos per pero dalpoi seu: tresneto
que ora he administrador da dita capel
la no ano do nacimêto de noso señor
ihu xpo de mill e qujnhentos e quatorze anos.*

Este Pedro de Alpoim era sobrinho-neto de João Afonso de Aveiro, e faleceu em Coimbra em 1525.

No terreno das casas em que morou Afonso Domingues de Aveiro existe ainda hoje a *Casa dos Alpoims*, construída ou reconstruída no primeiro quartel do século xvi em estilo manuelino pelo dito Pedro de Alpoim, tendo no cunhal um brasão de pedra com as armas picadas que eram as dos Alpoims, a saber, cinco flores de liz em aspa.

Estas armas foram picadas em virtude da sentença de condenação à morte em 1581 do Doutor Pedro de Alpoim como já atrás disse, o qual era neto do anterior Pedro de Alpoim, herói da Índia.

NATURALIDADE E FAMÍLIA DE JOÃO AFONSO

Afonso Domingues de Aveiro, o velho, casou em Coimbra com Maria Francisca, filha de Afonso Peres, cavaleiro e alvazil geral de Coimbra.

Do seu matrimónio teve um só filho, também chamado Afonso Domingues de Aveiro, o moço, mas teve uma filha natural de nome Maria Afonso.

Afonso Domingues de Aveiro, o velho, exerceu em Coimbra altos cargos administrativos, judiciais e políticos. Assim, por exemplo, em 1360 e 1361 foi sobre-juiz do rei; em 1374 foi procurador do concelho de Coimbra; em 1385 foi procurador às cortes de Coimbra.

D. João I, em 8 de Abril de 1385, como recompensa dos serviços que lhe havia prestado na sua aclamação para rei de Portugal, confirmou-lhe os direitos às herdades situadas no campo onde chamam a Corredoura que lhe dera o rei D. Fernando também por serviços a este prestados.

Em 1385, em seguida à aclamação do Mestre de Aviz, os procuradores às cortes de Coimbra apresentaram ao novo rei um memorial com os nomes dos indivíduos entre os quais ele podia escolher o seu conselheiro representante de Coimbra. Estes eram: Afonso Domingues de Aveiro, Álvaro Fernandes e Gonçalo Esteves.

Ignoro qual deles D. João I escolheu para seu conselheiro.

Afonso Domingues de Aveiro, o velho, foi portanto um indivíduo que, embora pertencente à classe dos cidadãos, viveu à lei da nobreza, e desempenhou um papel de grande relevo na sociedade e na política.

Foi ele o avô paterno do navegador, explorador, feitor e poeta, João Afonso de Aveiro.

VI—OS PAIS DE JOÃO AFONSO DE AVEIRO

Afonso Domingues de Aveiro, o moço, único filho legítimo de Afonso Domingues de Aveiro, o velho, nasceu em Coimbra e aqui viveu em situação de destaque como lho permitiam a importância e tradições de seu pai e avô materno, a ilustração que recebeu, e a grande riqueza que herdou como segundo administrador da capela e morgado instituído por seu pai, visto que sua irmã bastarda Maria Afonso falecera sem filhos.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Ocupou altos cargos públicos em Coimbra. Por exemplo, foi vereador em 1424; foi juiz *fazendo relação*, em 1426, e foi procurador por Coimbra às cortes de Évora de 1442.

Este Afonso Domingues de Aveiro casou, provavelmente em Coimbra, com uma senhora pertencente à nobre família dos Velhos, que incluía o célebre navegador Gonçalo Velho Cabral, descobridor das ilhas dos Açores em 1432.

Esta senhora seria talvez parente de Gil Velho, morador na cidade de Coimbra, e juiz dos direitos reais e portagem da mesma cidade e seu termo, por carta de D. Afonso v passada em Tentúgal no dia 5 de Setembro de 1464.

Deste casamento provieram dois filhos e quatro filhas, sendo o mais novo de todos, João Afonso de Aveiro.

Como a casa da rua das Fangas em Coimbra em que viveram os avós e os pais de João Afonso de Aveiro era vinculada à capela de Santo Ildefonso, e era como que o solar de família, João Afonso de Aveiro e seus irmãos devem ter nascido nela.

VII — A GENEALOGIA DE JOÃO AFONSO DE AVEIRO ATRAVÉS DE DOIS DOCUMENTOS

As duas sentenças do século XVI, publicadas pelo sr. Dr. ANTÓNIO DE MACHADO FARIA e às quais anteriormente nos referimos, fornecem-nos os elementos suficientes para se estabelecer a genealogia de João Afonso de Aveiro.

Assim, no seguinte trecho da sentença da Casa do Cível dada em Évora a 12 de Março de 1534, relativa a uma demanda sobre a sucessão na administração da capela e morgado instituídos em 1417 por Afonso Domingues de Aveiro, descreve-se a instituição:

«... averya ora [cento] vymte e cymquo annos os que vyerem em verdade que hum Afonso Domjgez dAveiro justytuju na jgreja de Santyago da cydade de Coymbra huma capella e morgado ao quall anexou e vynculou toda sua fazenda com certos encargos e mysas cada hum anno os quaes comprydos e satysfeitos o admjnistrador que pello tempo fose ouuesse e lograrse o majs que ha dyta fazenda remanecese e remdese...» (Anais, II série, vol. I, pág. 399).

Noutro passo da mesma sentença mostra-se como foi feita a sucessão no morgado, e que um dos administradores dele foi João Afonso de Aveiro que faleceu sem filho nem filha nem outro qualquer descendente.

NATURALIDADE E FAMÍLIA DE JOÃO AFONSO

«E estando asy o feyto nestes termos o opoente veyo com huma oposycão dyzendo que depois do falecymto de Afonso Domjgez jnstetujdor deste morgado vyera a sosesam delle de grao em grao a Tareja Velha sua neta por ser mais propymquo parente que avya do dyto Afonso Domjgez jnstetuidor e asy per que Joam Afonso de Aveiro jrmão da dyta Tareja Velha a que primeiro o dyto morgado avya vindo fallecera sem fylho nem fylha nem outro algum decemdente a quall Tareja Velha ouuera o dyto morgado e ho lograra per espaso de catorze ou quinze annos e por admjnistradora delle fora avyda e conhecyda. E que ao tempo que ha dyta Tareja Velha falecera nom tynha fylho nem fylha nem outro algum desemdente pello que segundo forma da jnstetujção avya de nomear ho mais chegado parente do dyuido que ouuesse per asy fallecer sem fylhos.» (Anais, II série, vol. 1, pág. 401).

Na sentença de recurso da mesma demanda, dada em Évora na Casa da Suplicação, a 17 de Agosto de 1536, há uma parte em que se menciona a descendência do instituidor Afonso Domingues de Aveiro, o velho, e os successivos administradores do morgado até certa época, entre estes, João Afonso de Aveiro. Assim, consta dessa parte:

«... morto o dito jnstitujdor vyera ha dita admjnistracam a dita Maria Afonso sua filha e per ella morer sem filhos nem filhas suçedera ho dito Afonso Domymgez o segundo seu jrmão e fylho do dito jnstitujdor o quall Afonso Domynges o segundo a pesujra ate sua morte e leyxara cinco filhos a saber Afonso Domynges o terceiro mais velho e apos elle Isabell Velha e apos ella Branqua Velha e apos esta Tareyja Velha e o deradeiro Joam Afonso dAveyro filho menor de todos e que sendo ho dito Afonso Domynges o terceiro filho mais velho de Afonso Domynguez o segundo posujra e admjnistrara o dito morgado ate sua morte e per elle falecer sem filhos e sem nomeaçam allguuma o dito Joam Afonso dAveyro seu jrmão menor se emposara no dito morgado sem rezam nem direito allguum sendo ajmda vyuas as ditas suas tres jrmaãs a saber Isabell Velha, Branqua Velha, Tareyja Velha menor dellas tres e pelas ver molheres e elle homem posto que menor de todos ho vsurpara e posujra allguum tempo o que vyese em verdade...» (Anais, II série, vol. 1, pág. 407).

Mostram, portanto, estes documentos que Afonso Domingues de Aveiro, o velho, foi pai de Afonso Domingues de Aveiro, o moço, e este foi pai de Afonso Domingues de

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Aveiro, o terceiro, Isabel Velho, Branca Velho, Teresa Velho, e João Afonso de Aveiro.

Estes cinco filhos de Afonso Domingues, o terceiro, estão mencionados por ordem decrescente das suas idades.

Além destes cinco filhos, este Afonso Domingues teve uma filha de nome Catarina que não figura nos documentos por não ter sido administradora da capela e morgado e ter falecido ainda em vida do pai.

Não se sabe quando faleceu Catarina. João Afonso de Aveiro faleceu por volta de 1487; Afonso Domingues, o terceiro, e Isabel faleceram antes de João Afonso; de todos, o que faleceu por último, foi Teresa Velho, no ano de 1502.

VIII—OS IRMÃOS DE JOÃO AFONSO DE AVEIRO

Catarina Velho nasceu ainda em vida do avô Afonso Domingues de Aveiro, porque este no seu testamento de 1417 a menciona:

«Item mando que dem a Catelina mjnha neta filha d Affonso Domjnguez o moço meu filho trinta mil libras para seu casamento.»

Afonso Domingues de Aveiro, o terceiro, herdou a dita capela e morgado por morte de seu pai e foi seu terceiro administrador. Faleceu, porém, sem geração, pelo que estes bens passaram à posse de seu irmão João Afonso de Aveiro, sendo este, portanto, o quarto administrador.

Não possuiu, porém, a administração deles durante muito tempo porque sua irmã Isabel lha tirou judicialmente, alegando que era mais velha do que ele, e por isso mais próxima do instituidor, e ainda porque ele não era idóneo para administrar o morgado visto que o estava dissipando.

Isabel Velho casou com Lopo de Alpoim, o velho, da nobre família dos Alpoins, e tiveram Lopo de Alpoim, o moço, que era juiz da Relação de Coimbra em 1468.

Tendo ela ganho a demanda contra seu irmão João Afonso de Aveiro, imediatamente transferiu a administração do morgado para seu filho Lopo de Alpoim, o moço, que ficou sendo o quinto administrador. É nesta altura que o vínculo instituído em 1417 por Afonso Domingues de Aveiro passou a ser conhecido pela denominação de capela e morgado dos Alpoins de Coimbra.

Lopo de Alpoim, o moço, casou com uma senhora cujo nome ignoro, e tiveram Pedro de Alpoim, que por morte de

seu pai, talvez em 1488, herdou o morgado, tendo apenas oito a dez anos de idade. No entanto, sua tia-avó Teresa Velho, passado pouco tempo, tirou-lho judicialmente.

Pedro de Alpoim como já disse, foi no primeiro quartel do século XVI, capitão de navios e herói da Índia. Usou como brasão um escudo com cinco flores de lis em aspa, e por diferença uma brica com um crescente. Seu filho António de Alpoim ou seu neto Francisco de Alpoim mandou colocar uma pedra com estas armas na capela de Santo Ildefonso, a qual de lá foi retirada em 1908 e guardada no Museu Machado de Castro, em Coimbra, onde se encontra ainda hoje.

Como seus antepassados, Pedro de Alpoim também foi vereador da Câmara de Coimbra, no ano de 1519, depois de ter regressado da Índia, para onde tinha ido em 1514.

Pedro de Alpoim casou cerca do ano de 1512 com sua prima em terceiro grau, Isabel Caldeira da Silveira, filha de João Caldeira, e neta de Branca Velho, e daquelle foi neto o célebre Doutor Pedro de Alpoim, lente de leis na Universidade de Coimbra, condenado à morte e degolado pelos espanhóis em 1581, por ser activo partidário do Prior do Crato, pretendente ao trono de Portugal.

O poeta FRANCISCO DE SÁ DE MENESES, no seu poema *Malaca Conquistada*, livro 1, estâncias LXXXVII e LXXXVIII refere-se aos feitos heroicos na Índia, e valor literário e jurídico de Pedro de Alpoim, tri-neto de Afonso Domingues de Aveiro, o velho, nos seguintes termos:

«Alpoem nas ribeiras do Mondego
Desde a primeira idade às letras dado,
Tambem nas armas fez ilustre emprego,
Já de ilustres avós valor herdado:
Segue Albuquerque pelo falso pego
Ora jurisconsulto, ora soldado,
Que das armas prudente se adornava,
Como das justas leis forte se armava.

«Suas ordens noventa obedeciam
Mortais assombros de agarenos peitos,
Que em toda a parte alegres o seguiam
Das cem linguas de fama mereciam
Ser recontados seus heroicos feitos,
Pois o tempo que em nada permauece
A memória das coisas escurece.»

Branca Velho casou com um fidalgo de apelido Caldeira, e tiveram João Caldeira, vereador da Câmara de Coimbra em 1468, que casou com Catarina Álvares da Silveira e foram

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

os pais de Isabel Caldeira da Silveira, mulher do referido Pedro de Alpoim.

Foi na descendência de Branca Velho que se manteve a administração da capela e morgado até ao século XIX.

Teresa Velho casou, mas ignora-se o nome do marido. Dele teve uma filha que casou com João Álvares Rangel, cavaleiro da casa do rei, mas faleceu sem geração.

A dita Teresa Velho tirou judicialmente o morgado a seu sobrinho-neto Pedro de Alpoim, tendo este apenas oito a dez anos de idade e sendo já órfão de pai. Foi por isso a sétima administradora do morgado.

Ela intentou a acção sendo já falecidos todos os seus irmãos. Como a sentença foi dada em recurso na Casa da Suplicação em 1489 a seu favor, João Afonso de Aveiro teria morrido em 1487, visto que em 1486 ainda vivia em Benim.

Não tendo filhos, Teresa Velho nomeou futuro administrador da capela e morgado, a João Caldeira, filho de sua irmã Branca Velho. Teresa Velho faleceu em 1502, e imediatamente João Caldeira se concertou com Pedro de Alpoim, a fim de evitarem questões por causa da posse do referido morgado, que a filha de João Caldeira, Isabel Caldeira da Silveira, se casasse com Pedro de Alpoim, o que de facto sucedeu como já disse, e assim voltaram a capela e morgado à posse dos Alpoims.

João Caldeira foi o oitavo administrador do morgado.

A capela e morgado passaram, em seguida, de Pedro de Alpoim para seu filho António de Alpoim e depois para seu neto Francisco de Alpoim que faleceu sem geração, e era irmão do Doutor Pedro de Alpoim, executado em 1581.

Isabel Caldeira da Silveira, tendo enviuvado em 1525, casou segunda vez com Estêvão Barradas, e tiveram uma filha chamada Joana Barradas da Silveira, que por morte de Francisco de Alpoim herdou o morgado.

Este, depois de várias sucessões, chegou à posse de Lopo Cabral da Silveira, que faleceu solteiro e sem geração, depois de 1635.

A capela e morgado passaram agora para a descendência de Diogo Caldeira, irmão da dita Isabel Caldeira da Silveira, e ambos netos de Branca Velho. E assim, passaram à posse de Henrique da Silveira Castelo Branco e seus descendentes até D. Maria Isabel Correia de Melo e Brito de Alvim Pinto, herdeira da Casa dos Melos em Viana do Castelo, a qual casou com Nuno Freire de Andrade, primeiro conde de Camarido, título que lhe foi concedido nos princípios do século XIX.

NATURALIDADE E FAMÍLIA DE JOÃO AFONSO

Passadas mais duas gerações, extinguiu-se a descendência de Diogo Caldeira em D. Maria Isabel Freire de Andrade e Castro, casada com Bernardino Freire de Andrade, que faleceram sem geração.

IX—NATURALIDADE E FAMÍLIA DE JOÃO AFONSO DE AVEIRO

Pelo que atrás expuz, conclui-se que João Afonso de Aveiro não é natural da antiga vila de Aveiro, nem é filho de pais pobres e desconhecidos.

É antes natural de Coimbra, e seus pais foram ricos e nobres.

A locução de *Aveiro* ligada ao nome de João Afonso não indica a terra da sua naturalidade; é apenas um apelido de família, ignorando-se, no entanto, qual o ascendente de João Afonso que primeiramente o adoptou.

Seu avô paterno usou oficialmente o nome de Afonso Domingues de Aveiro, e com este nome ficou conhecido na história do reinado de D. João I, empregou-o no seu testamento, e foi posto na sua sepultura.

O pai e irmão de João Afonso também se chamaram Afonso Domingues de Aveiro.

João Afonso de Aveiro usou este nome porque seus pais lho impuseram.

Uma prova de que este apelido não indica a terra da sua naturalidade é o facto de suas irmãs terem usado o apelido Velho do nome de sua mãe e não o de Aveiro de seu pai e avô.

Se João Afonso tivesse usado o apelido Velho, chamar-se-ia João Afonso Velho, e então ninguém se lembraria de o considerar natural de Aveiro.

João Afonso de Aveiro pode considerar-se um fidalgo porque seu pai já tinha adquirido certo grau de nobreza, e sua mãe pertencia à nobre e importante família dos Velhos, aparentada com muitas outras famílias nobres.

As armas dos Velhos eram, em campo vermelho cinco vieiras de ouro em aspa, guarnecidas de negro.

Assim se compreende que João Afonso de Aveiro tivesse chegado a viver na intimidade da corte de D. João II, e tivesse ocupado cargos de grande importância e responsabilidade.

Para se avaliar a importância e valimento de João Afonso de Aveiro basta mencionar que ele mantinha as melhores relações de amizade com Fernão da Silveira, talvez seu parente, coudel-mor do reino, conselheiro de D. João II, regedor das justiças e poeta de merecimento.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Fernão da Silveira acompanhou em 1453 à Alemanha a princesa D. Leonor, irmã de D. Afonso v para casar com o imperador da Alemanha; acompanhou D. Afonso v à África para a conquista de Arzila e Tânger em 1471; batalhou juntamente com seus três filhos em Toro, e foi juiz das justas reais realizadas em 1490 para celebrar o casamento do príncipe D. Afonso, filho de D. João II.

João Afonso de Aveiro deve ter tido uma acção muito mais vasta do que a que se pode deprender do que dizem os cronistas a respeito dele.

A sua ida a Benim em 1484 para contratar com o rei deste país o estabelecimento de uma feitoria em Gató é o último trabalho da sua vida. Esta foi longa, e terminou por volta de 1487 ao serviço de D. João II, na feitoria que havia fundado.

Aveiro, Dezembro de 1956

DEGUA

CHISSI

FRANCISCO FERREIRA NEVES

bibRIA

	UA/SD
N.º	95-7
Data	22 NOV. 1977
Cote

PONTES EXISTENTES NAS ESTRADAS NACIONAIS NO DISTRITO DE AVEIRO

(1294 a 1955)

A Direcção de Estradas do Distrito de Aveiro estava instalada no edifício do Governo Civil. Um violento incêndio aos 17 dias do mês de Outubro de 1942, destruiu este edifício, perdeu-se o Arquivo da Direcção de Obras Públicas do Distrito e com ele os elementos relativos às obras das pontes existentes nas estradas nacionais, ficando-se ignorando a data da sua construção e outras indicações úteis às mesmas.

Conforme elementos de apontamentos que se puderam reunir, consultando vários documentos, foi possível concluir-se a data da sua construção, com relativa exactidão para cada uma delas.

Agrupamos as pontes por estradas, segundo a classificação do actual plano rodoviário, decreto n.º 34593, de 1945, e em cada estrada, por ordem cronológica, vai indicada a época da construção de cada ponte.

De acordo com as normas oficiais, são apenas consideradas como pontes as obras de arte que apresentam uma secção de vazão igual ou superior a 10 metros, pelo que não fazemos referência a algumas obras de arte conhecidas pelo público como pontes, mas que ficaram a ser consideradas apenas como pontões.

A ponte mais antiga que se conhece, na actual rede de estradas nacionais, é anterior ao ano de 1300 da era de Cristo, situada na Estrada Nacional de Lisboa ao Porto sobre o rio Vouga, nas proximidades de Serém, que, tendo sofrido vários acidentes resultantes das cheias do rio, tem sido reconstruída e modificada (Figs. 1-2).

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

As pontes relacionadas em cada estrada, além da ordem cronológica, vão referidas à actual situação quilométrica e existente até ao ano de 1954.

ESTRADA NACIONAL N.º 1

LISBOA-PORTO

Ano de 1294

A estrada de Lisboa ao Porto atravessa, na área do Distrito de Aveiro, o rio Vouga nas proximidades de Serém, sendo provável que os Romanos já tivessem construído uma



Fig. 1

Ponte de Serém sobre o Rio Vouga, reconstruída em 1713 e modificada em 1925

ponte sobre este rio no troço de Águeda para o Porto, da estrada romana de Lisboa para Braga.

A esta ponte sobre o Vouga se refere o testamento, do Bispo do Porto, D. Sancho Pires, feito no ano de 1294 de Cristo e que consta do *Censual do Cabido da Sé do Porto*, pág. 105, do *Catálogo dos Bispos do Porto*, de D. RODRIGO DA CUNHA, pág. 112, e do *Portugal Antigo e Moderno* de PINHO LEAL no volume XII, a páginas 1980.

No mesmo testamento deixa o mesmo D. Sancho verbas para a reparação das pontes de Marco de Canavezes, Vouga e Águeda. Estas duas deviam ter existido no antigo troço passando pela Borralha, Sardão e por Águeda seguindo sensivelmente o trajecto da estrada romana.

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

A ponte do Vouga, próxima de Serém, situada ao km. 251,320 da actual estrada nacional, Lisboa ao Porto, foi destruída pelas grandes cheias de 1708 e por determinação de Sua Majestade El-Rei D. João v foi reconstruída em 1713, como consta de uma lápide que se conserva no acrotério central da guarda da ponte.

Esta ponte foi reconstruída com 16 arcos de dimensões várias, na extensão total de 222,70 metros. Encontrando-se muito arruinada e sendo muito estreita para satisfazer às exigências do trânsito com tendência a aumentar, foi no ano de 1925 modificada, sofrendo uma importante remodelação. Assentou-se uma estrutura de betão de cimento armado sobre os 16 arcos, permitindo estabelecer um pavimento,

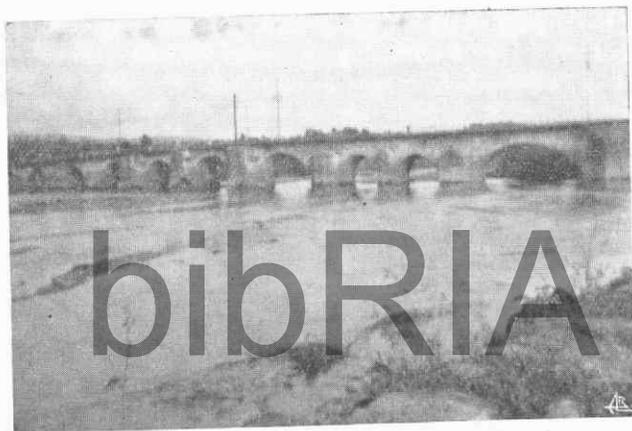


Fig. 2

Ponte do Vouga — E. N. 1 — (Poente)

também de betão, com 5 metros de largura e passeios de um lado e outro, de 0^m,80 de largo, com um gradeamento de ferro, estilo D. João v, assente sobre os antigos arcos, que foram mantidos sem alteração.

Estes arcos, têm diferentes secções, que vão de 4,65 metros até 13,40 metros.

Em virtude de o acesso à ponte, pelo norte, apresentar um nível inferior ao do pavimento da ponte, ele estava frequentemente sujeito a inundações, no período das cheias, com manifesto prejuízo para o trânsito, que tinha de ser interrompido.

No ano de 1945 foi corrigido o perfil longitudinal do acesso, alteando-o e melhorando-o com a construção de um aterro, onde foram colocados oito tubos de betão com 1 metro de diâmetro, para permitir o fácil escoamento das águas

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

das cheias, sem prejuízo dos terrenos de cultura a jusante, e foi corrigido o pavimento de betão da entrada da ponte para estabelecer melhor concordância dos pavimentos da estrada e ponte, pelo norte. Os taludes do aterro foram protegidos com um revestimento de pedra, devidamente argamassada.

Este trabalho ficou concluído em 4 de Fevereiro de 1946, e com o alteamento, a estrada ficou livre das interrupções que dificultavam no inverno as comunicações do Norte com o Sul na estrada de Lisboa ao Porto, ficando a ponte com

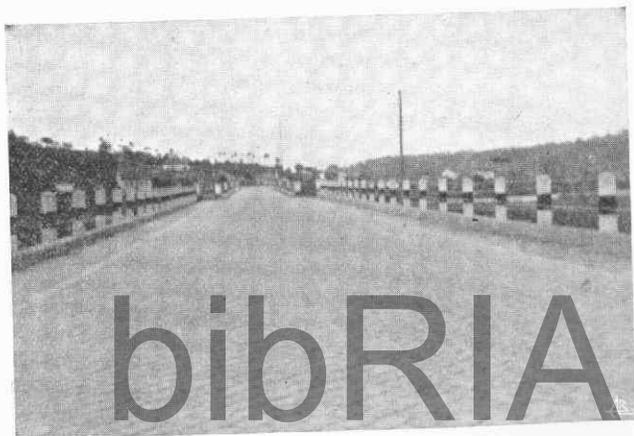


Fig. 3

Entrada da Ponte do Vouga — E. N. 1

o mesmo comprimento, excluindo os oito tubos do aterro (Fig. 3).

Ano de 1856

A *Ponte de Cavaleiros* fica situada ao km. 280,137. Compõe-se de três arcos de alvenaria, tendo o do centro o vão de 5,10 metros, e os dois laterais, um o vão de 2 metros e o outro com 2,70, apresentando o comprimento total de 61,18 metros e a largura entre guardas de 7 metros e de pavimento 5,50 metros.

Ano de 1859

A *Ponte de Silvares* ou *do Pego* situada ao km. 273,379 sobre o Rio Antuã, tem um vão de 12 metros e é construída em cantaria de granito com o comprimento de 91,40 metros.

Com a correcção do traçado da estrada em 1951 para melhorar as curvas e suprimir as duas passagens de nível existentes naquele troço de estrada, houve necessidade de

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

altear a ponte e aumentar-lhe o perfil transversal, para facilitar a supressão da passagem de nível de Silvares, passando a estrada a ser superior ao traçado da linha do Vale do Vouga, sem prejuízo da circulação dos comboios.

A ponte foi modificada em 1951, ficando com o mesmo vão; o pavimento foi alteado, para permitir a construção de passagem superior, e o perfil transversal foi aumentado para permitir a largura de 8 metros entre as guardas e melhorar o trânsito na estrada (Fig. 4).

Ano de 1860

Ponte do Marnel no concelho de Águeda. É construída em cantaria, e está situada ao km. 250,368 sobre o rio Mar-



Fig. 4

E. N. 1 — Ponte do Pego em Silvares, Oliveira de Azeméis

nel. Consta de três vãos de arco abatido de 6 metros de vão cada um, e tem de comprimento total 24,10 metros e de largura entre as guardas de cantaria 6,50 metros, ocupando o pavimento 5,60 metros (Fig. 5). Foi substituir a ponte da antiga estrada (Fig. 6), ponte que ainda hoje existe a montante.

Ano de 1865

Neste ano foram construídas três pontes, entre os quilómetros 227,076 e 241,920, no troço de estrada da Venda das Pedreiras, à entrada de Águeda, a seguir indicadas:

- a) *Ponte da Pedra*, situada ao km. 227,076 sobre o rio Salgueiral, com o vão de 12,20 metros e o com-

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

primento total de 13,90 metros, tendo de largura 7,30 metros entre guardas.

- b) *Ponte de Santo António*, situada ao km. 230,045 sobre o rio da Serra. Tem o comprimento total



Fig. 5
Ponte do Marnel — E. N. 1

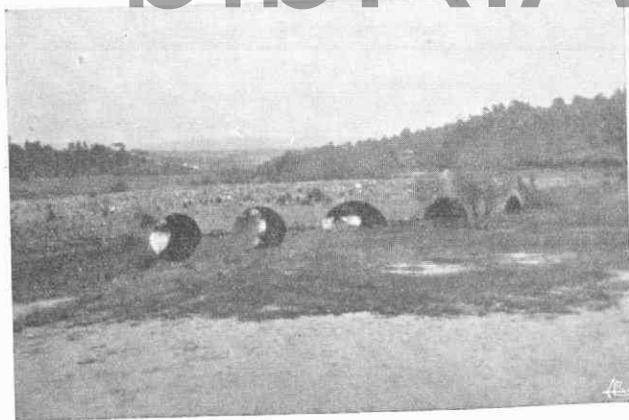


Fig. 6

Ponte antiga, do Marnel (próximo da Ponte do Marnel) na E. N. 1

de 17,20 metros, incluindo muros de avenida e consta de três arcos, de vão de 4 metros. É construída em alvenaria com a largura de 7,50 metros entre guardas, e o pavimento é de 6 metros, tendo passeios

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

e guardas de betão que foram construídos quando a estrada foi reconstruída com pavimento de calçada de paralelepípedos.

- c) *Ponte do Campo*, situada ao km. 241,920 sobre o Vale do rio Águeda. Consta de quatro arcos de 8 metros de vão, construídos em alvenaria, apresentando o comprimento total de 47,25 metros, tendo entre guardas de alvenaria a largura de 5,30 metros (Fig. 7).

A ponte antiga era de ferro; e, estando arruinada, foi substituída, em 1897, pela actual ponte, de alvenaria de grês, tipo Eirol.



Fig. 7

Ponte do Campo — E. N. 1

Ano de 1879

A *Ponte de Águeda*, situada ao km. 242,268 sobre o rio Águeda, onde já em 1865 tinha sido construída uma ponte que, encontrando-se arruinada, talvez devido a algum assentamento de fundações, foi em 1879 reconstruída com 5 arcos abatidos de cantaria de calcáreo, de 11,05 metros de vão livre em cada arco, com guardas também de cantaria igual, ficando com o comprimento total de 114,95 metros e com a largura entre guardas de 5,20 metros que terá de ser aumentada para satisfazer ao trânsito. Está prevista uma variante à E. N. 1 (Lisboa-Porto) por fora da vila, que exigirá a construção de uma nova ponte. Aquela obra foi aberta ao trânsito em 1882, tendo-se verificado um assentamento junto às nascenças dos encontros do lado norte e sul, que se estabilizou (Fig. 8).

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Ano de 1938

Ponte de Viadouros, no concelho da Mealhada. — Verificando-se a necessidade de suprimir a passagem de nível do Caminho de Ferro da Beira Alta, onde eram frequentes os accidentes de trânsito, foi estudada uma variante à estrada, para melhorar a planta, corrigindo-se os defeitos do traçado.

Foi abandonado o antigo traçado para a supressão da passagem de nível e construiu-se uma nova ponte em betão de cimento armado, que ficou situada ao km. 216,267 sobre o Rio Cértoma.

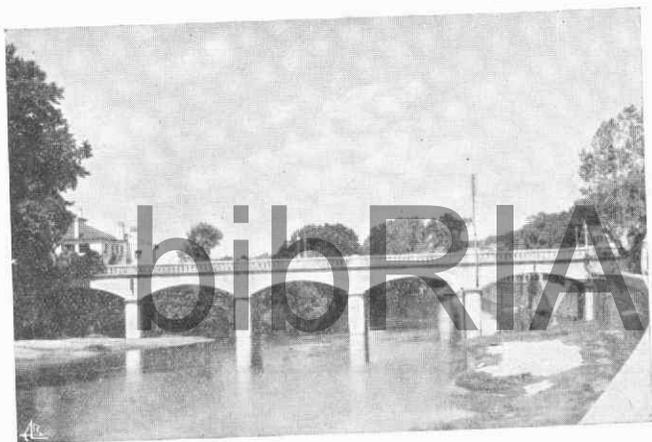


Fig. 8

Ponte sobre o rio Águeda — E. N. 1

Esta ponte compõe-se de 3 vãos constituídos por vigas de tramos rectos de 5,97 metros cada e dois pilares de 2 metros de largo, sendo a largura entre guardas de betão, de 7,65 metros incluindo dois passeios, e sendo a faixa de rolagem de 6 metros (Fig. 9).

RAMAL 1-9 PARA A CURIA

Ano de 1931

Ponte sobre o Rio Cértoma, no concelho de Anadia.

Esta ponte foi construída pela Sociedade das Aguas da Curia para estabelecer a ligação do acesso do apeadeiro da Curia com o estabelecimento de banhos das águas, sendo a obra paga pelo Estado.

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

Esta ponte, situada ao km. 0,449 metros sobre o rio Cértoma, tem o comprimento de 21,50 metros, é constituída por 3 tramos formados por vigas rectas de betão de cimento armado, de 6 metros de vão, e o pavimento está assente sobre uma laje de betão de cimento armado, tendo entre guardas de ferro a largura de 5,30 metros.

ESTRADA NACIONAL 16

AVEIRO À FRONTEIRA, POR VILAR FORMOSO

Ano de 1808

Ponte de Pessegueiro.

Antes de existir a estrada de Aveiro para Viseu, cuja construção foi iniciada em 1863, já existia a ponte de Pesse-

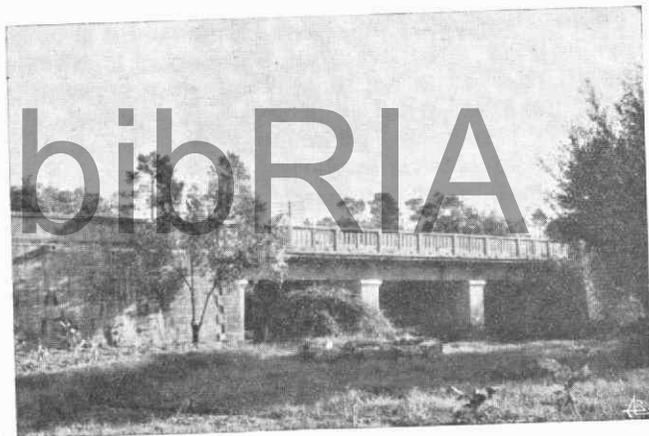


Fig. 9

Nova ponte de Viadouros

gueiro, que se encontra ao km. 34,215 da actual estrada nacional 16.

Quando a construção da estrada, em 1872, atingia a pequena povoação de Pessegueiro, a ponte existente foi incluída no traçado, ficando assim ligadas as duas margens do rio Vouga.

A ponte, com o comprimento de 64,20 metros, era, como ainda é hoje, constituída por três arcos de cantaria de granito, sendo o arco central de 17,80 metros de vão e os dois arcos laterais de volta inteira, um de 9,80 e outro de 7,80 de vão.

A altura da ponte, a contar do ensoleiramento dos pilares, é de 13 metros.

A freguesia de S. Martinho de Pessegueiro abrangia as duas margens do rio Vouga, e a povoação de Paradela, na margem sul do rio, estabelecia as suas relações com a povoação de Pessegueiro, atravessando-se o rio em barcos, o que nem sempre se podia fazer na ocasião de cheias, e além disso tornava-se difícil e mesmo por vezes impossível ao padre desempenhar a sua missão, quando lhe era pedido o auxílio espiritual.

O abade Manuel António Dias Santiago, que se formara em Direito, tomando grau de Doutor em 1792 e tomara posse da igreja da freguesia em 21 de Janeiro de 1807, destinou, para suprimir as barcas, a quantia de 8000 cruzados para a construção de uma ponte, tendo obtido que o transporte dos blocos de granito das pedreiras das Talhadas, fosse feito gratuitamente pelos lavradores.

A ponte era muito estreita, e por isso, em 1872, quando incorporada na estrada, foi alargada por meio de cachorros que ainda hoje se encontram suportando o lajedo dos passeios e as guardas de ferro, ficando com 5 metros de largura entre estas guardas, como ainda hoje se mantém.

Ano de 1850

Ponte de Angeja, no limite dos concelhos de Aveiro e Albergaria.

A construção da estrada nacional, de Aveiro à fronteira, por Vilar Formoso, foi iniciada pelo troço de Aveiro a Albergaria-a-Velha, em 6 de Março de 1854, e neste troço, ao km. 7,936, foi atravessar o rio Vouga utilizando já a ponte de madeira, mandada construir em 1850 por conta das verbas do Governo Civil de Aveiro, sendo governador civil Nicolau Anastácio de Bettencourt, que ordenou ao major de engenharia Joaquim Lopes Pereira Júnior, que dirigia as obras da Barra de Aveiro a partir de 1847, que projectasse e dirigisse a construção de uma ponte de madeira sobre o rio Vouga, a fim de deixar de se atravessar o rio a vau ou em barcas, na época das cheias.

Tendo falecido o major Joaquim Lopes Pereira Júnior, em 12 de Novembro de 1855, por portaria de 3 de Junho de 1856, foi substituído pelo Director das Obras Públicas do Distrito de Aveiro, engenheiro Silvério Augusto Pereira da Silva.

Aberto o troço da estrada real em 1860, a ponte que estava incluída na estrada foi entregue, já em mau estado de conservação, à Direcção das Obras Públicas, que promoveu a sua reparação, ainda em madeira.

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

A ponte, que tinha 34 vãos de 5 metros cada um, tinha sido destruída pela cheia de 1855, como consta do relatório do Governador Civil de 1854-1855 e, tendo sido reparada, assim se manteve ao trânsito até ao ano de 1940, apresentando já vários inconvenientes.

Decorridos 90 anos sobre a sua primitiva construção, não podia satisfazer às actuais exigências a que o trânsito mecânico obriga; não tinha largura que permitisse o cruzamento de veículos; não apresentava condições de segurança para as cargas admitidas na circulação rodoviária e, além disso, a vazão era insuficiente, dando origem a frequentes interrupções do trânsito, produzindo cheia na rampa de acesso do lado sul.

Dadas estas circunstâncias, a Junta Autónoma de Estradas mandou estudar uma nova ponte de betão de cimento armado, e a 16 de Agosto de 1941 dava-se início à sua construção, no mesmo local, ao km. 7,936.

A nova ponte tem o comprimento total de 262,60 metros e consta de 10 tramos de betão armado, formados por vigas isostáticas de 22 a 25 metros, tipo Cantilever, de que resulta uma secção linear de vazão de 250,80 metros, que permite o fácil escoamento das águas das cheias. Foi a primeira vez que se construíram vigas deste tipo no país.

As vigas estão apoiadas sobre articulações de aço, destinadas a evitar que qualquer assentamento que se dê num pilar da ponte, se transmita a toda a estrutura da ponte, sem prejuízo para a estabilidade.

A largura da ponte entre guardas é de 8 metros, permitindo dois passeios e um pavimento de 6 metros de largura; e os passeios de 0,80 assentes sobre consolas e as guardas de 0,20, são de betão (Fig. 10).

Uma vez concluída a obra, foi a ponte solenemente inaugurada a 19 de Julho de 1943 pelo ministro de Obras Públicas, engenheiro Duarte Pacheco, a quem a região de Aveiro ficou a dever esta grande obra.

Ano de 1866

Ponte de Vale Maior, no concelho de Albergaria-a-Velha. — Sobre o rio Caima, ao km. 20,590, fica situada esta ponte que consta de 3 arcos de volta inteira, de construção de alvenaria de granito, tendo o arco central 13,50 metros de vão e os dois laterais, um 9,50 metros e outro 9,70.

A altura da ponte é de 11 metros e a altura até ao interdorso do vão central é de 8,90 metros, a contar da soleira dos pés direitos. O comprimento total da ponte é de 64,60 metros com a largura de 7 metros entre guardas.

Esta obra ficou concluída em 30 de Março de 1866.

Ano de 1867

Ponte da Forç, no concelho de Albergaria-a-Velha—Fica situada ao km. 28,19 sobre o rio Mau, com o comprimento total de 58,60 metros, tendo os muros de avenida, de um lado 58,60 metros e do outro lado 48,40 metros e consta de dois arcos de alvenaria de granito. Tem um o vão de 2,50 metros, e outro o vão de 9,20 metros, sendo a altura da ponte, a contar da soleira do encontro, 10,20 metros.

Esta obra ficou concluída em 31 de Março de 1867.



Fig. 10

Ponte de Angeja

Ponte de betão de cimento armado tipo Canteliver

ESTRADA NACIONAL 16-3

VALE MAIOR A OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Ponte do Rendo, no concelho de Albergaria-a-Velha, sobre o rio Caima, ao km. 1,793.

Esta ponte consta de um tabuleiro de madeira assente sobre pilares de alvenaria, formando 5 vãos de 6,10 metros cada um, tendo o comprimento total de 30 metros.

Esta ponte deve ter sido construída pela Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha na estrada municipal de Vale Maior para a Ribeira de Fráguas incluída na rede do Estado em 1945, onde ficou classificada como Estrada Nacional 16-3; Vale Maior a Oliveira de Azeméis.

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

Ano de 1896

Ponte do Moinho do Meio, no concelho de Oliveira de Azeméis, situada ao km. 23,448 sobre o rio Ínsua. É construída em granito, com a planta em curva; consta de dois arcos de volta inteira, um com o vão de 2,90 metros e outro com 9,90 metros de vão, apresentando a altura de 12 metros a contar da soleira ao pavimento. Tem a largura de 5,30 metros entre as guardas, e o comprimento total de 75,90 metros, incluindo os muros de avenida.

ESTRADA NACIONAL 109

PORTO-LEIRIA

Ano de 1868

A *Ponte do Antuã* está construída sobre o rio Antuã ao km. 48,875, ao sul de Estarreja.

Anteriormente a 1865, já existia uma ponte de pedra sobre o rio Antuã na estrada de Albergaria-a-Nova, que dava acesso a Estarreja; porém, tendo havido uma grande cheia em 12 de Janeiro deste ano, a antiga ponte, que estava situada relativamente próximo do local onde se encontra a actual ponte, ficou destruída.

Ainda no ano de 1865 foi ordenado ao engenheiro Silvério Pereira da Silva que elaborasse um projecto para a construção da nova ponte a estabelecer entre Estarreja e Salreu.

O primeiro projecto consistia numa ponte mista, de ferro e madeira, com encontros de alvenaria, pilares de ferro e o pavimento de madeira.

As estacas de ferro ficariam apoiadas sobre estacas de madeira, procurando o autor do projecto obter uma obra económica.

Submetido este projecto à apreciação superior, não foi aceite, sendo determinado que se fizesse uma ponte de alvenaria com três arcos abatidos, de 10 metros de vazão linear cada um.

Iniciaram-se os trabalhos da construção da ponte do Antuã em 1 de Julho de 1867.

As fundações, do lado de Estarreja, ficaram assentes sobre uma camada de xisto, não apresentando qualquer dificuldade a execução do encontro e do primeiro pilar.

Porém a camada de xisto afundava-se para o lado de Salreu e tornou-se necessário recorrer a outro processo de

construção, construindo-se uma ensecadeira para a sua execução empregando-se três bombas para se fazer o esgoto da água.

Com o emprego da terceira bomba apenas se conseguiu pouca maior profundidade pois havia sido atingida uma camada de areia aquífera, entre a qual e a formação de xisto não se encontrava outro terreno de melhor qualidade.

Melhoraram-se as ensecadeiras, procedendo-se à cravação de estacas fortes, munidas de ponteiros de ferro, até à nega, ficando distanciadas de 1 metro de eixo a eixo e de forma que as cabeças das estacas ficassem ao mesmo nível da escavação e em plano horizontal.

Sobre estas estacas cujos comprimentos variam de 6 a 7 metros, fez-se assentar uma robusta grade de madeira pregada com cavilhas de ferro e sobre esta armação se assentou o maciço de betão que constituiu a fundação do encontro.

A 10 de Maio de 1868 foram decimbrados os arcos da ponte, não se notando assentamentos nos fechos das abóbadas de cantaria de que eles eram formados, superiores a 4 milímetros.

A 31 de Maio do mesmo ano, encontravam-se concluídos os trabalhos da ponte; e, decorridos alguns meses após a sua conclusão, verificaram-se assentamentos devidos às condições do terreno em que assentava a ponte, procedendo-se a uma observação cuidadosa sobre os movimentos que ela poderia apresentar e que viessem a comprometer a sua segurança.

Estes movimentos pararam, e a ponte ainda existe suportando o trânsito que sobre ela passa, em condições satisfatórias, embora as cargas e a velocidade dos veículos sejam muito superiores às da época da sua reconstrução.

Anos de 1873 e 1945

Ponte de Água Fria—Em 1867 foi classificada como distrital n.º 34 a estrada que, partindo de Aveiro, tinha o seu termo em Mira, passando por Ílhavo e Vagos. Foi iniciada a sua construção em 12 de Junho do mesmo ano pelo troço de Aveiro a Ílhavo, e, para chegar a Vagos, tinha de atravessar o canal do rio Boco, com uma ponte no local conhecido por *Água Fria*, no limite do concelho de Ílhavo.

A construção da ponte foi iniciada em 2 de Janeiro de 1872, sob a direcção do engenheiro Silvério Augusto Pereira da Silva, e terminada a 28 de Agosto de 1873.

A ponte que se encontra situada na estrada agora classificada como Estrada Nacional 109, Porto-Leiria, ao km. 66,104, foi inicialmente construída em madeira assente sobre vigas

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

apoiadas em colunas de ferro fundido e constava de 5 tramos de 5,95 metros de vão livre.

Como o terreno em que ia assentar fosse mau para a construção, o autor do projecto procurou adoptar um sistema económico de construção que satisfizesse ao fim em vista, não prevendo a existência de encontros.

Assim, no leito do canal foram cravadas estacas de madeira e sobre estas, foi assente uma plataforma de vigamento de flandres, na qual se montaram as colunas de ferro fundido, que foram suportar a estrutura de madeira do pavimento da ponte, e das colunas de ferro fundido saíam escoras para reforçar o vigamento do tabuleiro da ponte.

Deste sistema de construção foi feito um modelo que figurou na Exposição de Filadélfia de 1873, onde foi apreciada, e, segundo o mesmo projecto, foi construída a ponte de Perrães, no vale do Cértoma ao km. 18,443 da Estrada Nacional 333.

Com a introdução do transporte mecânico, a ponte de Água Fria de 1873 deixou de oferecer segurança para o trânsito que por ela começou a circular, com cargas cada vez maiores, e por isso, em 1945 foi construída uma ponte provisória, também de madeira, enquanto não se construísse uma ponte definitiva.

A actual ponte foi começada em 1945 e terminada em 1948. Consta de uma estrutura de betão de cimento armado, assente sobre dois pilares, também de betão de cimento armado, formando um vão central de 25 metros e dois laterais de 8,30 metros cada, aquele formado por duas consolas tipo Cantilever, ficando a ponte com o comprimento total de 43,50 metros.

A ponte tem a faixa de rolagem de 6 metros, limitada por dois passeios laterais de 0,80 metros de largura cada (Fig. 11).

Esta ponte não tem encontros e tem apenas muros de suporte dos aterros, onde se vai encostar o tabuleiro da ponte. Como se tivesse verificado que as consolas apresentavam movimentos de subida e descida conforme a temperatura, para corrigir o efeito do desnivelamento da faixa de rolagem foi construída uma placa armada em cada extremo do tabuleiro, permitindo a oscilação das consolas, sem alterar a superfície de rolagem. Estabeleceu-se assim um plano de transição entre o tabuleiro da ponte e a superfície do pavimento da estrada nas rampas de acesso à ponte.

Já o engenheiro Silvério Pereira da Silva, receando o efeito dos assentamentos, resultante do peso dos aterros das rampas de acesso à ponte, estabelecidos sobre um terreno lodoso, mandou fazer um enrocamento com lajes de pedra de Eirol, conseguindo assim obter uma consolidação que

suportava o peso dos aterros e que se tornava conveniente não alterar.

Esta obra apresenta-se em condições de segurança satisfatórias, sem qualquer alteração apreciável, suportando o trânsito pesado que por ela passa diariamente, cada vez maior e mais pesado.

Ano de 1949

Ponte-Praça, em Aveiro — Fica situada ao km. 57,434 na Estrada Nacional 109, onde deixa de ser comum com a Estrada Nacional 16, de Aveiro à fronteira, que aí tem a sua origem.

A cidade de Aveiro é atravessada por um dos canais da Ria, chamado Canal Central, que a divide em duas zonas,

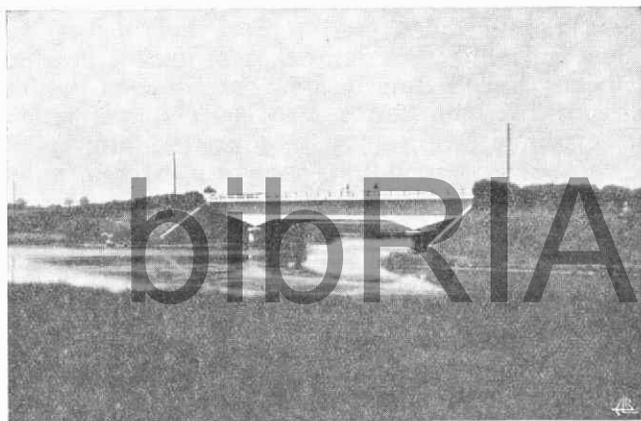


Fig. 11

Ponte de Água Fria

uma ao norte e outra ao sul, e nele existiam duas pontes, situadas relativamente próximo uma da outra, sendo uma conhecida pela designação de Ponte do Cojo ou das Almas, e outra, por Ponte dos Arcos.

Encontrando-se muito arruinados os muros do canal dentro da zona da cidade, foi determinado por carta régia de 31 de Agosto de 1870, da Rainha Dona Maria II, que se procedesse às necessárias reparações.

Com as obras dos muros dos cais era natural que as pontes tivessem recebido quaisquer reparações, como se conclui dos capeamentos dos muros delas.

A ponte do Cojo era construída em alvenaria de calcário, formando 2 arcos e um talhamar de cantaria apare-

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

lhada; a ponte dos Arcos, assim chamada, por estar no enfiamento dos Arcos existentes na Praça, era mais antiga que a do Cojo; também tinha 2 arcos e um talhamar construído em alvenaria de grés vermelho de Eirol.

Como se verificasse que a ponte dos Arcos era estreita para o trânsito, que ia aumentando, foi em tempo alargada à custa da demolição das guardas de alvenaria e sua substituição por lajedo de granito assente sobre vigas de ferro em duplo T, que se apoiavam nos muros do cais e no talhamar. Este lajedo formou os passeios da ponte, e sobre ele se estabeleceram as guardas com gradeamento de ferro.

À medida que o trânsito se foi desenvolvendo e se foram substituindo os carros de tracção animal por tracção mecânica, começaram as duas pontes a apresentar sinais de ruína, devido a cargas para que não foram calculadas, tornando-se perigosa para a segurança das pontes a circulação dos veículos mecânicos de carga.

Durante a guerra de 1914 a 1918 desenvolveram-se os transportes mecânicos sobre estradas, que tiveram uma importância decisiva na defesa da praça forte francesa de Verdum, o que se tornou célebre nos anais da primeira guerra mundial, chamada Grande Guerra.

Acabada a guerra, a camionagem, com o êxito obtido, começou a desempenhar um papel importante na economia particular, em virtude da grande capacidade de carga e das distâncias cada vez maiores a percorrer.

Como as duas pontes ameaçavam ruína, a do Cojo sobretudo, foi suspenso o trânsito de veículos por esta ponte; e como na dos Arcos tivesse origem a contagem dos percursos nas estradas nacionais, n.º 16, de Viseu à fronteira por Vilar Formoso; n.º 109 no seguimento para Leiria; n.º 109-7 de Aveiro à Costa Nova; n.º 230 para Águeda-Covilhã; n.º 235 para Penacova com passagem pelo Luso, foi resolvido fazer-se a reunião das duas pontes, estabelecendo-se a ligação das estradas, formando-se um ponto de passagem dentro da cidade de Aveiro do trânsito para o Porto — Lisboa — Coimbra — Viseu — Figueira da Foz — Leiria — Buçaco — Luso — Anadia — Espinho — Costa Nova — Anadia, etc., ao qual se deu o nome de *Ponte-Praça*.

Esta ponte é formada por três secções, duas extremas, constituídas por dois pórticos articulados de betão de cimento armado assente sobre uma sapata fundada sobre estacaria de betão de cimento armado, formando uma caleira forrada de placas de cortiça, coberta de betume e que constituem a ponte propriamente dita por onde se faz o trânsito de veículos; formando um vão de 13,90 metros, com a configuração de um arco em asa de cesto, e a parte central intermédia, que, devido à influência das marés, tem uma pequena

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

oscilação, e é formada por uma estrutura em consola ligada ao encontro, formando uma parte ajardinada circundando a abertura elíptica destinada à ventilação e iluminação do vão da ponte. Esta ficou com 50 metros de extensão sobre o canal e com o comprimento de 16 metros, perpendicular ao canal.

A *Ponte-Praça*, iniciada em 1946, ficou concluída em 1949.

As guardas desta ponte e as testas dos pórticos são de granito da Vila da Feira, e a abertura central está cercada por um passeio e uma espécie de alegrete com plantas ornamentais a constituir um resguardo que encobre as juntas de dilatação necessárias ao equilíbrio e estabilidade da estrutura.

Na construção desta ponte foi adoptado um tipo de ponte que, encastrada na margem norte, fosse atingir em consola os muros do lado sul, sem descarga sobre eles. Formou-se assim uma ponte de tipo Cantilever, que até à presente data se tem mantido sem qualquer alteração apreciável, com plena satisfação para o trânsito pesado, cada vez maior, que passa por esta ponte.

ESTRADA NACIONAL 109-7

AVEIRO À COSTA NOVA

Ano de 1855

Ponte da Gafanha sobre o canal do Rio Boco.

Em 1855 foi iniciada a construção da estrada de Aveiro para o Forte da Barra, passando pela Gafanha, e foi concluída em 1861, na extensão de 7173 metros, tornando-se necessário vencer, por meio de uma ponte, o canal do rio Boco, ou canal da Gafanha também conhecido pelo canal do Rio de Vagos, como vem indicado no relatório de 1873, do engenheiro Silvério, em que se refere à construção da ponte.

A ponte fica situada ao km. 3,396, e a sua construção de madeira foi iniciada a 4 de Setembro de 1855 e ficou concluída a 22 de Junho de 1858. Assim foi estabelecida a ligação, por estrada, de Aveiro com a Gafanha.

A ponte ficou com o comprimento total de 178,50 metros, com o vão de 150 metros entre os encontros construídos com alvenaria de pedra de Eírol nas margens do canal.

O tabuleiro de madeira que constitui o pavimento de rodagem, apoia-se sobre estacas de madeira, formando 35 vãos de 4,85 metros, tendo o tabuleiro a largura de 5,40 metros entre as guardas, também de madeira.

Estas estacas são frequentemente atacadas por um molusco chamado teredo, que, introduzindo-se na estaca com

PONTES DO DISTRITO DE AVEIRO

pequeníssimo desenvolvimento, se fixa no seu interior e, à medida que se vai desenvolvendo, vai furando a estaca, no que chega a atingir o comprimento de 30 centímetros, e a estaca vem a ficar destruída com a série de canais que vão formando os teredos que nela se instalaram.

O teredo vive na zona da estaca compreendida entre o preamar e baixamar. Não se conhece até à data a forma de o atacar, apesar dos estudos feitos para esse fim: apenas têm aparecido soluções que, quando muito, aumentam a duração da estaca.

Sabe-se que, se mergulharmos uma estaca, atacada de teredo, dentro de água doce, o animal morre, e que as águas sujas não favorecem a vida do molusco, que se alimenta de água salgada perfeitamente límpida.

No porto de Lisboa, na margem direita, junto dos cais até à Torre de Belém, o teredo, em virtude dos lixos das limpesas dos navios, quase desaparece, mas na margem esquerda, onde as águas são mais límpidas, o seu desenvolvimento é tal, que em pouco tempo a estaca fica quase inutilizada, como se tem verificado nas obras do Arsenal do Alfeite.

Reconhecendo-se que a velha ponte de 1861 estava bastante arruinada para poder satisfazer ao trânsito mecânico, foi em 1936 iniciada a construção de uma nova ponte provisória também de madeira, que foi aberta ao trânsito em 24 de Junho de 1937, enquanto se não construísse uma ponte definitiva que, sem restrições, permitisse o trânsito de quaisquer veículos.

Neste ano de 1957 foi iniciada a construção da ponte definitiva em betão preesforçado, com características diferentes, prevendo um trânsito mais intenso em boas condições, tendo sido tomada em consideração a construção do porto comercial de Aveiro, o desenvolvimento do porto bacalhoeiro, o porto de pesca e o novo traçado da Estrada Nacional 109-7 para o serviço do porto, com a estrada existente incluída na área do porto.

Ano de 1864

A *Ponte das Portas de Água*, situada ao km. 6,692, foi construída em alvenaria com pedra vermelha de grés das pedreiras de Eirol no paredão que, com o fim de se obter a abertura da Barra de Aveiro, tinha sido construído em 1808, sob a direcção do engenheiro Luís Gomes de Carvalho.

Quando o engenheiro Silvério Pereira da Silva, em 1858, ficou dirigindo as obras da Barra, as águas do Norte estavam separadas das águas do Sul, o que fazia aumentar o açoreamento da barra.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Depois de vários estudos e observações sobre os efeitos das marés, verificou-se que as águas do Sul, entradas pela barreta da Vagueira, tinham de percorrer 9 quilómetros, no que gastavam duas horas para atingir as águas que entravam na barra pelo Norte, que tinham apenas o percurso de 1 quilómetro para atingir o paredão pela barra e, quando aquelas aqui chegavam, já as do Norte estavam na vazante.

Aproveitando esta circunstância, foi projectada em 1861 pelo engenheiro Silvério a construção de uma ponte.

Este projecto consistia na construção de comportas de madeira, abrindo de Sul para Norte, estabelecidas em olhais, de forma que, quando as águas de marés entradas pelo Norte atingiam as comportas, estas se fechavam e retinham as águas do Sul entradas pela barreta da Vagueira, vindas pelo canal de Mira; e, logo que o volume das águas do Norte entravam na vazante, baixava a pressão, rompia-se o equilíbrio, as comportas abriam-se e as águas do Sul na sua passagem iam aumentar o volume de água a sair, produzindo uma corrente com maior velocidade que ia arrastar a areia do cabedelo que se formasse em frente da boca da barra.

Em 1863 já o engenheiro Silvério tinha construído a obra das comportas, tendo estabelecido no marachão uma ponte de madeira com 92 metros de comprimento e 5 metros de largura, verificando-se logo que começaram a funcionar as comportas, os fenómenos previstos. A barreta da Vagueira veio a fechar-se, deixando de existir qualquer ligação com o mar no canal entre a Barra e Mira.

As comportas foram desmanchadas, e a ponte de madeira foi substituída por uma ponte de alvenaria de pedra de Eirol composta de 18 arcos, de 4,15 metros de vão, constituídos em betão, tendo as testas sido rematadas com aduelas de pedra vermelha de grês de Eirol, ficando a ponte com o comprimento total de 138 metros, com a largura de 4,20 metros entre guardas, mas com passeios de 0,85 de largura apenas no comprimento de 38,20 metros e na largura de 6 metros. É esta a ponte que ainda existe sob o nome de ponte das Portas de Água.

Ano de 1874

Ponte da Barra ou do Paredão, situada ao km. 7,500.

Novamente se observou, em frente da nova Barra de 1808, a formação de um cabedelo que se supunha resultar de uma corrente paralela à costa, caminhando de norte para sul, e dos ventos constantes em 1873, na mesma direcção, sem que os seus efeitos fossem contrariados por correntes fortes do rio Vouga.

PONTES DO DISTRITO DE AVEIRO

Em 1874 o engenheiro Silvério foi encarregado de indicar as obras a propor para evitar a formação do cabedelo, e entre outras propõe:

- a) Prolongamento do molhe Sul para poente até atingir o comprimento que tinha tido até 1808;
- b) Corte oblíquo do paredão (molhe Sul) na extensão de 150 a 200 metros, a contar do seu princípio no Forte, e a demolição desta primeira parte na referida obra;
- c) O molhe Sul encontrava-se concluído e levantado na extensão de 1056,50 metros e para atingir os 1350 metros que tinha em 1808, faltava reconstruir 293,50 metros.

Com esta obra julgada necessária todos concordaram.

Reconhecendo a conveniência de aproveitar toda a bacia do lado sul em benefício da conservação dos fundos da barra, o engenheiro Silvério propôs o corte do molhe do Sul, a começar no Forte, na extensão de 150 a 200 metros, previsto já no seu projecto de 1874, de acordo com os resultados das observações cuidadosamente feitas.

O corte seria feito de maneira que as faces do paredão de um lado e outro do corte ficassem formando um ângulo de 140° com o alinhamento do paredão, e a sua extensão não deveria exceder 250 metros.

Tinha o engenheiro Silvério muita confiança no bom resultado dessa obra e não havia argumentos que lhe fossem apresentados para combater as suas vantagens na sua utilização, que ele não rebatesse, e foi sob a sua inteira responsabilidade que no molhe Sul (paredão) foi feito o corte na extensão de 149 metros, que deu lugar à ponte da Barra ou do Paredão, como passou a ser conhecida.

Esta ponte assentava sobre pilares de alvenaria, fundados no primitivo enrocamento das fundações do paredão, tinham a mesma inclinação das faces do corte do paredão, e sobre eles se apoiava o tabuleiro de madeira, feito com vigamento de riga.

O tabuleiro estava dividido em duas faixas: a do norte, mais larga, para os veículos; e a do sul, mais estreita para peões, e separadas uma da outra por uma viga armada com uns tirantes de ferro e escoras de madeira para dar melhor resistência aos vãos correspondentes ao viés da ponte, resultante do sotamento dos pilares.

No ano de 1918 encalhou na costa, 5 quilómetros ao sul da Barra, um vapor de carga de 6000 toneladas, chamado *Desertas* e, para o salvar, foi aberto um canal no areal, onde foi posto a flutuar, seguindo o navio pelo canal de Mira para

sair para o mar pela Barra. Para esse fim, foi necessário destruir dois pilares de alvenaria da ponte, que depois da passagem do navio, foram substituídos por estacas de madeira, o que muito prejudicou a segurança da ponte, em parte devido ao ataque do teredo às estacas e ainda à destruição do enrocamento das fundações do paredão.

Como a ruína da ponte se acentuasse cada vez mais, em 1940 foi destruída e substituída pela actual ponte de madeira, aguardando-se a construção de uma outra definitiva, pois o ataque do teredo a que está sujeita tem maior intensidade que na ponte da Gafanha.

A acção das correntes, que chegam a atingir 6 milhas, dá origem a várias escavações junto à ponte, de que resulta por vezes as estacas ficarem enterradas apenas cerca de um metro, tendo elas o comprimento de cerca de 13 metros, comprometendo assim a segurança da ponte.

A actual ponte de madeira tem 200 metros de comprimento, com 2 vãos de 10 metros suportados por vigas de ferro, para permitir a passagem de barcaças de carga (*alvarengas*) e 37 vãos de 5 metros. Tão depressa seja possível fixar a secção de vazão e a sua localização, será substituída por uma obra definitiva que satisfaça às condições técnicas que uma obra desta natureza exige.

A construção da futura ponte definitiva depende do resultado das correntes que se venham a fixar com as obras da Barra. Enquanto estas correntes não forem estabilizadas, ou não se estudar um canal estabilizado para o volume de água necessário a entrar e sair, torna-se precária a sua localização conveniente.

(*Continua*)

JOSÉ P. DE ALMEIDA GRAÇA

GENEALOGIAS DE FAMÍLIAS NOBRES AVEIRENSES

(Continuado de pág. 34)

TITOLO DE FERRAZES

Tem por armas em campo vermelho seis aruêlas de ouro e tres riscos pretos pello meio de cada huã. Na torre do Tombo nos liv. de D. João 1.º se acha huã legitimação q̃ Gonsallo Frz Ferraz faz a seu f.º Gonsallo Gomez Ferraz de q̃ podemos deduzir esta familia

- 1 Gonsallo Gomez Ferraz. Segue
- 2 Vasco Frz Ferraz q̃ foi pessoa principal do Porto em tempo de D. João 1.º foi jurar o dº Rey nas cortes q̃ fez em Coimbra como consta do Archivo da camera do Porto
- 3 D. Ferraz Abb.ª de v.ª do Conde

1 Gonsallo Gomez Ferraz cazou com
E della teve

- 1 Gonsallo Gomez Ferraz. Segue

2 Gonsallo Gomez Ferraz cazou com.....
E della teve

- 1 Pedro Ferraz do Porto. Segue
- 2 Affonso Ferraz § 1 n.º 8

3 Pedro Ferraz foi n.º do Porto e chantre na Sé.
Teve

- 1 Gonsallo Gomez Ferraz. Segue

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- 4 Gonsallo Gomez Ferraz cazou a 1.^a vez com Catharina Annes f.^a de

E della teve

- 1 Catharina Ferraz § 2.^o n.^o 12
- 2 Izabel Ferraz § 3.^o n.^o 18
- 3 D. progenitora dos de Ponte de Lima
- 4 D. progenitora dos das Ilhas
- 5 Estevaõ Ferraz de Coimbra

Cazou 2.^a vez com Maria Barreto f.^a de Heitor Barreto, e netta de Andre Gil Barreto

E della teve

- 6 Pedro Ferraz Barreto. Segue
- 7 Fr. Matheus frade de S. Dom.^o
- 8 Maria Ferraz § 4.^o n.^o 19

- 5 Pedro Ferraz Barreto cazou em Aveyro com Maria de Fig.^{do} n.^a de Vizeu f.^a de Diogo Dias Cordr.^o e de Izabel de Fig.^{do} irmaã da m.^{or} de Andre Falcaõ sogro de Fran.^{co} de Leaõ

E della teve

- 1 Manoel Ferraz Barreto. Segue
- 2 Joaõ de Fig.^{do} q̄ morreu na [batalha] de Alcacere
- 3 Anna de Fig.^{do} } q̄ naõ cazaraõ
- 4 Paula de Fig.^{do} }
- 5 Leonor de Lara }

- 6 Manoel Ferraz Barreto. Cazou em Lx.^a com Izabel de S. Payo Ferr.^a f.^a de Pedro Ferr.^a de S. Payo

E della teve

- 1 Pedro Ferraz Barreto. Segue
- 2 Fran.^{co} Barreto de S. Payo § 5. n.^o 23
- 3 D. Luiza Pr.^a m.^{or} do Dez.^{or} Diogo da Cunha de Castello Branco Dez.^{or} do Passo e foraõ Pais de Izabel de Castello Branco m.^{or} de Joaõ Coelho da Cunha sn.^r da Ilha do Maio

- 7 Pedro Ferraz Barreto Ferr.^a foi fid.^o da Caza R. cavalr.^o do habito de Christo servio m.^{os} annos na India donde veio por terra no anno de 1622, em Lx.^a foi cap.^{am} de huã galé e Provedor mor da fazenda do Brazil e govern.^{dor} das Ilhas de Cabo Verde.

GENEALOGIAS DE FAMÍLIAS NOBRES

Cazou com D. Madalena da Cunha irmã de seu
cunhado e do d.^o D.^o da Cunha de Castello Branco e f.^o
de M.^o da Cunha

Teve B.B. em Maria Franca da banda dalem

- 1 João Ferraz Barreto Ferr.^a Segue
- 2 D.^o da Cunha Barreto D.^o em canones prior de
S.^o Justa de Lx.^a juiz da Legacia no anno de 1683

João Ferraz Barreto Ferr.^a foi com seu Pay ao Brazil
onde cazou com D. M.^a de Olivr.^a f.^a de An.^o Alves
Botelho

E della teve

- 1 M.^o Ferr.^a Botelho Ferraz Barreto
- 2 D. Madalena fr.^a em S.^o Clara de Lx.^a

§ 1.^o

- 8 Affonso Ferraz f.^o 2.^o de Gonsallo Gomes Ferraz do n.^o 2.^o
viveu no Porto e diz a chronica serafica cap. 28 l. 5.ª
fora fid.^o da casa do princepe D. João f.^o de D. Aff.^o 5.^o
e seu Thisour.^o s.^o do morgado do Passo Covo, e no
anialogio lusitano a 6 de Junho e s.^o dos padroados de
S. Christovaõ de Refoios, S.^o Marinha de Estromil, e
S. Thiago de Lustoza.

Cazou com Izabel Fr̃z de Anderinho f.^a de Lopo Fr̃z
de Anderinho sogro de Fernaõ Pinto do Real seu Thio
o qual Lopo Fr̃z parece ser o mesmo q̃ a 27 de Dez.^{bro}
de 1452 sendo Estribr.^o do Infante D. Fernando fugio só
com elle p.^a Ceuta em huã caravella.

E della teve

- 1 Jorge Ferraz q̃ viveu no Porto cazado com Iñez
Pr.^a f.^a de Fernaõ Pr.^a de Bretiande e ella dipois
de viuva se fez freira em S.^o Clara do Porto

E della teve

- 1 Catharina Ferraz q̃ foi H. e m.^o de Diogo Bran-
daõ Sanches
- 2 Beatrix Ferraz. Segue
- 3 Briolanja Ferraz Abb.^a de S.^o Clara do Porto e
na chronica lugar citado se dizem suas virtudes

- 9 Beatrix Ferraz. Cazou com Affonso Roĩz Leboraõ

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

E delle ouve

- 1 Gaspar Ferraz. Segue
 - 2 Izabel Ferraz m.^{er} de Fernað Nunes Barreto s.^r dos couttos de Freiriz e Penagate e dipois m.^{er} de Diogo Pinto Per.^a
- 10 Gaspar Ferraz cazou com Lucrecia de Figueiroa f.^a de Vasco Carnr.^o o mosso e de Beatrix de Figueiroa
E della teve
- 1 Affonso Ferraz. Segue
 - 2 Jorge Ferraz P.^o da Comp.^a q̄ se chamou no seculo Vasco e foi conego do Porto e por hum sermaõ do P.^o Fran.^{co} Estrada tomou a roupeta em 14 de Março de 1546
 - 3 Anna } fr.^{as} em S.^{ta} Clara
 - 4 Brites }
 - 5 Joanna em S. Bento do Porto
- 11 Affonso Ferraz foi clerigo e chantre na Sé do Porto Abb.^o de Lustoza teve B. hua f.^a freira em Santa Clara do Porto
- § 2.^o
- 12 Catharina Ferraz f.^a de Gonsallo Gomez Ferraz do n.^o 4.^o Cazou em Aveyro com Pedro Alvres Bulhaõ
E delle ouve
- 1 Martim Ferraz. Segue
 - 2 Fr. Matheus frade de S. Domingos
 - 3 Catharina Ferraz § 6.^o n.^o 24
 - 4 Izabel Ferraz m.^{er} de Machado da v.^a do Conde
 - 5 Antonia Viegas m.^{er} de [esta f.^a he demais]
- 13 Martim Ferraz. Cazou no Porto com Catharina Rebella f.^a de Manoel Bravo e de sua m.^{er} Maria Carneiro
E della teve
- 1 Miguel Ferraz. Segue
 - 2 Manoel Bravo P.^o da Comp.^a e sahindo morreu s. g.
 - 3 Diogo Ferraz P. da Comp.^a
 - 4 Andre Ferraz q̄ morreu de ferida q̄ lhe deraõ no Porto s. g.
 - 5 seis freiras no Porto

GENEALOGIAS DE FAMÍLIAS NOBRES

- 14 Miguel Ferraz. Cazou em Malaca com D. Izabel de Alm.^{da} f.^a de Fran.^{co} Lopes de Almeida e de Izabel de Alvarenga f.^a de Jorge de Alvarenga irmaõ — Fran.^{co} Lopes de Maria de Alm.^{da} m.^{er} do grãnde Joaõ de Barros
E della teve
- 1 Martim Ferraz de Almeida. Segue
 - 2 Fran.^{co} Lopez Ferraz q̄ morreu na India s. g.
- 15 Martim Ferraz. Cazou no Porto com D. Guimar da Cunha f.^a de Antonio da Cunha de v.^a Real e veio da India herdar o morgado em tt.^o de Botelhos de v.^a Real
E della teve
- 1 Miguel Ferraz Bravo. Segue
 - 2 An.^o Ferraz da Cunha s. g.
 - 3 Diogo Ferraz Bravo q̄ servio na guerra de 1640 e foi feitor dos galeoens no ouro do Porto e onde viveu
 - 4 D. Izabel
outros q̄ morreraõ mossos
- 16 Miguel Ferraz servio em tras os montes recebeu m.^{tas} feridas foi comend.^{or} de S. Martinho de Canellas e de outros dous celhos e gov.^{or} da Torre de Belem aonde morreu
Cazou com D. Ignez da Cunha f.^a do secretario de Guerra An.^o Per.^a da Cunha e de sua m.^{er} D. Bernarda de Araujo Freire
E della teve
- 1 Martim Ferraz de Alm.^{da} q̄ matáraõ huns fidalgos na rua dos ourives do ouro de Lx.^a indo em hum seu carro a quatro cavallos a 3 de 8.^{bre} de 1688
 - 2 An.^o da Cunha estudou em Coimbra s. g.
 - 3 B.^{eu} Ferraz estudou em Coimbra
 - 4 Diogo Ferraz frade Bernardo
 - 5 Bento de Alm.^{da} frade Bernardo
 - 6 Joaõ de Alm.^{da} Segue
 - 7 M.^{er} de Alm.^{da} frade de S. Ag.^o
 - 8 Jeronimo de Alm.^{da} o mesmo
 - 9 D. Bern.^{da} fr.^a na Esperansa em Lx.^a
 - 10 D. Luiza fr.^a em S. Monica
 - 11 D. M.^a popila na Esperansa
- 17 Joaõ Per.^a Ferraz f.^o 6.^o herdou a caza de seu Tio An.^o Per.^a da Cunha e lhe sucedeu no off.^o de secretario de

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Guerra e nas duas comendas q̄ elle possuiu e no morgado q̄ p.^a elle instituiu

§ 3.º

- 18 Izabel Ferraz f.^a 2.^a de Gonsallo Gomez do n.º 4. Cazou com Antaõ Dias do Algarve em Aveyro
E delle ouve

- 1 Gaspar Ferraz Dez.^{or} da Suplicação s. g. sendo cazado duas vezes
- 2 Diogo Ferraz conego e M.^o escolla da Collegiada de Barcellos teve B. B.
- 3 Manoel Ferraz foi Letrado cazou em Aveyro com Fran.^{ca} de Mag.^{es} f.^a de Gonsallo de Sepedes de q.^m nasceu

- 1 Martim Ferraz s. g.
- 2 Beatrix de Goes q̄ cazou em Aveyro com An.^o Florim f.^o de Justa Florim sua Madrasta de q.^m nasceu

- 1 Fr. Diogo Ferraz frade Dominico
- 2 Gaspar de Mag.^{es}
- 3 Joaõ de Mag.^{es} q̄ cazon em Aveyro com Maria Soares
- 4 Grácia de Mag.^{es} 3.^a m.^{or} de Gaspar Florim irmão de seu cunhado e ouvêraõ

- 1 Justa Florim m.^{or} de Luiz de Vergas de Aveyro
- 2 Izabel Florim m.^{or} de Balthazar da Rocha de Vagos
- 3 Fran.^{co} de Mag.^{es} q̄ cazou em Aveyro com An.^{ta} Carvalho e ouve Bento de Mag.^{es} e outros mais

Cazou M.^{es} Ferraz 2.^a vez com Justa Florim May de seus genros s. g.

- 4 Maria Ferraz cazada em Aveyro com Gaspar Roiž de q.^m nasceu
 - 1 Joaõ Roiž Ferraz Beneficiado em Esgueira e Louzaã
 - 2 Maria Ferraz fr.^a em Jezuz de Aveyro

GENEALOGIAS DE FAMÍLIAS NOBRES

- 5 Jeronima Ferraz q̄ cazou em Aveyro com Andre da Silveira e foraõ Pais de

- 1 D. Jeronima Ferraz m.^{er} de Fran.^{co} Gastaõ s. g.
- 2 D. Izabel m.^{er} de Alvaro Gastaõ
- 3 D. Beatrix m.^{er} de An.^{to} de Gouvea de q.^m nasceu Felipa de Gouvea m.^{er} do Lecenc.^{do} M.^{el} Freire
- 4 D. Catharina q̄ cazou em Lx.^a com Luiz de S.^{ia} Maria de Aguiar de q.^m nasceu
 - 1 D. An.^{ta} Ferraz
 - 2 D. Anna Ferraz m.^{er} de An.^{to} de Souza Falcaõ em seu tt.^o

§ 4.^o

FERRAZES DE AVEYRO POR FEMEA

- 19 Maria Ferraz f.^a 8.^a de Gonsallo Ferraz do n.^o 4 cazou em Av.^{to} com Jorge Frz o canhoto
E della teve
- 1 Manoel Ferraz. Segue
 - 2 Antonio Barretto. Segue n.^o 21
- 20 Manoel Ferraz cazou com Jeronima de Seixas netta de Joaõ Viegas e de Catharina Ferraz do n.^o 24
E della teve
- 1 Miguel Ferraz Barreto Abb.^o de S.^{ia} Eulalia de Cabanellas onde morreu em 1707. Vinculou seus bens q̄ deixou a seu Tio M.^{el} Ferraz Barretto
 - 2 Maria da Conc.^{am}
 - 3 Catharina dos Santos } freiras em Jezuz de Aveyro
- 21 Antonio Barretto f.^o 2.^o cazou com Felipa de Ataide f.^a Herd.^a de Thome de Oliveira da Silva s.^r do Prazo da Granja em Avr.^o e de sua m.^{er} D. An.^{ta} de Vas.^{cos}
E della teve
- 1 Fran.^{co} Barretto que segue
 - 2 Pedro Ferraz
 - 3 Andre Ferraz Barretto q̄ cazou em Coimbra com D. Maria f.^a de Estevaõ Ferraz seu parente f.^o de Gonsallo Gomes Ferraz n.^o 4.^o

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- 4 Gonsallo Ferraz q̄ foi ouvidor do Duque de Caminha
 - 5 M.^{el} Ferraz Barretto q̄ hindo com beca p.^a a Ilha 3.^a a devassar foi tomado pelos Mouros e † soltr.^o s. g.
 - 6 Thome Barretto Ferraz q̄ morreu Provedor de Viana
 - 7 Maria Ferraz m.^{er} de Joze Falcaõ f.^o de Fran.^{co} Leaõ Lobo de Aveyro e de Clara de Fig.^{do}
- 22 Fran.^{co} Barretto cazou com Margarida Saraiva Coutinho (1) f.^a de Balthazar de Pinho Ferraz seu parente e de D. Catharina de Lucena Saraiva sua 2.^a m.^{er} do n.^o 26 E della teve a
- 1 D. Catharina Saraiva Coutinho m.^{er} de Fr.^{co} Marques Romano dos quaes nasceu Luiz Marq.^s Romano Pay de Joze Barreto Ferraz de Avr.^o

§ 5.^o

- 23 Francisco Barretto de S. Payo f.^o 2.^o de M.^{el} Ferraz Barretto n.^o 6.^o foi Almozarife da polvora e escrivaõ dos armazems de Lx.^a e contador g.^{al} do exercito do Alemtejo e m.^{io} rico.

Cazou com D. Sebastianna de Gouvara f.^a de D. Christovaõ de Gouvara castilhano elle a matou depois de ter della

- 1 Ignacio Barreto q̄ morreu mosso

e B. em M.^a de Souza f.^a de hum pedreiro — Manoel Barreto de S. Payo q̄ foi cavalr.^o da ordem de Christo fid.^o da caza do Rey D. Aff.^o 5.^o e secretario do concelho ultramarino off.^o q̄ comprou a Balthazar de.....

Cazou com D. Izabel de Aguiar f.^a H. de Fran.^{co} Nunes chirurgiaõ dos Reys D. Aff.^o 5.^o e D. Joaõ 2.^o morreu s. g. m.^{io} pobre porq̄ toda a sua fazenda e off.^o lhe fez vender Fran.^{co} Galvaõ secretario das justissas por elle ficar por fiador do dote da 1.^a m.^{er}

(1) N. E. Foram riscadas as palavras *de Pinho* e substituídas por Saraiva Coutinho em letra diferente.

GENEALOGIAS DE FAMÍLIAS NOBRES

do d.^o Fran.^{co} Galvaõ q̄ era f.^o de hum Biscouteiro, e hum Thio della q̄ era frade franciscano he q̄ fez este ingano e lhe chamavaõ o Biscouteiro e o off.^o comprou M.^o Lopes da Lavre q̄ servio seu f.^o Andre Lopes da Lavre.

§ 6.^o

FERRAZES DE ÁGUEDA

- 24 Catharina Ferraz f.^a de Catharina Ferraz do n.^o 12 cazou em Agueda com Joaõ Viegas irmaõ de Pedro Viegas q̄ instituiu hum morgado q̄ possuio seu sobr.^o Gonsallo Ferraz cuja capella está na igreja de S. Pedro da v.^a de Cantanhede aonde o d.^o P.^o Viegas jaz, e naõ teve f.^{da} sendo cazado com Maria da Rocha de Rezende.

E delle ouve

- 1 Gonsallo Ferraz. Segue
- 2 Leonor Ferraz q̄ cazou em Aveyro com Christovão de Moraes e foraõ páis de Maria de Moraes m.^{er} de Antonio de Almeida da Costa a da quinta em Aveyro.
- 3 Antonia Viegas q̄ cazou em Tentugal com Alvaro Velho § 7 n.^o 30
- 4 Maria Viegas q̄ cazou duas vezes a 1.^a com Gaspar de Seixas de q.^m nasceu

- 1 Jeronima de Seixas m.^{er} de Manoel Ferraz do n.^o 20

Cazou seg.^{da} vez com Joaõ de Andrade de q.^m nasceu Bartoleza de Andrade q̄ cazou em Agueda com Pedro Frz̄.

- 5 Maria Ferraz m.^{er} de Jorge Frz̄ de Ataide páis de Felipa de Ataide m.^{er} de Ant.^o Barretto pais de M.^o Ferraz Barretto do n.^o 21.

Esta M.^a Ferras he engano e de mais porq̄. M.^a Ferras m.^{er} de Jorge Fn.^o foi f.^a de Gon.^{co} Gomes Ferraz como se dis atras no n.^o 21.

- 25 Gonsallo Ferraz foi á India e vindo cazou em Agueda com Margarida de Pinho f.^a de Marcos de Pinho o grande e de sua m.^{er} Maria Simoens de Carvalho.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- 31 Fernão Velho. Casou em Alconchel com
E della teve
- 1 Catharina Ferraz q̄ cazou com Costodio Couceiro de Tentugal
 - 2 Guimar Ferraz m.^{er} de Silvestre Roiž. Segue
 - 3 Izabel Ferraz q̄ cazou na Feira com M.^{ei} Caldeira
- 32 Guimar Ferraz cazou com Silvestre Roiz de Tentugal
E delle ouve
- 1 João Ferraz. Segue
 - 2 Alvaro Velho
 - 3 Manuel Viegas q̄ cazou em Montemor o velho
- 33 João Ferraz viveu em Coimbra. Cazou 1.^a vez com D. Maria Sanhuda
E della teve
- 1 Guimar Ferraz
- Cazou seg.^{da} vez com An.^{ta} da Fonseca f.^a de
E della teve
- 1 Luiz Ferraz Velho. Segue
- 34 Luiz Ferraz Velho foi juiz dos orfaons em Coimbra [*e juiz das valas do Mondego*]. Cazou com D. Izabel de *Azambuja f.^a de Manuel Couceiro de Azambuja Alferes mor de Coimbra f.^o do D.^r Diogo Vaz Couceiro*
E della teve
- 1 Francisco Ferraz Velho. Segue
 - 2 João Ferraz cavalr.^o do habito do xp.^{to} e juiz de fora de Mouraõ em 1677 e Dez.^{or} do Porto
- 35 Fran.^{co} Ferraz Velho foi juiz dos orfaons de Coimbra e *Alferes mor de Coimbra*. Cazou com D. An.^{ta} da Costa Soares f.^a de Jorge da Costa Galaz tizoureiro do fisco de Coimbra e criado do Bispo Conde D. Alvaro de S. Boaventura
E della teve
- 1 Joaõ Ferraz q̄ foi juiz dos orfaons morreu soltr.^o
 - 2 Alvaro Ferraz q̄ cazou com..... f.^a de D.^{os} de Mag.^{es} e teve f.^{as} de q̄ não ha g.

GENEALOGIAS DE FAMÍLIAS NOBRES

- 3 D. Izabel m.^{er} de Joaõ Viegas de Novaes do n.º 29
chamavase D. Izabel Antonia Couceiro de Azambuja e cazou com Joaõ Viegas de Novaes do n.º 29.

§ 8.º

- 36 Antonio de Novaes f.º 5 de Balthazar de Pinho do n.º 26
Servio na India e foi guarda mor de Cochim cazou
com.....

E della teve

- 1 Antonio de Novaes
- 2 Maria de Novaes m.^{er} de Seb.^{am} de Macedo páis
de Fran.^{co} de Macedo
- 3 Izabel de Novaes m.^{er} de Joaõ Per.^a do Lago

Segue-se em letra mais recente até final do n.º 41:

§ 9.º

- 37 Luiz Ferraz de Novaes f.º de Joaõ de Novaes do n.º 29.
Cazou de idade de 74 annos e no de 1786 com D. Rita
Leonor Freire de Cast.^o Br.^{co} e Vas.^{cos} f.^a de Joze An.^{to}
Ferreira Ferraõ de Cast.^o Br.^{co} n.^{al} de S. Tiago de Cea,
cap.^m mor de m.^a v.^a Fidalgo da C. R. e s.^r do morgado
de Sortelha, e de sua m.^{er} D. Izabel Rita Freire de Souza
Cortereal q̄ hé Irmaã de B.^{ar} Freire da Caza da Frein-
neda.

E della teve

- 1 Pedro q̄ nasceu a 12 de Abril de 1787
- 2 Isabel q̄ nasc. a 20 de Mayo de 1788.

§ 10.º

- 38 D. Joanna Aurelia de Novaes f.^a de P.º Viegas de Novaes
do n.º 28 e de sua segd.^a m.^{er} D. Thereza Aurelia de
Proença. Cazou duas vezes a primr.^a com João Soares
Girão Henriques s.^r de hum morg.º em Tentugal.

E delle teve

- 1 João Soares Giraõ Henriques q̄ segue
- 2 D. Caetana Bernd.^a Telles de Novaes no n.º 40

- 39 Joaõ Soares Giraõ Henriques asima foi s.^r do d.º morgd.º
Cazou com sua Par.^{ta} D. M.^a de Eça Telles f.^a de Bernd.º

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

de Macedo Cast.º Br.º s.º do morg. da Covilhaã q̄ hoje vive cazado 2.ª vez na Covilhaã e com f.º

A sobred.ª D. Joanna Aurelia de Novaes do n.º 38 cazou 2.ª vez em Avr.º com seu Primo Andre Bott.º de Eça Telles s. g.

§ II.º

- 40 D. Caetana Bernd.ª Telles de Novaes asima f.ª de D. Joanna Aurelia de Novaes do n.º 38. Cazou com Jacinto da Costa Mas.º cap.º mor de Recardaens f.º de Alex.º de Seqr.ª e de Maria de Almd.ª
de q.º teve a

- 1 Jacinto da Costa Mas.º de Novaes q̄ † s. g.
- 2 Joanna Felipa Telles de Novaes q̄ segue
- 3 Joaõ Soares Giraõ q̄ hé Beneficiado em Esgr.º
- 4 D. Theresa..... q̄ hé cazada em Valle de Besteiros
- 5 D. Bernarda de Proença q̄ † Freira em Lorvão
- 6 D. Barbara..... } soltr.º
- 7 D. M.ª..... }

- 41 D. Joanna Felipa Telles de Novaes asima Casou em Avr.º com Andre Bott.º de Eça Telles o qual já era viuvo de sua Avó D. Joanna Aurelia, asima, e foi Propriet.º de Escrivaõ da Camera de Avr.º e era f.º de Jorge Bott.º de Eça e de sua 2.ª m.º D. Jozefa da Costa de Cast.º Br.º
E delle teve

- 1 D. Maria..... q̄ cazou em Ferminhaõ com Joaõ da Fon.º da Cunha e Pinho c. g.
- 2 Joaõ q̄ † menino
- 3 Anna q̄ † menina.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

(Continuado do vol. XVIII, pág. 276)

34 — Em Tibães, na igreja beneditina, capela lateral, da invocação de Santa Gertrudes, toda ela de rica talha dourada, do século XVII, existe uma tela do mesmo tipo das que vimos recensando. Mede 445^{mm} de largo por 590 de alto; à esquerda do espectador, apresenta a legenda S. IOANNA PRIN. DE PORT.; à dir. alta, três coroas reais, como nos exemplares n.º 31, 32 e 33, de Aveiro, de Abrantes, e de Santarém. S. a. n. d.

Como subsídio para a cronologia destes pseudo-retratos à moda da Corte, é de notar que a igreja de Tibães foi concluída, pelo menos de pedraria, ainda no séc. XVII. Numa pilastra, à entrada, do lado do Evangelho, gravou-se dentro duma cartela esta legenda: PRINCIPIOVSSE. ESTE. TEM/ PLO. NO ANNO. DE. 1628. / ACABOVSSSE. NO ANNO. DE /. 1661 (1).

O retrato da Infanta está incrustado na grande armação de talha do altar, que parece nunca ter sido deslocada e encontrar-se ainda hoje como na primitiva; não obstante, o traje é mais característico do séc. XVIII do que do XVII. A pintura é boa (dentro do seu género, evidentemente) e está bem conservada. O altar engloba seis telas pintadas e dois magníficos baixo-relevos de madeira. A tela de Santa Joana ficou do lado da Epístola, e tem a equilibrá-la, do lado do Evangelho, outra boa tela, da mesma época, representando Nossa Senhora dos Pecadores, segundo nela se lê também.

35 — E por fim, no Paço das Escolas da Universidade de Coimbra, na ante-câmara do Gabinete do Reitor, identifi-

(1) Lamentavelmente, esta magnífica igreja, razoavelmente conservada, não tem merecido as atenções dos nossos historiadores de Arte.

No entanto, merece, em absoluto, desenvolvida monografia, tão grande e tão variado é o contributo que traria aos estudos da Arte Portuguesa seiscentista.

cámos nós há anos outro desses pseudo-retratos, que, à data, se não sabia já quem representava. É uma chapa de cobre, medindo 303^{mm} de largo por 387 de alto; à altura do ombro direito da figura o artista pintou: s. IOANNA PR.^a De acordo



Fig. 31

Exemplar pertencente ao Ex.^{mo} Senhor Dr. Oleiro,
Director do Museu de Abrantes

com a tradição, a Infanta tem olhos verdes. S. a. n. d. (1)
— fig. 33 —.

(1) É de notar que, tal como se observa em Tibães, a par desta pintura existe outra, nitidamente da mesma oficina e época, representando Nossa Senhora (chapa de cobre de 303^{mm} × 385). Na Universidade reuniram-se os quadros de todos os Mosteiros da região, extintos em 1834, mas poucos são os que nela hoje restam.

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

36 — Miniatura pintada em chapa de cobre de 46^{mm} de largo por 54 de alto. A Infanta veste hábito dominicano, segura na mão esq. um crucifixo para o qual olha, e tem na cabeça a coroa de espinhos que tomou para seu emblema pessoal. Circunda-lhe a cabeça um ligeiro halo branco. Olhos azulados, face levemente rosada, assim como os lábios.

Fundo azul vivo, esbatendo para baixo. (No verso, em pintura da mesma época, o Santo Sudário). S. a. n. d.

Encontra-se actualmente na posse do Senhor Dr. Serafim Gabriel Soares da Graça, de Águeda, tendo pertencido, outrora, ao Bispo de Bragança D. José Alves de Mariz, tio de sua Esposa, que viveu em Aveiro alguns anos após a sua formatura e ordenação, regendo a cadeira de Ciências Eclesiásticas no Seminário da Cidade e interessando-se sempre pela vida local — *fig. 34* —.

37 — Pintura em madeira, medindo 0,46 de largo por 0,60 de alto.

A Infanta, vestida de dominicana, coroa de espinhos na cabeça, tem na mão esquerda uma açucena; com a outra mão aperta a direita de Jesus, e este encosta com a mão esquerda um coração ao peito de Santa Joana.

Sobre uma mesa, um livro aberto.

Pertenceu ao Convento de Jesus, de Aveiro, e é hoje propriedade do Senhor Dr. Alberto Soares Machado ⁽¹⁾. S. a. n. d.

38 — Pintura em madeira, medindo 0,46 de largo por 0,60 de alto.

A Infanta na sua cela, que tem uma janela com grades de ferro, é representada em corpo inteiro, em hábito de dominicana, e olha, com ar de grande sofrimento, da esq. para a dir., para um crucifixo que sustenta nas duas mãos. A mão direita segura, ainda, uma açucena.



Fig. 32

Exemplar da Quinta do Pombal,
de Santarém

(1) As informações relativas a este número e ao imediato foram obsequiosamente prestadas pelo Sr. Dr. Ferreira Neves.

Coroa de espinhos e resplendor.

Sobre uma mesa, um livro aberto e uma ampulheta. No chão, à direita, três coroas. Ao alto, à esquerda, o brasão real português, em escudo oval.



Fig. 33

Exemplar da ante-câmara da Reitoria
da Universidade de Coimbra

Pertenceu ao Convento de Jesus, de Aveiro, e é hoje propriedade do Senhor Dr. Alberto Soares Machado. S. a. n. d.

39 — Santa Joana, vestida de dominicana, e ajoelhada perante um altar, recebe dum anjo que paira sobre ela uma palma e duas coroas de espinhos e rosas.

Aos pés, o escudo de Portugal. Outro anjo apresenta-lhe, no altar, duas coroas reais.

Pintura em tela, talvez do séc. XVIII. Pertence à Ex.^{ma} Senhora D. Maria Luísa Rangel de Quadros (Tavarede), de Aveiro. S. a. n. d. Dimensões, 1^m,30 de largura por 1,10 de altura.

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

40 — Santa Joana, vestida de dominicana, coroada de espinhos, e tendo aos pés três coroas reais.

Tela medindo 0,70 de largo por 1^m de alto, aproximadamente (1).

Coro da Igreja de Corpus Christi, de Vila Nova de Gaia. S. a. n. d. (muito possivelmente, séc. XVIII).

41 — Elegante litaril conventual, de magnífico trabalho de talha, dos princípios do século XVIII; num dos topos, uma pintura representando, em busto, a Infanta Santa Joana em hábito dominicano, coroada de espinhos.

Pertence ao Museu da Sociedade Martins Sarmiento, de Guimarães. S. a. n. d.—*fig. 35*—.

42 — A Princesa, de pé, com hábito de Dominicana, recusa uma coroa real e um cetro que um Monarca lhe oferece, em grande bandeja sustentada por um pagem que ajoelha. A seus pés, outra coroa real e outro cetro — *fig. 36*—.

Magnífica pintura em tela, de 1^m,35 de largo por 2,30 de alto, na capela-mor da Igreja de Santo António dos Portugueses, em Roma, do lado da Epístola.

O Ministro Dr. Miguel de Almeida Pile, que ao estudo de Santo António dos Portugueses se tem afincadamente dedicado, e a cuja velha amizade e extrema gentileza devemos a presente notícia, é de parecer que a pintura deve datar de 1744, ano em que foi acabada a capela-mor, toda revestida de belíssimos mármore. É de mármore também a larga moldura que enquadra a tela da Infanta.

43 — Pintura mural, antiga, sobre a porta do quarto n.º 110 de «San Domenico Palace Hotel» em Taormina (Sicília). A Infanta, em hábito dominicano, rosto erguido ao Céu, deita para o chão uma coroa real, preferindo-lhe uma caveira pousada sobre uma mesa, na sua frente. Na



Fig. 34

Pintura em chapa de cobre
Miniatura pertencente
ao Ex.^{mo} Senhor Dr. Serafim
Gabriel Soares da Graça

(1) Não houve possibilidade, na ocasião, de obter medidas rigorosas.



Fig. 35

*Litaril da Sociedade Martins Sarmento,
de Guimarães*

moldura da cartela oval, em volta, a legenda: B. GIOVANNA REGINA DI PORTVGALLO» (1) — fig. 37 — .

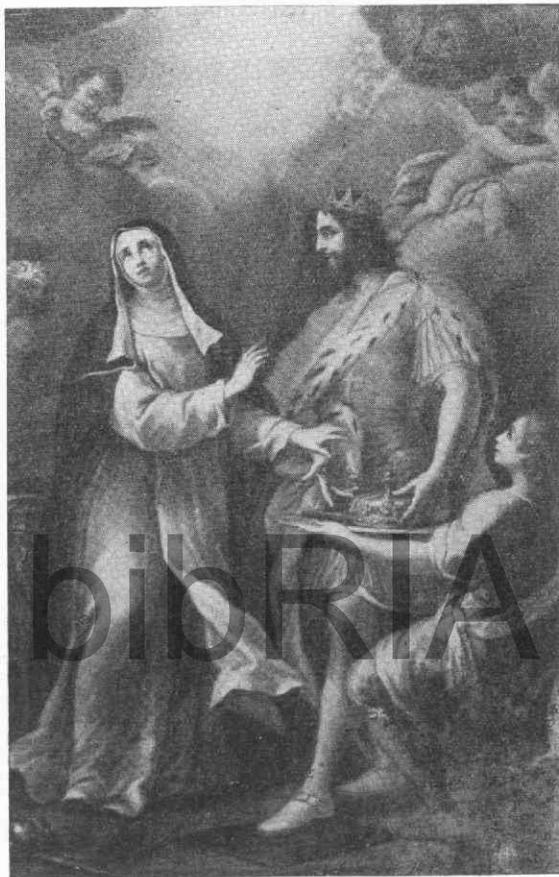


Fig. 36

A Infanta recusa uma coroa régia e um cetro
(Igreja de S.^o António dos Portugueses, em Roma)

44 — Quadro que se sabe existir na Quinta do Mosteiro, em Moreira da Maia, pertença dos descendentes do Conselheiro Luís de Magalhães, oriundo de Aveiro (2).

(1) Fotografia obsequiosamente comunicada, há anos, pelo Senhor Luís Reis Santos.

(2) Informação gentilmente prestada pelo Rev. Dr. DOMINGOS MAURÍCIO GOMES DOS SANTOS, que prepara desenvolvido estudo acerca do edifi-

45 — Quadro representando a Infanta implorando de seu Pai, no regresso de Arzila, autorização para professar. Composição cujo paradeiro se desconhece, dum pintor francês, mas de que ficou gravura ilustrando um *Flos Sanctorum*



Fig. 37

Pintura mural em Taormina (Sicília)

editado no século XIX que não conseguimos ainda identificar. Dessa obra foi a gravura reproduzida para a revista portuguesa *A Fé Cristã* (Maio de 1912 a Fevereiro de 1920 Ano IX) (1). A gravura de «Santa Joanna-Princeza de Por-

cio e do património do Convento de Jesus, de Aveiro, mas que não possui também pormenores da referida pintura.

(1) Informação prestada pelo livreiro Miranda, da Casa Católica, de Lisboa, que editava a revista. Director, ZUZARTE DE MENDONÇA.

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

tugal» pertence ao Ano IV, n.º 6, de Outubro de 1915 e não ilustra nenhum artigo em especial nem tem mais explicação do que a legenda — *fig. 38* —.

46 — Desenho, ou pintura, com base no retrato quinhenista, ou melhor, na gravura do *Philippus Prodens*, que suprime o decote, e depois reproduzido em fotografatura para



Fig. 38

A Infanta solicita de seu Pai autorização
para entrar em Religião

ilustrar a capa do opúsculo *Santa Joanna | Princesa de Portugal | Virgem da Ordem de S. Domingos | Por um | Membro da mesma Ordem* | Porto, Oficina de S. José, 1901 e 1906.

47 — Aguarela baseada no retrato quinhenista, para ilustração, a cores, do opúsculo de ROCHA MARTINS, *A Princesa Santa Joana*, da colecção *Heróis, Santos e Mártires da Pátria*, de que constitui o 1.º fascículo do 2.º volume.

Subscrição AS (ALBERTO DE SOUSA); s. a.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

48—Morte da Princesa Santa Joana. Tela da autoria de D. EUGÊNIA COELHO, pintada em Abril e Maio de 1943 e apresentada como tese à Escola de Belas Artes de Lisboa para obtenção da carta do curso superior de Pintura. Na *memória descritiva* é o quadro explicado desta forma (1):

«Na sua cela do Convento de Jesus em Aveiro, sobre uma cama estreita e dura (segundo o costume monástico) Santa Joana agoniza, rodeada por algumas religiosas da Ordem Dominicana. Junto da cama está armado um altar, que se divisa levemente ao fundo. Dois Padres Dominicanos, os confessores da Princesa, rezam a seu pedido o «Ofício da Agonia»; um dos sacerdotes lê as orações e o outro acompanha-o com um círio bento na mão. Junto à cabeceira da cama, à direita, uma religiosa, ajoelhada, sustenta na mão pálida e transparente da moribunda um círio bento; a mão esquerda da Princesa aperta ao peito um crucifixo. Do lado esquerdo da cama, outra religiosa de pé ocupa-se a acomodar serenamente o travesseiro onde repousa a iluminada cabeça da Santa Princesa. Aos pés da cama, duas Dominicanas ajoelhadas rezam, chorando, uma curvada sobre o leito, e a outra erguendo os olhos para o Céu. Ao fundo da cela ainda se avistam, envoltas na penumbra, algumas religiosas.»

Dimensões: 1^m,35 de largo por 2,03 de alto. O quadro encontra-se presentemente depositado no Museu Municipal Dr. Santos Rocha, na Figueira da Foz — *fig. 39* —.

A pintura em azulejo, tão popularizada entre nós desde o séc. XVII, pelo menos, e tomando por vezes por tema episódios históricos que desenvolveu em grandes composições, não podia esquecer a vida da Santa Princesa. Na igreja do Convento de Jesus, de Aveiro, preciosíssimo exemplar de talha barroca, encontram-se historiados em quadros de azulejo, emoldurados também em azulejos, vários passos da vida da Infanta, e aqui se enumeram:

49 — Entrada da Princesa para o Convento, em traje de Corte, acompanhada por seu Pai.

(1) Publicada, a memória, acompanhada de gravura, no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, págs. 273 a 279.

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

Capela-mor, lado do Evangelho. Mau estado de conservação. S. a. n. d.

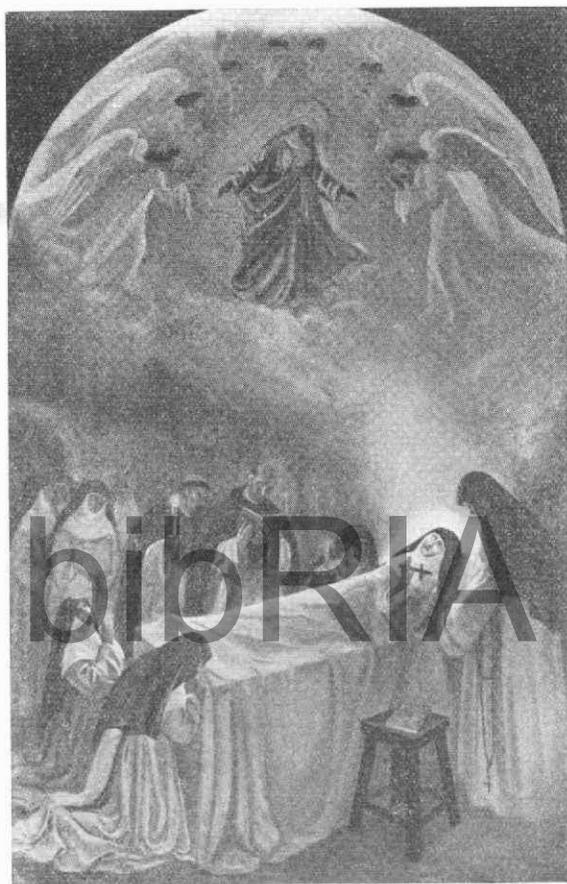


Fig. 39

Morte da Princesa Santa Joana
Pintura de EUGÉNIA CORLHO
(Museu Municipal Dr. Santos Rocha
— Figueira da Foz)

50 — Corte dos cabelos da Princesa — *fig. 40* — Capela-mor, lado da Epístola.

51 — A Princesa, de hábito dominicano, sai do Convento, acompanhada pelo Rei (D. João II) e outras personagens — *fig. 41* — Capela-mor, lado do Evangelho. S. a. n. d.

52 — Ainda do lado do Evangelho, por baixo do túmulo dos Tavares, a cena do enterro da Infanta, sendo o ataúde transportado sob o páleo por quatro Bispos (1).

Debalde procurámos levar mais longe esta documentação pictural da Infanta; muitos outros quadros devem ter



Fig. 40

Corte dos cabelos da Infanta
(Painel de azulejo na Igreja do convento
de Jesus, de Aveiro)

(1) Outro painel representando um saimento fúnebre, do lado da Epistola, deve possivelmente referir-se à trasladação do corpo da Madre Priora, de Abrantes para Aveiro.

Faz falta uma monografia do edificio, que há muito se devia ter feito, para conveniente aclaração de muito pormenor de interesse histórico e artístico.

existido, e alguns mais, possivelmente, existirão ainda, que à nossa investigação terão escapado.

Dos desaparecidos, registam-se ainda, e em especial — a) grupo outrora existente na Basílica Patriarcal, repre-



Fig. 41

A Infanta sai do Convento de Jesus
(Painel da Igreja do Convento, em Aveiro)

sentando as bemaventuradas *Rainhas* Sancha, Teresa, Mafalda, Isabel e Joana, como as designa no *Portugal glorioso e illustrado*... JOSEPH PEREYRA BAYAM, em 1727 (1). O historiador, referindo-se ao mencionado grupo, pedia que

(1) Da gravura representando o grupo, trataremos adiante, no capítulo dedicado a esse género de trabalho artístico.

se mandasse gravar, «para mais as dar a conhecer, e afervorar a devoção», «*porque está linda a pintura*».

— b) Um retrato de corpo inteiro, na colecção de «Quadros históricos pertencentes à Bibliotheca Nacional de Lisboa», existente ainda em 1854. como declara JOSÉ BARBOSA CANAES DE FIGUEIREDO CASTELO-BRANCO, a pág. 37, nota 1, dos seus *Estudos biographicos ou noticia das pessoas retratadas nos quadros*, etc.

Quando em 1910 GABRIEL PEREIRA, então Director da Bibliotheca Nacional, publicou a sua *Noticia de retratos em tela*, já não pôde incluir nela o da Infanta Santa Joana; e como é sabido que muitos dos retratos recolhidos na Bibliotheca, após a extinção dos Conventos, apodreceram e foram queimados, é de presumir tenha sido esse o destino do tal *retrato de corpo inteiro*, registado por BARBOSA CANAES em 1854.

b) *Escultura*

Passando agora a inventariar as *esculturas*, ou *imagens de vulto*, que ao nosso conhecimento chegaram, afigura-se-nos que a execução delas se deve ter iniciado só após o resultado das diligências da Priora D. Filipa de Meneses junto do Papa Inocência XI, ao qual impetrou «a graça de se poder rezar e dar culto à já chamada por seus milagres a Princeza Santa» (1). Em seguida à solicitação da Priora foi o Bispo-Conde D. João de Melo ao Convento de Jesus inquirir testemunhas pela 1.^a vez (fins de Junho de 1689); as diligências continuaram nos anos subsequentes, até que de Roma chegou o almejado breve autorizando que em 12 de Maio «se pudesse rezar da Princeza Santa (1691). Em 1693 foi recebido novo breve — agora, de beatificação — que deu lugar a «um oitavário com sermões de manhã e tarde a que assistiu o Senhor Bispo-Conde, que ajudou a solenidade com a música que trouxe da sua cathedral; houve festas de cavalaria e touros, as quais acabaram em o dia 12 de Maio em que se fez uma vistosíssima procissão delineada pelo agudíssimo Sebastião Pacheco Varela; constava de vários andores em que iam os principais passos da vida da Princesa Santa, e, por último, *um carro triunfante em que ia a imagem da Santa*. Precedia a tudo o Governador Gonçalo de Sousa e Meneses com um estandarte de tela branca em que ia bor-

(1) Complementos da *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana, filha del Rei Dom Afonso V*, leitura, revisão e prefácio de ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL; Aveiro, 1939; pág. 269.

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

dada a mesma imagem, e nas borlas dele pegavam seus netos Francisco Pereira da Silva e Gonçalo de Sousa; levou o Senhor Bispo-Conde o Santíssimo e *colocou-se a imagem da Santa Princesa em uma sumptuosíssima capela em a igreja*» (1).

Possivelmente terá sido esta a 1.^a imagem de Santa Joana, mera figura de devoção, cujo conhecimento, caso existisse ainda, nada adiantaria para a real iconografia da Infanta, tal como sucede com as que presentemente lográmos conhecer e que passamos a registar; a essa 1.^a imagem se refere, como no princípio do presente estudo vimos, Fr. LUCAS DE SANTA CATARINA, em 1713.

1 — Imagem de madeira, do séc. XVIII, apresentando a Infanta em hábito de dominicana, coroada de espinhos, com resplendor de santidade e sustentando com as duas mãos um crucifixo.

Na peanha, o seu brasão de Infanta de Portugal; por terra, 3 coroas de realza (2). Bom trabalho de talha, estofada e pintada, existente ainda em altar próprio, na Igreja do Convento de Jesus, em Aveiro.

No princípio destes apontamentos iconográficos, a esta imagem nos referimos já, reproduzindo-a na — *fig. 9* — Mede 1^m,16 de alto por 0,60 de largo.

2 — Imagem de roca, existente na cela da Princesa, e que habitualmente sai nas procissões comemorativas. Tal como a antecedente, já se encontra descrita e avaliada no inventário de 1859, que se guarda no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e a que nos referimos já — *fig. 8* — (3).

3 — Imagem de barro vermelho, figurando a Infanta em hábito de dominicana. A peanha, e talvez a própria imagem, pretendem decalcar o n.^o 1 deste inventário.

(1) Complementos citados, pág. 270 da *Crónica*, ed. referida.

(2) Segundo ainda os *Complementos*, pág. 275 da *Crónica*, as 3 coroas que se costumam representar aos pés da Infanta são «duas reais e uma imperial, aludindo aos três Monarcas que pretenderam tributá-las à Princesa Santa».

(3) Envergando manto riquíssimo, de precioso bordado a ouro, esta imagem é presentemente a mais popularizada representação de *Santa Joana*; desde as inúmeras edições de bilhetes postais que sucessivamente aparecem, até a uma zincogravura a amarelo e azul ilustrando os pacotes de «*cevada moída Santa Princesa*», para substituição de café, dum armazém local, a Santa Joana do andor da soleníssima procissão aveirense parece presidir a toda a vida afectiva popular da cidade. Em 1952 ilustrou também a capa das «*Passagens da Vida de Santa Joana Princesa (em prosa rimada)*», de CARMITA, ingénua composição a que a Autoridade Eclesiástica não recusou autorização para circular.

Trabalho dos barristas locais, que foi, outrora, digno de menção, os quais bem mereciam uma monografia ilustrada. Mede 0^m,40 de altura, e é pertença do Senhor Dr. Alberto Souto, de Aveiro — *fig. 42* — Princípios do séc. XIX.



Fig. 42

Escultura de barro vermelho, de Aveiro, do Ex.^{mo} Senhor Dr. Alberto Souto

4 — Imagem de madeira, figurando Santa Joana de dominicana.

Esteve na Exposição aveirense de 1952, e é pertença de D. Benedita Henriques Pereira, de Aveiro.

5 — Grupo de 3 imagens, de madeira pintada, uma das quais é Santa Joana com hábito de dominicana, e olhos verdes (as outras duas figuras representam Nossa Senhora e São Domingos).

Esteve igualmente na Exposição aveirense de 1952, e é pertença de D. Ester Mesquita, de Aveiro.

6 — Imagem em hábito de dominicana, de madeira pintada e estofada, no altar do lado do Evangelho, antes do arco cruzeiro, na Capela de Nossa Senhora da Penha de França, na Vista-Alegre.

7 — Imagem de madeira, de muito bom corte, na Igreja da Batalha. A Infanta é apresentada em hábito de dominicana, tendo na mão direita uma caveira, e aos pés as três costumadas coroas de realza — *fig. 43* — Séc. XVIII.

8 — Imagem de madeira, de talha dourada e pintada, do séc. XVIII; Santa Joana, em hábito de dominicana, segura com ambas as mãos um crucifixo, e tem aos pés as três coroas do costume.

Capela de Santa Joana das Moqueiras, no Douro — *fig. 44* —

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

9 — Imagem moderna, do séc. XIX, apresentando a Infanta em hábito de dominicana, coroada de espinhos, e com resplendor de santidade.

Utilizada para ilustração, em gravura, da obra da escritora francesa J. T. DE BELLOC, *La bienheureuse Jeanne de*



Fig. 43

Escultura de madeira, do Convento da Batalha

Portugal et son temps, geralmente desconhecida, para a qual chamámos a atenção em 1939 no prefácio à nossa leitura da *Crónica do Mosteiro... e Memorial da Infanta*.

Desconhece-se o paradeiro actual da imagem, mas ficou a gravura a documentar a interpretação do Artista—fig. 45—. Essa mesma gravura ilustra duas edições (de 1901 e de 1906) do opúsculo *Santa Joanna | Princesa de Portugal | Virgem |*

da Ordem de S. Domingos / por um / membro da mesma Ordem (Porto, Oficinas de S. José).

Que existiram outras imagens pela Província, sabemos-lo pelos depoimentos dos processos de beatificação que para o presente trabalho extratámos, pela 1.ª vez, já em 1952, e



Fig. 44

Imagem de madeira, da Capela de Santa Joana das Moqueiras

também pelo relato dos *Acta Sanctorum* citados; no *Flos Sanctorum* do P.º DIOGO DO ROSÁRIO, acrescentado pelo P.º JOSÉ ANTÓNIO DA CONCEIÇÃO VIEIRA (Lisboa, Tip. Universal, 1870, pág. 167, 2.ª col.) encontra-se esta expressiva anotação:... (admiram-se) «os milagres com que a divina Omnipotência quer acreditar a santidade da nossa princeza Santa; e só dos que tem obrado a sua imagem existente no convento de S. Domingos de Coimbra se podia formar um grande volume» (1). É no entanto inteiramente desconhecido o paradeiro de semelhante imagem, como o de várias outras a que na bibliografia da Infanta por vezes se alude.

Segundo o inventário de tudo o que na sacristia da igreja do Mosteiro de Santa Joana, de Lisboa, se encontrava em 5 de Agosto de 1731, também lá havia uma imagem de

Santa Joana, no altar-mor, e mais um painel da mesma, de

(1) Informação manifestamente decalcada no *Portugal glorioso...*, de PEREIRA BAYAM, que a pág. 488 já informava:

«Não he facil reduzir a larga Historia, e quanto menos a compendio os milagres desta grande Princeza. Só dos que ella tem feyto por huma

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

meio corpo, «que era ornato de sacristia» (*Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, instalado justamente numa pequena parte daquele Mosteiro, edificado, por alvará de 20 de Setembro de 1698, que temos presente, na quinta do chafariz de Andaluz, de D. Álvaro de Castro; destinava-se o Mosteiro «p.^a missionarios q̄ vaõ propagar A fee Catholica a Jndia Oriental») (1).

Mas toda a figuração escultórica da Princesa é meramente convencional, e sem valor de maior para a fixação do seu canon iconográfico.

Passamos, por isso, a novo capítulo, o dos *retratos gravados*, de muito maior interesse pela íntima relação de grande número deles com o primitivo retrato pintado — o do Museu de Aveiro.

Imagem sua, que está na Igreja de São Domingos de Coimbra, se podia formar hum livro. He esta Imagem de vestidos, muyto fermosa, e representa muyto ao vivo a mesma Santa, e se vê acompanhada de muytas memorias das suas maravilhas. O mesmo succederá em outros muytos Conventos da dita Ordem, porque em todos supponho que haverá Imagem sua. E nesta Corte tem já demais a mais hum Convento com huma fermosa Igreja dedicada à sua memoria: no que tem tido mais ventura, que as outras, que a acompanhão neste Livro.»

(1) A Instituição, e o edificio, foram descritos por GABRIEL PEREIRA, em 1009, no seu opúsculo, hoje de grande raridade, *A Igreja e o Mosteiro de Santa Joanna* (*Sep. do T. II, n.º 10, do Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*).



Fig. 45

Imagem da Princesa Santa Joana, cujo paradeiro se desconhece, e que ilustra a obra de J. T. DE BELLOC, *La bienheureuse Jeanne de Portugal et son temps*

c) Gravura (1)

Utilizando o processo artístico da gravura, proporcionamos a iconografia de Santa Joana, desde o começo do século XVII, o retrato da Infanta, e, a partir do século imediato, abundante número de estampas de devoção que sistematicamente a apresentam em hábito de dominicana, quer como ilustração de panegíricos da sua vida de Religiosa, quer como simples *registos* populares avulsos, destinados à propagação do seu culto, de que o andamento dos processos de beatificação e de canonização inteiramente necessitava.

Já no começo do presente estudo articulámos a evolução que o retrato da Infanta sofreu através da gravura, e a partir da tábua quinhentista de Aveiro. Voltando ao assunto, subordinado agora unicamente ao seu processo artístico específico, e disposto cronologicamente, ocupar-nos-emos em 1.º lugar das *gravuras do retrato*, apresentando depois as *de devoção*.

1.º — RETRATO

1 — Gravura a buril, de finíssima execução, na série de retratos régios que ornava a obra do P.º ANTÓNIO DE VASCONCELOS, S. J., *Anacephalacoses, id est, summa capita actorum regum lusitaniae* . . . impressa em Antuérpia por Pedro e João Belleros, em 1621. Vai reproduzida na — fig. 4 — do presente inventário.

128^{mm} de largo por 185 de alto.

Desconhece-se quem tenha sido o gravador desta obra-prima de buril, mas como um dos retratos da série — o de Filipe IV — aparece subscrito por CORNÉLIO GALLE, não repugna aceitar a atribuição desse artista flamengo para toda a série, que apresenta homogeneidade de traço e de legendas.

ENRIQUE LAFUENTE FERRARI, registando este retrato da Infanta na sua *Iconografia Lusitana — retratos grabados de personajes portugueses* (Madrid, 1941) atribui-o a CORNÉLIO GALLE, e observa que *El grabado reproduce el conocido cuadro que está en el Museo de Aveyro*. Assim é, de facto, e muito se valoriza com isso a autenticidade da tábua quinhentista, documentada, assim, desde 1621.

(1) Por comodidade de estudo englobamos nesta alínea gravuras e litografias, como é usual, embora a litografia não seja propriamente gravura.

As gravuras que referiremos dizem respeito unicamente a *gravura artística*, isto é, reproduzindo por processos artísticos desenhos originais, quer em chapa de metal quer em madeira. Omitiremos por completo a similigravura ou outro processo mecânico reproduzindo fotografia.

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

De todo se desconhece, porém, se o gravador esteve em Portugal, ou por que modo chegou às suas mãos uma cópia tão fiel da pintura quinhentista, que ele depois transpôs para o cobre.

Dos buris da *Anacephalaeoses*, ed. de 1621, só o do retrato de Filipe IV está assinado; era o monarca reinante, e o gravador deixou a sua sigla no ângulo superior esquerdo da gravura: *Corn. Galle sculpsit*. Mas o corte do cobre revela em todos os retratos a mesma mão; os olhos dos retratados são quase sempre iguais, bem como as letras das inscrições das figuras.

D. ELIAS TORMO (*Las viejas series icónicas de los Reyes de España*; Madrid, Blass y Cía, 1916) dedica largo capítulo às séries régias portuguesas de 1621 e 1639, e admite que «los grabados... son todos de C. Galle».

FRANCISCO LEITÃO FERREIRA, nas suas conhecidas *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra* (pág. 251 da 2.^a ed.), faz-se eco duma atribuição artística destes retratos que não é de aceitar: «O primeiro Author deste retrato (1), e dos dos outros Reys, de buril mais polido, que os que havia dado à luz Pedro de Mariz, na *Varia Historia*, e Fr. Bernardo de Brito, em os *Elogios* (se parecidos, ou não, outrem o julgue) foy Manoel Soeiro, que escreveu os *Annaes de Flandes*, e outras muitas obras»...

Manuel Soeiro, a quem, aliás, o P.^o ANTÔNIO DE VASCONCELOS se refere na *Anacephalaeoses*, terá, a meu ver, de ser considerado o patrono do Jesuíta, mas nada mais: ...«effigies ad viuum expressae, curâ. & sumptibus Emmanuelis Sueyro Regiae Catholicae Maiestatis Aulici Familiaris. Equitis militiae Saluatoris nostri IESV CHRISTI», é o que na *Anacephalaeoses* se lê; *curâ, & sumptibus*, mas não autoria, o que em nada diminui o alto merecimento do rico Manuel Soeiro. Na primeira parte do presente relato deixámos exaradas feitas referências do P.^o ANTÔNIO DE VASCONCELOS à sua intervenção no assunto.

2 — Gravura a buril, na obra do P.^o JOÃO CARAMVEL LOKOWITZ, *Philippus prudens Caroli v. imp. filius Lusitaniae Algarbiae, Indiae, Brasiliae Legitimus Rex Demonstratus...* impressa em Antuérpia por Baltasar Moreto, no ano de 1639. É a nossa — *fig. n.º 3* —, e levanta interessantíssimos problemas de proveniência e autoria. A chapa é absolutamente a mesma da *Anacephalaeoses*, retocada de modo a ocultar a exuberância dos seios da Infanta, bastante a descoberto na obra de 1621, bem como um pouco do antebraço direito.

(1) O de D. João I.

Na tábua quinhentista, em data que não podemos precisar, planificaram o busto da Infanta, igualmente a descoberto e opulento de formas na primitiva, como a dupla curvatura do colete, que não foi retocada, permite concluir; no buril, onde, mesmo assim, se vê ainda a entunecência magnífica dos seios e a forte modelação do pescoço, velaram tudo com uma delicada camisa pregueada e bordada. retocando também um ponto ou outro da chapa. Ao esplendor do traje de Corte e à mocidade comunicativa e aliciante do retrato quinhentista sobrepunham-se agora as conveniências mais apertadas do século XVII e da figura ascética, em veneração que dia a dia mais se radicava. O retrato foi todo repintado; a gravura, por sua vez, transformou-se como se vê.

LAFUENTE FERRARI regista os «numerosos retoques y trabajos nuevos en la plancha; ha desaparecido el escote, cubierto ahora por una tela que cierra bajo en cuello con un lazo».

O *Catalogo dos Retratos colligidos por Diogo Barboza Machado*, Tomo I (Rio de Janeiro, 1893), de MENESES BRUM, considera igualmente estas duas gravuras como dois *estados* da mesma chapa.

Desta mesma opinião é presentemente o Prof. ERNESTO SOARES, que a pág. 54 do vol. III do seu monumental *Dicionário de Iconografia Portuguesa* (1950) atribui a I. NEEFS e a E. QUELLINUS, autores das alegorias da portada do *Philippus Prodens*, as modificações e retoques das chapas da *Anacephalaeoses*, entre os quais, como fica dito, a da Princesa se inclui. Anteriormente porém, a págs. 697 e 699 da sua preciosa *História da Gravura Artística em Portugal* (1941) o Prof. ERNESTO SOARES declarava-se convencido de que se trata de «duas séries de chapas para a figuração dos retratos dos reis que ilustram qualquer das suas obras».

Do paciente trabalho de comparação das duas séries de gravuras a que pessoalmente procedemos, resultou-nos a convicção de que houve apenas retoques e actualizações nas chapas da *Anacephalaeoses* e que são elas e não outras que constituem a série do *Philippus Prodens*; até a gravura da Infanta Santa Joana concorre a afervorar-nos nessa crença, pois nela se descobrem, através dos traços do seu 2.º estado, os traços característicos do colo e do peito no 1.º, que seriam, evidentemente, desnecessários no 2.º estado e nele se não justificam já. Com outros retratos da série ocorre outro tanto.

128^{mm} de largo por 185 de alto.

3 — Busto da Infanta, de frente, a buril, baseado ainda no retrato pintado, ou, mais provavelmente, no buril da *Anacephalaeoses*.

52^{mm} de largo por 77 de alto.

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

Legenda *IEANNE Princefse de Portugal*. No ângulo inf. dir., o n.º 38. S. a. n. d. (1) — fig. 46 —.

Com o título de *Brief recueil des vies et moeurs des roys et reynes de Portugal depuis l'an... Extraict de Divers Auteurs*, publicou IACQUES DE FONTENAY em 1630 uma série de retratos régios portugueses, possivelmente como ilustração dum texto que se desconhece, e na qual o da Infanta se inclui. A série é raríssima e parece ter sido reimpressa com algumas alterações na ordem das figuras e no seu agrupamento, segundo se depreende do que na prestimosa *História da gravura artística em Portugal* o Prof. ERNESTO SOARES escreve (II, 716/717).

4 — Variante do buril antecedente, existe na colleção de retratos coligida por Barbosa Machado, e presentemente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a gravura que a nossa — fig. 47 — reproduz. Como legenda, nela se encontra a identificação *IEANNE Princefse de Portugal Soeur de Jean 2º*.

Não se conhece outro exemplar; deve ter feito parte duma obra no género da de *Fontenay*, e constitui o n.º 204 do catálogo de MENESES BRUM. S. a. n. d.

5 — Ainda do século XVII é a gravura a buril que deixámos reproduzida na — fig. 11 — do presente estudo e que já nesse lugar identificámos, pela 1.ª vez, pois nem JOAQUIM DE VASCONCELOS, que a conheceu e se lhe referiu por varias vezes, desde 1895, nem a *História da Gravura Artística*



Fig. 46

Retrato da série do *Brief Recueil des vies et moeurs des roys et reines de Portugal*

(1) O Prof. ERNESTO SOARES, no 2.º vol. do *Dicionário de Iconografia Portuguesa* (pág. 178, n.º 1534-C) atribui-lhe a data de 1640.

em Portugal, que em 1940 a reproduz (1, pág. 148), nem ainda o *Dicionário de Iconografia Portuguesa* (2.º vol., de 1948, pág. 178), declinaram a sua localização, agora definitivamente revelada.



JEANNE Princesse de Portugal, Sœur de Jean 2.º

Fig. 47

Retrato da série de outro *recueil*

Encontra-se a ilustrar a raríssima 1.ª edição da obra dos Bolandistas, que no prefácio da *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro...*, em 1939, largamente extratámos na parte referente à Infanta, e da autoria do P.º DANIEL PAPERBROCHIO: (*Acta Sanctorum quotquot toto orbe coluntur, collegit, digessit, notis illustr. Joan. Bollandus; operam et studium contulit Godefr. Henschenius...* Antwerpiae, Tongarloe et Bruselii, 1643-1858, 56 vol. in-fol.).

O retrato é copiado do arranjo de *Philippus Prodens*, agora preciosamente emoldurado numa coroa oval

de folhas de louro onde uma fita envolvente anuncia: SANCTA PRINCEPS IOANNA INF LVSIT; esse conjunto, ladeado, ainda, de ramos de rosas e de açucenas, assenta numa base arquitectónica ostentando ao centro a legenda seguinte:

IOANNAE SPECIEM PICTO LODOICVS IN AVRO
VIDIT: ET. O! DIGNVM NVMINE DIXIT, OPVS
MVLTI ILLAM PROCERES, MVLTI PETIERE MONARCHAE
OMNIBVS HIS VNVM PRAETVLIT IPSA DEVM.

Excellentiffimae Heroidi D. Mariae Lancastriae

Duciffae de Arcos, Aveiro & Maqueda

Marchioniffae de Elche, Stirpis Lanoriae

ex ipsius, B. Ióae Nepote ult.º Heredi

D. C.

Encostado à inscrição, cujas quatro últimas linhas intercepta, o brasão da mencionada Duquesa dos Arcos, D. Maria de Lencastre.

À esquerda da lápide, um cão, de facho ardente na boca, atributo da Ordem de S. Domingos, em que a Infanta secreta-

mente ingressara; à direita, um Cupido ajoelhado, e de pulsos acorrentados ao entablamento arquitectónico, tudo de intencional e compreensível simbolismo, muito próprio da época.

Remata a composição, ao alto, uma estrela de 8 pontas, entre nuvens, que ilumina com os seus raios a cabeça da Infanta, enquanto um anjo à direita, e outro à esquerda, esvoaçam trazendo cada um sua coroa de rosas e sua palma.

Fora da composição, em cima, lê-se: «Obiit Averii in Lusitania in Monasterio Iesu Ord. S. Dominici XII Maji Mccccxc».

A subscrição, em baixo, fora também da composição, é da maior importância para a cronologia dos retratos da Infanta, pois regista: *Philibertus Bouttats Junior fecit Antverpiae, anno 1685; ex Anacephalaeofsi P. Ant. Vafconcellii S. J.*

No campo da gravura, entre as patas do cão deitado, outro precioso elemento de identificação, como adiante veremos: «Tom. 7 Maij Pag. 718».

Dimensões — 197^{mm} de largo por 325 de alto, incluindo as inscrições (só a estampa, 315^{mm}).

O leitor estará recordado de que em 1895, no *Comércio do Porto*, a 20 e a 21 de Setembro, JOAQUIM DE VASCONCELOS comentou a Exposição aveirense desse ano revelando a existência da pintura quincentista da Infanta, *suspensa no coro alto*, e acrescentava:

«Essa unica obra, o retrato da princeza, vestida com todo o esplendor da corte, mas triumphante sobretudo pela sua ideal belleza, vale uma viagem a Aveiro. É um encanto! Foi gravado no principio do seculo xvii, em Flandres, por Bouttats habilmente, mas com pouca fidelidade, e parece não ter sido reconhecido até hoje na sua importancia capital como pintura coeva» etc.

A forma pouco clara como VASCONCELOS alude simultaneamente ao retrato quincentista e à gravura flamenga de BOUTTATS, do séc. xvii, originou a confusão com que os historiadores aveirenses subseqüentes tem ligado sempre essas duas espécies. VASCONCELOS nunca disse com que fim a gravura fora feita, e é possível até que jamais o soubesse, tão raro é o Tomo 7.º, de Maio, da 1.ª edição dos *Acta Sanctorum*, em que ela aparece; e a que VASCONCELOS nunca aludiu.

VASCONCELOS deve ter visto um exemplar avulso; talvez, até, o que MARQUES GOMES apresentou nessa mesma exposição de 1895, de importância tão ignorada que o próprio catálogo o regista desta estranha forma:

«139 — Duas molduras de madeira entalhada, contendo gravuras, representando uma a Virgem, e outra Santa Joanna Princeza em trajos de corte.
Marques Gomes.» (pág. 21 do *Catálogo da Exposição*)

de Arte Religiosa no Collegio de Santa Joanna Princeza em beneficio dos pobres de Aveiro — Aveiro | Minerva Central — 1895).

Importava mais a moldura do que a gravura...

Pois muito sériamente nos inclinamos a crer que terá sido justamente essa gravura de *Santa Joanna Princeza em trajos de côrte* que levou JOAQUIM DE VASCONCELOS à identificação da pintura quinhentista, de todos esquecida no coro alto da Igreja do Convento!

Que JOAQUIM DE VASCONCELOS nunca logrou identificar a proveniência da gravura de BOUTTATS, que unicamente terá conhecido avulsa, revela-se até pela única citação que fez dos *Acta Sanctorum*, já em 1914, no fasc. 8.º da *Arte Religiosa em Portugal*, onde apenas reproduz, em nota, o que nos *Retratos e Elogios dos Varões e Donas que illustraram a Nação Portuguesa* se diz, em comentário à gravura da Infanta: «Offrecemo-la conforme ao primeiro quadro, segundo o traz o P. Vasconcellos na *Anacefaleosis*, e bem semelhante ao que vem no *Acta Sanct.* Maio, tom. III pag. 692».

Ora a gravura do Tomo III dos *Acta Sanctorum*, pág. 692, não é a de PHILIBERTUS BOUTTATS, ou, a tratar-se da mesma chapa, ela foi de tal forma alterada que mais parece outra, decalcada embora na de BOUTTATS.

A própria *tomação*, que na do gravador flamengo era, como vimos, *Tom. 7 Maij Pag. 718*, é agora *Tom. 3 Maij Pag. 692*, inscrita também entre as patas do cão dominicano.

É não tem *subscrição*: desapareceu, por completo, o nome de PHILIBERTUS BOUTTATS e a data de 1685!

JOAQUIM DE VASCONCELOS bem podia procurar no Tomo 3.º, pág. 692, que não encontraria a gravura de BOUTTATS e ficaria sempre desconhecendo o fim para que fora feita e ao qual, de facto, nunca aludiu.

É que a chapa assinada por BOUTTATS ilustrou a 1.ª edição dos *Acta Sanctorum* (pouco menos do que desconhecida), ao passo que a outra, sem subscrição, acompanhou a 2.ª edição, ou melhor, a reimpressão que se fez dos volumes tornados raros (1).

No Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa, guarda-se um exemplar desta 2.ª gravura dos *Acta* representando a Infanta, exemplar retocado à mão e acrescentado, ao alto,

(1) BRUNET, fazendo notar que raramente se encontra uma colecção completa, historia as vicissitudes que tem acompanhado a obra destruída em grande parte por ocasião da Revolução Francesa, e declara que a reimpressão teve início em 1734, em Veneza, prolongando-se pelos anos seguintes (*Manuel du libraire et de l'amateur des livres*).

com a legenda manuscrita: *S. Joanna Filia Alfonsi V. Portogalliae Regis.*

A seguir reproduzimos, por outro exemplar, essa *variante*, chamemos-lhe assim, da magnífica gravura de BOUTTATS.

Nenhum dos biógrafos de PHILIBERTUS BOUTTATS que nos foi possível consultar inclui na relação dos seus trabalhos a gravura da Infanta, por ele expressamente subscrita.

Só os portugueses a conhecem, ao que parece.

Vimos os dicionários de gravadores de CHARLES LE BLANC (1), de BRYAN'S (2), de ULRICH THIME e FELIX BECKER (3) e de BÉNÉZIT (4); regista-se a data de 1660 para a actividade conhecida do mestre gravador, a tratar-se do 1.º deles, pois houve 3 com o mesmo nome de Philibertus; do 2.º sabe-se que trabalhava em 1682, mas o 1.º é o mais célebre da família, que contou nada menos de 9 gravadores. De todos eles pouco se conhece; e relacionado com a gravura da Infanta, coisa nenhuma, além da data que ela própria apresenta.

O Prof. ERNESTO SOARES identifica o autor da gravura com o Philibertus filho de Frédéric Bouttats (*História da Gravura Artística em Portugal*, I, 147).

6 — Variante da gravura a buril de PHILIBERTUS BOUTTATS, destinada à reedição dum dos Tomos de Maio dos *Acta Sanctorum*.

Toda a delicadeza de traço, e, em grande parte, a graciosidade de desenho da 1.ª chapa, desapareceram. As feições da Infanta são agora grosseiras, mais redondas e com uns olhos impossíveis de todo. Os rostos dos anjos são verdadeiramente monstruosos; todo o sombreado é mais forte e mais prolongado. A legenda da lápide votiva apresenta pontuação diferente.

Dimensões: 195^{mm} de largo por 316 de alto, fora a legenda superior — fig. 48 — S. a. n. d.

O catalogador da *Exposição de estampas antigas — gravuras e litografias* — apresentada ao público no Museu de Soares dos Reis, do Porto, em Junho de 1944, atribui a BOUTTATS a autoria do exemplar da *variante* aqui destrinchada que esteve patente na referida exposição, e que era o do Museu

(1) *Manuel de l'amateur d'Estampes contenant le dictionnaire des graveurs de toutes les nations...* Paris, Émile Bouillon, 1854-1888.

(2) *Dictionary of Painters and engravers.* New edition... London, George Bell and Sons, 1903.

(3) *Allgemeines lexikon der bildenden Künstler von der antike bis zur gegenwart.* Leipzig, Engelmann, 1910.

(4) *Dictionnaire critique et documentaire des peintres, sculpteurs, dessinateurs & graveurs de tous les temps et de tous les pays.* Paris, Ernest Gründ, 1924.

Nacional de Arte Antiga, *sem subscrição*, como esclarece-
mos... E para maior confusão abona-se com a citação da



Fig. 48

Variante, ou decalque, da gravura de Bouttats,
na reimpressão do séc. XVIII dos *Acta Sanctorum*

História da Gravura Portuguesa (n.º 398), o que não é
exacto, pois a gravura que ali se cataloga é a subscrita por

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

BOUTTATS, como a sua reprodução permite observar. Várias vezes temos tido esse exemplar nas mãos, e por ele se fez a nossa — *fig. 11* —, como na respectiva legenda declaramos.

As biografias dos Santos encontram-se distribuídas pelos diversos meses do ano, em correspondência com o dia da festa de cada um; ao mês de Maio (o da Infanta Santa Joana) dizem respeito 8 volumes, incluindo o *Propilaeum ad acta sanctorum maii*.

Será, portanto, do séc. XVIII a gravura (ou aberta de novo, ou apenas retocada), a que foi suprimida a rubrica do gravador.

Na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga existe um exemplar da 1.^a edição, com o retrato aberto por BOUTTATS, que pudemos examinar. Além desse, apenas nos foi dado encontrar o do Prof. ERNESTO SOARES, avulso. A Biblioteca Nacional de Lisboa tem unicamente exemplares da reimpressão.

7 — Retrato que ocorre na 2.^a ed. do livro *Anacephalaeoses id est summa capita actorum Regum Lusitaniae*, do P. ANTÓNIO DE VASCONCELOS, entre as págs. 392 e 393.

Gravura em cobre, decalcada no retrato da 1.^a ed. pois ostenta ainda o decote que descobre parte do seio, não velado pelos corpetes de bordados das edições do *Philippus Providens* ou dos *Acta Sanctorum*, diferentes um do outro.

Esta 2.^a ed. é de 1703, da Imprensa da Universidade de Coimbra; a gravura é de inferior qualidade, sendo de crer que seja trabalho da oficina de gravura que então existia naquele Estabelecimento universitário, e que nunca se notabilizou.

S. a. n. d.; mede 130^{mm} de alto por 79 de largo, incluindo a legenda que em baixo se lê: IOANNA PORTUGALLÆ PRINCEPS / VIXIT A. XXXVII I. OBIT. A. MCCCCXC., e a paginação ao alto, gravada também.

Vai reproduzida no princípio do presente estudo — *fig. 15* —.

8 — Retrato decalcado no buril da obra *Philippus Providens*, de LOBKOWITZ, para a colecção magnífica intitulada *Retratos, e elogios dos Varões e Donas que illustraram a nação portuguesa em virtudes, Letras, Armas, e Artes, assim nacionaes, como estranhos, tanto antigos, como modernos, offercidos aos generosos portuguezes por uma sociedade philopatria* (1).

Publicado no fascículo n.º XI da colecção, com biografia e observações que JOAQUIM DE VASCONCELOS utilizou em 1914,

(1) Lisboa, na Impressão Régia, s. a. n. d. (1806 a 1817).

como acima ficou dito, na *Arte Religiosa em Portugal*. É o retrato n.º 43 da série, pela ordenação preconizada pelo Prof. ERNESTO Soares.

S. a. n. d.; 150^{mm} de alto por 97 de largo; o desenhador terá sido, segundo a *História da Gravura Artística em Portugal* (T. I, 50), JOSÉ DA CUNHA TABORDA, mas desconhece-se quem foi o gravador a buril.

Por baixo da oval do retrato, a legenda SANTA JOANNA, PRINCEZA DE PORTUGAL, FILHA D'EL-REI DOM AFFONSO V., distribuída a um lado e outro do brasão de armas da Infanta.

— Fig. 2 — do começo do presente estudo.

9 — Retrato decalcado no antecedente e gravado em madeira por FRANCISCO PASTOR para ilustrar a 2.ª edição da *História de Portugal*, de PINHEIRO CHAGAS.

A chapa foi depois utilizada pelo *Diário Ilustrado*, nos n.ºs de 7 de Outubro de 1881 e de 11 de Abril de 1882.

Dimensões — 83^{mm} de alto por 62 de largo. Fig. 1 do presente estudo. S. d. Subscrição: P.º.

As proporções das feições da Infanta foram singularmente deformadas. Assim se remata, pouco artisticamente, afinal, a série das gravuras artísticas que tem por origem, directa, ou indirectamente, a táboa quatrocentista de Aveiro, pois as restantes reproduções que conhecemos são já foto-mecânicas (heliogravura, simili-gravura, ofset, etc.), de base fotográfica, não entrando, por isso, na categoria de gravura artística, com base em desenho propositadamente feito.

2.º) — GRAVURAS DE DEVOÇÃO

Em 1916, nos n.ºs 10 e 11 da *Terra Portuguesa*, o Dr. PEDRO VITORINO apresentou uma curiosa série de cinco estampas populares de Santa Joana «por não ter visto nenhuma arquivada nos quadros da secção de gravuras antigas do Museu» (pág. 103). São dos séculos XVIII e XIX, e dessas mesmas vamos nós apresentar igualmente reprodução, mas eliminando duas que representam Santa Joana, Rainha (Santa Joana de Valois) e não a Infanta; além dessas cinco gravuras, que, aliás, não dizem todas respeito à Infanta, como fica esclarecido agora, o referido arqueólogo alude ainda à gravura fantasiada, mas por ele considerada retrato, «que ilustra a obra *Épitome da vida de Santa Joana*, traduzido do italiano, Lisboa, 1755» e que a *Ilustração Portuguesa* (2.ª série, n.º 22, 1906) publicara. PEDRO VITORINO conclui o seu artigo, de grande curiosidade, notando que «A série das estampas da Santa Princesa deve, possivelmente, ser maior».

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

É, de facto, e teremos ocasião de amplamente o documentar, reproduzindo quantas pudemos conhecer, como acima fizemos a propósito do retrato.

Em 1917, no volume XXII de *O Archeologo Português*, o Prof. LUÍS CHAVES, que a vários agrupamentos de gravura popular mais de uma vez se tem dedicado, continuando a publicação do catálogo dos registos de santos que constituem a colecção do Museu Etnológico, e que fora pertença do grande bibliófilo Aníbal Fernandes Tomás, apresenta *cinco registos* da invocação de Santa Joana, um dos quais, no entanto, se não refere à Infanta portuguesa, mas sim a «Santa Joana Fremiot, Baroneza de Chantal» (pág. 354).

Anos passados, já em 1941, vem a público novo catálogo duma *colecção de estampas*: o da benemérita Sociedade Martins Sarmiento, de Guimarães, organizado pelo Coronel A. TIBÚRCIO DE VASCONCELOS; aí se encontram *quatro peças* da iconografia infantista; dez anos depois, a prestimosa *História da gravura artística em Portugal*, do Prof. ERNESTO SOARES, consegue registar *dez espécies* de interesse para a iconografia da Infanta; mas o mesmo erudito historiador, em 1948, no monumental *Dicionário de Iconografia Portuguesa* (vol. II, págs. 177 a 180) enumera já *quinze gravuras* iconográficas da filha de D. Afonso V.

Com estes elementos, com a colecção da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, nunca aproveitada embora catalogada, com a nossa colecção pessoal onde algumas espécies, não registadas ainda, se encontram, e com a colecção da Biblioteca Nacional de Lisboa, agora provida de catalogação metódica pela apurada técnica do Prof. ERNESTO SOARES⁽¹⁾, mestre, em gravura, de todos os coleccionadores portugueses, organizámos a série que a seguir apresentamos.

A série não ficará, provavelmente, completa, mas alguma coisa se terá avançado, quer em recenseamento de espécies, quer na sua cronologia, indispensável ao estudo do conjunto. Os coleccionadores portugueses não costumam, infelizmente, publicar catálogo das séries que organizam, e isso dificulta muito o estudo global dos problemas; diligenciámos, no entanto, conhecer o mais possível, quer em colecções particulares quer nas dos Estabelecimentos oficiais, e muito reconhecimento confessamos às inúmeras e completas boas vontades que se nos depararam. Sem elas, teríamos ficado, evidentemente, muito aquém do resultado que nestas páginas se arquiva.

(1) *Biblioteca Nacional. Inventário da colecção de registos de Santos*. Lisboa, 1955. Inclui 4 registos da Infanta Santa Joana.

Diga-se, antes de mais, que nem todos os *registos* de Santa Joana, mesmo gravados em Portugal, se devem considerar alusivos à Infanta portuguesa; assim, por exemplo, aqueles em que a Santa aparece coroada de Rainha, um dos quais foi gravado em Portugal por C. F. (iniciais não identificadas ainda) e se vendia em Lisboa, na loja de Francisco Manuel, ao Passeio, como tudo consta da própria chapa; dizem respeito, esses registos de Santa Joana Rainha, a Santa Joana de Valois; existe um exemplar na nossa colecção, bem como na da Biblioteca Nacional de Lisboa.

No próprio Museu Regional de Aveiro, onde não existe colecção de estampas do culto da Infanta, como já notou, em 1916, o Dr. PEDRO VITORINO (*Terra Portuguesa*, n.º 10/11, pág. 103) encontrei, numa arrecadação, um registo de S. IOANNA assinado MICHIEL CABBAYEY, se bem consegui decifrar a subscrição. Não se deve considerar representando a Infanta, mas sim a Rainha Santa Joana de Valois. Figura a Santa com manto de arminho, coroada de Rainha, empunhando um crucifixo; diante dela, o Menino Jesus, de pé, coloca-lhe um anel no dedo mínimo da mão esquerda. Esta mesma cena é figurada noutro registo, da nossa colecção e doutras, subscrito por COR V MERLEN e A. GOETIERS. De PETRUS CLOUWET, gravador flamengo do séc. XVII, existe também outro, da Rainha com Jesus Menino, no Museu Etnológico de Belém e no Museu de Etnografia do Douro Litoral.

E na nossa colecção outro ainda, desta mesma cena, gravado por JAC. DE MAN e impresso em pergaminho, tendo sido depois colorido e dourado: legenda — S IOANNA.

Tem tido culto público, expresso em estampas de devoção, além da Princesa portuguesa, Santa Joana de Valois, Rainha; Santa Joana Antida Thouret; Santa Joana de Arc; Santa Joana de Aza, mãe do Patriarca S. Domingos; Santa Joana Francisca Fremiot, Baronesa de Chantal; Santa Joana do Evangelho, mulher de Chusa; a Beata Joana Scopelli, e Santa Joana Orvietanam; de todas elas conhecemos iconografia gravada (1).

Atributo comum a todas elas, é o crucifixo; mas no restante da figuração diferem. A Princesa portuguesa é geral-

(1) O tomo 45 da *Encyclopédie théologique*, de MIGNE, constituido pelo *Dictionnaire iconographique des figures, légendes et actes des saints... et répertoire alphabétique des attributs*, de M. L — J. GUÉNÉBAULT, não inclui a Infanta portuguesa entre as 6 Santas Joanas que relaciona.

Também a não menciona a moderna *Iconografia de los Santos*, de JUAN FERRANDO ROIG (Barcelona, 1950).

Inclui-a, no entanto, entre as suas 5 Santas Joanas, o *Repertoire général des saints*, do P.º CH. CAHIER (*caractéristiques des Saints dans l'art populaire*); Paris, 1867, pág. 619 do T. I.

mente representada em hábito de dominicana e tem como atributos a coroa de espinhos, o crucifixo e um livro de orações, frequentemente uma caveira, e, quase sempre que aparece em corpo inteiro, 3 coroas reais jazem por terra, em alusão aos casamentos que lhe foram propostos e desprezou. O brasão de armas de Portugal acompanha muito frequentemente as figurações da Infanta, bem como uma legenda identificadora mencionando expressamente a sua categoria social de Princesa.

Tanto quanto os exemplares sobreviventes destas frágeis gravurinhas permitem concluir, a divulgação do retrato convencional, dominicano, da Infanta, em *estampa de devoção* a ilustrar algum panegírico e, depois, em registo avulso, terá principiado em 1693; é desta precisa data a mais antiga que lográmos encontrar, o que não exclui, evidentemente, a possibilidade de terem existido outras, que o tempo tenha inteiramente consumido. Dos exemplares não datados, nenhum se nos afigura anterior àquele ano de 1693, data do livro em que ele aparece.

Começamos, por consequência, pelo exemplar de 1693 a série das estampas de devoção de *Santa Joana, Princesa de Portugal*, no presente inventário de *gravuras*, iniciado com as reproduções do retrato pintado, pertence-lhe já o n.º 10.

10— A Infanta, em hábito de dominicana, é apresentada apenas em meio corpo, de frente. Com a mão esquerda aberta uma coroa de espinhos de encontro ao peito; a direita, que segura um crucifixo, pousa sobre uma caveira assente, com um ramo de açucenas, numa mesa donde cai uma coroa real. Da cabeça irradiam raios de luz intensa. Cerca o conjunto uma coroa de folhas de loureiro, oval, no alto da qual uma cartela oferece a legenda seguinte: *Vera Effigies | Beate Ioanne Lusitanie Principis | Ordinis Sancti Dominici*.

A oval está, por sua vez, inscrita num rectângulo cujos ângulos interiores foram preenchidos com ramos de roseiras, floridos.

Em baixo, fora já da estampa, diz a subscrição: *M.^{us} Cataldus inu. e delin Louis Gomier fe Ro. Sup. lic.*

Gravura a buril, de traço delicadíssimo, medindo 173^{mm} de alto por 122 de largo — *fig. 49* — S. d.

Destinada a ilustrar a obra *Breve narratione della vita della Beata Giovanna principessa di Portogallo*, de 1693, mais tarde traduzida para português (1755) e ilustrada com uma gravura copiada, em sentido inverso, desta de CATALDUS; adiante se reproduz.

11 — A Infanta de pé, em hábito dominicano, e voltada três quartos à esquerda, aperta de encontro ao peito, com a mão direita, uma coroa de espinhos, e ostenta na esquerda um crucifixo.



Fig. 49

Gravura de CATALDUS, da *Breve Narratione*, de 1693

Por detrás da Infanta, uma mesa coberta com amplo pano que desce até baixo, e sobre a qual pousa um livro fechado.

No chão, alinhadas à frente, 3 coroas reais. Da cabeça da Infanta irradia forte auréola luminosa.

Em baixo, separada da estampa por duplo traço horizontal, a legenda seguinte: *Verdadera effigie de S.^{ta} IVANA*

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

Princesa de Portugal Religiosa domi-| (nica en el Con-
bento de Jesuf de Abero) à esquerda — Matias Arteaga f.;
à dir.: *Hisp. Añ 1701.*

O trabalho de buril é medíocre. Conhece-se apenas o exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (*Coleção Barbosa Machado, n.º 205 do respectivo catálogo — fig. 50.*

12 — Grupo de cinco Santas portuguesas ajoelhadas, entre nuvens, e coroadas por anjos que sobre elas descem, tudo dentro de moldura oval assente numa base arquitectónica, a meio da qual avulta o escudo de armas de Portugal. Uma legenda em arco de círculo, sobre o escudo, enumera: S. IOANNA / S. IZABEL / S. SANCHA / S. THEREZA / S. MAFALDA.

Grav. a buril, assinada no ângulo inf. esq., fora da estampa: M. F.

165^{mm} de alto por 113 de largo. S. d.

Ilustra a obra acima citada, do P.º JOSEPH PEREYRA BAYAM, *Portugal glorioso e illustrado*, etc. O livro foi impresso em 1727.

A gravura reproduz, possivelmente, o quadro da Basílica Patriarcal, hoje desaparecido, que PEREYRA BAYAM pedia que se gravasse «*porque está linda a pintura*» — fig. 51 —.

13 — A Infanta, em hábito dominicano, ajoelha no 1.º degrau dum altar, voltada $\frac{3}{4}$ à esq., estendendo os braços para o crucifixo do altar. Duma revoada de anjos, ao alto, desce um a coroá-la e a trazer-lhe uma palma. Graciosa cartela envolve a composição, tendo ao meio, em baixo, um escudo



Fig. 50

Gravura de ARTEAGA, de 1701

no qual se enlaçam as armas de Portugal e as da Ordem de São Domingos. À esquerda; Cupido chora, sentado sobre um brasão estrangeiro: à direita, senta-se o cão simbólico de S. Domingos. Por baixo desse duplo escudo, lê-se uma *Oração | Gloriosa Princeza S.^{ta} Joanna, vos, q̃. pela Coroa*



Fig. 51

Gravura do *Portugal glorioso e illustrado*,
de PEREIRA BAYAM, de 1727

de- | espinhos renunciates (sic) as dos maiores Monarchas do | mundo, sendo JESUS Crucificado o vosso unico espozo: alcançaimo do mesmo S.^r graça p.^a q̃ imitando-vos na virtude da Constancia, saibe (sic) desprezar as delicias da | terra e aspirar sempre às do Ceo. Amen.

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

Quem rezar a sobred.^a Oração diante desta imagem, ganha por cada / vez Cem dias de Indulg^a, q̄ lhe concede O E.^{mo} e R.^{mo} Sñr Nuncio Apost destes Reynos, tendo a / Bulla da S.^{ta} Cruzada /.

À esquerda, na espessura duma voluta da cartela, a subscrição G. F. L. Debrie del. et f. 1751. Buril.

Dimensões: 125^{mm}
de alto por 75 de largo
— fig. 52 —.

Esta gravura, que circulou avulsa, como *registro*, aparece também a ilustrar a NOVENA / PARA A FESTA / de / S. JOANA / Princeza, / RELIGIOSA DE S. DOMINGOS / no Convento de JESUS de Aveiro, / OFFERECIDA / A' PRINCEZA / NOSSA SENHORA, / Pelas Religiozas do mefmo Convento. / LISBOA, M.DCC.LI. / — / Na Officina de JOSEPH DA COSTA COIMBRA, / Com todas as licenças necessarias (1).

Seguindo tanto quanto possível a ordem cronológica, que consideramos fundamental em estudos desta natureza, catalogamos agora a gravura em cobre que ilustra o *Epitome da vida de S.^{ta} Joanna, Princeza de Portugal*, impresso em Lisboa, na oficina de Manuel Soares, ano de 1755.

Como no rosto da obra se declara, o Epítome foi «traduzido do italiano em Portuguez, e accrescentado por hum



Fig. 52

Gravura de G. F. L. DEBRIE, de 1751

(1) 16 págs. inums., mais 72. O livrinho era ainda ilustrado com uma delicadíssima gravura assinada *Debrie f. 1751*, representando a árvore genealógica de Dona Maria, então Princesa. No ramo correspondente à Infanta Santa Joana, refulge uma lisonja cercada por uma coroa de espi-

seu devoto», que se supõe ter sido Fr. ANTÓNIO DA SILVEIRA, assim o declarando INCÊNCIO no seu *Dicionário Bibliográfico*. As licenças do Santo Officio e do Paço, no entanto, registam que o solicitante para a impressão foi o P.^o MANUEL JOSÉ MARTINS DOS SANTOS, conquanto não afirmem ter sido ele o tradutor. A gravura situa-se entre o final da Introdução e a página 1. Falta na maior parte dos exemplares da obra, que é rara. É como segue:

14 — Cópia, em sentido inverso, da gravura de CATALDUS que aparece na *Breve narratione* de que o *Epitome* é tradução (cf. a nossa fig. n.^o 49, descrição — 10). S. d.

Sobre a oval de folhagem que emoldura o busto da Infanta, uma cartela pouco artística, como, aliás, todo o trabalho de buril, elucida: *Verdar.^o Retrato de S. Joanna Princeza de Portugal da ordem / de. S. Domingos.*

Em baixo, fora da oval, à esquerda, a subscrição *J Vicos: (que alguns historiadores leem, também, Nicos) fecit.; à dir., et impresit. Viana.*

170^{mm} de alto por 125 de largo — fig. 53 —.

Aparece normalmente impressa a preto, mas também se conhecem exemplares a sépia.

15 — Do mesmo tipo iconográfico antecedente tem a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na colecção Barbosa Machado (n.^o 209 do respectivo catálogo), uma grande composição impressa a duas chapas, segundo MENESES BRUM, sendo a de fora, envolvente, de ornato e flores, ostentando em baixo o cão dominicano, e, ao alto, uma estrela coroada; a chapa interior, separada da 1.^a por moldura oval, lisa, apresenta o busto aureolado da Infanta, em hábito dominicano, de frente, e apertando contra o peito, com a mão esquerda, uma coroa de espinhos. À esquerda entrevê-se uma mesa coberta com um pano, sobre a qual pousa uma coroa real e um ramo de açucenas, mal se descortinando a mão direita a segurar um crucifixo — fig. 54 —. Excepcional conjunto de buril.

Na moldura oval que senara as duas chapas, a inscrição BEATA IOANNA VIRGO EX REGIBVS LVSITANIAE. S. a. n. d.

nhos e encimada pela coroa real. Dentro da lisonja, lê-se: *S.^{ta} Joanna / Princeza de / Portugal, Relig.^a / no Mosteiro de / Jesus de. / Aveiro.*

Esta árvore genealógica falta em quase todos os exemplares da *Novena* que temos visto. Existe no da nossa colecção.

A *Novena* foi reimpressa em 1763, na oficina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio; e ainda em 1903, no Colégio de Jesus, que sucedeu ao Convento de Jesus, de Aveiro, se distribuíam exemplares dela às educandas. Possuímos as duas edições.

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

16 — A Infanta, aureolada, ajoelhada perante um altar e, tendo à sua frente uma coroa pousada no chão, olha para um anjo que lhe aparece numa nuvem, sobre o altar.

Grav. em madeira. S. a. n. d.

Ilustra a edição de 1767 do *Flos Sanctorum*, de Fr. DIOGO DO ROSÁRIO — fig. 55 —.



Fig. 53

Gravura de J. Vicos, ou Nicos, do *Epitome*, de 1755

17 — A Infanta, em meio corpo voltado $\frac{3}{4}$ à esq., em hábito dominicano, contempla, em êxtase, um crucifixo que segura na mão direita, junto a uma mesa onde estão uma caveira, uma coroa de espinhos, e umas disciplinas. Do alto, à esquerda, desce um feixe de luz, e por sobre a cabeça da Infanta dois querubins olham para baixo. A cena é emol-

durada numa oval finamente gravada sobre a qual, em cima, um filactério diz: S. IOANNA PORTUG. PRINCEPS; a oval assenta numa base arquitectónica, ornamentada, dum lado e doutro, por açucenas. Em baixo, um anjo cinge a si o brasão de



Fig. 54

Gravura a buril, s. a. n. d., do mesmo tipo da de CATALDUS

armas de Portugal, ao lado do qual alinham três outros, alusivos aos casamentos recusados pela Infanta — *fig. 56* —.

Desta gravura, destinada a registo de devoção, possuímos um exemplar sem subscrição alguma, medindo 113^{mm} de alto por 66 de largo; tivemos presente outro, proveniente de

chapa diferente (1), ligeiramente maior (119^{mm} de alto por 67 de largo), dizendo à esquerda e fora da estampa: *I. C. S.^a inv. et sculp.* e conhecemos exemplares que apresentam, além da subscrição referida, a indicação: *Acharse a em Caça de Fran.^{co} M.^{el} no fim da Rua do Paçco Lx.^a*

Aparecem impressos a preto e também a sanguínea, mas sempre s. d. O gravador, JOAQUIM CARNEIRO DA SILVA, dos mais conscienciosos que Portugal teve, viveu de 1727 a 1818. Consideramos, no entanto, as duas chapas desta gravura, devido à sua composição, como tendo sido abertas ainda no séc. XVIII. Trabalho perfeitíssimo de buril.

Na *História da Gravura Artística em Portugal* (vol. II, n.º 1899), o Prof. ERNESTO SOARES dá esta gravura como ilustrando o *Epitome da Vida de Santa Joanna*, de 1755, o que nos não parece absolutamente assim. Se em algum exemplar o facto ocorre, terá sido para suprir a falta do «*Verdadeiro Retrato...*», de J. VICOS, ou NICOS, feito à imitação do de CATALDUS que ilustra a *Breve Narratione* de que o *Epitome* é tradução; cf. as nossas figs. 49 e 53.

De resto, nem as dimensões da gravura de JOAQUIM CARNEIRO DA SILVA se adaptam ao formato do *Epitome*.



Fig. 55

Grav. em mad., do *Flos Sanctorum* de Fr. DIOGO DO ROSÁRIO, de 1767

18—Nitidamente copiado do medalhão central do antecedente, há outro registo da Infanta, mas em posição inversa, e dentro duma moldura de ornato «rocaille». Em baixo, em vez dos escudos, apresenta apenas uma cartela com a legenda S. IOANNA. Considerando, porém, a proveniência da compo-

(1) Não só as *manchas* das gravuras são diferentes, como as dimensões das chapas, reconhecíveis pelos vincos da impressão, diferem muito uma da outra. O desenho do registo, em si, é todavia o mesmo.

sição, e o hábito dominicano, não hesitamos em o incluir na relação dos registos da Infanta, embora tenham sido suprimidos alguns elementos decisivos de identificação.

S. a. n. d. 137^{mm} de alto por 83 de largo — *fig. 57* —.



Fig. 56

Registo gravado por JOAQUIM CARNEIRO DA SILVA

Exemplar pertencente ao Director do Museu de Arouca, Senhor Dr. Manuel Rodrigues Simões Júnior.

19 — Ainda do século XVIII, muito possivelmente, há uma bellissima gravura a buril representando a Infanta em corpo inteiro, em hábito dominicano, em aposento de chão

bem perspectivado; na parede do fundo, uma coluna e parte duma janela gradeada, de 6 rectângulos na altura.

A Infanta, levemente voltada à esquerda, olha extasiada para um crucifixo que parece pousar-lhe na mão direita, vindo duma nuvem que invade o aposento. Sobre uma sólida mesa à esquerda, coberta de boa gualdrapa franjada, vê-se a peanha dum crucifixo, uma caveira, uma coroa de espinhos, e umas disciplinas.

À direita baixa, como encostado a qualquer parede ou móvel, um escudo oval, das armas de Portugal.

Fora do rectângulo de duplo filete que limita a estampa, há em baixo a legenda *S. JOANNA PRINCEZA DE PORT.*

S. a. n. d. mede 143^{mm} de alto por 89 de largo — *fig. 58, fora do texto* —.

Possuímos a própria chapa de cobre, que adquirimos por compra, em Coimbra, com algumas outras (1).

Na Colecção do Museu Etnológico, de Belém, existe um exemplar desta mesma gravura, ostentando mais, por baixo da legenda, a inscrição, gravada também, *Collecção dos Santos da Ord. em S. Dom.*^{os}

A chapa que possuímos não apresenta já vestígios de semelhante acrescento, mas sabe-se bem como era possível, e usual, suprimir legendas em gravuras em cobre sem deixar vestígio, e permitindo mesmo, por vezes, abrir nos mesmos sítios novas atribuições



Fig. 57

Registo s. a. n. d., de figura decalcada na do registo de CARNEIRO DA SILVA

(1) Fazia parte dum avultado lote de chapas que apareceu à venda num antiquário, à Sé Velha, há cerca de 20 anos, e se dispersou.

à imagem ou inscrever novas legendas. Contamos na nossa colecção de *registos de Santos* vários exemplares nestas precisas condições, com que podemos documentar o que acima deixamos dito.

Da *Colecção dos Santos da Ordem em S. Domingos*, a que em parte alguma encontrámos referência, e que não sabemos como era constituída, possuímos exemplares das gravuras de *S. Catarina de Ricis* e de *S. Jacó de Mevania*.

20 — Da transição do séc. XVIII para o séc. XIX consideramos uma gravura de meio corpo da Infanta, dentro duma oval de folhagem, manifestamente decalcada na que acima relacionámos sob o n.º 14, do gravador J. VICOS, ou NICOS.

Em baixo, fora do rectângulo em que a oval se insere, há a legenda S. IOANNA / PRINÇEZA DE PORTUGAL — *fig. 59* —. S. a. n. d.; mede 139^{mm} de alto por 95 de largo.

Existe na colecção Ferreira Lima.

21 — A Infanta, aureolada, de pé, em hábito dominicano, à porta dum edificio de nobre architectura (a avaliar pela coluna e capitel que se vêem à direita), contempla um crucifixo que ergue ao alto com a mão esquerda.

No chão, fora da porta, o escudo de armas de Portugal e uma coroa real.

Ao fundo, casario e uma vista de água, que bem podem querer representar a cidade de Aveiro, muralhada e com as suas torres altas. A porta, fora da qual a Infanta deixa as insígnias de realaleza, para só entrar com os olhos postos em Cristo, bem pode simbolizar o Convento de Jesus, se é que não reproduz, mesmo, um pormenor da portaria.

Enquadramento *rocaille*, de ornato e flores. Em baixo, na largura da moldura, a legenda S. IOANNA PRINSEZA.

Fora, a subscrição *J Ventura da S^a*, à esq.; à direita, *Santos*, apelido que não pertencerá, neste caso, ao conhecido gravador JOÃO JOSÉ DOS SANTOS, que trabalhou desde os começos do segundo quartel do séc. XIX, e assinava sempre J-J. Santos, como se supõe, mas talvez a PEDRO ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS — opinião do Prof. ERNESTO SOARES, que registamos e nos cumpre agradecer. Gravura a buril.

Dimensões: 101^{mm} de alto, por 74 de largo — *fig. 60* —.

22 — De certo modo decalcado no antecedente, apenas com a substituição do chão por ladrilho perspectivado, é um *registo* de pobríssima execução e exíguas dimensões que apresenta a Infanta na referida atitude, inscrito num duplo filete rectangular, sem adorno de qualquer espécie. Em baixo, separado do ladrilho por duplo filete também, um rectângulo insere a legenda: «S.^a JOANNA Princeza» — *fig. 61* —.

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

S. a. n. d.; 79^{mm} de alto, por 45 de largo.

Exemplar existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, impresso a azul sobre papel esverdeado (1). Água-forte.



Fig. 59

23 — Dentro duma cartela que estiliza uma grande folha de acanto, a Infanta, de pé, em hábito dominicano, $\frac{3}{4}$ à esq., contempla, coroadá de espinhos, um crucifixo que segura

(1) É o n.º 05144 do seu *Inventário da colecção de Registos de Santos* (1955), embora aí se indique, por manifesto lapso, que o crucifixo está na mão direita da Princesa, quando, de facto, está na esquerda como a nossa gravura, feita pelo próprio exemplar da B. N. L., claramente mostra.

com a mão esquerda juntamente com um ramo de açucenas, ao mesmo tempo que a mão direita comprime o peito em sinal de contrição.

A seus pés, o brasão de Portugal, sustentado por três anjos, abaixo dos quais jazem as três coroas costumadas.

S. d. No ângulo inferior direito, a assinatura DUARTE.



Fig. 60

Registo de VENTURA DA SILVA e SANTOS

É o n.º 207 do *Catálogo da Coleção de Retratos Barbosa Machado*, da Bib. Nac. do Rio de Janeiro.

A extrema dificuldade que tivemos na obtenção da fotografia desta gravura, só vencida pela decidida intervenção do nosso eminente amigo, o distinto lusófilo Prof. Dr. Serafim da Silva Neto, quando já desanimávamos de a alcançar, fez com que se publique fora do lugar que lhe pertencia na cronologia, pois é nitidamente do séc. XVII. — Fig. 62, fora do texto. Buril.

24 — A Infanta, sobre uma peanha, e na mesma atitude dos registos antecedentes, 21 e 22, está colocada a meio duma quadra de arquitectura ogival, vendo-se à direita, ao fundo e num arcosólio, o seu primitivo túmulo (o de ébano, de que fala a *crónica*); junto a ele, no chão, os braços dos seus régios pretendentes.

Ladrilho perspectivado; fora dele, em baixo, e dentro dum rectângulo branco, a legenda em quatro linhas: «SANTA JOANNA / Livra-nos da péste. / Princeza de Portugal, da ordem dos Padres Pre-/ gadores, filha d'elRei D. Affonso v.».

Uma moldura rectangular envolve o conjunto, tendo ao alto, em monograma, as letras AM dentro dum medalhão circular, com pequena grinalda de folhagem caindo a um lado e outro.

Em baixo, fora da moldura, diz ainda a gravura: *Venera-se no Convento de JESUS d'Aveiro aonde es=|tão as suas Reliquias.* Gravura a buril.

S. a. n. d.; 142^{mm} de alto, por 89 de largo — *fig. 61* —.

25 — A Infanta, vestida de dominicana, aureolada, de pé, e de frente, tendo três coroas reais junto a si, no chão, cinge contra o peito, com a mão direita, uma coroa de espinhos, e segura com a esquerda um crucifixo e um ramo de açucenas.

Colar de contas de ouro ao pescoço e cinto dourado.

Fundo de cidade medieval, acastelada, e paisagem muito acidentada, em cujo 1.º plano há um rio, ou um braço de mar, onde flutua uma nau antiga, de alto bordo, com o pano colhido.

Moldura ogival, em cujo vértice uma coroa real espargue raios de luz sobre a cabeça da Infanta. A cada lado da ogiva, uma rosácea: na da esquerda, o brasão da Infanta — escudo partido, com as armas de Portugal à esquerda, e a coroa de espinhos à direita; na rosácea da direita, um brasão que supomos ser o da Ordem de São Domingos, ou a ela alusivo, pois ostenta o cachorro com a tocha acesa na boca.

Em baixo, fora da moldura, um filactério com a legenda: *Sancta Joanna, Lusitaniae Infans. | Alphonsi V. regis filia.*



Fig. 61

Registo anónimo

Subscrição: 3 f. — Steendr: K. van de Vyvere — Petyt, Brugge.

Cromolitografia finamente colorida e dourada, sobre cartolina creme. 114^{mm} de alto por 59 de largo — fig. 64 —.

Não é de rejeitar a hipótese de este *registo* reproduzir, ou ter por base, alguma antiga pintura, cujo paradeiro presentemente se desconheça.

Com vários *registos* isso acontece, e essa consideração, ainda não suficientemente posta em relevo, não constituirá, certamente, o menor interesse duma colecção destas velhas estampazinhas de devoção ⁽¹⁾.

Ao presente *registo*, s. d., tem de se atribuir o séc. XIX, já pelo seu processo artístico, que não pode ser anterior àquela época, já porque é de então a longa inscrição, em português, que lhe imprimiram no verso e que diz assim:

«O Exm.^o, e Revm.^o,
Arcebispo de Nicomedia,
Nuncio Apostolico nestes
Reinos concedeu em Lisboa
aos 26 de Janeiro
de 1751 cem dias d'indul-
gencia na forma costumada
da Igreja a toda
a pessoa que rezar cada
dia uma vez deante da
Imagem da Gloriosa Santa
Joanna a seguinte.



SANTA JOANNA,
Livro-nos do peste.
Princeza de Portugal, da ordem dos Padres Pre-
gadores, filha d'elRei D. Afonso V.

Venera-se no Convento de JESUS d'Aveiro aonde se
faz os seus Resgates.

Fig. 63

Registo anónimo

ORAÇÃO:

Gloriosa Santa Princeza, vós que pela corôa de espinhos renunciastes ás dos maiores Monarchas do mundo, sendo

(1) Esta mesma cromolitografia inspirou recentemente o vitral que na Casa das Dominicanas, de Fátima, adorna uma das janelas da frontaria,

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

Jesus Crucificado o vosso unico esposo, alcançae-me do mesmo Senhor graça para que imitando-vos na virtude da constancia



Fig. 64

Registo em cromolitografia do séc. XIX

*saiba desprezar as delicias da terra e aspirar sempre ás do Ceo.
Amen.*

Autorizamos e approvamos a impressão da oração retro

como nos foi comunicado em 20 de Outubro de 1955 pelo Rev. Dr. Frei Raúl de Almeida Rolo, ao obsequiar-nos com um exemplar da cromolitografia original, acima descrita, que, aliás, já conhecíamos.

da Gloriosa Princeza Santa Joanna, et concedemos pela nostra parte 40 dias d'indulgencia a quem a rezar uma vez cada dia na mesma forma da anterior Concessão.

Coimbra, 22 de Janeiro de 1889.

† Manoel, Bispo Conde.»

Desta mesma gravura existe uma variante artística:

26 — Igual em tudo à antecedente, menos na legenda, em baixo, que se apresenta num filactério mais estreito e diz apenas: «S.^{ta} Joanna, princeza de Portugal». Por baixo dela, a subscrição difere também: «Steendruk Karel van de Vyvere — Pelyt, Brugge».

As orações no verso são iguais.

Veio a servir esta variante para uma reprodução em similigravura, portuguesa, s. l., impressa a sépia em *couché* creme e apresentando no verso a seguinte: «ORAÇÃO / Santa Joana Princeza, desvelada protectora das nossas terras de Aveiro! Nós todos, pequeninos e grandes, pobres e ricos, nos encomendamos fervorosamente à vossa celestial protecção. Pedi ao Senhor para cada um de nós o pão nosso de cada dia, e não só o pão da terra, mas sobretudo o pão da virtude, o pão descido do céu, como disse o Senhor, que dá vida ao mundo.

Fazei-nos, como vós fostes, puros, humildes, caritativos, piedosos, compadecidos. Sêde o nosso anjo da guarda, nos perigos da terra, e depois, chegado o momento da morte, introduzi-nos pela vossa mão carinhosa na pátria que nunca acaba. Assim seja. (assinatura fac-similada de) † João Evangelista, Administrador Apostólico». S. d.

27 — A Infanta, em meio corpo, hábito dominicano, voltada $\frac{3}{4}$ à direita, olha, extasiada, para um crucifixo que segura na mão esquerda. Sobre a sua cabeça, esvoaçam dois querubins.

Um feixe de luz desce da dir. alta a iluminar-lhe o rosto.

Sobre uma mesa, uma caveira, uma coroa de espinhos, umas disciplinas.

Xilogravura siglada, à esquerda, por NP, iniciais do Rev. Senhor P.^o AUGUSTO NUNES PEREIRA, Pároco da freguesia de São Bartolomeu, em Coimbra, que a publicou pela 1.^a vez no *Correio de Coimbra*, n.º 1527, de 16 de Maio de 1952.

S. d. 88^{mm} de alto por 66 de largo. A nossa — *fig. 65* — reproduz a curiosa gravura em madeira pela chapa original.

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

Aditamento à série a) *Pintura*

Esgotadas as diligências a que nos foi possível proceder no sentido de não omitirmos nenhuma das espécies iconográficas infantistas ainda existentes, e impresso já o resultado das nossas pesquisas nas séries a) e b) — *Pintura e Escultura*, conseguiu ainda a muita dedicação com que o Rev. Senhor Dr. RAÚL DE ALMEIDA ROLO, O. P., tem acom-



Fig. 65

Xilogravura da autoria do Rev. AUGUSTO
NUNES PEREIRA

panhado a presente iconografia, desencantar numa esconsa arrecadação da Igreja de S. Domingos, em Lisboa, uma velha tela, de grandes dimensões, que, depois de convenientemente limpa, a ambos nós se afigurou representar a Infanta Santa Joana, e que, por essa razão, aqui recenseamos e reproduzimos.

Desconhecida dos reverendos assistentes eclesiásticos da casa, bem como dos servos, que inicialmente havíamos interrogado e nos informaram não existir presentemente, em

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

S. Domingos, imagem de Santa Joana de qualquer espécie, a curiosa pintura oferece singular semelhança fisionómica tanto com o retrato do Museu de Aveiro como com a figura que no *Painel do Infante*, de NUNO GONÇALVES, se apresenta ajoelhada e de rosário na mão.

A pintura foi retocada, há muito já, em virtude de a tela se ter rasgado, e possivelmente, foi, até, cortada, dum lado e doutro, assim se explicando a falta de alguns dos costumados atributos, e a existência de duas coroas apenas aos pés da imagem, em vez de três, como habitualmente acontece.

É, mesmo assim, peça de estimação, e muito nos congratularemos se, com a presente notícia, pudermos contribuir para a sua melhor conservação e resguardo da acção destruidora do tempo.

Em aditamento à série a) *Pintura*, registamos, pois:

29-A — De pé, em corpo inteiro, levemente voltada à esquerda, a Infanta, em hábito de dominicana, contempla um crucifixo que segura na mão esquerda, ao mesmo tempo que, com a direita, comprime o peito, em gesto de contrição.

Um halo de santidade irradia da cabeça da Infanta.

A seus pés, à sua direita, duas coroas reais jazem por terra — *fig. 66* —.

Dimensões: 1^m,69 de alto por 0,83 de largo. S. a. n. d.
Princípios do séc. XVIII, muito possivelmente.



Fig. 66

Tela existente numa arrecadação da Igreja
de São Domingos, em Lisboa
(Principios do séc. xviii)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em citações e reproduções gráficas numerosas agrupámos, com vista ao estudioso que lhes queira dispensar um pouco da sua atenção, quantas pinturas, imagens, e gravuras artísticas, lográmos encontrar representando, verídica ou convencionalmente, a excelsa filha de D. Afonso v de Portugal. Princesa Santa Joana.

Das imagens, e das estampas de *devoção*, inteiramente convencionais, não vale a pena pôr aqui em relevo quaisquer particularidades, que só pelo que respeita à técnica do seu processo artístico poderiam interessar; simples crítica de Arte, por consequência. Outro tanto, porém, não sucede quanto à tábua quatrocentista que representa a Infanta, nem quanto à impressionante série de gravuras que desde o primeiro quartel do século xvii nela se baseiam.

Os magníficos buris que ilustram a *Anacephalaeoses*, o *Philippus Prodens*, e os *Acta Sanctorum* agora definitivamente esclarecidos, já de si verdadeiras maravilhas de Arte, concorrem, além do mais, para autenticar o retrato do Museu de Aveiro, que continuamos a considerar, até pelos depoimentos das testemunhas do processo da beatificação (1), de 1689, como sendo autêntico, e não cópia doutro; o que está é inteiramente conspurcado com repinturas ignóbeis que convém retirar cuidadosamente, mesmo para acabar de vez com hipóteses descabidas e críticas sem fundamento sério que só tem complicado problemas e nada resolvem.

Também na 1.ª parte do presente inventário apresentámos novas considerações em reforço da identificação duma

(1) Encontrado, compulsado pessoalmente, e extratado em 1.ª mão, a nosso pedido, em 1952, pelo Rev. Dr. Raúl de Almeida Rolo, O. P., no Arquivo Secreto do Vaticano, como no Arquivo do Distrito de Aveiro, n.º 71/72, *daquele preciso ano*, ficou historiado, e como da 1.ª parte desta iconografia consta. Desde 1952, portanto, que o processo é conhecido e foi utilizado na medida em que a nós interessava, não se explicando, pois, o alvoroço com que a notícia duma nova e recente consulta do processo foi ultimamente trazida a público, como se de descoberta se tratasse, e atribuindo-se misticamente o acontecimento a especial graça da Santa Infanta... quando nem uma simples palavra houve por ocasião da autêntica descoberta e consequente relato, de 1952.

ICONOGRAFIA DA INFANTA SANTA JOANA

das figuras dos painéis de NUNO GONÇALVES com a Infanta, sugestão lançada simultaneamente, em 1927, pelo Dr. ARMANDO SOUSA GOMES, de Lisboa, e pelo Dr. ALBERTO SOUTO, de Aveiro, não sendo fácil esclarecer a qual dos dois distintos comentaristas deva ser atribuída a prioridade da lembrança, que por ambos parece ter sido votada a esquecimento, e que procuramos, agora, fazer reviver, tão justa se nos afigura. É de 1952 essa primeira parte do nosso estudo, que se destinava a contribuir para as comemorações do 5.º centenário do nascimento da santa Princesa; a prolongada falta de saúde que desde então nos tem mantido afastado, quase por completo, do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, onde a publicação fôra iniciada, e uma série de prementes ocupações oficiais, inadiáveis e absorventes, tem-nos impedido de concluir o trabalho que com tanto entusiasmo iniciáramos em 1952. Agora o fazemos, embora com prejuízo da unidade que ele poderia então mais facilmente apresentar, como bem se compreende.

Entretanto, porém, nova bibliografia veio enriquecer a famosa *Questão dos painéis*, o que de modo algum é indiferente à identificação acima referida, com perfeito cabimento aqui; além de razoável número de artigos em jornais e em *Histórias de Arte*, vieram a público as obras seguintes, desde que no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, em 1952, iniciámos esta resenha iconográfica:

- 1954 — Dr. JOÃO COUTO, *Nuno Gonçalves. O Políptico de S. Vicente.*
- 1955 — Prof. Dr. REINALDO DOS SANTOS, *Nuno Gonçalves.*
- 1956 — Dr. MANUEL DE FIGUEIREDO, *A linguagem dos painéis de S. Vicente.*
- 1956 — Dr. ADRIANO DE GUSMÃO, *O Nuno Gonçalves da Phaidon — Erros, omissões e plágios.*
- 1957 — Dr. AFONSO BOTELHO, *Estética e Enigmática dos painéis.*
- 1957 — Dr. ADRIANO DE GUSMÃO, *Nuno Gonçalves.*
- 1957 — Dr. ANTÓNIO BELARD DA FONSECA, *O Mistério dos Painéis.*
- 1957 — Prof. MYRON MALKIEL-JIRMOUNSKY, *Pintura à sombra dos Mosteiros. A pintura religiosa portuguesa dos sécs. XV e XVI.*

De toda esta luzida bibliografia, a que neste lugar não podíamos dedicar comentário integral, mesmo que o pretendêssemos, e que, toda ela, tem seu merecimento, relativo embora, importa fixar dois pontos:

1.º — A identificação da figura central dos painéis com S. Vicente, padroeiro de Lisboa, seriamente abalada, de há

muito, pode agora considerar-se definitivamente afastada, depois das judiciosas considerações históricas e críticas do Senhor Dr. ADRIANO DE GUSMÃO, de 1957, e não há mais que falar em S. Vicente, quer-nos parecer, a propósito destes painéis.

2.º — Com a tese, até certo ponto justificável e, *em todo o caso, muito para considerar*, do Senhor Dr. BELARD DA FONSECA, a questão assumiu de repente um aspecto completamente novo, que, *em princípio*, não repugna aceitar:

— *a figura central dos painéis será o místico Cardinal Dom Jaime de Portugal, filho do Infante D. Pedro, o de Alfarrobeira, e os painéis comemorarão o voto do cardinal a Santo António, voto que foi atendido, para que aos ossos do Infante seu Pai se desse a sepultura condigna que ele merecia e que desde Alfarrobeira até 1455 lhe foi recusada por D. Afonso V.*

Por deficiência de bibliografia, que pela leitura da tese do Senhor Dr. BELARD DA FONSECA se verifica ter sido por ele muito limitadamente consultada — o que só é para lastimar, em assunto de tamanha importância — a identificação da figura feminina ajoelhada em frente de D. Afonso V, em 1.º plano e ao lado da figura principal, é feita, não com a Princesa Dona Joana, como desde 1927 estava proposto, mas com Maria de Borgonha, filha de Carlos o Temerário e de sua segunda mulher Isabel de Bourbon, prima, portanto, do Cardinal D. Jaime, e retratada nos painéis com perto de 14 anos de idade (*op. cit.*, págs. 122 a 125).

O autor não justifica a atribuição senão com umas vagas semelhanças que nos parece não se verificarem, rematando o capítulo de tal identificação com estas estranhas considerações, manifestamente insuficientes em matéria tão delicada e de tanta dificuldade:

«*D. Jaime, seu primo, com certeza a teria amimado e estimado em pequenina, nos Paços da avó, a duquesa Isabel. Por isso esta a teria feito representar no políptico.*»...

No gráfico, desdobrável, em que apresenta a evolução (parcial) das identificações propostas até aqui para algumas das figuras dos painéis, o Senhor Dr. BELARD DA FONSECA alude apenas ao estudo do Senhor Dr. ARMANDO SOUSA GOMES, *O Simbolismo no políptico de Nuno Gonçalves*, para citar a antiga identificação da figura feminina do 1.º plano do painel do Infante com a Princesa Dona Joana, filha de D. Afonso V, o que não é bastante, pois unicamente uma brevíssima referência a ela se encontra na aludida publica-

ção (1); onde o assunto se apresenta tratado com mais ponderação e desenvolvimento é no opúsculo do mesmo autor, de 1927, *A Rainha Fada — Breve noticia de uns famosos painéis*. Aí se aduzem razões de semelhança fisionómica com o retrato do Museu de Aveiro, razões de indumentária também, e muito logicamente se pergunta a que critério poderia obedecer a omissão da Infanta em semelhante agrupamento familiar, caso houvéssemos forçosamente de a aceitar:

«O Infante D. Henrique nasceu em 1394 e faleceu em 1460, tendo portanto, quando exalou o seu último suspiro, 66 anos.

Como acima dissemos, o retrato da *Crónica* tem sido o único elemento seguro que tem vindo a público.

Nós diremos hoje aqui que não é o único, que há outro, o qual ainda não tinha sido notado. É esse, o segundo, o retrato da Infanta D. Joana, filha do Rei D. Afonso V e existente no Museu de Aveiro. Vai reproduzido adiante. Encontramos nele indubitáveis semelhanças com a figura que ajoelha à frente do lado esquerdo no painel do Infante.»

... «repare-se no nariz, na boca, nas sobrancelhas, e não poderemos deixar de concordar que é a mesma pessoa que em ambos foi retratada. Passe-se depois a examinar o colo e o fato. Lá vemos, nos dois, uns fios e umas rendas semelhantes. No dos painéis, está ricamente vestida, tendo na cabeça um chapéu ornado de lírios azuis, de alto significado nobiliárquico.»

... Agora, perguntamos nós: se se atribuir à que dizemos ser a Infanta D. Joana, a personalidade da Rainha D. Isabel, tendo seu marido e filho presentes, onde estaria a sua filha? Então faz-se uma composição pictural da magnitude dos painéis, põe-se lá o Rei, a Rainha e um filho, e não se põe a filha?

A que critério se obedecia? Se a Infanta D. Joana não estivesse em Portugal, se não tivesse a amizade dos pais, ou se outros motivos especiais houvesse estava certo. Mas nada consta neste sentido, antes pelo contrário, era filha amantíssima dos seus pais.» (*op. cit.*, págs. 10 e 11).

(1) Apenas na pág. 30. e nestes mais que sucintos termos: «No Painel do Infante»... «de joelho em terra e de ar extático, o Rei; e aos lados, os seus dois filhos, D. Joana (não fazia sentido que esta infanta não aparecesse) e D. João».

Nessa mesma comunicação de 1927 se inclui também a sugestão, em igual sentido, do Senhor Dr. ALBERTO SOUTO (1), e tudo isso o Senhor Dr. BELARD DA FONSECA omite, assim como omite o desenvolvido estudo do Senhor Dr. ALBERTO SOUTO, a propósito do retrato da Infanta, publicado no *Povo de Aveiro* em 1936, e remodelado depois no *Arquivo do Distrito de Aveiro* de 1937, não falando já naquilo que publicámos em 1952, na citada Revista também.

Existindo assim, *como existe*, mais bibliografia do ponto controverso, e não apenas as poucas linhas do opúsculo *O Symbolismo* citado, quer-nos parecer que toda ela deveria ter sido convenientemente ponderada, mesmo que a hipótese nela proposta tivesse de acabar por ser rejeitada. Creio bem que só a falta de conhecimento dessa bibliografia terá arrastado o Senhor Dr. BELARD DA FONSECA para a identificação inesperada que propõe para a «jovem de vestido vermelho». Não é este, evidentemente, o lugar mais apropriado para o comentário de todas as identificações propostas pelo Senhor Dr. BELARD DA FONSECA para as figuras dos painéis, que temos por inaceitáveis em grande parte; unicamente nos interessa, neste momento pelo menos, a iconografia da Infanta Santa Joana, que isolámos o mais possível dos muitos e variados problemas que lhe andam ligados; mas não podemos esquivar-nos a notar que a falta de consulta de toda a bibliografia *útil* para cada uma das identificações propostas, muito deve ter prejudicado a solidez da tese do Senhor Dr. BELARD DA FONSECA, que, pelo que respeita à figura principal dos painéis, se nos afigura digna de atenção e até, em princípio, aceitável. Proveitoso lhe teria sido, por exemplo, o conhecimento e a ponderação dos quatro estudos do Senhor Architecto JOSÉ CORTEZ acerca dos *Infantes de Avis*, bem como certos considerandos da valiosa comunicação do Senhor Dr. PEDRO BATALHA REIS sobre *Um retrato d'El Rei D. João II*, publicada em 1946 (e não apenas a resumida notícia aparecida num jornal), etc.

Cingindo-nos, pois, à iconografia da Infanta Santa Joana, *nossa única determinante de todas estas considerações*, diremos, ainda, e para concluir, que a tese do Senhor Dr. BELARD DA FONSECA mais nos afervora na convicção de que a jovem figura feminina ajoelhada ao lado do proposto Cardinal, e em paralelo cénico (e hierárquico, evidentemente) com o Rei D. Afonso V, outra não pode ser senão sua filha e herdeira, a Princesa Dona Joana, cabendo a essa figura,

(1) Em anotação do Senhor FRAZÃO DE VASCONCELOS, Director da Revista *Brasões e Genealogias*, onde o estudo do Senhor Dr. ARMANDO SOUSA GOMES fora publicado.

perfeitamente, as considerações de idade e de estatura pelo autor aplicadas a Maria de Borgonha, longínqua prima do Cardial.

Não é possível conceber-se, sequer, uma assembleia da família real mais chegada ao Cardial D. Jaime, e reunida, demais a mais, em homenagem votiva, piedosa (não guerreira, nem política), sem nela incluir a Princesa, *que estava viva* e que, abaixo do Rei seu Pai, *já viúvo*, era a pessoa de mais elevada categoria na Corte.

Que significado não teria a omissão da sua pessoa junto dos seus, numa cerimónia daquelas, também nós perguntamos!

Aceite, como parece dever ser, a identificação de D. Afonso v, a da jovem figura feminina ajoelhada no mesmo plano em que ele está—o primeiro—não pode sofrer dúvidas, e é até a que de modo mais indiscutível se impõe: pela *figura em si* (compare-se o retrato do Museu de Aveiro com a fotografia do painel *antes do restauro*), pela *indumentária de Corte*, tão semelhante nos dois retratos, ambos de grande estilo, *pelo rosário que ostensivamente segura na mão direita*—é, seguramente, a Princesa Dona Joana antes de 1471, data em que entrou para Odivelas—*fig. 67*—.

Uma revisão cuidadosa da tese do Senhor Dr. BELARD DA FONSECA não que respeita à identificação das personagens que rodeiam a pessoa principal, afigura-se-nos muito de aconselhar, e levará o seu ilustre Autor, queremos crer, à conclusão a que há muito chegámos e que em 1952 apresentámos, restabelecendo duas idênticas sugestões praticamente esquecidas, de 1927.

Dez anos terão levado os painéis a pintar, conclui o Senhor Dr. BELARD DA FONSECA (1460-1470); que alguns tenham levado, mesmo entrando em linha de conta o trabalho de oficina, é para mim ponto de fé; ora 1465 propussemos nós, na primeira parte do presente estudo, para o retrato do Museu de Aveiro; 1465 é a data central do período proposto na tese a que nos estamos referindo; e à figura dos painéis bem parece ela ajustar-se.

Até a cronologia, pois, se conjuga com o ponto de vista que defendemos.

Quanto, portanto, na primeira parte deste esboço de iconografia deixámos dito, em 1952 (*Arquivo do Distrito de Aveiro*, n.º 71/72), relativo ao confronto do retrato de Aveiro com a figura ajoelhada do painel do Infante, desde os *traços fisionómicos ao vestuário, decote, atitude, modelação do pescoço*, que é impressionante, *adereços e rosário*, tudo com perfeito cabimento na figura da Infanta, mantém-se agora, singularmente reforçado pelos laços de parentesco (de Tio direito e Sobrinha) existentes entre o Cardial D. Jaime e a Infanta Dona Joana, assim se justificando, ainda, a extraor-

dinária semelhança de há muito notada, e com razão, que anima as duas figuras em causa.

O misticismo dos dois foi até memorado já, *conjuntamente*, e a propósito da Infanta Santa, em 1755, na Introdução ao *Epítome da vida de S.^{ta} JOANNA, Princesa de Portugal*, e não será com certeza descabido transcrever aqui essa patriótica evocação que antecede o texto da *Breve narração* vertido para português:

...«Desta conjunção, verdadeiramente máxima, se produzirão dous fructos de exquisito gosto para a Meza do Paraizo, quaes foraõ os Infantes D. Fernando, e D. Jaime, aquelle filho, e este Neto de D. João I., Rey de Portugal, de costumes tão exemplares, que sempre foraõ venerados por claríffimos espelhos da Santidade. D. Fernando morreo captivo entre os Mouros Africanos, pelos crueis tratos daquelles barbaros; porèm recreado na morte de celestiaes appareçoens, que lhe segurarão o seu feliz tranzito para o Paraizo.

D. Jaime foy Arcebispo de Lisboa, e Cardeal promovido á Purpura por Calisto III.; e em Florença deixou os seus despojos, venerados athé hoje como reliquias. Affirmaõ delle as historias, que na sua ultima enfermidade aconselhado dos Medicos a manchar a pureza para recuperar a perdida saude, com generosa confiança lhes respõdeo: *Malo mori, quam foedari.*

Ja aqui se offerece á vista hum precioso ramo, ornado de admiraveis fructos de heroicas aççoens, que no decurso dos seculos se contemplou brotar do Real tronco Portuguez, para que se visse verificado o dito do Apostolo: *Si radix sancta, & rami.* Será pois Santa Joanna, Princesa de Portugal, digno ramo deste Regio tronco, o Sujeito deste livro, no qual se narrará succintamente a historia da sua Vida, para que se forme huma perfeita idéa da perfeição christãã, bem digna de ser admirada; e quizera Deos que fosse imitada tambem.»

Não obstante toda a frondosa floração bibliográfica a que tem dado lugar, o problema dos *Painéis de NUNO GONÇALVES* encontra-se bem distante ainda, infelizmente, da almejada solução, continuando apaixonante como desde o primeiro momento; mas que a ele se acha indissolúvelmente ligado — e a vários títulos até — o *retrato da Infanta Santa Joana, do Museu de Aveiro*, base desta iconografia que procurámos esclarecer e levar tão longe quanto possível nos foi, creio bem poder afirmar-se como indiscutível certeza.

Necessário se torna, pois, que a tão excepcional documento histórico a crítica e a historiografia da Pintura

primitiva portuguesa consagrem atenção maior do que até ao presente lhe tem prestado.

Cada uma dessas impressionantes composições — *retrato da Infanta e Painéis de NUNO GONÇALVES* — concebidas há cerca de quinhentos anos, e em época de profundo e apertado simbolismo, persiste ciosamente em guardar consigo, para todo o sempre, o seu impenetrável segredo, a alma que algum dia animou aquela nobre teoria de figuras, dignificadora do génio português, e lhes ditou a incompreensível atitude, de íntimo recolhimento e inteira absorção num pensamento que de todo se nos escapa.

Era igualmente do seu pensamento íntimo, afinal, que provinha a imaterial beleza que baldadamente os artistas da época procuravam fixar nas suas tábuas, ao retratar a mística Infanta, e que em torturado gongorismo MANUEL TELES DA SILVA, Conde de Vilar Maior, procurou no século XVIII exprimir nas catorze linhas dum soneto que há anos se nos deparou no códice n.º 1350 da Biblioteca Nacional de Lisboa, e com o qual rematamos estas notas iconográficas da iluminada e sempre constante Infanta Santa Joana:

«Soneto do Conde de Vilar Maior, Manuel Teles

A Princeza S. Ioanna q̄ sendo m.º fermozza nunca a podem retratar varios Pintores

Assumpto Academico

Soneto

Se ao Sol Se compara a fermozura
E aos seus Luzidos rayos a pureza
Como ha de retratar se huma belleza
Que he mais q̄ o sol fermoza e q̄ he mais pura;

Naõ cabe no artificio da Pintura
O q̄ imitar naõ pode a natureza;
Nem no exercicio cabe da destreza
Copiar o q̄ he so Luz Sem Sombra escura

Da graça e natureza, este protento
Da primeira Somente ama a Lembrança,
Emtregando a Seg.^{da} ao esquecim.^{to}

Pois negando da copia a esperança
Se aos Sentidos uzurpa hum documento
Deixa ás potencias Livre a Semilhança.»

A. G. DA ROCHA MADAHIL

PONTES EXISTENTES NAS ESTRADAS NACIONAIS NO DISTRITO DE AVEIRO

(1294 a 1955)

(Continuado de pág. 106)

bibRIA
ESTRADA NACIONAL 222
VILA NOVA DE GAIA-VILA NOVA DE PAIVA

Ano de 1893

A *Ponte de Pedorido*, situada ao km. 37,675 sobre o rio Arda, na sua confluência com o rio Douro, consta de uma viga contínua formada por três tramos, sendo os dois extremos de 25 metros e o central de 29,50 metros, com o tabuleiro intermédio composto de longarinas e carlingas na extensão de 79,50 metros, com o comprimento total de 157 metros, incluindo os muros de avenida. A largura entre guardas formadas pelas vigas-mestras é de 5,90 metros, sendo de 4 metros a faixa de rolagem entre passeios.

A viga apoia-se nos encontros sobre dois pilares e os encontros estão assentes sobre fundações construídas por poços de ferro fundido, cheios de betão cravados a ar comprimido, atendendo à natureza lodosa do terreno em que foi levantada a ponte (Fig. 12).

Esta ponte foi construída pela Empresa Industrial Portuguesa em 1893 e sobre ela circula o caminho de ferro das minas de carvão do Pejão, de bitola de 0,60 metros, com precaução e limite de cargas, além do trânsito normal da estrada.

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

Tornando-se necessário uma grande reparação para permitir que a ponte ofereça condições de resistência e de segurança para permitir o trânsito, funcionando como passagem de nível, e terá de sofrer a substituição de muitas peças, decorridos já 60 anos sobre a data da sua construção sem ter sofrido qualquer reparo.

Ano de 1901

Ponte de Caninhas.
— Situada ao km. 58,67 sobre o rio Paiva, nos limites dos distritos de Aveiro e de Viseu, a ponte é de cantaria de granito da região, e consta de três arcos, um, central, de 26 metros de vão, e dois laterais, de 14 metros, apresentando o comprimento total de 127 metros, incluindo os muros de avenida. É de boa construção.

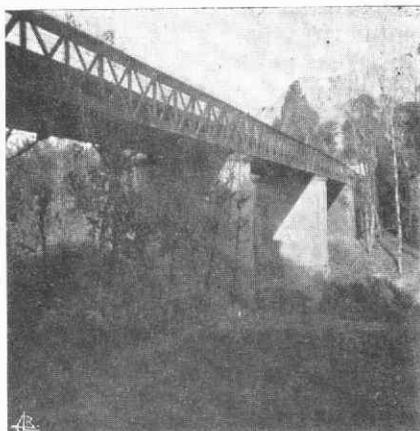


Fig. 12

Ponte de Pedorido — E. N. 222

Tem a largura de 6 metros entre guardas, e a altura do arco central, a contar da soleira dos pés direitos deste arco, é de 12 metros (Fig. 13).

Ano de 1942

Ponte do Inha sobre o Rio Inha. — Quando foi construída a estrada em 1942, ficou por construir a ponte, no vale do Inha e, para dar seguimento à estrada, foi, com carácter provisório, estabelecida uma ponte provisória de madeira, através do vale com o comprimento de 55 metros. Construiu-se para



Fig. 13

Ponte de Caninhas — E. N. 222

esse efeito um acesso à ponte por um desvio de 3 metros de largura, também com carácter provisório, com rampas

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

superiores aos limites previstos para estradas da sua categoria. É necessário grande cautela no movimento dos transportes de carvão neste local.

A rasante da ponte está 5 metros acima do terreno, enquanto que a da ponte definitiva deverá ficar com 18 metros, para evitar as cheias do rio Douro, que têm chegado a atingir 12 metros. O traçado acha-se já em parte aberto à altura conveniente para a rasante da ponte definitiva.

Em 1955, uma cheia destruiu a ponte, que foi reconstruída, ficando ainda provisoriamente de madeira.

ESTRADA NACIONAL 222-1

PARA SARDOURA

Ano de 1904

Ponte de Vale de Fens. — Está situada ao km. 4,582 sobre o rio Sardoura.

Consta de uma construção de granito com um vão de 12 metros, em arco de volta plena, com a altura de 11 metros a contar da soleira dos pés direitos e o comprimento total de 40 metros, apresentando em planta uma curva e contracurva, e entre guardas a largura de 5 metros.

ESTRADA NACIONAL 223

PORTO DE CARVOEIRO a OVAR

Ano de 1853

Ponte do Sobral. — Ao km. 27,80 da E. N. 223, existe uma obra de arte construída em 1853 sobre o Rio Caster, conhecida pela ponte do Sobral, composta de 1 arco abatido, com uma flecha de 1,50 metros e 9 metros de corda, onde, a título de experiência, o engenheiro Silvério Pereira da Silva empregou um betão de cal hidráulica constituído por uma mistura de 0,350 metros cúbicos de cal gorda, 0,054 metros cúbicos de pozolana, 0,350 metros cúbicos de areia e 0,870 de brita por cada metro cúbico de betão, para substituir a falta de pedra da região de Ovar.

Os resultados obtidos foram tão satisfatórios, que deram origem à publicação de uma circular da Direcção Geral das Obras Públicas, que a seguir se transcreve, recomendando o emprego de betão na construção de arcos de pontes:

«Tendo-se obtido os melhores resultados na experiência feita no nosso país do emprego do betão na construção da

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

abóbada da ponte do Sobral, no Distrito de Aveiro, de 9 metros de corda e 1,50 metros de flecha, determina Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que de ora em diante, todas as vezes que as circunstâncias locais o permitam V. S.^a lance mão deste sistema para a construção de arcos de pontes que tiver a construir, o qual reúne as grandes vantagens de considerável economia de tempo e de meios.

Deus guarde a V. S.^a, Direcção Geral das Obras Públicas, em 31 de Janeiro de 1861. a) *Visconde da Luz*.

N. B. — Os encontros, guardas e testas do arco da ponte do Sobral foram construídas em cantaria de granito.»

Este processo de construção foi empregado em várias obras de arte, a saber:

Ponte de Mogofores — Ponte dos 3 arcos, mandada construir pela Câmara Municipal de Anadia em 1870, na estrada hoje incluída na E. N. 235 — Pontão da Dobadoura na E. N. 109-7 sobre o canal do Paraíso em Aveiro, etc.

Já decorrida uma centena de anos, ainda hoje a obra de arte do Sobral, se encontra em bom estado de conservação e em boas condições de segurança.

bibRIA

Ano de 1908

Passagem superior do Cavaco

Quando da construção da linha férrea do Vale do Vouga, foi construído no troço de Espinho a Sernada uma passagem superior, situada ao km. 19,215 da actual E. N. 223, num local conhecido pelo Cavaco. Consta de um arco abatido de 11 metros de corda e a flecha de 1,50 metros com o comprimento total de 19 metros incluindo as avenidas da obra de arte.

As guardas da ponte são de ferro e a largura entre guardas é de 6 metros.

ESTRADA NACIONAL 224

ENTRE-OS-RIOS a ESTARREJA

Ano de 1868

Ponte das Fuseiras. — Ao km. 59,520, em que a estrada atravessa o rio Ínsua, foi construída a ponte de alvenaria que consta de um arco de volta abatida de 10,10 metros de vão, tendo o comprimento de 28,10 metros, incluídos os muros de avenida, e com a largura de 4,20 metros.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Quando da reparação da estrada em 1944, foi a ponte alargada com a construção de passeios em betão de cimento armado, pelo que a ponte passou a ter a largura de 6 metros, entre as novas guardas de betão.

Ano de 1870

Ponte do Cavalari. — Situada ao km 65,294 sobre o Rio Ul, construída em alvenaria, consta de um arco abatido de 10,10 metros, com a largura de 4,20 metros, e a altura de 5,30 metros, a contar da soleira dos pés direitos ao intradorso do arco.

Ano de 1908

Ponte da Gândara. — As pontes desta estrada no troço de Estarreja a Vale de Cambra foram primitivamente construídas com a largura entre guardas de 4,20 metros e o vão de 10,10 metros. São estas dimensões as que se encontravam na Ponte da Gândara, construída sobre o Rio Viques ao km. 51,681, com o comprimento de 38,20 metros, incluindo os muros de avenida.



Fig. 14

Ponte da Gândara na E. N. 224 — Vale de Cambra

Em 1944, quando se procedeu à reconstrução do pavimento da estrada, esta ponte foi também alargada de 4,20 metros para 6 metros entre guardas, com passeios de betão de cimento armado (Fig. 14).

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

ESTRADA NACIONAL 224-3

SANTO AMARO — CASTELÕES

Ano de 1881

Ponte da Minhoteira. — Sobre o Rio Antuã, ao km. 4,871 com o comprimento total de 42,60 metros incluindo os muros de avenida, foi construída a ponte que consta de 3 arcos com o vão de 6,10 metros, e 7,50 metros de altura, a contar das soleiras dos encontros, e de largura, entre guardas, de 4,20 metros.

A ponte, construída com material de má qualidade e pouco cuidadosamente, não oferece condições de resistência para o trânsito de veículos, com as cargas que possam transportar, se a sua frequência aumentar.

ESTRADA NACIONAL 225

SOBRADO DE PAIVA — AGUIAR DA BEIRA

(proximidades)

Ano de 1875

Ponte do Loureiral ou da Bateira. — Encontra-se situada ao km. 6,373 sobre o Rio Paiva, construída em cantaria de granito, com o comprimento total de 73 metros em curva e contracurva, com um vão em arco abatido de 20 metros e dois arcos suplementares de 3 metros de vão, para servir de descarregador na época das cheias, com as soleiras mais altas cerca de 7 metros sobre a soleira do arco central, de 20 metros de vão. A altura é de 12 metros, a contar da soleira do encontro do arco central, e a largura da ponte entre guardas é de 4,65 metros (Fig. 15).

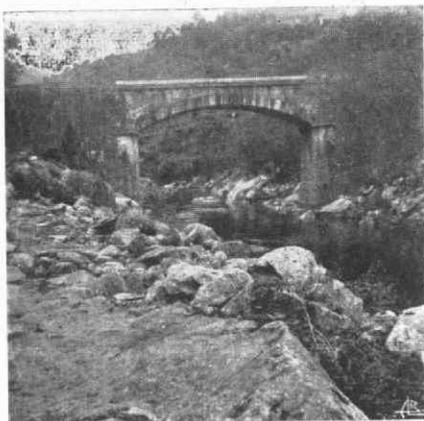


Fig. 15

Ponte do Loureiral ou da Bateira
— E. N. 225

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

ESTRADA NACIONAL 227

S. JOÃO DA MADEIRA a S. PEDRO DO SUL

Ano de 1886

Ponte de Padrastos. — Construída ao km. 15,389 sobre o Rio Caima, em cantaria de granito, consta de um arco, com vão de 10 metros de volta inteira, e tem o comprimento total de 44,80 metros, incluindo muros de avenida, e altura de 12 metros, a contar da soleira dos encontros, com a largura entre guardas de 5,40 metros.

Ano de 1933

Ponte de Arões. — Construída ao km. 35,600 sobre o Rio Arões, em cantaria de granito, quando da construção da estrada em 1933, consta de um arco de volta inteira de 9,50 metros de vão, com o comprimento total de 51,10 metros, incluindo 42 metros de muros de avenida em curva, e a altura de 10,45 metros a contar da soleira do encontro, com a largura de 5,30 metros entre guardas.

Ano de 1934

Ponte sobre o Rio Teixeira. — O Rio Teixeira passa no limite dos distritos de Aveiro e Viseu, onde fica situada esta ponte ao km. 41,839, construída em cantaria de granito. Consta de um arco de 16,20 metros de vão sobre o rio, com o comprimento total de 55,80 metros, incluindo os muros de avenida em curva (Fig. 16).

Tem a altura de 20 metros, a contar da soleira dos encontros e a largura, entre as guardas de cantaria, de 7 metros. Foi construída de empreitada, sob a fiscalização da Direcção de Estradas de Aveiro e importou em 294.000 escudos.

Ano de 1947

Ponte das Travessas. — A estrada nacional 227 tem a sua origem em S. João da Madeira e ao km. 0,794 passa sobre o Rio S. João, onde foi construída a ponte chamada das Travessas, que consta de um arco abatido com o vão de 12 metros, tendo a largura entre guardas de 6,60 metros. É de cantaria de granito e tem o comprimento total de 86,20 metros, incluindo os muros de avenida.

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

ESTRADA NACIONAL 230

AVEIRO à COVILHÃ

Ano de 1866

Ponte da Rata. — A estrada de Aveiro para Águeda atravessa o vale do rio Águeda nas proximidades de Eirol, onde as águas do rio Vouga, devido à acção das correntes, formaram uma infra-escavação, chamada Poço de Eirol ou da Ponte da Rata, onde se estabeleceu a ponte que veio a



Fig. 16

Ponte sobre o Rio Teixeira na E. N. 227 no limite dos distritos de Aveiro e Viseu

fazer parte da estrada de Aveiro a Águeda, actual estrada nacional 230 — Aveiro à Covilhã.

Durante a época das cheias do Vouga, as águas entravam no vale do Águeda. Para evitar ou reduzir os seus efeitos, foi em 1821 construído um paredão entre os dois rios, Vouga e Águeda, de forma que as águas de cada um passassem a correr paralelamente até ao ponto da sua junção. Desta forma, as águas do rio Águeda deixavam de incidir perpendicularmente sobre as do Vouga, que iam alagar os campos marginaes de Eirol, Travassô e Ois da Ribeira, e no extremo poente do paredão ficava a Ponte da Rata, que era insuficiente para dar passagem às águas das cheias dos vales dos rios Águeda e Cértoma, que, atravessando a chamada Pateira de Fermentelos, iam juntar-se com as águas do rio Águeda.

Para ser corrigido este efeito das águas, o leito do Águeda foi deslocado para poente, e abriu-se novo traçado em direcção à Ponte da Rata, para dar melhor saída às águas que se juntassem a montante do paredão.

A linha do talvegue do antigo leito do Águeda ainda hoje se conhece e marca a linha do limite dos concelhos de Aveiro e Águeda.

Consta da acta da sessão da Junta Geral do Distrito de Aveiro de 20 de Julho de 1855 o relatório apresentado pelo Governador Civil do Distrito, Antero Albano da Silveira Pinto, onde, no capítulo «Obras Públicas» declara que o Engenheiro-Director das Obras Públicas, cumprindo as deliberações da Junta tomadas na sessão ordinária do ano anterior (1854), apresentara um relatório com os orçamentos, projectos e plantas para a construção ou reforma das pontes da Rata, Perrães e Mogofores.

Há notícia de que havia uma ponte de madeira entre Eirol e Almeiar, no vale do Águeda, a qual nas cheias de 1813 e 1815 foi destruída, e de que se projectava reconstruí-la no mesmo local.

Em 1854 projecta-se o acabamento da ponte, já começada há anos, e que tinha de ser feita em madeira sobre encontros e pegões de pedra de Eirol. Segundo o orçamento, teria de ser dispendida a importância de 2.558\$000 réis.

«Seria para desejar que se empregassem todos os esforços possíveis para se obter os meios para o pronto acabamento desta ponte, que além de ser muito importante para o Distrito, está hoje oferecendo aos viandantes um precipício bastante iminente... O rio Águeda em nenhuma estação do ano permite atravessá-lo a vau na localidade ou nas proximidades da Rata.— Seria mesmo objecto de uma bela especulação para uma Empresa ou Sociedade que se quisesse encarregar de completar à sua custa as obras da Ponte da Rata, mediante a condição de receber o imposto de portagem durante um certo número de anos.»

Com a classificação da Carta de Lei de 15 de Julho de 1862, a estrada de Aveiro a Águeda passou para a rede do Estado, incluída na estrada de 1.^a classe—Aveiro—Águeda—Tondela.

A partir desta data, foi mandado estudar e construir a ponte sob a direcção do engenheiro Silvério Augusto Pereira da Silva, e no espaço de tempo de 19 de Maio de 1865 a 18 de Outubro de 1866 ficou a ponte concluída com 70,82 metros de comprimento e consta de 5 arcos abatidos de 8,45 metros de vão cada, flecha 1,10 metros, pés direitos de 3,30 metros, com a largura de 4 metros entre guardas de alvenaria de pedra de Eirol.

As infra-escavações, porém, continuaram no poço exis-

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

tente e, decorridos alguns anos, começaram a ser atacadas as fundações dos pilares de alvenaria, e a ponte, decorrido quase um século sobre a sua construção, começou a apresentar sinais de ruína que não permitiria em breve, o trânsito mecânico actual na ponte, em condições de segurança. Feito um estudo sobre o estado de ruína das fundações e dada a urgência, procedeu-se em 1954-1955 à construção de uma nova, provisória, sobre pilares constituídos por estacas de madeira cravadas até ao terreno que está a cerca de 20 metros, a contar do nível da água, e sobre as estacas se apoiaram as



Fig. 17

Ponte da Rata — E. N. 230
Ponte de alvenaria e a ponte de madeira, recentemente
construída sobre o rio Águeda, em Eirol

vigas de ferro que suportam o pavimento da ponte provisória (Fig. 17).

Esta ponte será substituída por uma ponte definitiva construída em betão de cimento armado, para o que já foram feitas sondagens geológicas no local provável da futura ponte definitiva, a fim de ser estudado, de acordo com a modificação do traçado da estrada no vale do Águeda entre Almar, e Eirol e correcção do paredão construído em 1821 (Fig. 18 e Fig. 19).

Ano de 1907

Ponte de Bolfiar. — Ao km. 24,926, a estrada atravessa o rio Alfusqueiro; e, para dar continuação ao traçado, foi construída uma ponte com o comprimento total de 86,25 metros, incluindo os muros de avenida, construída em alvenaria, e composta de 3 arcos abatidos, com 10 metros de vão

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

e com a altura de 10,25 metros, a contar das soleiras dos encontros, e a largura entre guardas também de alvenaria, de 4,55 metros (Fig. 20).



Fig. 18

Ponte da Rata (madeira) — E. N. 230 (Nascente)
— sobre o rio Águeda, em Eirol



Fig. 19

Antiga Ponte da Rata (alvenaria) — E. N. 230 (Poente)
— sobre o rio Águeda, em Eirol

Ano de 1934

Ponte do Avelal. — Está sobre a ribeira do Avelal ao km. 32,464, e é construída com cantaria de granito das

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

pedreiras de S. João do Monte. Tem o comprimento total de 39,40 metros, e é constituída por um arco abatido de 12 me-



Fig. 20

Ponte sobre o rio Alfusqueiro — E. N. 230 — Bolfiar

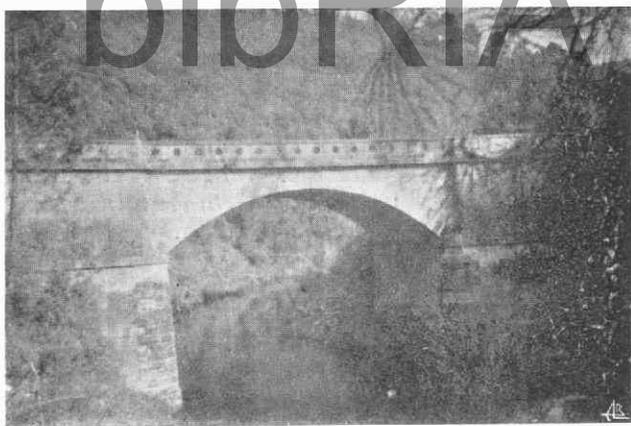


Fig. 21

Ponte do Avelal — E. N. 230, também conhecida pela Ponte do Lapão, sobre o rio Águeda — Avelal de Baixo

tros de vão. A altura é de 9,50 metros, a contar da soleira dos encontros, e a largura é de 7,05 metros entre as guardas de cantaria, incluindo dois passeios (Fig. 21).

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

ESTRADA NACIONAL 230-2

PARA ANGEJA

Ano de 1896

Nesta estrada, saindo da estrada nacional n.º 230, ao km. 6,996 atravessa o vale do rio Vouga, e para atingir S. João de Loure no aterro há as seguintes pontes de ferro, construídas pela Empresa Industrial Portuguesa:

— Ponte das Arrotas, ao km. 0,103; ponte da Vagueira, ao km. 0,338; ponte sobre o Vouga, ao km. 0,627.

Ponte das Arrotas. — Construída com 4 tramos apoiados sobre estacas metálicas, tipo estaca Mitchel, atarraxadas no terreno até ficarem encaixadas no terreno firme. Cada tramo tem o vão de 14,625 metros, totalizando o comprimento de 68,50 metros, com a altura de 6 metros a contar das soleiras dos encontros, sendo a largura do tabuleiro 6,20 metros entre guardas de ferro e passeios de 0,80 metros de chapa xadrez e faixa de rodagem de 4,50 metros.

De início, o pavimento era de macadame assente sobre chapas embutidas de ferro zincado. Mais tarde, em 1938, foi substituído por betão de cimento assente sobre as mesmas chapas, formando uma laje para rolamento com os respectivos cobre-juntas de dilatação.

Em 1953-1954, encontrava-se a estrutura metálica cheia de ferrugem, e as chapas do xadrês dos passeios arruinadas sofreram uma grande reparação: muitas foram substituídas e a estrutura metálica toda limpa com areia sob pressão, para ser reparada e devidamente pintada.

A *ponte da Vagueira*, semelhante à ponte das Arrotas, tem também 4 tramos de vigas rectas, com o vão de 14,625 metros cada. Foi construída com as mesmas características e dimensões desta; e foi submetida às mesmas reparações nos passeios e na sua estrutura metálica.

Ponte de S. João de Loure. — Esta ponte tem uma parte sobre o Vouga, e é de construção semelhante à das pontes das Arrotas e da Vagueira; tem de extensão 171 metros, divididos por 12 tramos assentes sobre estacas Mitchel.

O Vouga apresenta vários poços ou pegos fundos e entre estes conta-se o Poço de Ferro junto de S. João de Loure. Para vencer este poço, foi construído a seguir à ponte um outro tramo independente, de 45 metros de comprimento, formado por duas vigas rectas em treilli, onde no banzo infe-

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

rior se apoia o tabuleiro, e que constituem as guardas da ponte, que tem a mesma largura das pontes com o mesmo tipo de pavimento que foi igualmente substituído por um pavimento de betão.

Este tramo foi submetido à mesma beneficiação das restantes estruturas metálicas deste conjunto de pontes.

ESTRADA NACIONAL 234

MIRA — MANGUALDE

Ano de 1880

Ponte da Mealhada sobre o Cértoma, ao km. 28,272.

Ponte de alvenaria constituída por 3 arcos circulares de 5 metros de vão, com o comprimento total de 18,70 metros e altura de 4,50 metros a contar da soleira dos encontros, e a largura entre guardas de 5,10 metros.

ESTRADA NACIONAL 235

biblioteca

AVEIRO — PENACOVA

Ano de 1856

Ponte do Silveiro. — É construída em alvenaria de grés e calcário, ao km. 17,829 sobre o rio Levira, e apresenta um arco abatido. Tem o comprimento total de 25,65 metros, com o vão livre de 11,80 metros e a largura entre guardas de 5,80 metros, e a flecha de 1,50 metros.

Ano de 1859

Ponte do Pano. — Esta ponte fica situada sobre a ribeira do Pano, ao km. 11,144. Consta de uma construção de alvenaria de pedra vermelha de Eírol, com o comprimento total de 36,20 metros, composta de um arco abatido de 12 metros de vão com a flecha de 3 metros e a largura de 5,35 metros entre guardas de pedra aparelhada. Como o terreno em que assenta é muito lodoso, as fundações dos encontros constam de uma grade de madeira de pinho cortada em esquadria, apoiando-se sobre estacas também de pinho, tendo o xadrez das estacas cheio com betão de cal hidráulica. Sobre esta plataforma foi erguida a alvenaria aparelhada de cada encontro (Fig. 22).

Ponte de Canha.—É construída em alvenaria com o comprimento total de 55,60 metros, situada sobre o rio Cértoma, ao km. 21,329 e consta de 3 arcos abatidos de 12 metros de vão com a flecha de 2 metros, os pés direitos de 3,50 e a largura entre guardas de 5,1 metros.

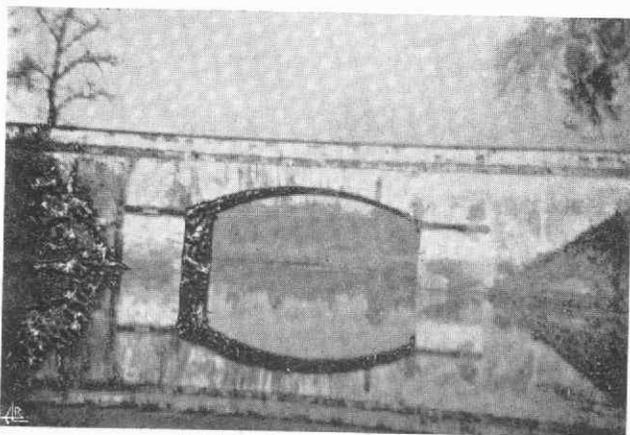


Fig. 22

Ponte do Pano — E. N. 235

bibRIA

Ano de 1870

Ponte dos Três Arcos.— Esta ponte foi mandada construir pela Câmara Municipal de Anadia, na antiga estrada municipal para a vila, sobre o rio da Serra.

Por Decreto de 9 de Janeiro de 1867, a estrada municipal ficou incluída na rede do Estado e classificada como Estrada Distrital n.º 35. Actualmente é a estrada nacional n.º 235, na qual, ao km. 28,642, se encontra a ponte, constante de 3 arcos abatidos de 5 metros de vão com o comprimento total de 38,300 metros. Foi construída em betão de cal hidráulica pelo mesmo sistema adoptado na Ponte do Sobral (ver estrada n.º 223), ficando a ponte com a largura de 4,60 metros entre guardas de alvenaria.

Nota.— Por uma circular da Direcção Geral das Obras Públicas enviada em 31 de Janeiro de 1861 às Direcções Distritais de Obras Públicas, era recomendado que, sempre que as circunstâncias locais o recomendassem, seria preferido o emprego de arcos de betão, o que foi aplicado na construção desta ponte.

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

ESTRADA NACIONAL 326

ESPINHO a S. PEDRO DO SUL

Ano de 1860

Ponte da Cela. — Está sobre o rio Arda, ao km. 33,435, e foi mandada construir pela Câmara Municipal de Arouca e constava de um arco de cantaria de granito com o vão de 10,700 metros com a altura de 9,15 metros, a contar da soleira dos encontros, a largura de 4,20 metros entre guardas de cantaria e o comprimento total de 36,50 metros, incluindo as avenidas.

Como a ponte fosse estreita e, além disso, tivesse a entrada e saída em curva, apresentando assim em planta um traçado em curva e contra-curva, e reconhecendo-se ainda a conveniência de levantar a rasante da estrada de 2 metros, quando se procedeu ao estudo da correcção do traçado da estrada em 1952 que necessitava de uma grande reparação, foi previsto com o estudo das correcções do perfil longitudinal, alargar a ponte,

que ficou com a largura de 7 metros entre guardas de cantaria e a rasante alteada, o que melhorou consideravelmente o traçado existente. A modificação também em granito ficou concluída em 1955, com solidez e perfeição (Fig. 23).



Fig. 23
Ponte da Cela

Ponte do Zendo

A *Ponte do Zendo* está situada ao km. 36,834, sobre o rio Arda, e também foi mandada construir pela Câmara Municipal de Arouca, à data da construção da estrada. É de alvenaria de granito e formada por 3 vãos de 4 metros com a altura de 4,20 metros a contar da soleira e com a largura entre guardas de 4,20 metros, com o comprimento total de 20 metros.

Esta ponte, devido à sua deficiente construção, não oferece resistência suficiente para garantir o trânsito mecânico

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

pesado que circula actualmente nas estradas. Tendo sido construída há quase um século, encontra-se muito arruinada, pois é formada pela sobreposição de lajes de granito dispostas de um lado e outro, e daqui o estado de ruína em que se encontra.

ESTRADA NACIONAL 327-1

VILA NOVA DO COUTO (E. N. 327) à ESTRADA NACIONAL 1
LISBOA — PORTO

Ano de 1833

Ponte do Feirral.—É construída em alvenaria de granito sobre o rio Antuã, e está situada ao km. 2,530. Tem o comprimento total de 69 metros, incluindo muros de avenida, e um vão livre em arco de 9,50 metros com a altura de 6 metros a contar da soleira do encontro, e a largura é de 6,33 metros entre os muros de guarda.

ESTRADA NACIONAL 328

VALE DE CAMBRA a PARANHO DE ARCA

Ano de 1947

A *Ponte do Areal de Cartim* no vale do Caima, ao km. 1,868, incluindo obras accessorias para aumentar a vazão das águas das cheias, é de granito.

A estrada nacional 328, à saída de Vale de Cambra, atravessa o vale do Caima, onde está construída em alvenaria de granito esta ponte de arco abatido com o vão de 13,30 metros e ainda 3 pontões de vão de 5 metros, com o fim de aumentar a vazão das águas nos períodos das cheias e ainda dar passagem de servidão aos terrenos agrícolas do vale, tendo as obras de arte, incluindo os muros de avenidas, o comprimento total de 46,16 metros, com a largura de 6,40 metros entre guardas de granito (Fig. 24).

ESTRADA NACIONAL 333

VAGOS — VOUZELA

Ano de 1874

Ponte de Perrães — Segundo consta da acta da sessão da Junta Geral do Distrito de Aveiro de 20 de Julho de 1855, tinha sido deliberado em 1854 construir uma ponte em Perrães, sobre o rio Cértoma.

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

A Estrada Nacional 333 passa ao km. 18,443 em Perrães, através do rio Cértoma, onde foi em 1872 estudada uma ponte, segundo o modelo da ponte de Água Fria na estrada 109,

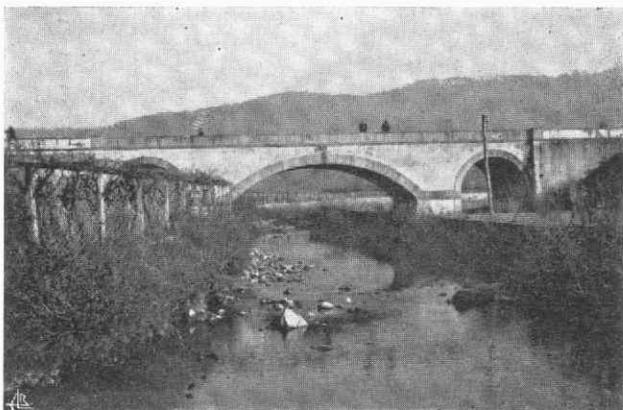


Fig. 24

Ponte do Areal na E. N. 328.

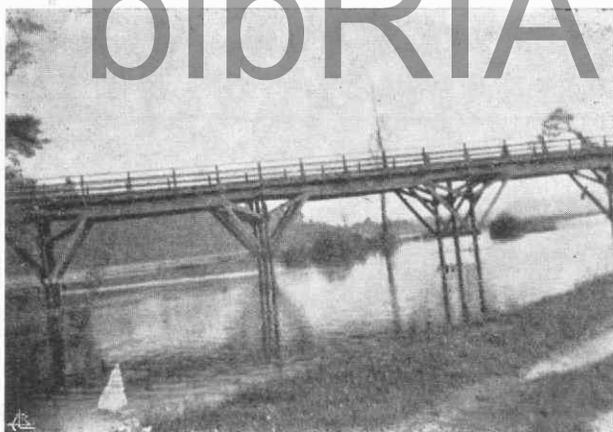


Fig. 25

Ponte de Perrães (sobre o rio Cértoma)
— E. N. 333 (madeira)

pela Direcção de Obras Públicas de Aveiro, sob a orientação do engenheiro Silvério Augusto Pereira da Silva, e em 1874 encontrava-se a ponte concluída (Fig. 25).

Consta a ponte de uma construção mista de ferro e madeira, composta de 5 tramos rectos de 9,95 metros de

vão livre cada tramo, com o comprimento total de 61,35 metros, incluindo os muros de avenida, de 10,30 metros (Fig. 26).

O tabuleiro de madeira da ponte, composto de vigas de 9,95 metros, de madeira, está apoiado sobre colunas de ferro fundido, que por sua vez estão atarraxadas a uma chapa de ferro ligada a um estrado de madeira suportado por estacas de madeira cravadas no lodo do leito do rio à semelhança da estrutura das fundações da ponte de Água Fria construída na mesma época (Fig. 27).

Não tem encontros, e a ponte, junto aos muros de retenção dos aterros das rampas de acesso, é suportada pelo mesmo sistema das colunas de ferro fundido.



Fig. 26

Ponte de Perrães
pormenor da estrutura mista de ferro e madeira

Para os tabuleiros suportarem melhor as cargas, encontram-se escorados com umas peças de madeira apoiadas nas cabeças das colunas.

A parte das estacas cravadas no lodo foi objecto de uma revisão por ocasião da seca de 1952, que pôs os fundamentos à vista, e a ponte, sujeita a uma grande reparação, ficou com o mesmo comprimento de 61,35 metros e a mesma largura de 4,20 metros, entre guardas de madeira.

Ano de 1878

Ponte de Fareja. — Situada sobre o canal do rio Boco, foi construída em 1878 ao km. 0,810; e, encontrando-se em

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

mau estado, foi reconstruída ainda em madeira em 1953, apenas com o melhoramento das rampas de acesso.

A ponte tem 47 metros de comprimento e 12 tramos rectos em rampa simétrica ao tramo central, e os vãos variam

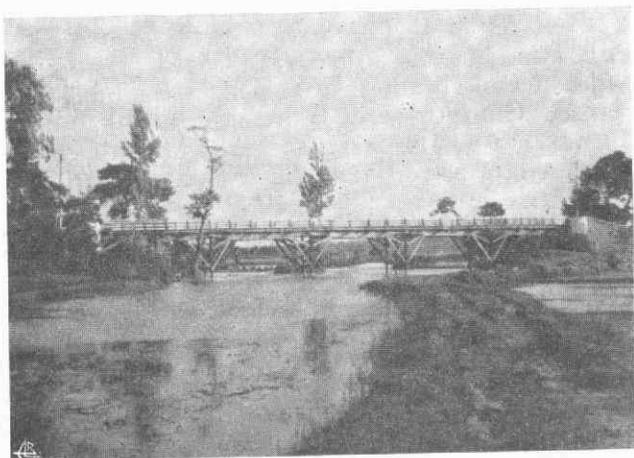


Fig. 27
Ponte de Perrães

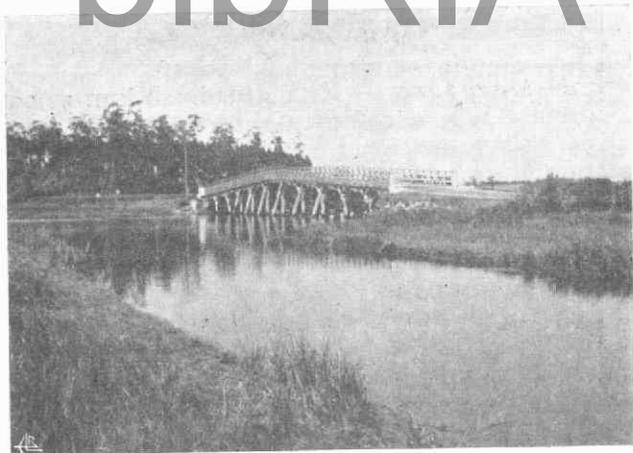


Fig. 28
Ponte de Fareja

de 2,45 a 4,50 metros, além do tramo central de 5 metros para facilitar a passagem dos barcos, e a largura de 3,65 metros entre as guardas (Fig. 28).

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

ESTRADA NACIONAL 333-1

SOZA — ANADIA

Ano de 1880

A *Ponte de Canavai* sobre o rio Cértoma, ao km. 22,327, foi construída em alvenaria e tem o comprimento total de 31,30 metros. Compõe-se de 3 arcos, com o vão de 7,65 metros cada um, e a altura de 3,30 metros acima da soleira dos encontros e a largura de 5,20 metros entre as guardas, feitas de alvenaria.

Ano de 1888

Ponte da Amoreira da Gândara. — Está situada ao km. 13,971 sobre o rio Levira e tem o comprimento total de 17,25 metros. Formam-na 3 arcos abatidos com 4,15 metros de vão cada, e a flecha de 2,25 metros. Tem de altura 4,50 metros a contar do nível da soleira, e entre guardas 5,20 metros de largura.

ESTRADA NACIONAL 334 PRAIA DE MIRA — CANCELA

Ano de 1870

Ponte de Mogofores. — Está situada ao km. 32,999 sobre o rio Cértoma e tem o comprimento total de 41,90 metros. Já em 1854 existia no local uma antiga ponte de 3 arcos, como se conclui da acta da sessão de 20 de Julho de 1855 da Junta Geral do Distrito de Aveiro, onde consta que a ponte existente se encontrava em tal estado de ruína, que não admitia senão reparos gerais e dispendiosos, quase do montante de uma ponte nova.

A antiga ponte, destruída pelas cheias do rio Cértoma, constava de três arcos de alvenaria com dimensões insuficientes para dar vazão às águas da cheia do rio, como se conclui da acta da sessão, da qual se transcreve a parte do relatório do Engenheiro-Director, datada de 14 de Julho de 1855 apresentado naquela sessão, que diz:

«Consistiram os reparos da ponte de Mogofores na reconstrucção dos dois pegões fundados sobre estacaria, em virtude das infra-escavações, que tinham sido uma das causas da ruína, motivada pela insuficiência da secção de vazão; reconstrucção dos três novos arcos; abertura de mais dois novos arcos, guardas e mais acessórios da ponte.»

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

Ainda era de considerar que os reparos teriam a probabilidade de serem destruídos por uma das cheias do rio Cértoma, e assim, era preferível a construção de uma nova ponte com os cinco arcos previstos, a qual foi iniciada em 18 de Novembro de 1870, com o emprego de betão de cal hidráulica, formado por uma mistura de cal gorda com pozolana, pelo mesmo processo que tinha sido aplicado em 1853 na ponte do Sobral (vide E. N. 223).

Já vão decorridos 86 anos sobre a sua reconstrução, e a ponte tem-se mantido em boas condições, sem se fazer sentir o efeito das cheias do rio Cértoma.

A ponte tem 41,90 metros de comprimento, incluindo os muros de avenida, e de altura 5,40 metros, a contar da soleira dos encontros; consta de 5 arcos abatidos, de 7,10 metros de vão cada; a largura depois da reconstrução é de 5,20 metros entre as guardas de alvenaria.

ESTRADA NACIONAL 336

BOLFÍAR À ESTAÇÃO DE SOUZELAS
(proximidades)

Ano de 1948 (1885)

Ponte da Redonda. — Encontra-se situada sobre o rio Agadão, ao km. 3,025. Iniciada a sua construção em 1885, ficou por concluir durante 63 anos, e com a continuação em 1948 dos trabalhos de abertura da estrada no troço entre Bolfiar e Canelas é concluída em 1951 a construção da ponte, e sofreu grande remodelação.

Ficou com 32 metros de comprimento total, e tem um arco de 16 metros de vão, com a altura de 12,85 metros acima da soleira de encontro, formado por aduelas de granito; a largura entre guardas de cantaria de granito é de 7,60 metros, com passeios de 0,80 metros formados por lajedo de granito assente sobre um encachorramento de granito encastado entre duas longarinas de betão armado (Fig. 29).

Ponte de Belazaima. — Fica situada ao km. 7,289 sobre o ribeiro de Belazaima e foi construída em 1885 com alvenaria de grés vermelho. Encontrando-se em precárias condições de conservação, com a abertura da estrada no troço de Bolfiar a Canelas, foi em 1951 consolidada e em parte reconstruída. O arco, de 10 metros de vão, foi construído com aduelas de grés vermelho e bem assim os muros de avenida, que se apresentavam em mau estado.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

A ponte foi alargada com um encachorramento de granito encastrado em longarinas de betão de cimento armado, sobre o qual assentaram as lajes de granito que permitiram o alargamento da ponte.



Fig. 29

Ponte da Redonda sobre o rio Agadão — E. N. 336

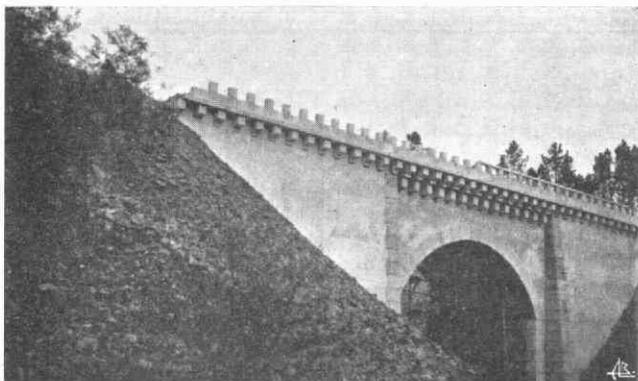


Fig. 30

Ponte de Belazaima — E. N. 336

A altura da ponte é de 11,15 metros acima da soleira dos encontros, e a largura é de 7,60 metros, incluindo os passeios entre as guardas de cantaria de granito (Fig. 30).

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

SUPRESSÃO DE PASSAGENS DE NÍVEL

Considerando que a supressão das passagens de nível representa obra importante para a segurança do trânsito rodoviário, incluímos nas obras de arte das pontes a relação das obras construídas em virtude da modificação nas estradas para a supressão das passagens de nível e seguimos também a ordem cronológica para cada estrada, por onde se verifica o incremento que tem tido esta obra nos últimos dez anos.

Na estrada Lisboa-Porto, na área da Direcção de Aveiro, encontram-se já suprimidas todas as passagens de nível que existiam.

ESTRADA NACIONAL 1

LISBOA — PORTO

Ano de 1910

A passagem superior sobre o Caminho de Ferro do Vale do Vouga, ao km. 242,982 em Águeda no ramal de Sernada a Aveiro foi estabelecida com a construção do ramal.

Consta de uma obra de alvenaria de encontros perdidos, com o comprimento total de 21 metros, e com um arco abastido com uma corda de 10,20 metros nas nascenças do arco. A largura na plataforma da linha é de 5 metros.

A largura da estrada entre as guardas de ferro é de 5,65 metros.

Ano de 1938

No traçado da linha da Beira Alta, no troço da Pampilhosa à Figueira da Foz, em via única, havia uma passagem de nível para o atravessamento da Estrada Nacional de Lisboa-Porto. Como a linha fosse em curva, havia um salto brusco devido ao desnível dos carris obrigado pela curva do caminho de ferro, o que tornava muito perigosa a sua travessia.

As reclamações apresentadas foram tantas, que em 1938 a Junta Autónoma de Estradas mandou construir uma variante à estrada para suprimir esta passagem de nível; e assim, ao km. 215,660 da estrada, encontra-se construída uma passagem superior sobre a linha com o vão de 8 metros, com o comprimento total de 30,20 metros, incluindo as avenidas, formada por uma laje nervurada em betão de cimento armado e a largura de 8 metros entre guardas.

Ano de 1944

Ao sul da estação da Mealhada, existia uma passagem de nível enviezada, que muito prejudicava o trânsito na Estrada

Nacional, devido às interrupções resultantes da passagem dos comboios e sobretudo das frequentes manobras, geralmente demoradas. Para a sua supressão, foi construída uma variante à estrada pelo Nascente, ficando nela construída, ao km. 217,883, a passagem superior em betão de cimento armado sobre a via dupla, com o vão de 17 metros em viés, com o comprimento total de 20 metros, a largura de 8 metros entre guardas de betão e a altura prevista acima da cabeça dos carris, para a futura electrificação da linha férrea.

Ano de 1947

I — *Passagem superior da Gândara de Serém.*—A linha do caminho de ferro do Vale do Vouga atravessava de nível a estrada ao km. 255,883. Para dar continuidade à estrada no mesmo alinhamento recto, foi feita uma variante ao traçado da linha do Vale do Vouga, permitindo, pelo rebaixamento da linha do caminho de ferro e pelo alteamento da razante da estrada, a construção de uma passagem superior em betão de cimento armado com o vão livre de 5,25 metros e a largura entre guardas de betão, de 8 metros.

II — *Supressão da passagem de nível ao Norte de Albergaria-a-Velha, ao km. 259,050 da estrada.*

A linha do Vale do Vouga de Espinho para Viseu passava em viés de nível com a estrada e no local do atravessamento manteve-se o mesmo nível da linha do caminho de ferro e construíram-se em alvenaria de granito os encontros onde foram assentar as vigas de betão de cimento armado da estrutura da placa sobre que assenta o pavimento tendo sido levantada a razante da estrada para dar acesso à passagem superior. As vigas, como são enviesadas, têm o comprimento de 11,50 metros, o que permite o vão livre de 5,15 metros entre os pés direitos, apresentando a obra de arte o comprimento total de 50 metros, incluindo as avenidas, e a largura de 8 metros entre guardas.

III — *Passagem a Norte de Albergaria-a-Nova, ao km. 264,466.*

Para a supressão desta passagem de nível foi necessário fazer uma variante à estrada, com manutenção do traçado da via férrea do Vale do Vouga. Construíram-se os encontros em alvenaria de granito, sobre os quais assenta uma laje nervurada de betão de cimento armado, com um vão enviesado de 11,50 metros e o comprimento total de 56 metros, incluindo os muros de avenida e a largura normal à linha de 5,15 metros entre os encontros e 28 metros entre guardas.

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

Ano de 1951

I — *Passagem de Travanca ao km. 272,751.*

A linha do Vale do Vouga atravessava em diagonal a estrada de Lisboa ao Porto, tendo-se mantido a situação da linha e da estrada na mesma localização à custa de uma alteração da razante da estrada e da melhora da curva da estrada.

Para se conseguir este objectivo, construiu-se a obra de arte com os encontros em alvenaria de granito na largura normal de 5,15 metros para a linha entre os pés direitos e enviesada em relação à estrada, do que resultou a estrutura de betão armado, para a estrada ficar com o comprimento de 11,80 metros e na largura de 8 metros entre as guardas

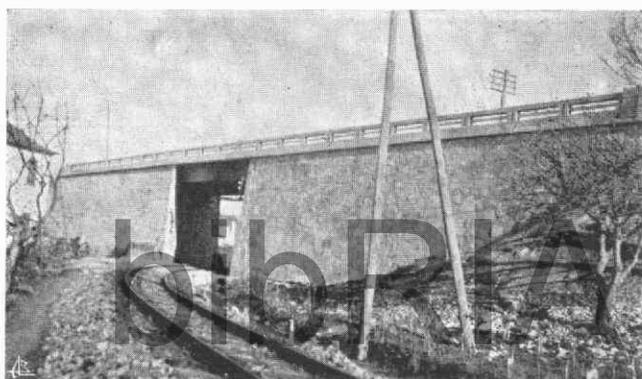


Fig. 31

Passagem de Travanca — E. N. 1

também de betão, incluindo os passeios e o comprimento total de 56 metros com os muros de avenida (Fig. 31).

Todo este trabalho foi executado sem interrupção do trânsito e circulação dos comboios, à custa do aproveitamento do troço da estrada que se ia abandonar.

II — *Passagem de Silvares, ao km. 273,881.*

A situação da passagem de nível em relação à estrada era das mais perigosas, devido à sua má visibilidade, pois o comboio corria entre duas trincheiras sem que quem passasse na estrada, pudesse ver a linha.

Para melhorar esta situação, foi feita uma variante à linha, mergulhando-a, para se poder construir a obra de arte destinada à supressão da passagem de nível.

O trabalho começou pela construção da obra de arte, fazendo-se as necessárias escavações sem qualquer suspensão da circulação dos comboios.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Para esse fim, deslocou-se a linha para o Norte e estabeleceu-se uma ligação provisória para o Sul, deixando assim livre o espaço necessário para a nova plataforma, o que se conseguiu enchendo com travessas cruzadas a plataforma futura da linha. Quando a obra de arte estava meio concluída, passou a ser utilizada como ponte de serviço para o trânsito rodoviário, e o caminho de ferro utilizava a sua antiga via como circulação provisória (Fig. 32).

Quando se encontrava delineada a futura plataforma, começou-se a assentar o novo traçado; e, em data determinada, no intervalo dos comboios, durante a noite retiraram-se as pilhas de travessas e completou-se o assentamento

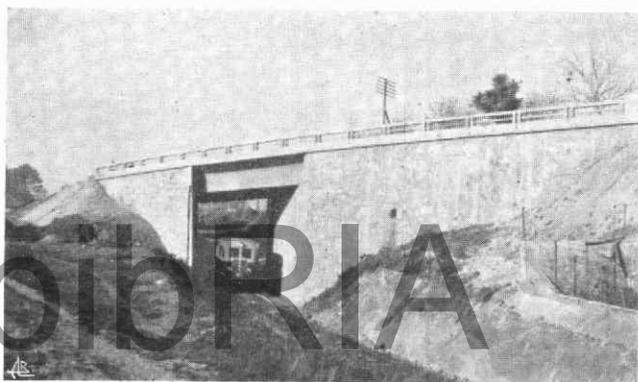


Fig. 32

Passagem de Silvaes — E. N. 1

da via férrea, que, embora com precaução, entrou logo em serviço.

A passagem superior foi então concluída já sem prejuízo para a circulação dos comboios e apenas com precaução para o trânsito rodoviário, sem necessidade de desviar o trânsito e sem reclamações dos usuários da estrada, designadamente das carreiras de autocarros que diariamente por ali passam.

A passagem superior de Silvaes foi construída, na curva da estrada e na curva da linha do caminho de ferro, em betão de cimento armado, com a estrutura enviesada apoiada sobre os pés direitos em curva, afastados normalmente ao eixo da via com a largura normal de 5,15 metros e um vão enviesado de 11,20 metros, com o comprimento total de 60 metros incluindo os muros de avenida e a largura de 8 metros entre as guardas de betão para a circulação da estrada.

PONTES NO DISTRITO DE AVEIRO

ESTRADA NACIONAL 1-9

PARA A CURIA

Ano de 1945

O acesso à Curia era feito pela estrada que atravessava de nível a linha do Caminho de Ferro do Norte, junto do antigo apeadeiro.

Sendo frequentes os acidentes nesta passagem de nível, foi determinado que, conjuntamente com a obra da transformação do apeadeiro em estação, fosse construída uma variante à estrada de acesso à Curia, suprimindo-se a passagem de nível. E assim, ao km. 0,092 foi construída a passagem superior sobre a linha do Norte, que consta de dois pés direitos afastados um do outro 15,47 metros, sobre os quais se apoia um tabuleiro de cimento armado sobre a linha dupla do Norte. Está prevista uma terceira via para qualquer eventualidade. A obra ficou com o comprimento total de 47,50 metros, incluindo muros de avenida.

ESTRADA NACIONAL 1-11 PARA A SERNADA *Ano de 1940*

Para servir a estação da Sernada na linha de Espinho-Viseu, foi em 1940 construída esta estrada, que ao km. 0,244 ia passar sobre a linha. Foi neste local construída a passagem superior com um tabuleiro de cimento armado que apresenta uma estrutura enviesada de 8 metros, com a largura do vão normal à linha de 5,15 metros, e altura acima da soleira de 7,40 metros, com o comprimento de 16 metros à direita e 8,70 metros à esquerda, e a largura entre guardas é de 7 metros para a estrada.

ESTRADA NACIONAL 16-2

ALBERGARIA-A-VELHA — S. JOÃO DE LOURE

Ano de 1908

Passagem superior de Assilhô sobre a linha do Vale do Vouga, ao km. 0,345 da estrada.

Esta obra existe desde que foi construída a linha Espinho-Viseu, e consta de um arco abatido de tijolo, com a lar-

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

gura de 5,30 metros normal à via, e 4,60 metros de largura entre as guardas de ferro, sendo 1,40 metros para passeios e 3,20 para o pavimento.

ESTRADA NACIONAL 109-4

SILVALDE — AGONCIDA

Ano de 1951

Passagem superior de Silvalde sobre a linha do Vale do Vouga ao km. 1,400 da variante da estrada. É constituída por um tabuleiro de cimento armado, apoiado sobre os encontros de alvenaria de granito, afastado 5,15 metros, largura normal à plataforma da via.

ESTRADA NACIONAL 223

PORTO DO CARVOEIRO — OVAR

Ano de 1908

Passagem superior do Cavaco. — Foi construída quando da abertura da linha do Vale do Vouga e está situada ao km. 19,215 da estrada. Tem um arco abatido com o comprimento total de 19 metros.

ESTRADA NACIONAL 333

VAGOS — VOUZELA

Ano de 1856

Passagem superior de Oiã sobre a linha do Norte ao km. 13,51 da estrada.

Consta de quatro vigas de ferro em rótula, sobre as quais assenta o tabuleiro de madeira do pavimento da estrada, com a altura de 8 metros a contar da cabeça do carril. A largura entre as guardas da ponte é de 4 metros.

O vão da passagem sobre a via dupla é de 8,90 metros e o comprimento total é de 28,70 metros incluindo os muros de avenida.

Aveiro, Julho de 1957

JOSÉ P. DE ALMEIDA GRAÇA

COSTUMES REGIONAIS

DIVISÃO DE ÁGUAS DE REGA NA FREGUESIA DO PINHEIRO DA BEMPOSTA (OLIVEIRA DE AZEMÉIS) (1)

É problema muito grave o da rega das terras ou campos nas regiões em que a propriedade agrícola está muito fragmentada.

Onde a divisão das nascentes públicas não estivesse criteriosamente organizada originar-se-iam terríveis conflitos, que não raro poderiam ir, como já tem acontecido, até à prática do crime.

Documento escrito, embora de carácter particular, que todos os interessados respeitem, é suficiente para evitar o inconveniente apontado.

São deste carácter os dois que a seguir reproduzimos, respeitantes a águas de rega da freguesia do Pinheiro da Bemposta, o primeiro dos quais deve ser o mais antigo, pois nele existe a expressão «conhecer dinheiro», hoje desusada, para indicar o nascer do Sol.

Desde que a água é *partida*, operação que é costume fazer-se, em geral, pelo S. João, são escrupulosamente respeitadas os *giros* estabelecidos, cuja execução todos os interessados conhecem, muito embora tal doutrina possa parecer ininteligível ao vulgar dos leitores.

O dia da *partilha* é tornado público por aviso lido à missa pelo Prior, de acordo com a sugestão de um ou mais homens bons nela interessados.

(1) Chamamos a atenção do leitor para o artigo que o Dr. MÁRIO RAMOS publicou no vol. XIV do *Arquivo* (1948), intitulado—*Divisão de águas no concelho de Oliveira de Azeméis*—, onde há referência à divisão de águas de rega noutras freguesias do concelho (Loureiro, Nogueira do Cravo, Fajões e Carregosa) (págs. 93-98).

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Nesse dia, a hora aprazada, comparecem junto da nascente representantes dos «consortes» da água, a fim de se proceder à limpeza do rego que a conduz à presa onde ela há-de ser junta, à limpeza desse reservatório e bem assim à do rego que a há-de levar ao seu destino e do qual deriva, para cada propriedade a regar, aquele que exclusivamente lhe pertence.

Eis os dois referidos e curiosos documentos:

I

ROL DA ÁGUA DA PRESA DAS VENDAS

Os sábados e domingos pertencem às terras que foram do Passal. Por isso, não entram no giro, que é de 17 em 17 dias, a contar da partilha.

1.º dia do giro

Pertence a Bernardo António de Carvalho e a Ana Vilarinha, do Canto (1). Se a Vilarinha principia no giro regando de noite, tem a noite e meio dia. Bernardo António tem só meio dia para o seu aido, com escolha do meio dia que quiser gozar. Se Bernardo António principia a regar de noite, tem noite inteira. A Vilarinha tem o dia inteiro, para o seu aido também.

2.º dia

Desde o sol-posto até ao meio-dia pertence a Manuel José e Maria Caetana, viúva, do Canto, para dividirem a meio. Manuel Joaquim da Silva tem desta água 3 horas, que Maria Caetana é obrigada a dar-lhe da sua metade. José Ferreira tem $\frac{1}{4}$ do dia; Pelágio Tavares, $\frac{1}{4}$. Esta água pertence ao aido dos Ribeiros.

3.º dia

José Caetano dos Santos Ribeiro, regando de noite, tem desde o sol-posto até à meia-noite; regando de dia, tem desde as 9 horas ao meio-dia, para o cimo das Cavadas. António

(1) As palavras *Canto*, *Cruzeirinho*, *Cruzeiro* e *Calvário* designam pequenos lugares do lugar do Pinheiro, centro da freguesia; *Cavadas*, *Cimo da Fonte*, *Outeiro da Eira*, *Fonte de Cima*, *Auroana*, *Souto*, *Tapadinha*, *Cavaco*, *Arrota*, *Lavoura*, etc., são nomes de propriedades ou conjunto de propriedades.

COSTUMES REGIONAIS

Tavares Martins, quando José Ribeiro pega ao pôr do sol, tem desde a meia-noite até ao meio-dia; e quando o Ribeiro principiar às 9 horas do dia, tem desde o pôr do sol às 9 horas do dia. Do meio-dia ao pôr do sol pertence $\frac{1}{4}$ para o quintal de Luciana e Ana Ribeiro, e a Manuel de Oliveira Carcereiro, de Figueiredo, outro quarto.

4.º dia

Pertence ao quintal de Daniel da Silva Ribeiro, para o lado da eira, $\frac{3}{4}$ do dia ou da noite. Francisco Marques, $\frac{1}{4}$ da noite ou dia. A noite ou dia pertence ao aido do Cruzeirinho em 3 quinhões, dos quais pertence a Maria Martins Maneta, viúva, que tem $\frac{1}{3}$ parte que divide ao meio com João Henriques, do Cruzeirinho; o 2.º quinhão pertence a Manuel Joaquim de Matos Arede e Manuel Joaquim da Silva, assim como um quarto de hora do 3.º quinhão; o 3.º quinhão pertence aos herdeiros de António Marques de Carvalho, sendo estes obrigados a dar $\frac{1}{4}$ de hora aos Manuéis Joaquins acima mencionados.

5.º dia

Do sol-posto às 10 $\frac{1}{2}$ do dia pertence ao quintal de D. Luciana e Ana Ribeiro, e das 10 $\frac{1}{2}$ horas ao meio-dia ao mesmo quintal para onde foi a Hortinha; do meio-dia ao sol-posto a Maria Josefa Pereira, para a terra do Cimo da Fonte.

6.º dia

Maria Josefa Pereira, desde o sol-posto até às 9 horas da noite para o Outeiro da Eira; desde as 9 horas da noite ao meio-dia para as terras da Cruz. Sendo de dia, pertence-lhe desde o conhecer dinheiro até ao pôr do Sol. Desta água é obrigada a dar 3 horas a Maria Joaquina para a terra que tem no mesmo sítio. Bernardo António de Carvalho e Vilarinhos têm o resto do dia ou noite.

7.º dia

João da Silva Ribeiro, do sol-posto às 9 horas da noite para a terra redonda Outeiro da Eira; Manuel de Oliveira Carcereiro desde as 9 horas da noite até ao conhecer dinheiro; João Evangelista Alves de Araújo, para o aido do médico, desde o conhecer dinheiro até ao meio-dia; Maria Joaquina, do meio-dia às 2 horas para a terra estreita, das 2 às 3 para a mesma terra, das 3 ao sol-posto para o quintal de João da Silva Ribeiro.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

8.º dia

Maria Josefa Pereira, do pôr do sol ao sol fora para a Fonte de Cima; Luciana Augusta Ribeiro, do sol fora ao sol-posto para a terra da Auroana.

9.º dia

Luciana Augusta Ribeiro, do pôr do sol até ao nascer, para a terra das Oliveiras; António de Almeida, para a terra da Auroana, do nascer do sol ao pôr-se. Quem num giro rega de noite, noutro rega de dia.

10.º dia

Maria Josefa Pereira, desde o pôr do sol até à meia-noite, para as terras das Minas; Caetana Marques desde a meia-noite ao meio-dia [desta, dá 4 horas a Francisco Marques para a terra que foi de Estarreja]; Francisco Marques, do meio-dia ao pôr do sol. Este dia é alternado nos giros; por isso, a partilha no 2.º giro é de Francisco Marques desde o sol-posto à meia-noite; de Caetana Marques, da meia-noite ao meio-dia; de Maria Josefa Pereira, do meio-dia ao pôr do sol.

11.º dia

Daniel da Silva Ribeiro, para o aido das Pereiras, para o lado da fonte, desde o sol-posto até ao sol fora; desde o sol-fora até às 11 horas do dia pertence ao Dr. João Evangelista para a terra que foi de Francisco de Almeida, para o aido da estalagem, sendo metade para cada um; no 2.º giro, pertence a noite a estes, e do sol-fora às 11 horas do dia ao Dr. Daniel da Silva Ribeiro; Dr. João Evangelista Alves de Araújo desde a água partida, depois do S. João, tem para a terra da Auroana desde as 11 horas do dia até ao sol-posto; no 2.º giro, não tem, e pertence então a Francisco de Magalhães, desde as 11 horas da manhã às 9 da tarde, para a quinta; João da Silva Ribeiro, para o quintal, da 1 hora às 3 da tarde; das 3 da tarde ao pôr do sol para o aido do Inspector. Sendo a água partida antes do S. João, o 1.º giro é destes, pela forma já exposta, e no 2.º giro é do Dr. João Evangelista, e estes não têm água, ainda que se reguem 3 ou mais giros: só têm água uma vez cada ano, ou seja no 1.º giro, se a água é partida antes do S. João, ou no 2.º, se é partida depois.

12.º dia

Ana Vilarinha, para a terra do Souto, desde o sol-posto até 1 hora depois de nascer o sol; Manuel Joaquim da Silva

COSTUMES REGIONAIS

para a terra do Souto desde esta hora até ao meio-dia é para o aido de cima $\frac{1}{4}$ da tarde; Dr. João Evangelista Alves de Araújo, para a Auroana, $\frac{1}{4}$ da tarde e para o 2.º giro, Dr. João Evangelista $\frac{1}{4}$ até ao pôr do sol; Manuel Joaquim, $\frac{1}{4}$ até à meia-noite, e da meia-noite até 1 hora depois de nascer o sol para o Souto; Vilarinha, até ao pôr do sol; no 2.º giro é o mesmo que no 1.º

13.º dia

Calvário, para os Tapadinhos.

14.º dia

Maria Martins Maneta, $\frac{1}{4}$ da noite; Pelágio Tavares, $\frac{1}{4}$ da noite; Custódia do Alcaide, $\frac{1}{2}$ noite para o Outeiro da Eira; Maria Josefa Pereira, $\frac{1}{4}$ do dia; Calvário, $\frac{3}{4}$ do dia.

15.º dia

Calvário, sendo para a terra da Auroana, meio dia ou meia noite, e o resto para os Tapadinhos.

16.º dia

Luciana e Ana Ribeiro, para o quintal, desde o pôr do sol à meia-noite; Dr. João Evangelista Alves de Araújo, para a Auroana, outra meia noite; José Justino da Assunção, do sol fora ao sol-posto. No 2.º giro, rega de dia quem no 1.º regou de noite.

17.º dia

Bernardo António de Carvalho, para a Auroana, tem a noite; José Joaquim da Serra, meio dia; Miguel Luís Ferreira, outro meio dia. Quem num giro rega de noite, no outro rega de dia.

II

PARTILHA DA ÁGUA DOS VALES

Tem 17 dias o giro, não entrando os domingos, isto é, desde o sol-posto do sábado até ao pôr do sol no domingo, que pertence exclusivamente ao passal da igreja.

O dia consta de 24 horas cada um, principiando sempre ao pôr do sol do dia em que se parte até ao pôr do sol do dia seguinte.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

O giro é ordinariamente alternado com o segundo, de forma que quem no primeiro rega de dia, no segundo rega de noite.

1.º dia do giro

João Evangelista Alves de Araújo, desde o pôr do sol até $\frac{1}{4}$ do dia, menos meia hora; Calvário, $\frac{3}{4}$ do dia; Cavaco, menos meia hora do dia ou da noite; José Caetano de Almeida, ou sua irmã, da Bemposta, Cavaco — 1 hora.

2.º dia

Calvário, para o aido de Prados.

3.º dia

Dr. João Evangelista, Cavaco, de Cima e de Baixo.

4.º dia

Dr. João Evangelista tem sempre a noite em todos os giros para parte do quintal; o mesmo tem meio dia para as terras da Lapa, sempre de manhã; Caetano José Alves de Araújo, outro $\frac{1}{2}$ dia para o aido da Isabel.

5.º dia

Caetano José Alves de Araújo, desde o pôr do sol à meia-noite, em todos os giros, para a Cortinha; Francisco José Marques, da meia-noite ao nascer do sol em todos os giros, para o Chão da Vinha. Do sol fora até o 2.º terço da tarde, para o aido de baixo, menos 2 horas menos $\frac{1}{4}$, ou $1\frac{3}{4}$; Caetano Marques, $1\frac{3}{4}$ para o aido de baixo; Dr. João Evangelista, $\frac{1}{3}$ da tarde, sempre até o pôr do sol, Aido de Baixo.

6.º e 7.º dia

Dr. João Evangelista, Arrota.

8.º dia

Manuel da Silva Ribeiro Júnior, em todos os giros, desde o pôr do sol $\frac{1}{4}$ da noite, Aido do Amorim, e os $\frac{3}{4}$ restantes da noite para a terra da Lavoura, da confraria do Senhor. Do sol fora ao meio-dia para o Aido do Amorim. Esta é alternada, agora sempre de manhã, por troca com o Dr. João Evangelista, $\frac{2}{3}$ partes do meio dia para o aido, de

COSTUMES REGIONAIS

tarde sempre; Francisco José de Almeida $\frac{1}{8}$ parte restante para o aido na Arrota.

9.º dia

Viúva de José Dias Loureiro, 1.º giro, desde o pôr do sol à meia-noite; 2.º giro, $\frac{1}{4}$ do dia, contado do nascer do sol e $\frac{1}{8}$ parte de outro quarto até ao pôr do sol; no 3.º giro, tem $\frac{1}{6}$ parte, da meia-noite até ao nascer do sol e $\frac{1}{4}$ do dia depois do meio-dia, Lavouras; Caetana Marques, do Cruzeiro, 1.º giro, $\frac{1}{4}$ da noite, desde a meia-noite e desde o meio-dia até ao pôr do sol; 2.º giro, toda a noite e $\frac{1}{2}$ quarto do dia até o meio-dia; 3.º giro, do sol fora ao meio-dia e $\frac{1}{2}$ quarto da tarde; Manuel da Silva Ribeiro, 1.º giro, $\frac{1}{4}$ da noite; agora pertence a António Joaquim Marques, do Cruzeiro, foi de José Ribeiro; 2.º giro, $\frac{1}{2}$ quarto do dia; Pelágio Tavares, do Outeiro, 1.º giro, desde o sol fora a $\frac{1}{4}$ do dia; 2.º giro, desde o meio-dia $\frac{1}{4}$; 3.º giro, do sol posto à meia-noite; António Soares, 1.º giro, a terça parte do 2.º quarto até ao meio-dia; 2.º giro, o mesmo, mas no último quarto da tarde; 3.º giro, $\frac{1}{8}$ parte, da meia-noite em diante; Bernardo António de Carvalho, 1.º giro, $\frac{1}{3}$ parte do 2.º quarto do dia até o meio-dia; 2.º giro, o mesmo, mas no último quarto; 3.º giro, $\frac{1}{3}$ parte de meia noite, depois da meia-noite. Ana Vilarinha tem outra terça parte como os dois antecedentes, em todos os três giros. Regando-se mais, torna a ser como no 1.º giro.

10.º dia

Francisco José Marques, 1.º giro, meia noite desde o pôr do sol, a quarta parte de $\frac{3}{4}$ do dia desde o nascer do sol; 2.º giro, $\frac{1}{4}$ da noite e $\frac{1}{4}$ do dia; Caetana Marques, 1.º giro, meia noite; 2.º giro, meio dia; Viúva de José Loureiro, 1.º giro, $\frac{1}{4}$ parte de $\frac{3}{4}$ do dia; 2.º giro, $\frac{1}{4}$ da noite; Ana Vilarinha, 1.º giro, $\frac{1}{3}$ parte da metade de $\frac{3}{4}$ do dia; 2.º giro, $\frac{1}{3}$ de meia noite; Manuel Joaquim da Silva, 1.º giro, $\frac{2}{3}$ partes da metade de $\frac{3}{4}$ do dia e o último quarto do dia até ao pôr do sol para a leira das Pedras; 2.º giro, $\frac{2}{3}$ de meia noite; Manuel da Silva Ribeiro, para a terra que foi do Manuel do P.º João, $\frac{1}{4}$ do dia até ao pôr do sol, só no 2.º giro; tem um giro sim e um não; 3.º giro, como o 1.º, e 4.º como o 2.º

11.º dia

Manuel da Silva Ribeiro, 1.º giro, toda a noite para a terra grande da Lavoura, 2 $\frac{1}{2}$ horas do meio dia da tarde para a terra do Amorim; 2.º giro, desde as 2 horas até a meia-

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

-noite e o dia todo; Felgueiras, $\frac{1}{2}$ dia; Abel da Silva Ribeiro, 1.º giro, $\frac{3}{4}$ do dia; 2.º giro, $\frac{1}{4}$ da noite; Manuel Martins Milhinha, $\frac{1}{2}$ quarto no 1.º giro; 2.º giro, $\frac{1}{2}$ quarto da noite; Esposa do Fragoso, de Estarreja, 1.º giro, outro $\frac{1}{2}$ quarto do dia; 2.º giro, $\frac{1}{4}$ da noite; Manuel da Silva Ribeiro, de tarde, 1.º giro, 2 $\frac{1}{2}$ horas para a terra que foi de José Loureiro; 2.º giro, das 9 à meia-noite; Manuel Joaquim da Silva, desde as 2 $\frac{1}{2}$ horas da tarde ao sol posto no 1.º giro; 2.º giro, desde o pôr do sol até às 9 horas da noite.

12.º dia

Ê do estreitinho Lavoura de Cima. Dr. João Evangelista, $\frac{3}{4}$ da noite e o dia inteiro em um giro, noite inteira e $\frac{3}{4}$ do dia em outro dia; obrigado a dar a água para a sexta parte da terra de Francisco Tavares, das Vendas, $\frac{1}{4}$ da noite ou dia para a terra que foi do Casal do Marinhão, do Cruzeirinho, além de que é obrigado a dar-lhe para regar a 6.ª parte da terra o Dr. João Evangelista de Araújo.

13.º dia

Dr. João Evangelista, $\frac{1}{2}$ noite e $\frac{1}{2}$ dia, com a obrigação de regar outra 6.ª parte da terra de Francisco Tavares com a água que pertence à terra que foi da Marcela; Manuel Joaquim da Silva, $\frac{2}{3}$ de $\frac{1}{2}$ noite em um giro e $\frac{2}{3}$ de meio dia em outro; Bernardo António de Carvalho, $\frac{1}{3}$ de meia noite ou de meio dia; António Marques de Carvalho, $\frac{1}{2}$ noite ou $\frac{1}{2}$ dia, menos $\frac{1}{2}$ quarto; Francisco Henriques Brandão, $\frac{1}{2}$ quarto de noite ou dia.

14.º dia

Dr. João Evangelista, noite ou dia; Herdeiros do P.º José Caetano Henriques Brandão, noite ou dia.

15.º dia

Dr. João Evangelista, 1.º giro, noite e $\frac{1}{2}$ dia; 2.º giro, desde o romper da aurora ao sol posto, com obrigação de dar 2 horas a Manuel Joaquim da Silva e uma a Manuel José do Canto, quando esta água lhe sobeja de regar a terra que tem ao Cimo da Lavoura, a partir com Manuel Joaquim, ou quando a regue em outra terra; Manuel Joaquim da Silva, $\frac{2}{3}$, da meia-noite ao meio-dia; Francisco José Henriques Brandão, $\frac{1}{3}$ de meia noite ou $\frac{1}{2}$ dia.

COSTUMES REGIONAIS

16.º dia

Passal da igreja.

17.º dia

É do Chão de Coche. Manuel da Silva Ribeiro, 1.º giro, $\frac{1}{4}$ da noite para o Aido do Amorim, ou $\frac{1}{4}$ do dia; 2.º, inverso [esta é sempre regada: de uma vez, $\frac{1}{2}$ dia de tarde; e da outra, do sol posto até a meia noite ou meio-dia, quando é de dia; dá uma hora a Francisco José de Almeida, para a Arrota]; Francisco José de Almeida, $\frac{1}{4}$ da noite ou dia, e mais uma hora, quando Abel da Silva Ribeiro rega de dia o Chão de Coche; Manuel Joaquim da Silva, $\frac{1}{3}$ parte de $\frac{1}{4}$ da noite ou dia; Manuel da Silva Ribeiro, $\frac{2}{3}$ partes e $\frac{1}{4}$ da noite ou dia, para a terra que faz João Pires; Manuel Joaquim de Matos Arede, $\frac{1}{4}$ da noite ou dia, obrigado a dar uma hora à Viúva de José Loureiro; Viúva de José Loureiro, $\frac{1}{4}$ da noite ou dia, e mais uma hora do 4.º que pertence a Manuel Joaquim de Matos Arede.

bibRIA

Já não existe nenhum dos indivíduos mencionados nos documentos que aqui damos a público. A constituição dos *giros*, porém, mantém-se inalterável através dos tempos em benefício dos herdeiros dos que neles figuram ou de outros proprietários, pelos quais, nas escrituras de compra, são sempre acautelados os respectivos interesses.

Não há memória de desavenças por motivo destas divisões. O costume vale como lei, e todos o respeitam.

JOSÉ TAVARES

OS CASTILHOS

E A RESIDÊNCIA PAROQUIAL DA CASTANHEIRA DO VOUGA

ÀS ligeiras notas que hoje vou reunir aqui, e que devem relacionar-se com o que sobre o mesmo assunto escrevi há anos nesta Revista, eu poderei chamar — e com propriedade, segundo julgo, — a penúltima fase do *Processo da Residência Paroquial da Castanheira do Vouga*; porque a última, será, se não lhe acudirem a tempo, a derrocada inevitável daquelas paredes velhinhas, celebrizadas por tantas referências que lhe são feitas na obra literária de CASTILHO, em páginas de imorredóira beleza.

O poeta cego escreveu alguns dos seus livros, naquele modesto cenáculo das letras, junto de seu dileto e inseparável companheiro, seu irmão o Prior Doutor Augusto Frederico de Castilho, que também as cultivou com esmero.

Quando no ano de 1826 ali deram entrada os dois Castilhos, a Residência estava já em mau estado de conservação, classificando-a o poeta de «decrépita e caduca»; mas rebo-caram-lhe as paredes, abriram-lhe janelas; plantaram arbustos e flores no seu pátio, e dentro de pouco tempo, ela appareceu renovada, e cuidada, o que o levou a fazer depois estas descrições, da velha Casa dos Priores:

Era a residência, quando a ela chegámos decrépita e caduca: aparência de choça fabricada de pedra ensôssa, escura e descomoda no interior; por fora negra, com alpendres a aluir-se para o pátio apoquentado de inúteis e desgraciosos compartimentos (1).

Mas logo que ali se instalaram os dois irmãos, o Prior tomou várias providências no sentido de melhorar este estado

(1) Vid. *O Presbyterio da Montanha*, fs. 23.

OS CASTILHOS

de coisas, passando a velha moradia a apresentar novo e mais atraente aspecto. Diz-nos ainda Castilho:

A transformação foi rápida e completa.

Os alpendres desapareceram. Na casa remozada, entrou por vidraças abundância de luz. O pátio desafrontado, foi revestido, como a frontaria do edifício, primeiro de cal bem cândida, logo de roseiras e limeiras bem viçosas (1).

Passadas algumas dezenas de anos sobre a data da saída dos Castilhos, aquela habitação a que eles tinham dado cuidado e carinhoso arranjo, já não parece a mesma; envolvem-na o esquecimento, o abandono mais completos: uma indiferença, que chega a ser ingratidão por parte de quem tinha obrigação de velar por aquelas coisas, que, embora de aparência humilde, traduzem um património espiritual, sob todos os pontos de vista muito valioso e respeitável.

Na Residência da Castanheira do Vouga, não habitou apenas o escritor insigne, glória da nossa literatura romântica, que nos deixou descritas, em quadros de relevo sem par, aquelas paisagens serranas, aquela gente, os seus costumes, as suas tradições; ali viveu também alguns anos, o prior da freguesia, o Pastor daquele rebanho de almas, que lhes ministrou os Sacramentos, — batizando-os casando-os, e acompanhando-os à cova quando a morte chegava; e que, pela vida fora, os guiou com paternos e salutareos conselhos, espalhando esmolas pelos pobres que continuamente acorriam ao seu auxílio.

Vejamos este esboço, que destacamos do quadro que sentidamente dele pintou, o seu dedicado irmão, ANTÓNIO FELICIANO:

Debaixo de que tecto apareceram jamais ahi as penas, que não voasse a consolal-as, ou diminuil-as, tomando nelas parte? que desa-



Jorge de Castilho saindo da Residência, quando a visitou pela última vez

(1) *O Presbyterio da Montanha*, ob. cit.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

vença procurou nascer, que ele a não afogasse, ou nasceu que ele a não convertesse pela reconciliação em novo laço e motivo de amizade? que choupana houve tão humilde e abatida, ali onde as ha, não cobertas de colmo, senão de loisas brutas, não amassadas de terra, senão feitas de uns penedos coados pelo temporal, não entre amenidades, mas afogadas em balsas e penduradas de ribanceiras sobre torrentes, não pobres ou pobrissimas, senão êrmas, e tão nuas, que mais parecem covis de feras do que vivendas de humanos; que choupana houve d'entre essas, que o não visse muitas vezes intrar sua porta a levar escondidamente o conforto e a demonstração palpavel da Providência aos desamparados da fortuna, e até já da esperança? quem lhe requereu conselho, que o não levasse e se não aplaudisse de o ter seguido? quem a recomendação ou os serviços, que alem do seu desejo os não obtivesse? quem o vestido, que não levasse o vestido e mais o pão? quem o consôlo que não levasse alegria; quem a doutrina que não levasse o exemplo; quem a compaixão que não levasse a amizade; quem finalmente os bens da terra, que de involta com eles, não levasse igualmente, em grave cópia, os bens celestiais!?

Por isso, todos os paes sollicitavam como boa estrêa para seos recém-nascidos que fôsse a sua mão a que os batizasse; todos os filhos, que fosse a sua voz a que intercedesse pelo descanso de seos paes: os moribundos o suspiravam, e sentiam, em o vendo chegar, aquele mesmo alvoroço que o passageiro experimenta, vendo intrar na embarcação e subir ao leme o prático da barra desconhecida e aparcellada (1).

A um prior assim, modelo de Pastor como este foi, de cuja acção religiosa e social ainda chegou eco a nossos dias, não haverá, decerto, quem conteste a justiça de, — na consagração que se impõe seja um dia feita ao Poeta, que ali viveu entre montanhesez naquela terra a que chamou «do seu segundo e melhor nascimento» e que depois pela vida fora sempre recordou tão saudosamente, — envolver também o nome do irmão dedicado que nunca o abandonou e foi seu constante e precioso auxiliar nas lides intellectuais (2).

Digamos mais alguma coisa sobre o *Processo* da Residência, cuja primeira fase poderemos fixar pela época de 1898, quando o Dr. João de Sousa de Vilhena, ao tempo juiz na comarca de Águeda, foi até à Castanheira do Vouga visitar aqueles lugares memoráveis, a pedido de Júlio de Castilho, filho do Poeta, o qual da visita que fez, escreveu este relato:

Do presbyterio descrito por V. de tal modo que nos encanta e nos faz desejar viver a vida dos illustres varões que ali habitaram, que lhe direi eu? Não sei de nojo como o conte. Ali não há já, exceptuando

(1) É do *Elogio Histórico* feito pelo Poeta sobre seu irmão, a transcrição acima, que alonguei um pouco, pois não é fácil encontrar já este formoso trabalho, edição de 1886.

(2) Há muito que se deveria ter colocado ali uma simples inscrição ou um painel de azulejo alegórico, perpetuando a lembrança dos Castilhos, e informando o visitante acerca da época da estadia de tão illustres vultos naquela moradia, o que, em regra, se ignora.

OS CASTILHOS

o famoso cedro, uma recordação do bondoso e honesto Prior Castilho, da habitação por vezes da ilustrada família Castilho. Tudo ali são ruínas ignominiosas; ruínas físicas e ruínas moraes.

Aquela encantadora biblioteca descrita tão graciosamente por V. está hoje de portas escancaradas, sem janelas, com calíça esverdeada nas paredes e serve de palheiro!

Desisto de continuar (1).

Decorridos mais alguns anos, a Residência viveu horas festivas; foi visitar aqueles sítios, a 26 de Outubro de 1908, o Conselheiro Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha, filho de ANTÓNIO FELICIANO DE CASTILHO, que foi ali recebido com demonstrações de muito regosijo e respeitoso apreço. A velha casa que abrigara seu pai e seu tio, foi engalanada de verduras e flores; levantaram arcos e festões embandeirados pela rua que conduzia à Residência, onde então habitava o prior da freguesia Padre Manuel Lourenço Júnior, natural de Águeda, que saudou o ilustre visitante, pronunciando um belo discurso que correu impresso, e de que recorto estes pequenos trechos, com pena de que não possa reproduzi-lo integralmente:

«Foi aqui, nas longas noites invernaes, os lobos a uivar e a raspar ao portal da residência, em meio desta solidão, que o pae de V.^a Ex.^a, o grande poeta António Feliciano de Castilho escreveu a *Noite do Castelo*, traduziu as «Metamorphoses» de Ovidio e redigiu parte dos versos que depois compilou nas «Escavações Poeticas».

Foi aqui que o prior Augusto de Castilho traduziu em verso portuguez o poema «Pharsalia» de Lucano, repartindo as horas entre o recreio dos seus livros e o cumprimento das suas obrigações, desbravando o tacanho cérebro de rústicos serranos e socorrendo a indigencia que por ali gemia nesses alcantilados montes.»

E não parou aqui a romagem de saudade que, pelos tempos fora, alguns membros da família Castilho fizeram à Castanheira do Vouga. Ali esteve por várias vezes, e de uma delas para atirar um ramo de flores do avião em que sobrevoou a Residência, o aviador Jorge de Castilho, filho do Conselheiro Augusto Vidal de Castilho Barreto, «lídimo representante da illustre família. Oficial do Exército distintíssimo, Governador Ultramarino; foi o arrojado aviador que realizou o primeiro raid aéreo às nossas Colónias do Continente africano» (2).

(1) *Memórias de Castilho*, por JÚLIO DE CASTILHO, v.

(2) *Páginas Esquecidas—Os Castilhos*, de FREDERICO GAVAZZO FERRY VIDAL, 1942.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Para finalizar, digamos agora que Jorge de Castilho alimentou com enternecimento o sonho de adquirir a Residência da Castanheira para ali fundar um retiro evocador da memória dos Castilhos: para ele, como disse, enviaria para serem devidamente arrumadas e confiadas à guarda de pessoa idónea, algumas memórias do poeta e do prior. Para já mandaria um busto que possuía, de CASTILHO, alguns autógrafos e as primeiras edições de obras suas, elementos a que viriam juntar-se, possivelmente, outras recordações castilhianas que porventura se obtivessem. Mas tudo isso foi baldado, de encontro à impossibilidade da aquisição do imóvel, cujo proprietário fez exigências que o pretendente achou exageradas (1). Depois... a morte do malogrado neto de CASTILHO. E as coisas voltaram ao estado anterior, de indiferença, de ruína de desolação... Só as velhas paredes da Residência desmantelada, lá vão arrostando os invernos impiedosos, resistindo a eles como que heróicamente, num desafio às próprias eras, que vão decorrendo sem que alguém ali vá evitar o inglório fim do «velho Presbyterio da Montanha».

E não nos alongamos mais, passando a reproduzir as cartas de Jorge de Castilho, que muito claramente expõem o assunto, e bem mostram o desejo sincero de possuir a velha moradia paroquial, tão povoada de saudosas recordações.

São concebidas nestes termos, duas cartas escritas por Jorge de Castilho, em que mostra o desejo de adquirir a Residência Paroquial da Castanheira do Vouga:

Lisboa, 1940 — Abril — 3

Meu Caro Zé Canelhas: (2)

O seu irmão Carlos entregou-me, por incumbencia sua, o simpático folheto que teve a lembrança de me mandar e em cujas páginas o Snr. Soares da Graça — seu cunhado, creio eu — nos fala em termos carinhosos da velha residencia paroquial de S. Mamede da Castanheira do Vouga, aonde tantos anos viveu feliz, na companhia de seu irmão Padre, Antonio Feliciano de Castilho meu Avô.

Li, e sofregamente, pode crer, essa meia duzia de páginas para mim cheinhas de interesse; e da sua leitura me veio a ideia que logo satisfiz, de reler nas «Memórias de Castilho» as passagens relativas aos tempos que para

(1) Tudo isso consta das cartas no fim transcritas e que fazem parte do meu arquivo.

(2) Coronel José Luis Canelhas, falecido a 2-9-1945, antigo comandante da E. C. S. de Águeda, amigo e camarada de J. Castilho.

OS CASTILHOS

o Poeta decorreram nas faldas do Caramulo, entre gente simples. Reli também o encantador preambulo do «Presbyterio da Montanha» em que Antonio Feliciano de Castilho se alarga na descrição da sua Castanheira e da região que a circunda.

Fui seguindo a narrativa na nossa péssima carta de 150000, seguindo-a passo a passo com atenção e paciência de clérigo e a paciência beneditina com que o fiz levou-me a considerar-me conhecedor da região sem mesmo lá ter estado.

Sabe qual foi o resultado? Uma vontade imensa de a conhecer de verdade, autenticamente e com a propria vista; e uns certos remorsos também de até hoje não ter encontrado disposição para n'uns curtos dias vagos estender até lá um dos meus passeios sem fito, transformando a jornada em peregrinação de respeitoso sentimento familiar. D'esse pecado quiz lavar a consciencia decidindo para breve a visita.

É claro que n'essa altura lhe baterei ao ferrolho.

Mas ouça Zé Canelhas: o folheto do seu cunhado levou mais longe ainda o meu espirito. Como o devanear é proprio das idades extremas: dos novos, fiados no futuro que de longe lhes acena engrinaldado de esperança; e dos velhos, velhos como eu, já sem grandes aspirações e para quem sonhar é a única consolação tangível pensei — veja até onde me levou a leitura — pensei, cheguei a pensar em que talvez me fosse possivel adquirir para meu descanso essa modesta residencia que pela fotografia se me figura não ser exagerada para a minha pelintrice tanto mais que nada me interessa grande extensão de terra. Apenas a casa, o cedro do Poeta e «a roda — como diz Castilho — tanto de fazenda, quanto o filhinho mais pequeno atravessasse correndo de um folego».

Está a perceber Canelhas?

Julga o sonho realisavel?

Quererá V. ajudar-me, servindo-se da sua experiencia e conhecimento da região para indagar das possiveis condições do negocio? Creio que não achará este meu pedido abuso exagerado ou que, pelo menos a sua boa amizade o desculpa; por isso insisto pedindo-lhe ainda, meu caro Zé Canelhas, para me dar a sua opinião sobre o assunto e sobre as esperanças que poderei acalentar de satisfazer desejo que tão imprevisadamente me assaltou.

De tudo o que fizer muito agradecido lhe fica desde já o amigo certo que o abraça

Jorge de Castilho

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Passados alguns meses, numa carta, em que me agradecia a oferta que lhe fiz de um outro trabalho meu (1) voltava a falar da Residência com manifesto interesse. Reza assim a referida carta:

Lisbôa. 1940. Agosto. II

Ex.^{mo} Snr. D.^r Soares da Graça

Recebi e devorei de fio a pavio o folheto que tão amavelmente me enviou e no qual V. Ex.^a se refere a gente minha e às suas relações com Machado de Castro na Bairrada.

Já em tempos o José Canelhas me enviara a separata do seu estudo sobre a «Castanheira do Vouga», publicado no «Arquivo do Distrito de Aveiro» que tão profundamente despertou em mim o interesse e o desejo de conhecer o «Cedro do Poeta» e as ruínas da casa em que viveu meu Avô, que não só a visitei cinco vezes — sendo uma de avião — como acalentei ainda a esperança de que viesse ela um dia a ser propriedade minha. Infelizmente, como V.^a Ex.^a deve saber, os esforços de José Canelhas não conseguiram convencer os seus actuaes proprietários a cedem-m'a por preço razoavel e resignei-me a pôr de parte a ideia.

No entanto considero a oportunidade que me permitiu entrar em contacto com a «Casa do Cedro» um verdadeiro acontecimento na minha vida; a V.^a Ex.^a a devo e por isso mais uma vez todos os meus agradecimentos.

Pedindo licença para apresentar a V.^a Ex.^a Sn.^r Dr. Soares da Graça, os meus cumprimentos, tomo a honra de me assinar

De V. Ex.^a Att.^o e V.^{or}

Jorge de Castilho (2)

SOARES DA GRAÇA

(1) Machado de Castro em Aguiç. Suas relações de familia com gente dali = Castilhos e Cerveiras, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. vi.

(2) Tratando-se de documentos para arquivar, fiz da carta transcrição integral, não omitiudo as palavras de cumprimento, como desejaria.

DR. JOSÉ MARIA BARBOSA DE MAGALHÃES

NOTA BIOGRÁFICA — O SEU CENTENÁRIO

NASCIDO a 26 de Outubro de 1855, a meio de um decénio que na história de Aveiro se assinala pelo nascimento de uma geração particularmente notável em homens eminentes, o dr. José Maria Barbosa de Magalhães, por seus altos predicados intellectuais e uma inquebrantável força de vontade, graças à qual, e vencendo adversidades de toda a sorte, as pôde impor iniludível e triunfantemente, ganhou um lugar de evidência na galeria dos aveirenses ilustres do século passado.

Foram seus progenitores José Maria de Magalhães, um modesto funcionário da Fazenda, oriundo de Lamego e que o casamento fixaria em Aveiro, e sua esposa D. Maria José de Vilhena de Almeida Maia, através da qual prende o primeiro elo à família de Manuel Firmino de Almeida Maia, que, ao tempo, dava os primeiros passos decisivos para um alto e prestimoso futuro de homem público.

O casal habitava, numa mediania com mais dificuldades que sobejos, um prédio do Rossio, hoje pobre em confronto com os confinantes, mas condizente com os que, na época, faceavam o largo campo, desde há pouco ampliado com a expropriação da marinha Rossia. Aí nasceu o que seria um dos mais famosos juristas do país e um dos aveirenses mais destacados e prestantes do último quartel de oitocentos e dos princípios da centúria que decorre. Aí passou a infância, lhe desabrochou a inteligência e se lhe temperou o ânimo.

Em criança deve ter pensado em ser um homem; há-de ter querido, com as possibilidades que presentia, e nas primícias de uma vontade e uma coragem que seriam dois dos seus dotes mais constantes e fecundos, ser um homem que emergisse da craveira comum.

Aos onze anos, não se arreceia de enfrentar o público mais selecto da sua terra e de recitar uma poesia, numa sessão de homenagem a José Estêvão, promovida pelo liceu, que começara a frequentar. Começa, nessa idade, a traçar a trajectória ascensional para a afirmação do seu talento e das suas faculdades de infatigável trabalhador. Estuda com êxito pleno e já nas horas remanescentes das obrigações escolares se compraz em traduzir romances franceses, com uma correcção que lhe dá jus a vê-los em letra de forma no «Distrito de Aveiro». Não tarda a dar também a sua colaboração ao «Campeão das Províncias», com produções pessoais, quer em prosa quer em poesia.

Entretanto a magra economia dos pais, mal suporta a despesa com uma casa de filhos, acrescida com a circunstância de dois cursarem já os estudos liceais. O pequeno José Maria, que tão auspiciosamente iniciara a carreira escolar, teria sido forçado a suspendê-la, se um tio materno, funcionário da secretaria do Liceu de Viseu, o não levasse para a sua companhia.

Está nos catorze anos quando começa a frequentar o liceu daquela cidade. Lá deve ter chegado o eco do apreço que aos periódicos aveirenses, e aos seus leitores, merecia a colaboração do jovem estudante. Os créditos alcançados no jornalismo conduzem, assim, naturalmente, o rapaz precoce, incansável e tenaz, a ocupar funções effectivas na redacção de «O Viriato». Aí travará rijas pugnas com experimentados e temidos adversários, compensando com o moço ardor e a sinceridade moça a inexperiência de quem apenas entra a direito na vida e lhe desconhece os desvãos, as ratoeiras, as deslealdades e traições.

Aos 16 anos, morre-lhe o pai; perde, quase simultaneamente, o tio que o protegia. Outro que não tivesse a sua força de vontade e a plena confiança nos recursos e capacidade de esforço próprios sossobreria à dura prova, ou quando muito conformar-se-ia com um destino de modesta decência. José Maria Barbosa de Magalhães, resolutivo e seguro de si, lança-se sem tergiversação num trabalho sem descanso. Como base mais certa de proventos ocupa um lugar de escrevente na secretaria do liceu, mas lecciona estudantes mais atrasados — e, porventura, não menos idosos — aproveitando, particularmente, a aplicação que dedicara ao francês com as suas traduções dos onze e doze anos, em tempos mais felizes e desafogados. Ascendera a redactor principal do periódico visiense, função espinhosa e absorvente, mas, operoso até à última parcela de energia e de tempo disponível, a fibra de aveirense, que aquecera o amor da terra natal ao sol do Rossio, não o deixa esquecer com a colaboração desejada, o «Distrito» e o «Campeão».

De quando em quando, algum artigo ou poesia sobra ainda para satisfazer qualquer jornal do Porto ou Lisboa ou algum almanaque, e, sem desfalecimento nem cansaço, os estudos prosseguem no nível elevado a que se habituara e de si exigia. Conclui-os sem qualquer atraso, com distinção e louvores na maioria das cadeiras.

Chegado o momento de se matricular na universidade, ressurge o problema dos meios. Um grupo de individualidades visienses, que o estimavam e lhe apreciavam os merecimentos, propõe-se estabelecer-lhe uma pensão. Convicto de que com a sua capacidade de trabalho lhe seria possível ocorrer às despesas com o curso de Direito, a que aspirava, só em princípio aceitou o oferecimento, para prevenir a hipótese de não serem bastantes os proventos que pelo seu próprio esforço tentaria grangear.

Em Setembro de 1875 seguiu para Coimbra. A primeira fonte de receita que se lhe deparou foi a publicação das «sebentas». Num insano e constante labor, vencendo o curso com altas classificações, logo no fim do primeiro ano, edita a dissertação que apresentara em Direito Civil—«A retroactividade das leis»—como, ao frequentar o terceiro, dá à estampa uma edição percursora do Código Administrativo de 1878, no propósito de tornar o estudo da matéria mais acessível aos seus discípulos.

Durante a frequência do quarto ano, foi-lhe confiada a redacção política do «Progressista», mantendo essa função durante mais de três anos—até que o jornal acabou. A sua pena dextra e vigorosa, os seus dotes de penetrante argumentador, a sua coragem moral e a firmeza de opiniões, tanto nesse periódico que, em grande parte, ganhara relevante prestígio mercê da sua prosa máscula e incisiva, como, anteriormente, no «Partido do Povo», do Prof. Manuel Emídio Garcia, trouxeram-lhe merecida notoriedade e audiência.

Concluído o quarto ano com distinção, obteve do Juiz da Comarca de Aveiro, como a lei ao tempo permitia, o alvará para exercer a advocacia na comarca. Termina a formatura em 1879 e definitivamente estabelece a sua banca de advogado na cidade natal, de onde, já com crescente renome e clientela, e, tendo casado, entretanto, não o seduziu o honrosíssimo convite para doutorar-se e ingressar no corpo docente da Faculdade. Por esse tempo, publicou um valioso trabalho jurídico, muito louvado pelos especialistas, sobre «As Obrigações solidárias em Direito Civil», e que, segundo parece, fora escrito no intuito de ser apresentado como dissertação inaugural para a abandonada hipótese de se doutorar.

Elemento preponderante do partido progressista local, de que era chefe seu sogro, o conselheiro Manuel Firmino,

é nomeado, aos vinte e três anos, para o cargo de administrador do concelho, que deixou meses depois, para ser nomeado vogal do conselho de distrito. Entrega-se à acção política e administrativa com o entusiasmo e a devoção que lhe são peculiares, volta a colaborar no «Campeão», com assiduidade, e a agitar ideias e problemas.

Apesar de a sua clientela de advogado progredir ininterruptamente, esse homem, que desde criança soubera encontrar tempo bastante para todas as tarefas em que se empenhasse, nunca abandona a vida pública. Anos sucessivos é eleito procurador à Junta Geral do Distrito, à qual, por um conjunto de méritos que lhe conferem natural evidência, viria a presidir, imprimindo-lhe uma feição de mais positiva eficiência. À sua iniciativa, como presidente daquele organismo, ficou Aveiro—e não só a cidade mas todo o distrito—a dever a criação do Asilo-Escola Distrital, instituição protectora de crianças órfãs e necessitadas que foi a concretização de uma ideia que acalentava desde os tempos de redactor do «Viriato».

Esse estabelecimento de assistência, concebido e realizado com ampla visão do problema, ao mesmo tempo concedendo amparo a crianças necessitadas, mas, sobretudo, com o fito de as tornar adultos probos e úteis, ficou, porventura, como a mais prestimosa das suas obras. Outros benefícios, porém, lhe ficou devendo Aveiro nesse seu primeiro período de actividade pública.

Acompanhando seu sogro, que ao problema dedicou esforços de grande proficuidade, colaborou activamente na extensão da rede viária concelhia; e, entretantes, tenta, com êxito, a criação de um corpo de polícia cívica na cidade. Promove a aquisição das ruínas do palacete do Terreiro, destruído por um incêndio na década anterior, para, em seu lugar, se construir um edificio destinado às repartições distritais, então dispersas e precariamente instaladas. Sempre diligente e empreendedor, atento às necessidades locais mais prementes e pronto a dispendar energias pelas justas reivindicações da sua terra, tomando a iniciativa ou animando-a com decisivo apoio e impulso, então ou mais tarde, exerce acção preponderante ou é o principal dos obreiros na criação de uma escola de habilitação para o magistério primário; na edificação do mercado de Manuel Firmino que substituiria de forma condigna a anacrónica praça da Erva, localizada no largo de Luís Cipriano, e a do pão, além ria, no largo fronteiro aos Balcões—a que agora usamos chamar os Arcos; e na construção do ramal do caminho de ferro do Vale do Vouga, desde a Sarnada a Aveiro. Cooperava activamente nos trabalhos para o estabelecimento da iluminação a gás de incandescência na cidade, partilha dos trabalhos para a bene-

ficação dos cais do Rossio, da Praça do Peixe, do Cojo e dos Santos Mártires, da malhada que neste último local se fixa, e da ponte de S. João.

Desempenhou, ainda, em Aveiro, com o zelo e a proficiência que eram seu timbre, as funções de provedor da Santa Casa da Misericórdia, de professor de Geografia e História do Liceu e de juiz de Direito substituto.

E em todos os cargos que ocupou e em toda a sua acção administrativa se, como era natural, Aveiro lhe merecia um particular interesse, porque era e se manteve até ao fim da vida um fiel e dedicado aveirense, a sua atenção e diligência repartia-os por todos os concelhos do distrito. Foram, assim, numerosíssimos os melhoramentos a que deixou ligado o nome nos concelhos de Ovar, Albergaria-a-Velha, Feira, Estarreja, Oliveira de Azeméis, etc., durante o período em que exerceu a sua actividade na sede do distrito, como seriam também, nos tempos que se lhe seguiram e em que iria residir para a capital do país.

A sua perseverança e combatividade, a agudeza do seu espírito, as repetidas provas da sua capacidade, a experiência desde cedo ganha numa titânica luta que sempre afronta com intrepidez, dilatam-lhe o prestígio e a projecção. Ao fim de uma renhida campanha eleitoral, conquista pela primeira vez, em 1887, pelo círculo de Ovar, a sua cadeira de deputado. Ainda não completara 32 anos, quando, em circunstâncias de extrema delicadeza e dificuldade que emdrontavam os oradores de reputação firmada, com uma ousadia e uma confiança nos recursos próprios que causaram geral surpresa, faz a sua estreia parlamentar. MARQUES GOMES, abonando a asserção com numerosas transcrições de jornais de diversas tendências, qualifica-a como a mais brilhante que os velhos parlamentares desse tempo tinham presenciado. E EGAS MONIS, no elogio que traçou do dr. Barbosa de Magalhães, na Câmara dos Deputados, após o seu falecimento, e nas quais releva, com raro vigor de eloquência, as suas qualidades de carácter, de homem público e de orador, «brilhante e inconfundível», classifica de triunfal a sua entrada na Câmara, com essa «estrela brilhantíssima, que ninguém excedeu — e raros, raríssimos, terão igualado».

Mal erguera a voz, logo se cotara entre as primeiras figuras do parlamento. E nele permanecerá, em sucessivas legislaturas, intervindo na discussão de inúmeros problemas, como relator de dezenas de projectos de lei, como membro de diversas comissões, operoso e fecundo, nunca regateando o que sabia e podia, nunca se furtando às tarefas, ainda as mais absorventes e esgotantes.

A acção política obriga-o a deixar a sua terra natal e a fixar-se em Lisboa. Em 1889, foi nomeado chefe da 1.ª Repar-

tição da Direcção Geral do Ultramar, dali transitando, mais tarde, para a Direcção Geral dos Negócios da Justiça, com



Dr. José Maria Barbosa de Magalhães

a categoria de Subdirector Geral, tendo servido, algum tempo, e com público louvor, de Director Geral. Exerceu,

por último, o lugar de subdirector dos Negócios Eclesiásticos, onde permaneceu até à data do seu falecimento.

E até esse momento é o trabalhador incansável, para quem o tempo é sempre bastante para as tarefas que de si exija. É, assim, funcionário que cumpre integralmente as suas obrigações e, por seus predicados e aplicação, dignifica os cargos, parlamentar, sempre ocupado e interessado nas questões públicas e, ao mesmo tempo, advogado de alta envergadura, com nomeada crescente, que se torna dos mais procurados e autorizados. Ficou famosa a forma pronta como redigia as suas minutas directamente no papel selado, sem uma emenda nem hesitação, mesmo nos problemas jurídicos mais delicados. A ela aludiram, com justo louvor, entre outros, o dr. LUÍS DA SILVA RIBEIRO, no seu livro «A profissão de advogado», e o dr. CUNHA E COSTA, no artigo de homenagem que lhe consagrou na «Gazeta da Relação de Lisboa».

A mesma facilidade de improvisação se podia apontar para os seus discursos, que, com a sua voz potente, de nítidos e fortes timbres—a contrastar com a sua compleição de homem seco e de pequena estatura—pronunciava com uma fluência, um rigor e clareza de raciocínio, um tom incisivo e persuasivo, e uma elegância de expressão que o tornavam um orador forense invulgarmente apreciado.

Quer em Aveiro, quer depois em Lisboa, tratou de importantes causas, como se verifica pela numerosa lista de opúsculos publicados com trabalhos seus.

Embora se tenha evidenciado como uma autoridade das mais conceituadas noutros sectores do direito, pode considerar-se como especialista, em direito eleitoral, e, nessas condições, sempre que a eleição dos seus correligionários sofria qualquer contestação, era Barbosa de Magalhães o seu defensor.

O jornalismo, em que revelara as suas faculdades e tomara os primeiros contactos com o público, tornando-o conhecido e admirado desde tão jovem, continua a ser uma das suas predilecções e um dos meios de firmar cada vez mais sólidamente a sua reputação intelectual. Foi, assim, redactor de «O Globo», dirigido por Simões Dias, e, em 1891, fundou o «Correio da Tarde», que dirigiu até ao termo da sua publicação, em 1894.

Como noutro ensejo tivemos ocasião de observar, ficara com o hábito inveterado e a necessidade de comunicar ao semelhante, ora em prosa de bom conceito e forma, ora em ternas rimas, as suas reacções e estados de momento, os seus juízos e conceitos, e de trazer à barra, ou uma nova luz, ou um elemento omitido, um louvor ou uma censura—através da letra de forma.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

E é assim, que, quando não tem função permanente num órgão da Imprensa, dá colaboração a revistas como «Portugal em África», «Argus» e outras, e recorre à sua velha tribuna no «Campeão das Províncias». E só, como também notei no mesmo ensejo, quando a desilusão e a doença minaz o fazem abandonar a competição das actividades políticas, a que sempre se entregara com isenta devoção e uma lealdade incontestada, deixa, praticamente, de exercer essa tão grata propensão do seu espírito.

Dedica-se então quase inteiramente aos estudos jurídicos, afins com a sua actividade profissional, e a sua colaboração quase se confina às revistas da especialidade. E por diversas, como a «Revista dos Tribunais», «Revista de Direito e Jurisprudência», «Revista Judiciária», «Gazeta da Associação dos Advogados», «Mundo Legal e Judiciário», «Revista do Foro Português», «O Direito» e «Boletim dos Tribunais» deixou trabalhos de relevante mérito e interesse.

Em Novembro de 1906, assumiu a direcção da «Gazeta da Relação de Lisboa», a que imprimiu uma feição nova, especialmente, por nela fazer a crítica sistemática das decisões judiciais mais importantes.

Exigiu de si mais do que a sua resistência permitia. Longos quarenta anos trabalhou desmesuradamente, fazendo na adolescência esforços superiores aos que normalmente poderá dispendir um homem, desdobrando-se, depois de adulto, em tarefas múltiplas e constantes, cada qual bastante para ocupar as capacidades de uma pessoa diligente e tenaz. A injusta preterição no lugar de Director Geral para que se julgava com legítimo direito, causou-lhe profunda mágoa e abalou-lhe mais a saúde já precária.

Todavia, ainda mesmo quando já a doença o retinha no leito, não cessa o seu labor. Em fins de 1908 ainda se encarrega de um importante trabalho, defendendo a legitimidade de alguns dos candidatos da lista republicana para a Câmara Municipal de Lisboa, que os monárquicos haviam contestado. Pouco tempo sobreviveu a mais esse êxito. Vitimado por um enfizema pulmonar, faleceu a 19 de Março de 1910, com 54 anos apenas. Uma actividade febril, sem descanso, e uma operosidade excepcional, um afã titânico, que multiplicava as horas, custou-lhe o sacrifício de anos de vida. Cumpriu-a, todavia, plenamente, vencendo escolhos na idade moça, que para a generalidade seriam intransponíveis; guindando-se, por seus próprios méritos, a alturas cimeiras, nas rotas que se traçou; dando um nobre exemplo de dignidade e coragem; afirmando uma personalidade invulgarmente dotada e fecunda.

Alguns dias decorridos sobre o falecimento, a Câmara dos Deputados, por proposta do seu presidente, conde de

Penha Garcia, aprovou por aclamação um voto de sentimento pela morte do dr. Barbosa de Magalhães. A ele se associaram o ministro da Justiça, dr. Artur Montenegro, e os deputados Tavares Festas, António Rodrigues Ribeiro, Archer da Silva, conde de Castro e Sola, Augusto Pereira do Vale, João de Meneses e prof. dr. Egas Moniz, o qual proferiu uma notável e vibrante oração que corre impressa.

Idênticos votos foram aprovados pelas Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto, bem como pela Associação dos Advogados de Lisboa e outras instituições.

O município aveirense votou uma proposta similar do seu presidente, engenheiro Gustavo Ferreira Pinto Basto, que proferiu um expressivo elogio do ilustre jurista e parlamentar aveirense e se referiu com justo louvor aos serviços que prestara à sua terra. Em sinal de luto, a edilidade suspendeu a sessão, por 15 minutos.

Ao noticiar esta deliberação, lia-se, dias depois, no «Diário de Notícias» numa local enviada pelo correspondente em Aveiro: «O Dr. Barbosa de Magalhães tem o seu nome ligado aos mais importantes melhoramentos da sua terra. Só a criação do Asilo-Escola, quando outros serviços não tivesse, lhe daria jus ao maior reconhecimento público. A Câmara não o esqueceu, mas deve levar mais longe o testemunho de gratidão que lhe é devido». No mesmo sentido se exprimia o correspondente de «O Primeiro de Janeiro»: «Causou boa impressão na cidade a resolução municipal, mas de justiça é dizer que ela esperava mais desde que se tratava de um homem da estatura moral e da grandeza intelectual por que se destacou no país o dr. Barbosa de Magalhães». O mais que se esperava, demoraria quarenta e seis anos, mas a cidade pagaria essa dívida em aberto.

Entretanto, em 1951, a Câmara Municipal da Murtosa, dera o seu nome a uma rua da vila, «atendendo aos serviços que prestou ao concelho, erguendo a sua voz na Câmara dos Deputados, a favor da sua emancipação administrativa». A 29 de Dezembro desse ano foi descerrada uma lápide comemorativa, e tempos depois inscrito o seu nome numa placa de bronze colocada na face posterior de um monumento erguido numa praça pública da vila.

O dr. José Maria Barbosa de Magalhães, além das obras mencionadas, publicou: «Código Eleitoral Português (5 edições, em 1884, 1885, 1887, 1890 e 1895); «Apêndice ao Código Eleitoral Português, 1897; «Legislação Eleitoral anotada» (3 edições, em 1890, 1900 e 1901); «Código Completo do Processo Comercial», 2 vols. (2 edições, em 1895/97 e 1901); «Código de Falências anotado», 1901. Deixou em grande parte impressa uma monografia jurídica sobre «A separação de pessoas e bens» e outros volumes com a reedição de trabalhos

já mencionados. Contam-se por várias dezenas, como atrás dissemos, os seus trabalhos jurídicos que foram impressos, sendo alguns muito notáveis, como afirma António Macieira no trabalho que lhe dedicou na «Gazeta da Relação de Lisboa», de 23 de Março de 1910.

Era sócio do Instituto de Coimbra, desde 13 de Junho de 1881; da Sociedade de Geografia, desde 2 de Junho de 1890; da Academia de Ciências de Lisboa, desde 11 de Junho de 1892; da Associação dos Advogados de Lisboa, desde 14 de Dezembro de 1892; e da Real Academia de Jurisprudência de Madrid desde 18 de Maio de 1901, tendo sido condecorado, no ano imediato, com a Ordem de Santiago, de Espanha.

A Associação Aveirense de Socorros Mútuos das Classes Laboriosas, em 26 de Outubro de 1901, elegeu-o seu presidente honorário, em reconhecimento, não apenas dos seus méritos, mas dos serviços que lhe prestara. Com efeito, em 1892, sendo difícil a situação em que se encontrava aquele Montepio, que um desconto de 30% no juro das inscrições, decretado pelo governo de José Dias Ferreira, ainda mais agravara, o dr. Barbosa de Magalhães conseguiu que ele fosse reembolsado de 318.000 réis, que muito o aliviaram, e a garantia de outras restituições de descontos que lhe haviam sido feitos ilegalmente.

O centenário do nascimento do dr. José Maria Barbosa de Magalhães teve a comemoração condigna da alta figura que rememorava. Duas das mais representativas instituições nacionais, a Ordem dos Advogados, a Academia das Ciências — a primeira homenageando o insigne homem do foro; a segunda um dos seus membros ilustres — e a sua terra natal prestaram-lhe expressivo preito, e revestiram-no de justo relevo, ao celebrar essa data.

A primeira dessas póstumas consagrações realizou-se na Ordem dos Advogados tendo proferido o «Elogio histórico» do distintíssimo advogado que foi o dr. Barbosa de Magalhães o sr. dr. Pedro Pitta, numa sessão solene realizada em 22 de Novembro de 1955. Nessa magnífica peça de oratória considera-o o actual bastonário da Ordem como «um dos maiores de entre os grandes advogados», depois de traçar um eloquente e belo quadro do que foi a vida do seu biografado — «uma vida que foi sinónimo de luta», quer para a obtenção dos meios materiais, quer para alcançar o renome que logrou — e de lhe realçar os elevados predicados morais e intelectuais.

A segunda das homenagens com que foi celebrado o centenário do eminente juriconsulto e homem público aveirense efectuou-se, em 23 de Fevereiro de 1956, com grande solenidade, na Academia das Ciências. Presidiu o sr. dr. Júlio Dantas, presidente da douda instituição, ladeado pelos profs. drs. Celestino da Costa, presidente da classe de Ciências; Caeiro da Mata, presidente da classe de Letras; e José Maria de Vilhena Barbosa de Magalhães, filho do homenageado; e pelo dr. Joaquim Leitão, secretário geral.

O primeiro orador da noite foi o presidente da classe de Letras, que, na sua notável e penetrante oração releveu os méritos de advogado, juriconsulto e parlamentar do dr. Barbosa de Magalhães «que, com a sua grande experiência polí-



Os promotores das comemorações aveirenses, com os Profs. Drs. Barbosa de Magalhães e Palma Carlos e o dr. Magalhães Godinho

tica e administrativa e com a sua cultura jurídica — jurista enamorado da dignidade do direito, e da precisão e da clareza — e a sua notável cultura geral, tratava de maneira magistral todos os seus problemas». Observara, aliás, com inteira justeza, ter sido a «obra principal de quantos escreveu — e muitas escreveu! — mas obra que não aparece em letra de Imprensa, a sua própria vida. Tudo deveu a si. Foi só ele o construtor da sua tão interessante e poderosa individualidade».

O elogio histórico escrito pelo sr. prof. dr. Cunha Gonçalves, que a doença impossibilitou de comparecer, foi lido pelo sr. prof. dr. Gonçalves Pereira. Depois de desenvolver, em vivos traços, a biografia do homenageado e de apontar os títulos que o evidenciaram, frisou no seu pormenorizado estudo que o dr. Barbosa de Magalhães teve uma vida

cheia de fadigas. «Nos seus artigos jornalísticos, nos seus livros jurídicos, nos seus trabalhos legislativos e forenses, nos seus trabalhos burocráticos, nas suas lutas políticas, nos seus incessantes esforços a favor dos interesses da sua terra e do seu distrito, Barbosa de Magalhães foi dispersando farrapos da sua vida, e porque era de constituição franzina sucumbiu relativamente novo».

O sr. dr. Júlio Dantas, ao encerrar a sessão, cumpriu o sr. prof. dr. Barbosa de Magalhães e associou-se às homenagens prestadas à memória veneranda de seu pai.

Coube a Aveiro, a terra onde Barbosa de Magalhães nascera e dedicadamente servira e honrara, encerrar esse significativo ciclo de comemorações. E a cidade, como é seu timbre, soube satisfazer, com brio e dignidade, a sua dívida de preito e gratidão a um dos seus filhos de maior valia.

Na manhã de 18 de Março de 1956, na presença de deputações das colectividades e organismos locais e das autoridades, descerraram-se as placas que, por deliberação do município, deram o nome do ilustre aveirense à rua, fronteira ao Rossio, onde está situada a casa em que nasceu.

Igualmente, a bisneta do homenageado, menina Maria Gabriela Lopes Barbosa de Magalhães, procedeu ao descerramento da lápide colocada na frontaria do prédio e que se encontrava coberta com a bandeira da cidade. A letras de bronze—como perene recordação e reconhecimento—a lápide consagrada ficou com o seguinte texto:

«Aqui nasceu, em 26 de Outubro de 1855, José Maria Barbosa de Magalhães, jurisconsulto e advogado, escritor, jornalista e orador, parlamentar e académico, a quem Aveiro e o país ficaram a dever relevantes serviços. A cidade de Aveiro, enobrecida e grata, no primeiro centenário do seu nascimento.»

A Banda Amizade executou um hino dedicado por Luís Augusto de Lima ao dr. Barbosa de Magalhães, e o hino de José Estêvão—adoptado, como seu, pela cidade.

Seguiu-se uma sessão pública, no salão nobre dos Paços do Concelho, que foi insuficiente para conter as numerosas pessoas de todas as categorias sociais que lá acorreram. Presidiu o sr. dr. Francisco do Vale Guimarães, governador civil, tendo usado da palavra, para fazer o elogio do dr. Barbosa de Magalhães e pôr em evidência os seus serviços a Aveiro, os srs. dr. Álvaro Sampaio, presidente da Câmara Municipal, e Agnelo Regala, vice-presidente da comissão executiva das comemorações, e o autor destas linhas. Em nome da família, agradeceu o sr. professor doutor José Maria de Vilhena Barbosa de Magalhães, encerrando a sessão o sr. dr. Francisco do Vale Guimarães, que acentuou a justiça das comemorações, associando-se às palavras com que fôra

enaltecida a figura do insigne aveirense que aos seus descendentes legou um prestigiado nome, por eles sempre venerado, dignificado e engrandecido.

Na tarde do dia 19, foi inaugurada, no salão nobre do Teatro Aveirense, uma exposição bio-bibliográfica e iconográfica do dr. Barbosa de Magalhães, organizada pelo sr. dr. António Cristo e por quem subscreve este artigo. Reunindo centenas de espécimes e documentos — jornais, revistas, livros, manuscritos, diplomas, condecorações e objectos de uso pessoal — a elucidativa exposição constituiu uma clara



A mesa da presidência da sessão solene do Teatro Aveirense

demonstração do que foi a operosa e fecunda vida do notável jurista e homem público.

O rastro de uma personalidade bem vincada, através das firmes pègadas que mais perduraram e melhor a definiam, aí se patenteava, e concretamente demonstrava as razões da sua ascensão, do seu triunfo, da ressonância de um nome que chegou aureolado até nós e ganhou direito a permanecer na rememoração dos vindouros.

À noite, e num ambiente de grande distinção e solenidade, realizou-se uma sessão solene no Teatro Aveirense. Presidiu o governador civil do distrito, que esteve ladeado pelo presidente do município, representante do prelado da diocese, comandante militar, prof. dr. Barbosa de Magalhães, juiz-corregedor do Circulo Judicial, bastonário da Ordem dos Advogados, capitão do porto e reitor do liceu.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Em mesa separada, viam-se os oradores da noite, e, junto ao pano de fundo do palco, envergando as suas togas e becas, numerosos magistrados e advogados de diversas comarcas do distrito. A assistência reunia as mais representativas individualidades da cidade e da região, e o teatro apresentava um geral aspecto de luzida distinção e imponência, raras vezes registado em cerimónias desta natureza. Aliás, pelo brilho e elevação das orações proferidas, a sessão de encerramento das comemorações aveirenses do centenário ficaria como uma das mais concludentemente expressivas e mais memoráveis que em Aveiro se tem realizado.

Após a leitura de cartas e telegramas de diversas individualidades de relevo, que se associavam à homenagem, pelo sr. dr. Álvaro Neves, secretário da delegação de Aveiro da Ordem dos Advogados, pronunciaram expressivos discursos de evocação e elogio da personalidade e da obra do dr. Barbosa de Magalhães, os srs. dr. Querubim Guimarães, delegado da Ordem, e o respectivo bastonário sr. prof. dr. Adelino Palma Carlos. O sr. dr. David Cristo, precedendo-a de sentidas palavras de evocação, leu a conferência escrita, pouco antes da sua morte, pelo prof. dr. Egas Moniz, e que o sábio cientista subordinou ao título «Barbosa de Magalhães, Parlamentar e Político». Em representação da família, o sr. dr. José Maria de Magalhães Godinho, neto varão mais velho do homenageado, agradeceu a quantos contribuíram para o brilho da comemoração ou a ela se associaram.

Encerrou a sessão o sr. dr. Francisco do Vale Guimarães, que se congratulou com o brilhantismo e elevação com que ela decorrera e de novo se associou às homenagens prestadas ao seu insigne conterrâneo.

A consagração centenária do dr. Barbosa de Magalhães adquiriu, assim, a relevância e projecção consentâneas com a alta estatura do preiteado. E, ao mesmo tempo, pelo que representou no âmbito nacional, nas várias facetas da sua actividade, e como fonte de inspiração para o afervoramento bairrista dos seus conterrâneos.



EDUARDO CERQUEIRA



A FUNDAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONVENTO DAS CARMELITAS DESCALÇAS DE AVEIRO

I — A FUNDAÇÃO DO CONVENTO

D. Brites de Lara e Meneses era filha do quinto marquês e primeiro duque de Vila Real, D. Manuel de Meneses (1) e de sua mulher D. Juliana de Lara (2).

Nasceu por volta do ano 1564 e faleceu em Aveiro a 4 de Junho de 1648 sem descendência, tendo feito nesta vila o seu testamento em 13 de Março de 1647. Casou com o florentino Pedro de Médicis, terceiro filho de Cosme de Médicis, grão-duque da Toscana.

Pedro de Médicis tinha seguido a carreira militar, e estando ao serviço da Espanha, faleceu em Madrid em 1604. D. Brites de Lara e Meneses veio por isso viver em Aveiro no convento de Jesus, de freiras dominicanas, e nele esteve recolhida durante dezoito anos. Entretanto mandou construir um paço para sua residência, na parte sul da vila de Aveiro, mas disposto já, para depois da sua morte, nele ser fundado um convento de freiras carmelitas descalças, como determinou em seu testamento.

O paço foi concluído em 1616, e D. Brites de Lara e Meneses passou a habitá-lo em 1625, vivendo nele conforme à lei da nobreza.

Possuidora de avultada fortuna, mandou também construir em Aveiro, durante o seu recolhimento, um convento

(1) Feito duque de Vila Real por carta de 19 de Fevereiro de 1585. Faleceu em 1590.

(2) Filha de D. Pedro de Meneses, terceiro marquês de Vila Real e de D. Brites de Lara, filha de D. Afonso de Lencastre, comendador-mor da Ordem de S. Tiago, e neta de D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra e senhor de Aveiro.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

e sua igreja para os frades carmelitas descalços, do qual ficou sendo padroeira.

Tendo em vista garantir rendimentos ao convento que desejava que fosse fundado no seu paço após a sua morte, D. Brites de Lara e Meneses, em 1617, tomou de aforamento perpétuo por 2.500 réis anuais a Lopo Cabral da Silveira, dezassete casas sitas próximas do seu paço, e pertencentes ao morgado e capela instituídos em 1417 por Afonso Domingues de Aveiro que morou, faleceu e foi sepultado em Coimbra, e foi avô do navegador e poeta João Afonso de Aveiro que morreu em 1498 no reino africano de Benim, em serviço de D. João II.

Deste morgado e capela era administrador em 1617 o dito Lopo Cabral da Silveira.

Depois do referido aforamento, D. Brites de Lara e Meneses comprou ainda oito moradas de casas e mais três pequenos quintais, tudo foreiro ao dito morgado e capela, e próximo das casas aforadas.

Vivia D. Brites de Lara e Meneses sossegada no seu paço quando em 1641 foi sobresaltada pela notícia da conspiração da nobreza contra o rei D. João IV, na qual estavam implicados o sexto marquês de Vila Real D. Luís de Noronha e Meneses, de 57 anos de idade, e seu filho o duque de Caminha, D. Miguel de Noronha e Meneses, de 27 anos de idade, respectivamente irmão e sobrinho de D. Brites de Lara e Meneses.

Por tal motivo foram estes condenados à morte, e executados em 29 de Agosto de 1641, seus bens foram confiscados e extinta a Casa de Vila Real.

A jovem viúva e ex-duquesa de Caminha, e outras pessoas de sua família vieram então viver em Aveiro com D. Brites de Lara e Meneses no seu paço.

Em 1643 requereu esta as licenças necessárias para fundar o convento para as carmelitas descalças nas casas em que habitava. Entre estas licenças figurava a do rei D. João IV. Mas não as conseguiu. E reconhecendo com profundo desgosto que já não as obtinha durante a sua vida, e estando já em avançada idade, fez testamento, instituindo seu herdeiro D. Raimundo de Lencastre, quinto duque de Aveiro.

No seu testamento determinou D. Brites de Lara e Meneses que o seu herdeiro fundasse o referido convento dentro de três anos após a morte dela, e deixou para sustento do convento o juro perpétuo de 200.000 réis. O convento teria a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

O duque D. Raimundo nasceu em Azeitão em 26 de Dezembro de 1630 e faleceu em Cadiz em 1666. Era filho de D. Jorge de Lencastre, duque de Torres Novas, e de

A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DAS CARMELITAS

D. Ana Manrique de Cárdenas e Lara, dama espanhola da mais alta nobreza (1). O dito D. Jorge era filho dos duques de Aveiro, D. Álvaro de Lencastre e D. Juliana de Lencastre.

O duque D. Raimundo sucedeu na Casa e ducado de Aveiro por morte de sua avó D. Juliana, após renhido pleito judicial que terminou por sentença de Setembro de 1637, favorável a ele.

D. Raimundo ainda era de menor idade quando herdou a Casa e ducado de Aveiro em 1637, e por isso ficou sua tutora a duquesa de Torres Novas, sua mãe, em virtude de ter já falecido nesta altura, o duque D. Jorge, seu pai.

D. Brites de Lara e Meneses faleceu em 1648, e o duque D. Raimundo, pelas disposições testamentárias, devia fundar o convento dentro de três anos depois da morte dela. Não conseguiu, porém, as licenças necessárias, porque não lhas quizeram dar o rei D. João IV, nem D. Juliana duquesa de Caminha, nem o duque. Entretanto tinha expirado o prazo para a fundação do convento.

Faleceu D. João IV em 6 de Novembro de 1656. Só depois desta data é que o duque de Aveiro conseguiu a licença régia para fundar o convento. Deu-lha a rainha-regente viúva, D. Luísa de Gusmão por alvará de 21 de Julho de 1657.

Conseguiu também as demais licenças. E posto que já não fosse obrigado a fundar o convento, D. Raimundo, desejoso de satisfazer a vontade de sua tia D. Brites de Lara e Meneses, fez então doação em Aveiro, em 29 de Outubro de 1657, à Ordem dos Carmelitas Descalços, do paço, casas e quintais que haviam pertencido a ela, e o juro perpétuo de 200.000 réis que ela havia deixado com destino ao convento, e impôs ele novas condições para a dita fundação.

Pela primeira condição, ele seria em sua vida o padroeiro do convento, e depois da sua morte seriam padroeiros os sucessivos duques de Aveiro; pela segunda, somente seriam sepultados na capela-mor os duques de Aveiro ou seus parentes, mas neste caso com autorização dos duques de Aveiro; pela sexta condição, o convento teria a invocação de S. João Evangelista; pela sétima, seria colocado o seu brasão de armas na capela-mor e na porta principal do convento.

Depois disto, iniciaram-se em 1658 algumas obras de adaptação do paço a convento, e em 14 de Julho deste mesmo

(1) D. Ana Manrique de Cárdenas era filha de D. Bernardino de Cárdenas, terceiro duque de Maqueda, marquês de Elche, e senhor de muitas vilas, e de D. Luisa Manrique de Lara, quinta duquesa de Naxera, sétima condessa de Valença, sexta condessa de Trevinho, e senhora de muitas vilas.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

ano chegaram a Aveiro cinco religiosas para darem principio à vida conventual, vindas dos conventos de Carnide e Santo Alberto de Lisboa. Vieram também três noviças.

Neste mesmo dia ficou constituída a clausura.

Em 20 de Julho de 1659 fez-se ali a primeira profissão. A última fez-se em 13 de Julho de 1832: foi a de D. Ana Rita do Espírito Santo.

Em 1659 ainda se faziam obras no edificio, pois que no portão do convento se pôs uma padieira ou verga com a data 1659, e sobre ela uma pedra com as armas dos duques de Aveiro, constituídas por um escudo com as armas nacionais, encimado por uma coroa ducal.

O portão do convento ficava na fachada do lado sul, e dava para um largo denominado Terreiro.

Em 1759, passado exactamente um século após a colocação da pedra de armas dos duques de Aveiro, foram estas armas picadas em virtude da sentença dada contra o oitavo duque de Aveiro, D. José de Mascarenhas, que em coligação com o marquês de Távora, formou no dito ano uma conspiração contra o rei D. José, da qual resultou serem condenados à morte, e seus bens confiscados, tendo acabado assim o ducado e Casa de Aveiro.

Ainda hoje existe na Travessa do Passeio, um marco com as armas dos duques de Aveiro, picadas, encostado a uma das casas compradas por D. Brites de Lara e que pertenceram ao convento.

A igreja do convento ainda hoje existe, e foi começada a sua construção em 1704, e demorou alguns anos a ser concluída. O primitivo templo era a capela do paço de D. Brites de Lara.

O rei D. João IV faleceu em 1656 e sua mulher D. Luísa de Gusmão ficou regente do reino na menoridade de seu filho D. Afonso que foi jurado rei em 15 de Novembro do mesmo ano.

Por motivos políticos e interesses pessoais, o duque de Aveiro que era filho de uma dama da mais alta nobreza espanhola, fugiu de Portugal em 1659, e foi viver em Espanha ao serviço do rei Filipe IV.

D. Ana Manrique de Cárdenas e Lara, duquesa de Torres Novas, logo após a fuga do duque D. Raimundo, seu filho, foi mandada sair de Portugal, e por isso foi residir em Espanha com sua filha D. Maria de Guadalupe de Lencastre, tendo falecido em Madrid em 17 de Dezembro de 1660.

A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DAS CARMELITAS

O duque D. Raimundo, estando já em Espanha, opôs-se aos pleitos das Casas de Nájera e de Maqueda, em 26 de Maio de 1660 como neto legítimo dos duques D. Bernardino de Cárdenas e D. Luísa Manrique. Ganhou a questão apenas em relação à Casa de Maqueda, da qual tomou posse, depois de se declarar vassalo do rei Filipe IV de Espanha. E assim foi em Espanha duque de Maqueda, marquês de Montemaior, marquês de Elche, Adiantado-mor do reino de Granada, senhor de muitas vilas, alcaide-mor de Toledo e de outras terras.

O duque D. Raimundo, agora vassalo do rei de Espanha, tomou posição política e militar contra Portugal, e por isso aqui foi processado e condenado em Agosto de 1663 a ser degolado em estátua e a serem-lhe confiscados os bens que possuía em Portugal. A sentença foi executada em 16 de Outubro de 1663.

D. Raimundo de Lencastre casou em Espanha com D. Luísa Clara de Ligne, filha de Cláudio Lamoral, príncipe de Ligne, de Amblise e do Sacro Romano Império, Grande de Espanha, e de sua mulher a princesa Clara Maria de Nassau. Do seu matrimónio não teve sucessão.

Faleceu em Cádiz em 5 de Novembro de 1666, tendo sido depositado no convento dos Capuchinhos, e mais tarde trasladado para o mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe.

II — A EXTINÇÃO DO CONVENTO

O decreto de 28 de Maio de 1834 extinguiu as Ordens religiosas em Portugal, e determinou a incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional.

O convento das freiras carmelitas de Aveiro foi, portanto, extinto, sendo porém permitido continuarem a viver nele as religiosas até ao falecimento da última, o que sucedeu em 1879.

Em 1859, sendo prioreza D. Ana Rita do Espírito Santo, fez-se o inventário dos bens deste convento, e quanto à descrição e avaliação do edificio e sua cerca, dizia o inventário:

«O convento é de pequenas dimensões e acha-se já bastante deteriorado, tendo sido avaliado, incluindo a sua pequena cerca, em 2.000:000 réis.

Tem junto ao convento a casa da hospedaria e um quintal que foi avaliado em 115:000 réis.

Tem mais duas pequenas casas contíguas ao convento que foram avaliadas em 43:200 réis.»

Quanto a rendimentos, capitais, e valores em objectos de culto, dizia o inventário que o convento tinha em foros

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

195 alqueires e meio de trigo, 103 alqueires e um quarto de milho, e 32.065 réis em dinheiro; em capitais titulados a diversos devedores tinha o total de 16.880:130 réis.

As alfaias e mais objectos preciosos destinados ou não ao culto e pertencentes à comunidade foram descritos e avaliados no total de 453:120 réis.

Os prédios acima referidos, isto é, o edifício do convento, as duas casas e a hospedaria anexas foram, por despacho de 7 de Dezembro de 1868 exarado no processo n.º 20.741, mandados exceptuar da venda.

Em 31 de Março de 1879, tendo falecido a última freira, D. Maria da Conceição, prioreza, procedeu-se ao inventário definitivo do cartório, objectos do culto e bens pertencentes ao convento, sendo para esse fim presentes como representantes da extinta casa religiosa as senhoras ali recolhidas D. Maria da Piedade do Coração de Jesus e D. Carolina Augusta de Sousa.

Em 3 de Junho de 1879 fez-se entrega por depósito à autoridade eclesiástica, dos objectos pertencentes ao culto.

Neste mesmo mês e ano a Fazenda Nacional começou a arrecadar os rendimentos do convento, como administradora, nos termos da lei de 4 de Abril de 1861.

Em officio de 16 de Junho de 1879 do ministério da Justiça, dirigido ao Governador Civil, foi novamente mandado sobrestar na venda do edificio do convento e suas pertenças.

Finalmente, em officio de 8 de Agosto de 1879 do ministério da Justiça dirigido ao Vigário Geral, foi concedida a estabilidade no convento às duas senhoras recolhidas acima referidas, até ao falecimento da última.

Estas senhoras eram companheiras das últimas religiosas do convento, a quem auxiliavam no serviço do coro.

Afinal, falecidas estas senhoras, o convento não foi vendido e ainda hoje está na posse do Estado, e nele estão instalados serviços públicos.

III — A MUTILAÇÃO DO CONVENTO

O edificio do convento das Carmelitas manteve-se intacto até 1905. Mas em 1904, a Câmara Municipal da presidência de Gustavo Ferreira Pinto Basto, homem de notável iniciativa e acção, deliberou abrir uma rua partindo do grandioso edificio do Governo Civil e de outras repartições distritais, incorporando o Terreiro, e terminando na Rua Direita, hoje denominada Rua dos Combatentes da Grande Guerra (1914-1918).

Esta rua teria 144 metros de comprimento, e a largura de quase toda a fachada do dito edificio, que tinha sido cons-

A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DAS CARMELITAS

truído no local do novo paço de João de Sousa Ribeiro da Silveira, construído nos meados do séc. XVIII e destruído depois por um incêndio no dia 24 de Junho de 1871.

Em 3 de Setembro de 1888 começou a demolição deste paço, para no seu local se construir o edifício para as repartições públicas distritais, entre as quais as do Governo Civil.

A abertura de tal rua, que afinal veio a fazer-se, e foi denominada *Praça de Marquês de Pombal*, levantou em Aveiro uma enorme opposição por cortar a parte norte do convento. Alegavam os oppositores que a rua não era necessária e que a sua construção mutilava o convento das Carmelitas, considerado um monumento de grande valor histórico e artístico para Aveiro, e que demais tinha sido o paço dos duques de Aveiro. Esta última afirmação não era verdadeira.

Certo é que a obra executou-se e o convento por tal motivo foi em parte destruído.

A pretensão da Câmara Municipal em abrir a dita rua motivou uma representação dirigida ao Rei, datada de 15 de Março de 1905, e subscrita por vários habitantes da cidade de Aveiro, na qual protestavam contra a execução do projecto que já estava entregue no Ministério das Obras Públicas.

Terminava a representação com as seguintes palavras:

«Todo o comentário é ocioso. Considerados os factos nesta singeleza, o desacerto do empreendimento, económica e moralmente nocivo, é evidente. E a nós só nos cumpre protestar contra uma tão arrebatada obliteração do sentimento pátrio, pedir a Vossa Magestade que interponha a sua autoridade soberana para evitar aquilo que redundaria em ofensa ao amor com que a cidade de Aveiro quer respeitar as suas tradições e quanto lhas pode lembrar.»

Esta agitada questão deu origem à publicação em 1905 de um interessante opúsculo sem indicação de autor nem de Tipografia, mas que deve ter sido escrito por MARQUES GOMES, investigador aveirense que conheceu muito bem o convento. Nele se faz a descrição e história do convento das Carmelitas descalças, então ameaçado de parcial destruição, com vista a manter-se a sua integridade. Este opúsculo era intitulado: *«O Edifício do Convento das Carmelitas. Necessidade de o conservar como recordação histórica da cidade de Aveiro. 1905.»*

O texto está datado de 15 de Março de 1905.

Dele vamos transcrever algumas das suas páginas, nas quais se descreve o convento, e se dão valiosas informações históricas.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

«O palácio foi mandado construir por D. Brites de Lara e Meneses, entre os anos de 1610 a 1616, que nele passou a residir alguns anos depois. Ali viveram também mais tarde as vúvas duquezas de Torres Novas e de Caminha e o duque de Aveiro D. Raimundo de Lencastre, que foi quem fundou em 1659 o convento, que veio acabar com a morte da última religiosa professa em 1879.

O edificio sem ser muito grande é suficientemente vasto para os fins que até hoje tem servido e para qualquer aplicação que no futuro possa vir a ter. Conserva na sua mor parte a primitiva estrutura, e, está com pequeníssimas excepções, no melhor estado de conservação.

Não é uma ruína como já se afirmou, mas ruína que fosse, que não é, deve-se respeitar, conservar.

Na sua origem e até o começo do século XVIII compunha-se de quatro lanços e flanqueavam-no quatro torreões formando tudo um todo muito regular e de bom aspecto, rico mesmo para o tempo, em que as habitações dos nobres eram duma simplicidade e pobreza architectónica que humilha.

Tanto aqueles como estes eram perfeitamente iguais; os primeiros compunham-se de lojas e primeiro andar regularmente elevado, tendo cada um oito janelas de peitos, gradeadas hoje, a que correspondiam em baixo outras tantas de igual tipo e tamanho; os segundos tinham um outro andar e em cada uma de duas suas faces uma sacada alta, entaipadas há muito, com suas correspondentes no nobre e térreo. Aqueles tiveram sempre o telhado corrido como agora, mas até certa época o destes foi em forma de corucheu. Em tudo o estilo do século XVII. A ala do poente, essa desapareceu, mas não sem deixar alguns vestígios, para em seu lugar se edificar o templo que em parte ocupa o espaço compreendido pela antiga capela ducal, e, que por muito tempo foi a igreja do convento.

Junto ao antigo palácio que D. Brites de Lara fizera edificar e comunicando com ele, construíram depois as religiosas dois anexos, um ao norte, em 1739, que constitui a cozinha e refeitório no andar térreo, e outro ao sul, em 1765, composto de diferentes casas que em tempos passados formavam a enfermaria.

Em frente ao largo do Terreiro fica a porta do convento; ornamentam-na as armas dos duques de Aveiro, e, sobre a padieira ou verga lê-se gravada a data 1659 que revela a época da fundação do mesmo.

Esta porta dá acesso a um espaço quadrado, o vestíbulo; na frente daquela fica a entrada para a clausura, extinta desde 31 de Março de 1879.

Ao lado direito de quem entra há uma porta para a igreja e do lado oposto outra que comunica com o corredor que

A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DAS CARMELITAS

leva à *grade* e uma meia entaipada, de alvenaria, e nela embebida a roda, atributo obrigado a toda a portaria de convento, de pau santo com guarnições de metal.

As paredes são revestidas de silhares de formoso azulejo, de superfície lisa e pintura azul sobre fundo branco, desenho largo mas correcto, muito bem conservado. Na parte superior central de cada um dos vãos, vêem-se as armas carmelitanas rematadas por uma coroa ducal, e nos dois que ficam do lado direito uns escudetes em que se lê: *Ano — De 1737*. Esta data é dos azulejos e não a da construção desta parte do edificio, que era o antigo *saguão* do palácio, como se dizia então, loja de entrada, vestíbulo, como diríamos hoje, e tão antigo como ele.

A data duplica-lhes o valor, pois como disse o autorisadíssimo crítico de arte, sr. Joaquim de Vasconcelos «azulejos datados são muito raros; uma descoberta de um exemplar é, só por si, um facto importante».

Transposta a porta do convento propriamente dito entra-se logo no claustro, quadra muito regular e alegre, formada por trinta e seis arcos de volta inteira circular, em cantaria, firmados sobre pilastras de cantaria também, nove por cada lado, e, ligados por um estilóbato guarnecido do mesmo modo de cantaria, e recomendáveis pela sua harmonia architectónica. Ao centro vê-se um pequeno tanque de pedra, com uma taça de pouco mais de metro de altura, onde corre água que vem encanada do poço da cerca; em volta alegretes com arbustos e flores. Por cima, há uma galeria de género diferente das de quase todos os claustros de casas conventuais; é fechada e recebe a luz por dezasseis janelas sacadas, sem vidraças, quatro por lado. Imediatamente a esta galeria e comunicando com ela, envolvendo-a pelo nascente, norte e sul, existe um corredor povoado de quadros e nichos, com imagens de devoção, ao longo do qual se abrem as portas das celas, em número de vinte e duas, e as das capelas de Nossa Senhora das Dores e de Santa Ana. Cada uma destas capelas ocupa o espaço do andar nobre dos dois torreões que subsistem ainda.

Onde está a segunda, diz a tradição haver sido a câmara da duquesa D. Ana Manrique de Cárdenas, duquesa de Torres Novas pelo seu casamento com o 1.º duque do mesmo título e mãe do 4.º de Aveiro D. Raimundo de Lencastre; que ali se conservou por bastantes anos o retrato da mesma senhora no medalhão que há no centro do tecto, e em que as religiosas mandaram pintar depois a imagem da sua matriarca Santa Teresa de Jesus, quando em 1739 fizeram renovar a pintura, que continuou em tudo mais a conservar a feição primitiva e tão característica do século XVII.

Na capela das Dores, além de diferentes imagens e quadros a óleo, há um presépio com figuras em barro, mas de insignificante valor. As duas salas que ficam na parte superior destas capelas e ocupam do mesmo modo todo o espaço do torreão, tem os tectos em caixotões com ornatos de talha nas intersecções. Afóra os coros e bem assim as casas que ficam compreendidas nos andares superiores dos torreões, cujos tectos e pavimentos são de madeira, tudo o mais, galeria, corredores e celas, é de abóbada e pavimento de tijolo.

Ao fundo da galeria, lado sul, encontra-se a capela do antigo noviciado consagrada a Jesus, Maria e José, e cujas imagens bem estilizadas, são um belo exemplar de escultura religiosa.

No começo da ala poente da galeria, ao cimo da escada de pedra que lhe dá acesso, a mesma do antigo palácio de D. Brites de Lara, fica o ante-coro. As paredes são revestidas de azulejo, e dali se entra para o coro que é regular. Ao longo das paredes, no topo, e aos lados da grande janela gradeada que deita sobre a igreja, vêem-se altares de boa talha dourada com diferentes invocações. A imagem do *Ecce-Homo* em tamanho natural, que num deles há, é magnífica. Veio de Espanha, mandou-a dali às religiosas a irmã do duque fundador do convento, D. Maria de Guadalupe e Lencastre, que foi depois duquesa de Arcos e de Aveiro, verdadeira organização de artista, pois pintou muitos quadros que distribuiu por diferentes igrejas, e que jamais esqueceu os dias venturosos da sua mocidade passados nesta cidade, então simples vila, com a duquesa sua mãe, e seu irmão o duque.

Não é aquela a única jóia artística que existe no coro, onde o retumbante cadeirado de alto espaldar doutras casas conventuais, é substituído agora por uns singelos assentos de madeira pintada. Há uma outra: o quadro que ocupa o espaço superior à grade, intermediário entre os dois altares. É uma tela de valor; assunto, a Virgem, S. João e Maria Madalena, velando o cadáver de Jesus descido da cruz. É deslumbrante a obra de talha que a emoldura.

Como o *Ecce Homo*, é uma dádiva que as religiosas tiveram. Foi o 7.º duque de Aveiro, D. Gabriel de Lencastre que lha ofereceu, já com destino ao local onde se acha, meses depois de haver tomado posse da casa de Aveiro, o que se verificou em 1732. Desde sempre o duque mostrou muito affecto a Aveiro, affecto que conservou até à morte, pois determinou em seu testamento que o seu cadáver tivesse aqui a sua última jazida, o que se cumpriu. Daquelle affecto compartilharam a Santa Casa da Misericórdia, de que foi provedor dez anos, 1733 a 1743, e que muito beneficiou com esmolas e serviços, e os conventos de Jesus e das Carme-

litas. Presenteou aquele com três grandes lampadárias de prata para o túmulo de Santa Joana Princesa, e este com o belo quadro a que nos vimos referindo, e que tudo indica ter sido pintado em Espanha, talvez por algum discípulo de Rivera, pois foi naquele país que nasceu o duque e ali se conservou até ser investido na posse da Casa de Aveiro.»

«As paredes, tanto da capela-mor como do corpo da igreja propriamente dita, são forradas até um terço da sua altura de belo azulejo, no género do do vestíbulo, de igual tom e cor, mas de pintura e assunto diversos, composições sacras em molduras de estilo rococó; e dali para cima, de deliciosa talha, trabalho perfeitíssimo como é também o da tribuna do altar-mor e dos laterais e em que predomina mais ou menos, o estilo barroco atenuado.

No fecho do arco cruzeiro, revestido como tudo o mais de deslumbrante talha, vêem-se as armas dos duques de Aveiro como padroeiros que eram do templo. O tecto de madeira, apainelado, molduras em talhas e douradas, é todo coberto de pinturas em tela, um quadro em cada vão, representando factos da vida de Santa Teresa de Jesus reformadora da ordem carmelitana.

No trono e altares, por toda a parte, vasos com flores, que a miúdo se renovam, e o mais escrupuloso azeite. Parece que o pó nunca lá entrou. O silêncio que sempre ali reina, a pouca claridade, a meia luz que de continuo envolve o templo, dão-lhe um não sei quê de místico e sublime que nos atrai, que nos prende, incutindo-nos no espírito um grande sentimento de respeito e de devoção.

É dedicada a S. João Evangelista, que é também o patrono do convento, mas a imagem de maior devoção que nela há, é a de Nossa Senhora das Dores, que em 1859, por oferta dum cavalheiro português, para ali veio, indo ocupar o lugar da Virgem da Conceição, que passou para o altar fronteiro, até então dedicado a S. Tiago.

Tal é a igreja das Carmelitas no seu interior; e esta magnificência, este luxo de ornamentação contrasta bem com o seu exterior, pois a arquitectura do seu frontespício é o que pode haver de mais pobre e singelo. Mas como sempre assim foi, assim deve continuar a ser, para que maior seja a surpresa de quem ali entra pela vez primeira.»

Por estas transcrições ficamos sabendo como era o edificio do convento. Nada impediu que ele fosse cortado para a construção da rua, e teve de desaparecer a ala poente do edificio e parte do coro da igreja.

A parte do convento que se conservou foi restaurada, e nela está actualmente instalado o Comando da Polícia de Segurança Pública de Aveiro.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

A seguir publicamos em ortografia actual alguns documentos que interessam à história da fundação do convento, e são cópias de documentos autênticos que pertenceram ao seu cartório e foram feitas nos fins do século XIX.

DOCUMENTOS

I

Escritura de empraçamento de prédios urbanos situados na rua do Campo, em Aveiro, feito a D. Brites de Lara e Meneses, por Lopo Cabral da Silveira, em 16 de Fevereiro de 1617.

Em nome de Deus amen. Saibam quantos este instrumento de aforamento em perpétuo para sempre fateusim virem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1617 anos aos 16 dias do mês de Fevereiro do dito ano nesta notável vila de Aveiro e nas estalagens de Manuel Coelho em que vim aonde estava pousado Lopo Cabral da Silveira fidalgo da Casa de Sua Majestade administrador da capela e morgado que instituiu Afonso Domingues de Aveiro, situada na igreja de S. Tiago de Coimbra e da outra parte o licenciado António Teixeira morador nesta vila como procurador bastante da senhora D. Brites de Lara e Meneses, como se vê da procuração que apresentou de que o traslado é o seguinte, feita e assinada por ela senhora de que dou fé: Dona Brites de Lara e Meneses faço meu bastante procurador ao licenciado António Teixeira morador nesta vila para em meu nome se contratar com Lopo Cabral da Silveira, administrador do morgado e capela que instituiu Afonso Domingues de Aveiro, e de lhe aceitar prazo fateusim de todas as casas que tenho incorporadas nas minhas na rua do Campo desta vila que são foreiras à dita capela pela renda e pensão que lhe parecer e mais condições e obrigações que o dito administrador quiser obrigando minhas rendas a sempre lhe fazerem bom pagamento, porque para isso o faço meu bastante procurador com livre e geral administração, e assino esta em Aveiro 16 de Fevereiro de 1617 anos. Dona Brites. A qual procuração tornei à mão do dito licenciado que assinou de como a recebeu, e sendo assim trasladada a dita procuração como dito é, logo pelo dito Lopo Cabral da Silveira administrador da dita capela e morgado foi dito perante mim tabelião e testemunhas ao diante nomeadas que ao dito seu morgado e capela pertenciam as casas que foram de Esgueirão morador na rua do Poço que pagavam 50 réis e as de Bastião Brás alfaiate 130, e uma galinha, e as de Antónia de Melo 800 réis e 2 galinhas, e as de Francisco Cardoso 140, e as de António Gonçalves Assucarado que foram do Serralheiro 120 e uma galinha, e as de Leonor Leitoa 2 galinhas, as quais todas acima são de foro de prazo dos Pregos e filhos que foram do licenciado Domingos Gonçalves Prego, e as que são do dito prazo dos Pregos e filhos digo prazo dos ditos herdeiros são as seguintes a saber: as que foram de Manuel Pires e de sua mulher Antónia de Paiva pagam à dita capela uma galinha e aos ditos herdeiros 300 réis e as que foram de Margarida João pagam uma galinha e aos ditos herdeiros outros 300 réis e as casas que foram de Domingos Rodrigues Rev.^{do} pagam à dita capela uma galinha e os herdeiros nada, e as casas que foram de Tomás da Costa que houve de Simão Gabriel pagam à dita capela uma galinha e aos ditos herdeiros 600 réis, e as casas que foram de António Veloso pagam à capela uma galinha e um frango e aos ditos herdeiros 300 réis, e as casas que foram de Isabel Fernandes pagam à capela uma galinha e aos ditos herdeiros 300 réis, e as casas que foram de Manuel António que vendeu o Macedo a Gaspar Domingos pagam à dita capela uma galinha e um frango e aos ditos herdeiros 300 réis, e as casas que

A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DAS CARMELITAS

vendeu Simão Dias que estão em nome de Gonçalo João pagam à capela 40 réis, e aos ditos herdeiros 310 réis, e as casas que vendeu Maria Fernandes a Forte pagam uma galinha à capela e 310 réis aos ditos herdeiros, e as casas que foram de António de Basto que comprou Manuel Ferreira a Matias Gonçalves pagam à capela 1 galinha e meia e aos ditos herdeiros 250 réis, as quais casas e quintais disse ele senhorio estavam juntas e incorporadas nas que ela senhora hoje tem e possui e mandou fazer em que entram quintais, e defronte ficam as de Francisco Cardoso, e do Serrano, e partem estas casas e quintais acima, que tudo hoje está murado e circuitado sobre si, da banda do norte com casas foreiras à dita capela e do prazo dos ditos herdeiros e do sul com rua do Campo, e do Nordeste com rua de João de Melo, e entestam em casas de Lourenço de Almeida foreiras à dita capela, das quais casas se pagava a ele administrador a renda e pensão acima dita em cada um ano por dia de S. Miguel de Setembro, e as que ficam defronte partem com quintal de António Álvares Botelho e quintal de D. Teresa e vão entestar em casas da rua Nova que foram de Domingos João o Seita de alcunha que hoje possui seu genro, tosador, e com rua pública do Campo, e ora disse ele administrador que por justos respeitos que a isso o moveram e por sentir ser em proveito da dita capela e morgado, está concertado com o dito licenciado António Teixeira como procurador bastante da dita senhora de lhe aforar como de feito aforou as ditas propriedades atrás nomeadas e confrontadas deste dia para todo o sempre em fateusim perpétuo para ela senhora e seus sucessores e herdeiros até o fim do mundo e isto por foro e pensão em cada um ano de 2.500 réis por todas as ditas casas e quintais atrás nomeados reduzindo galinhas e frangos em dinheiro à dita soma de modo que não será ela senhora obrigada nem seus sucessores e herdeiros a pagar a ele administrador nem a seus herdeiros e sucessores em cada um ano mais dos ditos 2.500 réis em dinheiro de contado, no qual dinheiro ela senhora lhe aumenta mais em sua fazenda daquilo que as ditas casas pagavam 400 réis e os ditos 2.500 réis de foro e pensão que pagará ela senhora por dia de S. Miguel de Setembro de cada um ano, e a 1.^a paga fará pelo 1.^o de Setembro desta presente era e daí em diante por outro tal dia em perpétuo para sempre a ele administrador e a seus feitores e recebedores nesta dita vila de Aveiro pelo dito dia atrás nomeado e declarado, e além disso aos ditos herdeiros o que fica dito, e com a condição que ela senhora não poderá mandar fazer pagamento aos ditos herdeiros sem primeiro mostrarem paga de como tem pago a ele administrador e seus sucessores sob pena de lhe mandar pagar a pensão que eles são obrigados a lhe pagar à dita capela posto que em si não tenha todas as propriedades do dito prazo dos ditos herdeiros, e com condição que em caso que ela senhora compre os foros aos ditos herdeiros lhe pagará a ele administrador o terrádego de 10 um conforme se paga à dita capela, e além disso o foro que eles lhe pagavam que são 1.250 réis e 11 galinhas e demais disto de cada morador aquilo que costumava pagar à dita capela, isto além dos 2.500 réis acima ditos, e com condição que em caso que ele administrador por alguma via tire aos ditos herdeiros os ditos foros e aos sucessores dele a dita senhora por sua fazenda será obrigada a lhe pagar aquilo que os ditos herdeiros recebem dela como o que atrás fica declarado com todas as custas que sobre isso se fizerem, e que com estas condições disse ele administrador que havia por aforadas, como de feito aforou em fateusim as ditas casas a ela senhora e a seus herdeiros e sucessores até o fim do mundo, e em caso que as ditas casas atrás aforadas se vendam, será com licença dele administrador se as quer tanto pelo tanto, e não as querendo, então com sua autorização as poderão vender com se lhe pagar seu terrádego de 10 um como se costuma pagar à dita capela, e que ele será autor e defensor de toda a pessoa que a este prazo ponha dívida ou embargo algum, e que ele senhorio confessava estar pago dos foros e terrádegos das ditas propriedades que ela senhora por si e seu criado Rui Dias Evangelho compraram até hoje que se meteram nas ditas casas novas

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

com as que ficam defronte atrás nomeadas, e se dava por pago e a fazenda dela senhora por quite e livre, e pelo dito licenciado António Teixeira como procurador bastante dela senhora que aceitava este prazo com as ditas condições atrás ditas, e por virtude da dita procuração obriga as rendas e juros dela senhora ao cumprimento de este prazo, e sempre lhe fazerem bom pagamento pelos dias e tempo atrás ditos sem a isso se pôr dúvida nem embargo algum e desta maneira aceitou em nome da dita senhora e assim o quiseram, outorgaram e mandaram ser feito este instrumento de prazo fateusim nesta nota, sendo a tudo testemunhas presentes o licenciado João Pimentel, Manuel da Rocha, António Fernandes Rego, moradores nesta vila, que assinaram e de cada parte pediu um traslado, e perante quem este li Melchior Correia de Vasconcelos tabelião o subscrevi e assinei — Lopo Cabral — António Teixeira — João Pimentel — Manuel da Rocha — António Fernandes — o qual instrumento de aforamento eu sobredito Melchior Correia de Vasconcelos tabelião do auto judicial em esta notável vila de Aveiro e seu termo pelo Duque senhor dela, tomei em livro de minhas notas donde este fiz trasladar bem e fielmente sem cousa que dúvida faça com o próprio o concertei a que me reporto em todo e por todo e aqui assinei de meu público sinal tal é.

II

Verbas do testamento de D. Brites de Lara e Meneses, moradora em Aveiro, feito nesta vila em 13 de Março de 1647, relativas à fundação em Aveiro de um convento de freiras carmelitas descalças.

Satisfazendo ao despacho acima do Licenciado Francisco Mendes Freire juiz de fora com a alçada de sua majestade nesta dita vila. que em meu poder está um livro de notas em que está lançado o testamento da Senhora D. Brites de Lara e nele entre outras verbas estão as seguintes:

Quero e mando que nestas minhas casas em que vivo se funde convento de freiras da religião de Nossa Senhora do Carmo descalças com juro perpétuo de 200:000 réis em cada um ano com as condições seguintes:

1.^a Eu nomearei logo 4 freiras para entrarem em 4 lugares podendo-se. E há-de haver 1 lugar perpétuo para uma descendente de António da Maia irmão de João da Maia que foi meu veador e não havendo descendente que queira ser freira ou falte por não haver fêmea na sua descendência entrará neste lugar uma mulher honrada, nobre, natural desta vila de Aveiro que escolherá o meu herdeiro e o que fizer a casa dos Maias.

2.^a Que o convento começará com clausura na forma do Sagrado Concilio e constituições da religião dentro em 3 anos que lhe dou para se efectuar o que ordeno, e neste tempo se porão os 200:000 réis em depósito por mão de meu herdeiro e testamenteiros e deles se poder tirar o dinheiro que for necessário para algumas cousas pertencentes ao convento, mas há-de ser depois de se haverem as licenças dadas para haver mosteiro.

3.^a Que o convento será fundado nestas casas e em nenhum outro lugar nem se poderá trocar, mudar, variar, incorporar com nenhum outro convento de qualquer qualidade ou religião que seja nem o juro dos 200:000 réis se poderá mudar ou aplicar por via alguma em algum outro convento ou lugar nem agora nem em tempo algum.

4.^a Que não haverá efeito sem espera no que eu farei em minha vida ou se fará por ordem minha, que eu darei em uma cédula ou codicilo depois de minha morte.

5.^a Que farão as religiosas um aniversário todos os anos por minha alma em dia [do meu] óbito.

6.^a Que nas missas conventuais do dia me nomearão por padroeira e nos capitulos provinciais e conventuais, orações comuns e particulares me encomendarão a Deus como sua fundadora e padroeira.

A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DAS CARMELITAS

7.^a Que a invocação do convento há-de ser de Nossa Senhora da Conceição.

8.^a Que o meu herdeiro e testamenteiros executarão tudo bem assim como o ordeno e mando, e outro assim entre outras verbas contidas no outro testamento está uma do teor seguinte: ordeno e mando que neste meu convento de Carmelitas descalças se diga missa ordinária perpétua por minha alma, pelo que ao capelão que a disser se lhe darão 30:000 réis todos os anos, que será de juro; a escolha do tal capelão será da prelada e mais religiosas, servas de Deus e mais votos para que assim seja quem elas melhor lhe pareça ser e o tiver a seu serviço mando que os ditos 30:000 réis se hão-de de dar na mão da prelada para que ela faça a paga ao tal capelão por elas escolhido como tudo consta do dito testamento.

E por verdade entre outras donde extrapassei na verdade do livro donde está lançado que fica em meu poder a que em tudo e por tudo me reporto e com ela está com o official abaixo assinado concertei, conferei e assinei em Aveiro aos 11 dias do mez de Setembro de 1660 anos.

Custódio Gomes Carvão

III

Licença régia dada ao duque de Aveiro, D. Raimundo de Lencastre, em 21 de Julho de 1657, para fundar em Aveiro um convento de freiras carmelitas descalças.

Dom Gaspar de Maldonado Espleta comendador, etc.

Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que havendo respeito a que por sua petição me enviou dizer o Duque de Aveiro Dom Raimundo meu muito amado e prezado sobrinho de meu conselho e estado sobre a licença que pede para fundar um convento de religiosas Carmelitas descalças na dita vila de Aveiro, que conforme é sua regra não podia exceder o número de 21 freira, para cujo sustento elle lhe dava 200:000 réis de juro e capelas que no convento havia de instituir, com que podia sustentar-se capelão e confessor, e com os dotes das religiosas que tudo bastava sem dependerem de esmola o qual convento se havia de fazer na mesma vila de Aveiro em umas casas suas que diz ter nela que já estavam em forma de convento, como freiras, e paredes que serviam de muros, e que não podiam ter criadas particulares, nem de comunidade, e visto as causas que alega e resposta que sobre o requerimento deu o procurador da mesma coroa, e serem as religiosas para que se pede esta licença de grande observância: Hei por bem e me apraz em fazer mercê ao Duque D. Raimundo que possa fundar na sua vila de Aveiro um convento de religiosas de Carmelitas descalças nas casas referidas e com o juro e capelas de que trata, o qual convento não excederá o número de 21 religiosas como fica relatado e este alvará se cumprirá como nele se contém e valerá posto que seu efeito haja de durar mais de um ano sem embargo da ord. L.^o 2 n.^o 40 em contrário. Manuel do Couto o fez em Lisboa a 21 de Julho de 1657 — Jacinto Fagundes Bezerra o fez escrever. — Rainha — E por me ser pedido o dito traslado, lho mandei passar do dito Livro a que me reporto — Francisco Coelho o fez em Lisboa a 15 de Novembro de 1664 — D. Gaspar Maldonado de Espleta.

IV

Doação do duque de Aveiro, D. Raimundo de Lencastre, de 29 de Outubro de 1657, que determinou a fundação definitiva do convento das carmelitas descalças, em Aveiro.

«Martim Calado Freire tabelião público do auto judicial e notas nesta nobre e notável vila de Aveiro e seus termos pelo Duque, etc. Certifico

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

que em meu poder está um livro de notas em o qual está uma doação que o Excelentíssimo Senhor Duque de Aveiro fez às religiosas Carmelitas descalças de que o traslado de verbo ad verbum é o seguinte. — Saibam quantos este instrumento de pura e irrevogável doação qual em direito melhor chamar-se possa para que mais valha virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil seiscientos cinquenta e sete aos 29 dias do mês de Outubro do dito ano nesta nobre e notável vila de Aveiro e no convento de Nossa Senhora do Carmo dos Carmelitas descalços onde eu tabelião fui onde estava presente o Excelentíssimo Senhor Duque de Aveiro D. Raimundo de Lencastre e bem assim o Reverendo Padre Frei Sebastião da Conceição, Provincial da Ordem dos ditos padres Bispo eleito de Indiapor, e o padre prior do dito convento Frei António do Espírito Santo, e o padre Reitor do Colégio de Coimbra Frei Manuel da Conceição, e o padre secretário do dito padre provincial Frei Rodrigo da Encarnação, ao qual aí em presença de mim tabelião e testemunhas ao diante nomeadas, pelo dito Excelentíssimo Senhor Duque de Aveiro foi dito que ainda que estava desobrigado de fazer a fundação das religiosas Carmelitas descalças na sua vila de Aveiro e nas suas casas e de lhe dar o juro que a Excelentíssima Senhora D. Brites de Lara deixara em seu testamento se desse para a dita fundação por ter passado o tempo que no dito testamento estava assinado para se concluir esta fundação e foi a causa da dilação não haver querido Sua Majestade El-Rei D. João 4.^o dar licença nem a Excelentíssima Senhora D. Juliana duquesa de Caminha sua prima nem o Excelentíssimo Senhor Duque, contudo de sua livre vontade, pela devoção que tem a santa Teresa e para serviço de Nosso Senhor e pelo bom exemplo, edificação que dão seus filhos em toda a parte faz doação à dita religião do seguinte por haver alcançado licença da Rainha Regente por seu alvará assinado por sua mão Real em Lisboa a 21 de Julho de 1657 anos, registada na chancelaria no livro dos registos e mercês a folhas 44 v.^o doa ele dito Excelentíssimo Senhor à dita religião para sempre 200:000 reis de juro em cada um ano pagos nesta vila no Almoarifado em que estão caucionados, e outro sim as casas em que de presente está, assim e da maneira que as possui e devia possuir, e foram da Excelentíssima Senhora D. Brites de Lara, como também quintais e todas suas pertenças, a cuja satisfação obriga todo o juro que a dita Senhora D. Brites de Lara lhe deixou caucionado no Almoarifado da dita vila e a madre Priora e mais religiosas que forem e estiverem em qualquer tempo no dito convento que se há-de fazer, serão obrigadas a satisfazer inteiramente as condições seguintes: — Primeiramente que ele Excelentíssimo Senhor Duque de Aveiro ficará sendo o padroeiro em sua vida, do dito convento e depois de sua morte os possuidores da casa de Aveiro — 2.^a que na capela maior do dito convento se não poderá enterrar corpo algum nem por via de depósito, salvo ele Duque e os seus successores ou pessoas a que ele ou eles derem licença sendo seus parentes — 3.^a que farão por ele Senhor Duque todas as orações, obras e exercícos espirituais costumados fazer pelos fundadores padroeiros e benefeitores e pelos que têm carta de irmandade de que já a sagrada religião lhe tem feito mercê — 4.^a que a missa conventual será em vida dele dito Senhor Duque por que Nosso Senhor lhe dê boa morte e depois dela será por sua alma, salvo nos dias em que falecer alguma religiosa, porque então lha dará de esmola digo lha dá e será a missa por ela, e nos dias em que se fizerem os officios que por obrigação vão nesta escritura, dirão a missa pelas pessoas por que fazem os ditos officios — 5.^a serão as madres obrigadas a fazer em cada um ano quatro officios de defuntos de nove lições, um por El-Rei D. João 2.^o, outro pela Excelentíssima Senhora D. Brites de Lara, outro pelo Excelentíssimo Senhor Duque D. Jorge que morreu na batalha de África e outro pelos mais Duques e Duquesas da casa de Aveiro e seus filhos e filhas, e depois de ele dotador morto se fará outro officio por ele todos os dias em que nosso Senhor for servido levá-lo, com declaração que o do Duque D. Jorge se fará no dia em que

A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DAS CARMELITAS

foi a perda de El-Rei D. Sebastião, e os que se hão-de fazer pelos mais Duques será em 7 de Setembro de cada um ano — 6.^a que o convento terá por invocação S. João Evangelista, e os altares laterais será um de S. Tiago menor e outro de Nossa Senhora da Conceição — 7.^a que na capela maior se porão as armas dele doador como também na porta principal do convento — 8.^a que o Reverendo Padre Provincial será obrigado trazer as religiosas fundadoras dentro em um ano — 9.^a que começarão a vencer o juro de que ele doador lhe faz doação do dito dia de todos os santos deste presente ano — 10.^a condição — que de primeira entrada poderá ele Excelentíssimo Senhor Duque nomear quatro pessoas para serem freiras de véu preto, e que não tenham raça de judias, mouras e mulatas, e outro sim sejam mulheres de boa vida, e fama e costumes, e destes 4 lugares ficará um perpétuo para ele doador para si e mais sucessores da casa de Aveiro, que dele descenderem de qualquer de seus irmãos, e havendo ele dito Senhor de nomear, será o lugar em que o possa fazer, e o que vagar pela 1.^a que falecer das 4 nomeadas, mas havendo de nomear qualquer sucessor seu, o não poderá fazer senão no lugar da 3.^a que morrer das 4 nomeadas. E em caso que Deus não permita que a casa de Aveiro passe a sucessor que não seja descendente dele dito Senhor doador ou de qualquer de seus irmãos, não poderão nomear ninguém no tal lugar por assim ser vontade dele doador, e se acaso morrer sem fazer nomeação dos 1.^{os} 4 ou algum deles, quer que os sucessores já declarados a não possam fazer a tal nomeação senão de 2 lugares. E com estas condições faz a dita doação e fundação ele doador, as quais condições para a dita fundação aceita o dito Reverendo padre Provincial em seu nome e das mais religiosas que houverem de estar no dito convento, como também em nome dos prelados Provinciais seus sucessores e se obriga a tudo cumprir e guardar e a confirmar esta doação pela junta de seus assistentes, que por breve de Sua Santidade tem as vezes do definitório geral desta província em sua autoridade obriga os bens da Religião a tudo se cumprir, e como se contém nesta doação sem dúvida nem embargo algum, pena de se não cumprindo ficar inválida esta doação, e de nenhum efeito e vigor, e porque de tudo foram contentes, assim aqui o Excelentíssimo doador Duque, o Reverendo padre Provincial e mais padres no fim deste assinados, mandaram ser feito este instrumento nesta nota em que assinaram com testemunhas presentes António André trabalhador nesta vila, João André morador em seu termo de Ílhavo, Martim Calado Freire tabelião, que o escrevi — Duque — Frei Sebastião da Conceição provincial — Frei Manuel da Conceição reitor — Frei António do Espírito santo prior — Frei Rodrigo de Encarnação secretário — António André — João André — como tudo consta do dito livro que fica em meu poder a que em tudo me reporto e às próprias donde passei a presente por meu sinal feita, e por mim subscripta e asinada de meu sinal público, e concertada com o próprio oficial aqui assinado em Aveiro aos 6 de Dezembro de 1659 anos e vai rubricada de meu sobrenome Calado Freire em cinco meias folhas com esta. Martim Calado Freire tabelião a subscrevi e assino em público e lida por mim tabelião.»

Martim Calado Freire

concertado comigo
escrivão Gabriel Paes Pacheco

FRANCISCO FERREIRA NEVES

O POVO DA REGIÃO DE OVAR NA OBRA DE JÚLIO DINIS

NO volume v do *Arquivo* (1939), a propósito da celebração do primeiro centenário do nascimento de JÚLIO DINIS, foi publicado um pequeno artigo nosso (págs. 241-246), em que se liam estas palavras: «Seria curioso extrair das obras deste autor todos os grandes quadros populares que nelas existem e mostrar e provar a sua actual persistência» (pág. 242).

Ora é aos quadros que então tínhamos no pensamento, pertencentes as *Pupilas do Senhor Reitor* e a *Morgadinha dos Canaviais*, que agora vamos referir-nos.

Não escapou a JÚLIO DINIS a facilidade de rapazes e raparigas da região de Ovar para o improvisado de quadras nos cantares ao desafio durante os folguedos do povo, principalmente nas estolhadas e arraiais. Nas *Pupilas*, o namoro de Pedro e de Clara começa por um desafio, provocado por Clara, quando, lavando roupa com outras mulheres em rio situado junto do campo em que aquele filho de José das Dornas trabalhava, notou ser por ele observada. O rastilho da afeição que por fim os levou ao altar foram as quadras que ali trocaram—três cada um—, de tão popular sabor, que, em vez de inventadas, muito bem poderiam ter sido ouvidas e recolhidas pelo romancista. A curiosa cena encontra-se no capítulo VII.

Quando criança e rapaz, inúmeras vezes ouvimos um cantador da região vareira, chamado *Marques Sardinha*, de tão grande fama, que justamente mereceu ser perpetuado

A REGIAO DE OVAR NA OBRA DE JÚLIO DINIS

no quadro de azulejos que figura na frontaria da estação de Avanca, e dele fixámos esta quadra:

Eu sou o Marques Sardinha,
da fregueia de Avanca;
não posso fazer carinhos
a quem me fizer carranca.

Não assistiu, por certo, JÚLIO DINIS a nenhum desafio propriamente dito: dada a facilidade e fidelidade com que reproduzia os costumes populares, era natural nos transmitisse esse pitoresco espectáculo que os cantadores e cantadeiras oferecem nas romarias a quem os quer ouvir. Conhecemo-lo particularmente da romaria da Senhora da Saúde de Castelões de Cambra, aonde acorrem, nos dias 13, 14 e 15 de Agosto de cada ano, abundantemente, indivíduos de todas as idades das populações da Beira-Mar — Ovar, Estarreja, Murtosa—. Segundo o ritual tradicionalmente imposto, cantador e cantadeira, rivais de ocasião, acompanhados pelos rapazes das violas, pandeiros, bombo, ferrinhos e *harmónica* e cercados pelos respectivos contrerrâneos, companheiros de viagem, e pelos curiosos, que não raro formam multidão, ali mostram a prontidão e presteza com que se defendem dos ataques do adversário ou a arte com que exprimem os sentimentos que o desenrolar da pugna lhes desperta.

Mas, se JÚLIO DINIS, nesse romance, apenas esboçou um desafio, deixou-nos da *esfolhada* ou *desfolhada* uma perfeita fotografia. Pertence ao capítulo xxix do romance, do qual vamos transcrever o essencial para ilustração do leitor que ou nunca tenha participado nesse trabalho de *esfolhar* ou *descamisar* as espigas do milho, ou nunca haja assistido à animada operação:

«A esfolhada fez-se na eira espaçosa e desafogada de José das Dornas, e por formosíssima noite de luar claro como o dia.

O velho lavrador tinha dedo para dispor as cousas convenientemente. Um enorme monte de espigas ocupava o meio da eira. Abertas, de par em par, as portas do cabanal aguardavam as amplas canastras, para onde se iam lançando as espigas esfolhadas.

Sentados em circulo à volta daquela alta pirâmide, trabalhavam, azafamados, parentes, criados, vizinhos, amigos e conhecidos, que sempre afluem aos serões desta natureza, ainda quando não convidados.

Não havia lugares de distinção ali. Cada qual se sentava ao acaso, ou, quando muito, conforme as suas secretas preferências. A mais completa igualdade se estabelecera na companhia, desde o princípio dos trabalhos. José das Dornas, que sabia como ninguém manter, nas ocasiões devidas, a sua dignidade de chefe de família, dava desta vez o exemplo de sem-crimónia, praticando jovialmente até com o mais novo dos seus criados, e estes usavam para com ele de liberdades que, fora do tempo, lhes saíam caras. Pedro, rapaz sempre atencioso e grave no seu trato com os velhos, naquela noite, tendo por vizinha uma séria e madura matrona da aldeia, requêbrava-se em galanteios para com ela, e affectava rendidos extremos, com grande riso dos circunstantes e de Clara, a qual, pela sua parte, fingia uns ciúmes igualmente aplaudidos da assembleia.

Uma velha, querendo aproveitar o tempo, tentou regular ali as suas contas com Nossa Senhora, rezando uma das muitas coroaes de que lhe estava em dívida; e a cada passo rompia em vociferações contra duas raparigas entre as quais ficara e cuja continuação palestra a fazia perder na fileira de padre-nossos e ave-marias da sua interminável reza. Os arrufos da velha eram novo estímulo para risadas.

As vezes, saltava no meio do círculo uma criança com grandes bigodes feitos de barba de milho, e a ideia era logo apoiada e imitada por todas as outras, com grandes embaraços ao bom e pronto andamento da tarefa do serão. As mães ralhavam, rindo; os pais faziam o mesmo e, disfarçadamente, punham ao alcance dos pequenos, novos instrumentos para idênticos delitos.

As raparigas e os rapazes atiravam uns aos outros o gorgulho que por acaso encontravam nas espigas, o que introduzia grande alvoroço na assembleia e enchia os ares de gritos e de vozearias atroadoras.

— Milho-rei! Milho-rei! Milho-rei! — rompeu de um lado uma voz, e esta tríplice exclamação tudo pôs em desordem... —

Aquele grito partira de José das Dornas, que fora o primeiro a cujas mãos concedera a sorte, enfim, uma espiga vermelha.

A festa mudou súbita e completamente de carácter. À exclamação do lavrador respondeu grande alarido na assembleia. De todos os lados se pedia o cumprimento da lei das esfolhadas. Cabia, pois, a José das Dornas fazer a primeira distribuição de abraços.

O alegre lavrador não se fez rogar. Seguiu-se então um espectáculo eminentemente cómico. José das Dornas ergueu-se do lugar onde estava, para correr, um por um, todos os outros e, com profusão de abraços, dar o exemplo da observância à lei reguladora da festa... A cada rapariga que abraçava, José

das Dornas, prolongando mais o abraço, dizia, com visagens e gestos que faziam estalar de riso os circunstantes:

— Na minha idade, aos sessenta anos, só o milho-rei me podia dar destas fortunas! Ainda bem que a sorte mo trouxe às mãos!

Ao abraçar os homens, exclamava ele, com certo ar de desconsolação, cômicamente expressivo:

— Que belo abraço desperdicei agora!

Passando pelos filhos, abraçou-os também, dizendo-lhes:

— Rapazes, tenham paciência. Eu sei que não são destes abraços que vós quereis. Mas é lei, é lei. Os outros virão a seu tempo.

A um criado disse, meneando a cabeça:

— Ah, maroto! Ser obrigado a abraçar-te, quando tanta vontade tinha de te apalpar doutra maneira as costas! Ora vá, que talvez não te gaves doutra!

O certo é que, depois disso, começou a animar-se a esfolhada. As espigas vermelhas, como se atraídas pelo bom acolhimento feito à primeira, apareceram sucessivamente a diferentes mãos, e cada uma que aparecia dava lugar a episódios graciosos e a prolongada hilaridade.

As vezes, era uma rapariga tímida e acanhada, que não queria cumprir a sentença, e então todas as vozes se reuniam a exigi-la. E ela a recuar-se, e os vizinhos a empurrá-la, e todos a aplaudirem, e a rapariga, sorrindo e enleada de confusão, a correr a roda, e alta vozeria a celebrar com ovações a vitória sobre a rebelde; outras, era um velho ou velha, a quem faziam tropeçar, ao abaixar-se para dar o abraço, e que depois cobriam desapiadadamente de montes de folhelho, com aprovação e coadjuvação geral da parte jovem dos serandeiros; outras, um rapaz destemido, que pela terceira vez reclamava abraços e contra o qual se tramava uma conspiração mulheril a contestar-lhe a legalidade das pretensões, acusando-o de fraude e de trazer de casa as espigas vermelhas de que se valia. Animava-se então a discussão, mas, afinal, sempre se davam os abraços.

Todos, porém, aceitavam as excepcionais liberalidades desta noite de tradicional folgança, com a consciência de que não poderiam nunca fazê-las valer a justificar ulteriores e mais arrojadas aspirações.»

* * *

Passando agora à *Morgadinha dos Canaviais*, detenhamo-nos primeiro a observar, no capítulo II, a descrição da sala da casa de D. Doroteia. Só depois de havermos entrado,

há bons vinte e oito anos, no exercício de missão oficial, em várias casas da freguesia de Válega, é que verdadeiramente compreendemos a fidelidade dessa descrição. Atentemos somente na apresentação dos objectos de devoção da proprietária:

«Cada parede era um museu de estampas de devoção. Poucos santos e santas da corte celestial não estavam ali representados e com um colorido, que era o maior pecado a que estes bem-aventurados haviam dado lugar cá no mundo. Cá se via Santa Quitéria e as suas sete companheiras; Santa Ana ensinando Nossa Senhora a ler; o Senhor dos Passos, venerado em S. João Novo, no Porto; o Bom Jesus de Bouças, representação da imagem que, segundo reza a respectiva crónica, é obra das mãos de José de Nicodemes; os Santos Mártires de Marrocos, da igreja de S. Francisco; etc., etc. Sobre a cómoda de pau preto era devotamente venerado o mais rubicundo, menino e bem disposto Santo António que ainda modelaram as mãos de santeiro afamado. —»

No interior da redoma onde se abrigava o santo, estava estabelecido o museu de raridades da tia Doroteia. Eram flores artificiais, concharinhas e caramujos, um rosário de caroços de azeitonas, uns poucos de vinténs de prata, enfiados e pendentos do braço do Menino Jesus, que o santo sustentava ao colo, verónicas, escapulários, uma campainha benta, uma medida do braço do Senhor de Matosinhos, um pão do sacco de Santa Isabel, que vai na procissão de Cinza, no Porto, e outros objectos curiosos.»

Ao ler o passo em que o autor nos apresenta a rezar, à noite, a dona da casa e sua criada Maria de Jesus, somos sempre transportado aos tempos de infância, em que nossa avó paterna, oriunda de S. Vicente de Pereira, nas rezas da noite em nada differia da D. Doroteia de JÚLIO DINIS:

«Ouvir rezar as duas santas velhas — escreve o autor, no mesmo capítulo —, e era essa a occupação dos seus curtos serões, equivalia a escutar uma resenha das diferentes calamidades que perseguem e apoquentam o género humano, e que ellas desta maneira pretendiam evitar:

— Um padre-nosso e uma ave-maria a S. Marçal, para que nos livre do fogo! — dizia D. Doroteia, e seguia-se o padre-nosso. Outro a Santa Luzia milagrosa, para que nos dê vida e claridade na alma e no corpo; outro a S. Brás, para que nos proteja da garganta; outro a S. Vicente, por causa das beixigas, etc. Seguia-se um padre-nosso por todos os que andam sobre as águas do mar; outro pelos pobres sem abrigo nem alimento; outro pelos órfãos; outro pelos doentes; um pelos vivos;

outro pelos mortos; um pelos justos; outro pelas almas do Purgatório, não hesitando até a sua caridade em transpor as portas do Inferno e pedir também pela remissão dos condenados. E ainda depois desta minuciosa e longa enumeração, um último padre-nosso fechava a primeira série, compreendendo todos os não contemplados por esquecidos, ou por não terem lugar na classificação.

Compunha a segunda série a menção especial de cada uma das pessoas falecidas das suas relações: parentes, amigos e conhecidos, por cujo «eterno descanso entre os resplendores da luz perpétua» oravam com verdadeira compunção.»

No capítulo III, descreve JÚLIO DINIS a maneira como então se fazia nas aldeias a distribuição do correio. Vê-se à porta da «repartição do correio» — dirigida pelo pitoresco Bento Pertunhas — «muita gente parada — mulheres, velhos, moços, crianças, uns sentados, outros deitados, outros de pé e encostados à umbreira, e todos aparentemente aguardando alguma coisa ou alguém do lado de uma das ruas que vinha terminar no largo, e para a qual se dirigiam todos os olhares».

Anunciada pelos que esperavam correspondência a chegada do «homem da mala», segue-se a cena da distribuição, que deve perfeitamente corresponder à verdade observada em Ovar por JÚLIO DINIS, nesses tempos em que ainda não havia carteiros...

Transcrevemos o saboroso trecho, tantas vezes reproduzido em livros de leitura:

«Mestre Bento Pertunhas começou, em voz lenta e fanhosa, a leitura dos sobrescritos.

A cada nome proferido, erguia-se quase sempre uma voz, às vezes um grito; estendia-se por cima das cabeças um braço e, podemos acrescentar, ainda que se não visse, alvorotava-se um coração.

Outros, os não nomeados ainda, olhavam com ansiedade para o masso, que diminuía, e cada vez mais se lhes assombrava o semblante.

— Luisa Escolástica, do lugar dos Cojos — lia o mestre Pertunhas.

— Sou eu, senhor; sou eu. Ai, o meu rico homem! — exclamou uma mulher jovem, apoderando-se avidamente da carta.

— Joana Pedrosa, de Serzedo — continuava ele.

— Aqui estou. Será do meu António, senhor? — disse uma velha, pobremente vestida.

— *Será do seu António, será* — respondeu o insensível funcionário. — *O que lhe posso dizer é que traz obreia preta.*

A mulher, que já tremia ao receber a carta, deixou-a cair, ouvindo aquelas sinistras palavras. Apanharam-lha; e ela, tomando-a, saiu da loja a chorar lastimosamente.

— *Se foi o filho que lhe morreu, não sei o que há-de ser dela!* — disse um dos circunstantes.

— *Cousas do mundo!* — respondeu outro.

Estes comentários foram interrompidos pela continuação da leitura.

— *João Carrasqueiro.*

— *Pronto, senhor!* — bradou um velho.

— *A mesada, hem?* — disse Bento Pertunhas, fitando-o por cima dos óculos. — *O rapaz não se esquece.*

— *Deus, Nosso Senhor, o ajude, que bem bom filho tem saído.*

— *D. Madalena Adelaide de...*

— *É a Morgadinha, é a Morgadinha* — disseram a um tempo muitas vozes.

— *Agradecido pela novidade! Era cá muito precisa a explicação!* — disse o Pertunhas; e, passando a carta para uma mulher, que era a encarregada de fazer a distribuição a quem a podia gratificar, acrescentou:

— *Leve-lha a casa.*

E prosseguiu:

— *Augusto Gabriel...*

— *É o mestre-escola...*

— *Ora fazem o favor de estar calados! Esta... como ele vem por aqui... pode ficar... Ainda que... será melhor levar-lha a casa. Leve; leve também.*

— *João Cancela.*

— *É o João Herodes.*

— *Esse foi a Lisboa.*

— *Então, quando vier, que apareça.*

— *O tio Zé Pereira ficou de receber as cartas. É compadre dele.*

— *Eu não quero saber de compadres. O tio Zé Pereira que se ocupe do seu zabumba e deixe lá os outros.*

A leitura, mais ou menos acompanhada destes diálogos, prosseguiu, redobrando de momento para momento a ansiedade dos que iam ficando. Um fundo suspiro, unísono, melancólico, expressivo de desalento, seguiu-se à leitura do último nome e às poucas palavras com que o funcionário fechou a tarefa.

E acabou-se.

Os que ainda estavam na loja saíram cabisbaixos, morosos e com tão má vontade, como se ainda tivessem esperança de comover a inexorável sorte.»

Notável é também a descrição da noite de Natal na casa do Mosteiro, ou seja na casa do Conselheiro Manuel Bernardo, pai da Morgadinha. Várias transcrições, muito rápidas, darão ideia da meticulosidade com que o autor da *Morgadinha* transplantou para o romance o que no seio de família abastada por certo observara. Vejamos:

«A balbúrdia, a azáfama festiva que ia no Mosteiro é indescritível. Na coziuha, nas salas, nos corredores tudo era movimento e ruído.

Aqui, eram as crianças jogando, a pinhões, o «par ou per-não» e o «rapa», jogos popularíssimos e da ocasião, que, de tão conhecidos, dispensam o trabalho de descrevê-los. — . . . —.

No aposento imediato ao quarto de D. Vitória, armara-se o presepe, diante do qual ardiam seis velas de cera em castiçais de prata maciça.

As duas velhas senhoras, D. Doroteia e D. Vitória, encetaram logo no princípio da noite uma longa e devota reza, meio recitada, meio cantada, a qual se continuava com uma interminável enfiada de padre-nossos e ave-marias, a que respondia em coro a parte feminina da família, as crianças e as criadas.

Corifeu era a senhora de Alvapenha [D. Doroteia], que em voz trémula e quebrada pela idade entoava em singela canlilena coplas como esta:

Ó infante suavíssimo,
vinde, vinde já ao mundo,
livrar-nos do cativoiro
deste jazigo profundo.

E seguia-se um padre-nosso e uma ave-maria.»

Agora, a descrição do presepe, que condiz com o observado por nós em presepes da região:

«Era efectivamente uma complicada máquina aquele presepe. . . ».

Este traste, antiquíssimo na família, gozava de nomeada num círculo de léguas em redor. Havia empenhos para o ver no tempo do Natal; e, se algum viajante estacionava dois dias na aldeia, encontrava sempre quem lhe recomendasse o visitar o presepe, como cousa digna de ver-se.

Consistia ele numa espécie de santuário de pau preto, no meio do qual havia uma pequena gruta toda cravejada de cara-

mujos e rosas de papel com estames de fio de prata. Dentro dessa gruta estava deitado o Menino Deus, não sobre umas palhas, como a tradição refere, mas, graças aos impulsos do compadecido coração de D. Vitória, que, ainda que tarde, parecia tentar um lenitivo aos antigos rigores da humanidade, em uma bonita cama de lençóis de renda com cercadura dourada, colcha de cetim bordado e colchão e travesseiro da mais macia penugem de aves americanas. Ao lado, Nossa Senhora e S. José, de proporções quase iguais às do Menino; mais longe, a vaca e a mula tradicionais.

Os episódios, porém, eram inquestionavelmente o mais interessante da obra. Vários grupos de pastores, soldados e fidalgos de todos os tamanhos, feitiços e vestuários ornavam a cena. Ali, um cego tocador de sanfona; um grupo de galegos, dançando ao som da gaita de fole; uma pastora com ovos, mais adiante; ao lado, um grupo celebrando um pique-nique, perfeita actualidade, tudo em mangas de camisa, com gravata e botas de cano; outros, fumando e bebendo cerveja. Uma amazona inglesa, com seu jóquei, galopava nas cercanias de Belém; um vareiro e uma vareira caminhavam a par com as ofertas para o Menino. Ao longe, nos visos da serra, apareciam os três Reis Magos, que deviam levar dez dias a chegar a baixo.

Não esqueceu o inspirado autor daquele monumento escultural os muros de Jerusalém. Eles lá estavam, coroados de ameias e de milicianos fardados à inglesa e armados de lanças e arcabuz. Eram gigantes aqueles guerreiros, pois não obstante estar a muralha no plano do fundo do quadro, qualquer deles era duas vezes maior do que as figuras do plano da frente. No alto da muralha arvorava-se a bandeira portuguesa. Havia vários santos espalhados pelas agruras daquelas montanhas e, entre os aditamentos feitos pela devoção de D. Vitória ao presepe, contava-se o de um Santo António de Lisboa, que, apesar de taumaturgo, parecia muito admirado de se ver naquele tempo e lugar. Um galo colossal soltava do telhado do presepe o grito anunciador; anjos e querubins espreitavam do céu por entre nuvens de algodão e estrelas de ouropel. Era um prodígio!»

Vejamos agora alguns passos da descrição da representação de um auto, em dia de Reis, no «pátio do Mosteiro», isto é, defronte da casa do Conselheiro. Preliminarmente, esclarece o autor (cap. XVIII): «Em ocasiões de festa, levanta-se em qualquer terreiro ou pátio de quinta um tablado. Vêm adorná-lo as mais vistosas colchas de chita, das quais também se formam os bastidores; alugam-se nos

depósitos mais modestos da cidade ou vila próxima vestidos de reis, de príncipes e de guerreiros, em que se combinam os elementos de épocas e nacionalidades disparatadas, e perante uma plateia rústica, ao ar livre, como no teatro antigo, desfiam-se em cantada choradeira as sentimentais peripécias da vida de qualquer santo, ou, entre gargalhadas, os episódios cómicos de algum enredo popular».

Serve de orquestra a filarmónica da terra dirigida por Bento Pertunhas, tocador de trompa, o qual também se encarregara do ensaio da peça. O principal papel pertence ao recoveiro Cancela, a que há referência na cena da distribuição do correio, mais conhecido pela alcunha de *Herodes*, por no auto desempenhar o papel dessa personagem.

O autor, como sempre, tem a preocupação de reproduzir o que viu:

Logo depois de uma hora da tarde, começou a povoar-se o pátio de espectadores, e os actores a reunirem-se na parte do tablado, occulto por colchas de chita aos olhares da multidão.

Principiava a ensaiar os instrumentos o pessoal da filarmónica, dirigida por mestre Pertunhas, cuja trompa célebre servia também de batuta. Chivava já o clarinete, assobiava o flautim, roncava o fígale, uivava a flauta, e todos prometiam aos ouvidos a mais inarmónica das torturas. Mestre Pertunhas, distribuídas as partituras e vendo todos a postos, deu o sinal de principiar. Um, dois, três; um, dois! — dizia ou fazia ele com os olhos e com os movimentus da cabeça e pés, porque a boca... essa já estava aplicada à embocadura da trompa. O segundo «três» era o tempo fatal. Os músicos, porém, ou por distraídos, ou por a comoção própria dos actos solenes, não corresponderam ao sinal, e a nota furiosa, extraída da trompa do mestre Pertunhas, achou-se só no espaço e fugiu, envergonhada, a esconder-se na concavidade dos montes vizinhos, deixando na passagem os ouvidos quase em sangue.

Este successo foi saudado com uma gargalhada geral, que redobrou quando as notas dos outros instrumentos, vendo partir, desacompanhada, a nota chefe e reconhecendo a falta, saíram alvoroçadas atrás dela, cada uma por sua vez. Foi uma debandada musical de indescritível efeito». — —

«Afinal, calou-se a banda, sem que se pudesse dizer o que tinha querido tocar. Sucedeu-lhe um intervalo de silêncio. Passou pela assembleia o estremecimento que precede as ocasiões solenes. Os olhares de todos os espectadores fixavam-se na cobertura de chita que já se via ondular.

Apareceu, enfim, o primeiro personagem do auto. Era o Herodes. A alta e membruda figura do pai de Ermelinda,

com os seus ombros largos, as faces injectadas, o olhar faiscante, os cabelos e barbas negros e espessos, o andar grave e pesado, sob o qual gemiam as juntas do tablado, o timbre volumoso de voz e certo arreganho selvático com que falava e gesticulava, imprimia na multidão um quase pavor, que nem o conhecimento intimo que tinha do homem conseguia dissipar. Herodes trazia manto real e turbante muçulmano, borzequins vermelhos, corpete de veludilho azul, calções golpeados. Pendia-lhe à cinta um alfange e uma pistola; ao peito, algumas condecorações.

.....
O auto rompe com um monólogo de Herodes.»

Acompanhado de comentários, reproduz o autor esse monólogo:

Não há vida mais inquieta
nem mais cheia de cuidados
do que a de um rei que pretende
conservar os seus estados.

Comecarei desde logo
a publicar leis tiranas,
que aterrem os meus montes,
os palácios e as choupanas.

Será tal o meu furor,
tal a minha indignação,
que ninguém se atreverá
a conquistar meu brasão.

Porém o furor me incita;
o brio dá-me ousadia
para defender o ceptro
a favor da tirania!

Cada lança será um raio;
cada espada um corisco;
cada soldado um trovão;
cada golpe um basilisco!

Seguidamente, sem nunca esquecer a reacção do público perante cada cena do auto, JÚLIO DINIS vai dando ao leitor perfeita ideia da representação, a que originalmente põe termo após a intervenção da *Fama*, papel desempenhado por Ermelinda, filha do recoveiro Cancela, que, em vez dos versos do original, recitou, com espanto de todos e escândalo de Bento Pertunhos, os que o professor Augusto compusera e em segredo ensinara à intérprete.

A descrição das eleições, que se lê no capítulo xxx da *Morgadinha*, é também perfeitíssima.

A gente nova não compreende inteiramente a *verdade* dessa primorosa descrição: o próprio Joãozinho das Perdizes, prototipo do galopim eleitoral, acha-se tão diferente do que era, que nem mesmo os velhos o reconhecerão com facilidade. Esse espectáculo, porém, todos os indivíduos de mais de sessenta anos o compreenderão muito bem, pois foram espectadores ou até — quem sabe? — actores dele. Estamos a ver os diferentes Joõezinhos das Perdizes, azafamados, inspeccionando o rebanho de homens que haviam conduzido até junto da urna, dando ordens, protestando, vociferando; estamos a ouvir, claramente, como se tal se houvesse passado ontem, os apupos, as vozes avinhadas, na ocasião em que, sorvidos os últimos goles de vinho e devorados os derradeiros bocados de pão que os influentes políticos haviam posto à disposição dos inconscientes eleitores, — a multidão ignara regressava a casa, mas agora desacompanhada dos caudilhos, que ficavam na igreja a assistir ao apuramento da eleição, ou a festejar a vitória, se não a deplorar a derrota...

JÚLIO DINIS viu bem e descreveu bem. Deixou aos vindouros, naquele seu romance, um precioso e triste documento das eleições do seu tempo.

Muitas das descrições existentes nos seus romances têm ainda perfeita actualidade; esta pertence ao passado e só existe na recordação dos velhos.

Relendo agora esse belo quadro, recordámo-nos duma cena a que assistimos na aldeia, numa das últimas eleições da Monarquia. Tem todo o sabor de uma anedota...

Na igreja, em cuja parte central se realizavam esses actos. Aos lados do presidente da mesa, os dois influentes políticos da terra e junto deles uns tantos eleitores de confiança, em grupos bastante numerosos. Ali mesmo, à hora da urna, por comodidade e segundo prévio assentimento entre as partes em luta, se entregavam as listas de uma e doutra cor política... De repente, é chamado um indivíduo que se não achava presente. Nova chamada. A terceira, ouve-se do fundo do templo uma voz forte de pessoa que sabe o que vai fazer:

— Pronto, senhor!

Expectativa geral. O homem aproxima-se, a passos firmes; saca da lista e diz com o mesmo acento de convicção,

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

entregando-a ao presidente por cima das cabeças dos corre-
ligionários e no meio de gargalhada geral:

— Esta é pelo Sr. Fulano de Tal; não é por mais malan-
dro nenhum!

Nessa assembleia a que assistimos, lá estavam, com outros
nomes, o Conselheiro; o Brasileiro; o Joãozinho das Perdizes
com o seu *alter-ego* Cosme; o Tapadas; e o Bento Pertunhas,
chefe da filarmónica e encarregado da repartição do correio,
que, sendo da facção do Brasileiro, foi por fim, com todo o
entusiasmo e de trompa em punho, festejar defronte do Mos-
teiro a inesperada vitória do pai da Morgadinha.

JOSÉ TAVARES

bibRIA

O RETRATO DA PRINCESA- -INFANTA SANTA JOANA E O GRANDE ENIGMA DOS «PAINÉIS DE S. VICENTE»

METER foice na seara da questão dos painéis quatrocentistas que se expõem no Museu Nacional de Arte Antiga e que na nossa República das Artes são conhecidos por *painéis de S. Vicente*, é, sem dúvida, hoje em Portugal, um acto temerário.

Ouso praticá-lo, mais no cumprimento do que julgo um dever, do que por vício publicístico, tanto mais que detesto as contendas e sistematicamente me recuso a toda a controvérsia em que a animosidade das pessoas sobreleva a objectividade das discussões.

Temos de convir, todos, em que a questão dos painéis não está resolvida e de que não podem desprezar-se quaisquer achegas, hipóteses ou elementos sérios que sejam sinceramente trazidos ao debate.

Por outro lado, não devemos, também, deixar de reconhecer que os contributos para o estudo do problema têm sido de muito valor, não só por parte dos grandes autorizados na crítica e na história da Arte Nacional, mas também, parceladamente, por parte de alguns estudiosos e curiosos, volvidos em obreiros mais ou menos oportunos desta apaixonante campanha da nossa investigação.

Há muito joio a separar na messe útil e fecunda, mas é de justiça agradecer-se e louvar-se o esforço meritório dos intelectuais portugueses no sentido de se desvendar o perturbante e contumaz enigma da autoria, da técnica, do sim-

bolismo e da identidade das personagens desse grande monumento pictórico que o nosso século tem andado a desenterrar de uma verdadeira colina de *Hissarlic*, em que, como a Troia homérica, jazia coberto pela poeira do esquecimento e do abandono dos séculos e onde JOAQUIM DE VASCONCELOS e Columbano o descobriram e de onde JOSÉ DE FIGUEIREDO o trouxe para a luz da nossa história artística e do conhecimento geral.

Honra seja aos grandes mestres e pioneiros!

Pela minha modesta parte, venho retomar e ampliar alguns raciocínios emitidos há trinta e dois anos, apresentando, como subsídio de estudo para uma possível interpretação da intencionalidade da obra, algumas novas considerações.

O facto determinante desta achega foi a exposição de Londres, verdadeiro facto da exposição da Arte portuguesa, onde o gentilíssimo espírito e o profundo saber do Sr. Dr. Reinaldo dos Santos nos souberam conquistar e garantir um lugar muito digno no âmbito cultural da mundialidade.

Foram a Londres os seis painéis do Museu das Janelas Verdes e com eles foi, também, um quadro coevo, o *retrato da Princesa-Infanta S.^a Joana em traje de corte*, antiga pertença do Convento de Jesus de Aveiro, onde a filha de D. Afonso V tomou seu hábito de dominicana e morreu em santidade, quadro que é a espécie número um da pintura antiga do Museu Regional daquela cidade.

A ausência e o regresso deste importante documento, avivaram-me a ideia, em que há muito persisto, de que o retrato da Princesa-Infanta é uma das chaves do grande enigma dos painéis, chave que não tem sido devidamente utilizada no estudo crítico e exegetico do famoso políptico.

O exame comparativo desse retrato e dos painéis, a recente observação de alguns detalhes ainda não estimados pelos investigadores e o auxílio do precioso e conhecido códice membranário da *fundação do Convento de Jesus e da vida da Senhora-Infanta*, vieram reforçar o meu raciocínio de 1927, fortalecendo-me o ânimo para cumprir o dever mental a que tantos me incitam: expor de novo o caso e, à face dele, propor a lógica conclusão.

É a despretenciosa tentativa do presente estudo.

Nos seis painéis do políptico que JOAQUIM DE VASCONCELOS encontrou em 1882 num corredor de S. Vicente de Fora e que Columbano Bordalo Pinheiro também ali viu e notou, e que o Dr. JOSÉ DE FIGUEIREDO, em 1910, baseando-se numa referência de Francisco de Holanda, atribuiu ao culto de S. Vicente e a Nuno Gonçalves, pintor de D. Afonso v, há duas figuras femininas.

Entre cinquenta e nove figurantes de todo o conjunto (e dizemos cinquenta e nove porque um que é o «Santo» está repetido) só há duas mulheres.

Evidentemente, são duas senhoras de «grande representação e estado», como diria D. Margarida Pinheiro, a memorialista da vida da Princesa-Infanta filha de D. Afonso v.

O facto é curioso, e como nenhum pormenor desta monumental e enigmática obra pictórica nos pode ser indiferente, este, da representação feminina, merece as nossas atenções.

Não há desacordo quanto à alta gerarquia das primeiras figuras daquele ajuntamento tão imponentemente plastificado nas tabuas famosas.

Sem sombra de dúvidas, a obra não é simplesmente votiva, nem meramente devocionista. Sem deixar de ser de índole religiosa, deve aludir a algum grande facto ou a algum grande feito e exprimir um sentimento colectivo, não apenas místico ou religioso, mas cívico e de toda a Nação, respeitante a algum grande acontecimento que a todos emocionou.

À volta do Santo e venerando-o, congregam-se a corte, a fidalguia dominante e batalhante, o clero, as classes médias e populares, a grei.

As duas figuras femininas não são positivamente, nem da burguesia nem da arraia miúda; são da Família Real, pois a jovem que no primeiro plano do quadro conhecido por «painel do Infante» se vê ajoelhada, é pelo seu porte, não arrogante, nem isento de compunção, mas pleno de majestade, e pela riqueza do seu vestuário e dos seus adereços e pelo seu lugar no grupo, uma pessoa de excepcional relevo, seja rainha ou seja princesa.

No sobredito painel do Infante, assim designado por nele, unânimemente, se reconhecer o Infante D. Henrique,

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

o das Navegações, o pintor debuxou no primeiro plano, de mãos postas e com um só joelho em terra, um cavaleiro, homem vigoroso, em plena força da vida, mas não arrogante, nem de imodesto aspecto, cuja posição e atitude nos sugerem logo a dos «doadores», de grandes quadros votivos.

Se atrás dele, e em terceiro plano, foi colocado, de pé, o Infante D. Henrique, vulto egrégio da ínclita geração, é porque o «doador», ou seja o cavaleiro ajoelhado no primeiro plano, se lhe avanta em hierarquia.

Esse cavalheiro-doador tem de ser o Rei.

Da estirpe real têm de ser as quatro personagens que o acompanham em lugar de destaque no acto piedoso e evocativo de um «Santo» que ocupa o centro da composição e preocupa todos os circunstantes e que para o Dr. JOSÉ DE FIGUEIREDO era o Mártir S. Vicente, padroeiro de Lisboa, e para o Sr. Dr. JOSÉ SARAIVA é o Infante D. Fernando, filho de D. João I, o que morreu em Fez, captivo da Moirama.

Como se sabe, D. Fernando, foi deixado em reféns pela restituição de Ceuta aos Moiros, a fim de, por esse expediente, se salvar o resto da expedição derrotada na desastrosa investida de Tânger, trágica bravata dos *Altos Infantes* que para sempre ficou a pesar no coração da Família de Aviz e na consciência alanceada de Portugal inteiro.

De joelhos, no primeiro plano, bem destacada para o observador pela perfeição do desenho, retumbância do colorido, riqueza do seu vestir e dignidade do seu porte, a primeira figura feminina faz uma tal ou qual simetria com o «doador» — soldado, cavaleiro, Rei.

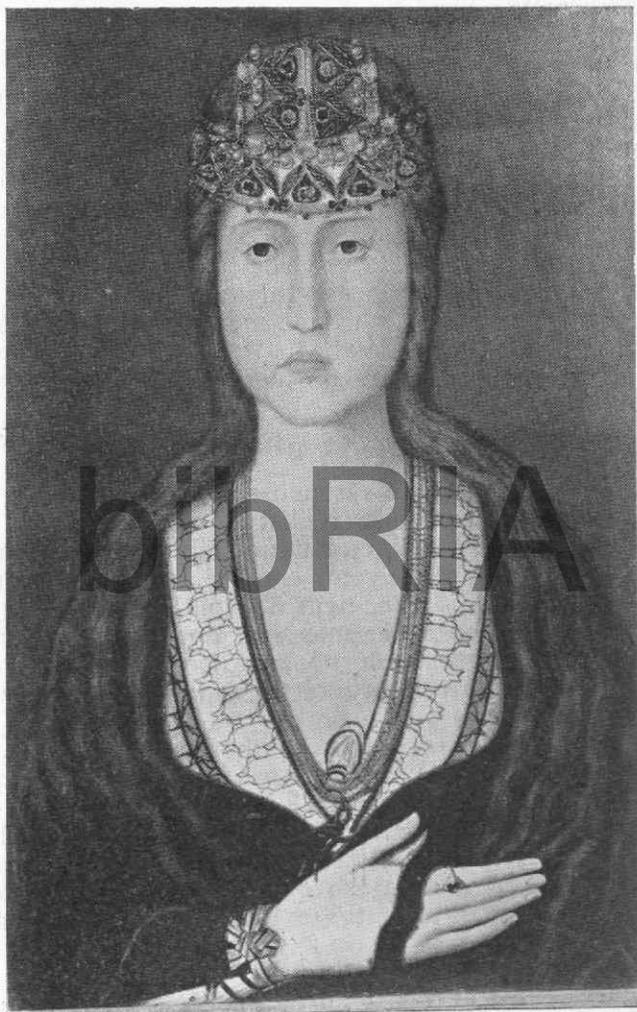
Essa figura feminina é jovem. Mas vê-se na sua maneira e no *rictus* da sua face, que em sua alma paira um ideal longínquo que exclui a fatuidade de ânimo e as futilidades do século.

A louçania da sua feminalidade e a sumptuosidade do seu vestir, não a subtraem ao pensamento e ao sentimento que se revela em todos os rostos.

A riqueza do traje reveste-a exteriormente de ostensiva realeza, mas o rosário de âmbar que segura em suas finíssimas mãos, o ar de tristura e o olhar infixo denunciam-lhe um carácter em que, talvez, dominem preocupações de religião e anseios de infinidade além do pensamento comum que ali reúne todos os figurantes.

O RETRATO DA PRINCESA-INFANTA S.^{TA} JOANA

Considerando que esta figura é escassa de mulheris modelados, o Dr. JOSÉ DE FIGUEIREDO julgou-a pintada mediante



A Princesa-Infanta D. Joana, mais tarde Santa Joana,
no retrato do painel quatrocentista do Museu
Regional de Aveiro

um manequim para poder ser a rainha D. Isabel, defunta esposa do Rei D. Afonso v, havendo quem lhe atribuisse idade muito juvenil.

Observando bem e comparando a figura (tal como a conhecemos do painel com a revelação aos raios X publicada por ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL) temos de concordar em que a retratada devia ser uma jovem de uns vinte anos pouco mais ou menos.

Ora num exaustivo estudo do retrato de uma princesa, também de idade primaveril, e do mesmo Quatrocento, o autor acima citado, ROCHA MADAHIL, observou, muito criteriosamente, que o pintor e os retocadores tinham mostrado especial empenho em disfarçar nesse retrato — peça de imenso valor e raridade, — as curvaturas dos seios do modelo, que, a despeito, o elegante e sintomático ondear do corpete denunciavam como anatómicamente verdadeiros. Esse retrato coevo é o referido retrato da Princesa-Infanta D. Joana.

Temos, assim, dois retratos coevos de duas jovens ou de uma só, da família real, da família ou parentela de D. Afonso V, que coincidem no mesmo detalhe e no mesmo expediente usado pelo pintor.

Trata-se de duas pessoas diferentes ou de uma só?

Desde já, imparcial e serenamente, e observando a pintura de Lisboa com critério realístico, afirmaremos a nossa convicção, de que a primeira figura feminina do painel do Infante, sendo de uma jovem, como é, nem pode ser a de uma mulher que foi mãe, nem de uma criança ou menina dos inícios da puberdade; mas sim de uma rapariga bem constituída e, até, alta de corpo, que não terá muito mais de vinte anos, mas que não poderá ter nada menos de dezassete ou dezoito.

O que certamente houve na modelação do seu busto, por parte do pintor, foi a mesma preocupação havida quanto ao tal retrato quatrocentista, de não lhe salientar a característica e natural feminalidade das formas já desenvolvidas, e isso em obediência a bem compreensíveis escrúpulos de um pudor pessoal e religioso que o exagerado decote, que parece ser único em retratos e quadros da época, já teria alvoroçado.

Por trás desta personagem do primeiro plano, e que não pode deixar de ser de primeira plana no meio daquela junção ideada pela inventiva do artista e, possivelmente, pelo ditame do próprio «doador», situa-se de pé, uma senhora de quarenta a cinquenta anos, toucada de lenço branco, à guisa de monja, e que parece rememorar, pelo seu semblante, graves e dolorosos acontecimentos vividos ou testemunhados, sem, contudo, expressar dor aflita ou angustiado exaspero, mas, antes, uma reflexão calma perante um desgosto geral e comum.

O RETRATO DA PRINCESA-INFANTA S.^{TA} JOANA

Vestida como a «Senhora» ou a «Monja» de um retrato quinhentista, muito conhecido, do Museu das Janelas Verdes, essa dama, cujo branco lavado e puro denota luto ou renúncia aos prazeres e às honrarias do mundo, tem ao peito umas contas de rezar e ocupa à direita do «Santo» uma posição simétrica do Infante D. Henrique, portanto, um lugar hierárquico condizente com o dado ao Navegador.

Deve ser uma Infanta.

Um pouco atrás e ao lado direito do cavaleiro ajoelhado no primeiro plano, nota-se, de pé, uma curiosa personagem masculina muito nova ainda, cujos anos podem oscilar entre os quinze e os dezassete, tendo na cabeça um rico barrete gomeado e segurando na mão esquerda, cujo braço é o único visível para o observador, uma espada.

É um moço; é um rapazote; mais que *rapazito* e menos que *rapazão*.

— Em rapaz tão novo, já uma espada de cavaleiro?... Quem será o juvenil cavaleiro?...

Decididamente este rapaz é de estirpe real e deve ser um príncipe, pelo lugar hierárquico que o artista lhe conferiu, logo depois do «doador» e antes do infante ilustre que era descendente directo, em primeiro grau, do Rei de Boa-Memória...

Um pouco acima da cabeça do cavaleiro orante e de joelho em terra que sobressai no primeiro plano, e que tomamos pelo «doador», é que se nos depara, de mãos postas, negro chapeirão mantado e veste de cor acastanhada, o Infante D. Henrique.

Nunca houve divergências quanto à sua identidade que nos foi assegurada pela *Crónica da Conquista da Guiné*, de GOMES EANES DE AZURARA, existente na Biblioteca Nacional de Paris.

De resto, a figura do Infante de Sagres, tal como a vemos neste painel, foi popularizada no fim do século XIX, em milhares de gravuras, louças, tecidos e bugigangas, por ocasião do Centenário Henriquino celebrado no Porto em 1894. Todo o Portugal a conhece.

Quanto ao processo de identificação das personagens do políptico, podemos dizer que de nenhum outro documento, nem de nenhuma outra prova irrefragável se tem lançado mão na acerba contenda, além da mencionada *Crónica da Guiné* em que se insere o retrato de D. Henrique que perfeitamente se ajusta, pela sua similitude, ao do painel da veneração.

Mas, nos arquivos nos monumentos, nas bibliotecas, nos museus não haverá mais nada de positivo e útil para nos ajudar ao reconhecimento das personagens retratadas?

Devemos dizer que há. Há o retrato da filha de D. Afonso v, a que já nos referimos, exposto no Museu Regional de Aveiro, e que, apesar de bem conhecido e de ter figurado na Exposição dos primitivos do Duplo Centenário e na Exposição de Londres, por ocasião da visita feita à Inglaterra pelo Presidente da República Sr. General Craveiro Lopes, tem sido esquecido como documento essencial à interpretação e à identificação das respectivas personagens, e, mesmo, como documento adjuvante.

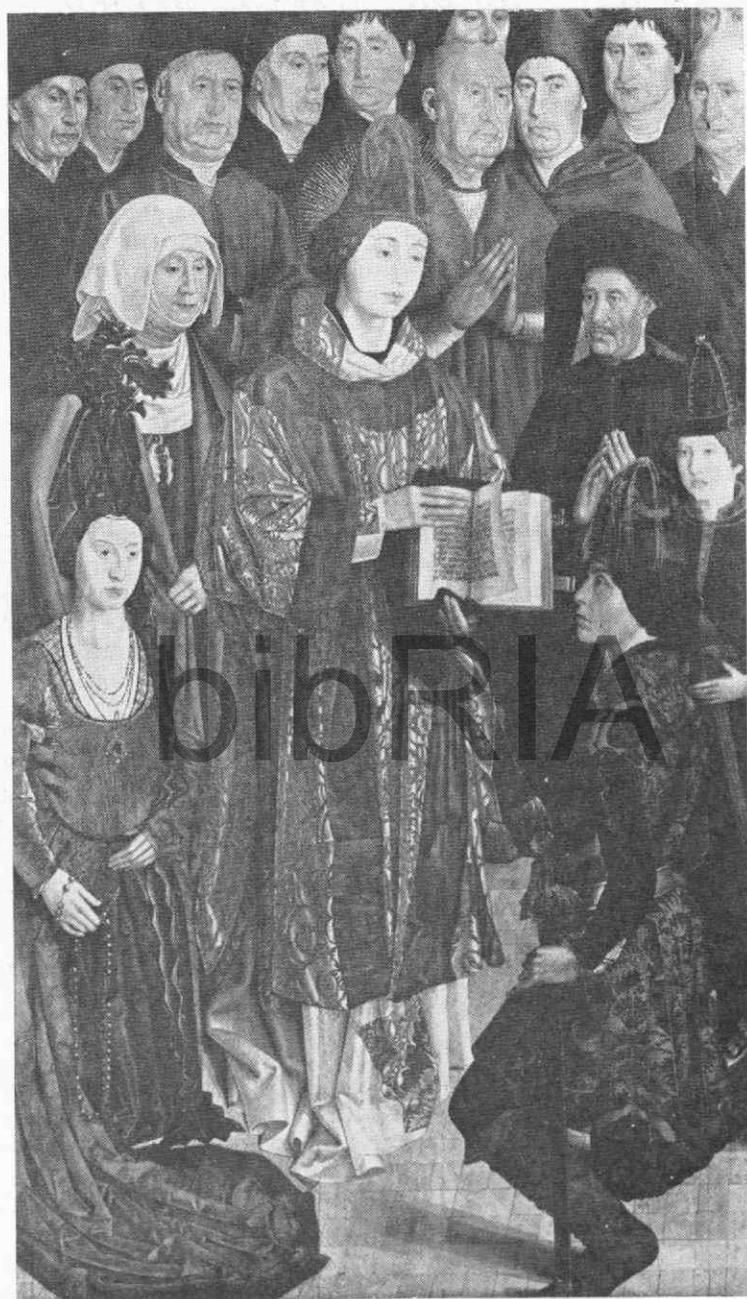
Ora esse documento, sendo coevo e verídico e dando-nos as autênticas feições da filha do Rei e de uma pessoa da Família de Avis, dá-nos também, um testemunho precioso sobre a indumentária feminina usada na corte na segunda metade do século xv a que necessariamente se reporta e tem de reportar a factura do monumento pictórico de S. Vicente de Fora.

Tendo-se discutido muito sobre a identidade das personagens dos painéis e sendo certo que a identificação dessas personagens importa sobremaneira ao esclarecimento e resolução não só do problema histórico, mas também do problema da ideologia da obra ou da sua intencionalidade, a verdade é que o retrato da Princesa, documento de notável realismo e de verdadeira raridade, tem sido como que ignorado, certamente porque o seu testemunho trazido à barra da discussão não foi lembrado de princípio e porque, depois de reconhecido, impediria construções interpretativas como as que se tornaram dominantes em virtude da grande autoridade dos respectivos autores.

Por muito que esta observação me custe, ela tem de se fazer.

Amicus Plato, sed magis amica Veritas.

Com o devido respeito, sem a menor acrimónia, com o mais sincero dos propósitos e com um intuito absolutamente isento, nada mais tendo em vista do que a objectividade do problema, proponho uma revisão do assunto à luz do documento plástico, histórico e iconográfico que é o retrato da Princesa-Infanta e, também, subsidiariamente, do memorial da sua vida, escrito por D. Margarida Pinheiro no final do século xv.



Painel grande do Infante, do políptico do Museu Nacional de Arte Antiga, onde se vêem os retratos da Princesa-Infanta e de sua tia a Infanta D. Filipa de Lencastre, junto do «santo», D Fernando, do Rei D Afonso v e do Príncipe D. João, mais tarde D. João II, conforme a interpretação do presente estudo e, em parte, de harmonia com os estudos de vários autores.

O valor probatório e comparativo desse retrato reforça-se agora com o descobrimento de detalhes que têm relevância na certificação da identidade de uma das primeiras figuras dos painéis — a figura feminina ajoelhada à frente do painel grande, chamado do Infante. E a averiguação definitiva dessa personagem leva-nos por um método comparativo, rigorosamente lógico, ao reconhecimento directo de quatro figuras e ao indirecto de mais duas das figuras da monumental pintura.

Vejamos.

Se a primeira figura feminina do primeiro plano desse painel que podemos e devemos designar, também, pelo principal painel de todo o políptico, é, de facto, aquela princesa real que depois do nascimento do príncipe D. João, passou a ser apenas a infanta D. Joana e que no século XVIII, beatificada pela igreja, começou a ser venerada nos altares como S.^{ta} Joana, temos de concluir que o «Santo», a cuja volta se produz o ideal ajuntamento representativo de toda a Nação do terceiro quartel do nosso fecundo e trágico Quatrocento, é uma pessoa da sua parentela e, portanto, da família reinante.

Sendo assim, descaí, na verdade, a tese vicentina do Dr. JOSÉ DE FIGUEIREDO e firma-se a tese fernandina do Sr. Dr. JOSÉ SARAIVA quanto ao significado e intencionalidade do monumento, mas têm de aceitar-se algumas e bem importantes rectificações à obra interpretativa, crítica e exegetica do segundo ilustre autor e essas rectificações reforçam a identificação de algumas personagens feita pelo primeiro, o muito ilustre e saudoso tratadista, cujo mérito na investigação e na crítica desta obra e da nossa pintura antiga, será imperecível.

As vicissitudes das opiniões, na ordem pessoal, sejam elas quais forem, não podem entrar o processo de investigação em que se procura uma verdade sobremaneira importante para o prestígio da nossa cultura e para a glória da nossa Arte.

O método científico e histórico deve sobrepor-se a todas as considerações que não sejam essenciais à descoberta da verdade, perante o que todos e quaisquer melindres se devem afastar.

Cingimo-nos ao estudo do «Santo» e do quinteto de personagens que o rodeiam no primeiro painel grande do monumental políptico.

Neste painel o «Santo» folheia e mostra aos circunstantes um livro ou evangeliário aberto no evangelho de S. João e para isto nos louvamos no afirmado por FIGUEIREDO concordado pelo Sr. Dr. SARAIVA.

Como muita gente sabe de várias referências históricas à época a que nos reportamos, o evangelista S. João foi o Santo predilecto da Rainha D. Isabel, malograda esposa de D. Afonso v. Essa predilecção fez com que, dos seus três filhos, dois fossem baptisados com o nome de João e um, a única menina, nascida em Fevereiro de 1452, se chamasse Joana.

Se o quadro fosse pintado noutra época ou noutra época que não aquela em que reinou D. Afonso v, o facto do evangelho de S. João aberto por um Santo, na frente do monarca e de seus filhos, não teria importância nem significado atendíveis, mas no caso destes painéis, e na coincidência com a devoção joanina por parte da família reinante, o caso é muito digno de nota, pois revela, segundo todas as probabilidades, uma intenção particular e alusiva.

Parece que o artista quis ser agradável para com o doador e a sua prole, conferindo à figura encomendada como objecto da veneração, um atributo que lhe não era peculiar.

E a prova de que lhe não era peculiar tal atributo, é que na repetição, no segundo grande painel, o mesmo Santo já não mostra o livro aberto nem qualquer evangelho, mas tem o livro fechado debaixo do braço e ostenta na mão um bastão ou seja uma pequena vara mais ou menos semelhante à que se vê na mão de Filipe II no quadro dos Museus Municipais de Amsterdam que figurou na Exposição de Bordeus de 1954, atributo ou insígnia que é frequente em retratos de fidalgos, generais ou guerreiros.

E já que a propósito da vara ou bastão falamos do quadro de Filipe II dos Museus Municipais de Amsterdam, exposto em Bordeus em 1954, não queremos passar adiante sem fazer notar que a personagem de outro documento pictórico levado a esse certamen «*Flandres, Espanha, Portugal*», tem na cabeça um barrete muito semelhante ao barrete que o artista colocou na cabeça do nosso «Santo» e que a essa

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

personagem não falta o resplendor indicativo de santidade, constituído pelos raios dourados dispostos sob um estilo idêntico ao dos quadros grandes do políptico português.

Trata-se do retrato do rei D. Carlos de Aragão em iluminura da Biblioteca Nacional de Madrid.

Vê-se que o barrete de análogo modelo de algumas figuras de «*grande representação e estado*» dos painéis de S. Vicente de Fora, era moda real entre nós e em Espanha na segunda metade do século xv.

JOAQUIM DE VASCONCELOS tinha considerado como moda da Flandres a forma e o gosto de vestir da Princesa do retrato de Aveiro, quando pela primeira vez publicou essa bela tábua quatrocentista, em 1895.

Qual será, então, o atributo ou quais serão os atributos deste «Santo» real dos painéis em que se duplica a sua imagem, mas onde se não repetem os atributos?

A dalmática que ele enverga não é atributo específico, como bem evidenciou o Sr. Dr. JOSÉ SARAIVA. Indica, certamente, um Mártir e não um clérigo. Mas de dalmática têm sido representadas algumas Santas, e com dalmática nos aparecem iconografados em divulgadas pinturas e gravuras, alguns santos como os mártires S. Vicente e Santo Estêvão, porém, trazendo sempre consigo na imaginária os seus atributos: a nau e os corvos para S. Vicente e a pedra na cabeça para Santo Estêvão.

Podemos deduzir que ao «Santo» dos painéis de S. Vicente não havia sido ainda conferido qualquer atributo e que o artista, tendo de suprir essa falta, supriu-a divagando entre uma ideia militar e uma ideia familiar — o bastão de mando ou indicador de supremacia, autoridade, prestígio ou superioridade entre cavaleiros e batalhantes, e o evangelho de S. João, particularmente agradável ao Rei viúvo pela lembrança da devoção da defunta esposa e dos nomes de baptismo dos seus três filhos, um dos quais, o primeiro, falecera pouco depois de nascer.

Se o «Santo» já tivesse atributos litúrgicos e canónicos, isto é, distintivos religiosos e peculiares, o artista não podia ignorá-los e o doador não admitiria a falta porque essa falta despersonalizaria o santo a venerar.

Muito provavelmente o «Santo» ainda não era santo. O «Santo» dos painéis seria um beatificando ou um canonizável no desejo do doador, no conceito do vulgo e no juízo das altas classes e dos clérigos nacionais, mas não, ainda,

perante a disciplina e autoridade da Igreja por falta de um processo canónico regular.

Que santo será, então, o «Santo» dos painéis?

E não contando já com as personagens secundárias, como são as onze assistentes do friso superior do primeiro painel, quem serão as outras quatro figuras que com o Infante D. Henrique cercam o «Santo», orando em sua intenção?

Pondo de remissa tudo quanto a tal respeito se tem escrito, não por menos apreço pelas opiniões emitidas, nem por menos respeito pelos autores ilustres — (alguns, da minha particular consideração e pessoal amizade) — que têm fornecido ao debate e à crítica histórica as suas valiosas e eruditas conjecturas, mas, apenas, por uma estricte questão de método, procuremos abrir uma clareira nesta selva de obscuridades e enigmas, guiados apenas pela luz do indício providencial que nos fornece o Retrato de S.^{ta} Joana conjugado com o memorial da sua vida, escrito por D. Margarida Pinheiro, sua companheira no Convento de Jesus, e pela comparação da sua figura com três figuras do painel do Infante do Museu das Janelas Verdes.

É também a JOAQUIM DE VASCONCELOS que se deve a descoberta e primeira publicação do retrato da Infanta, em 1895, quando o mestre insigne visitou no Convento de Jesus de Aveiro a exposição de arte sacra, então ali realizada, num áureo momento tão afortunado como aquele em que descobriu no corredor de S. Vicente de Fora os epopaicos painéis da Veneração.

O quadro de Aveiro era totalmente ignorado, mesmo dos eruditos locais, até essa data, nem sequer o mencionando MARQUES GOMES, o competentíssimo historiador das «Lutas Caseiras», e meticuloso historiógrafo das «Memórias de Aveiro» e consciencioso biógrafo da própria Santa Joana.

O retrato foi incorporado no património do Museu Regional e tornou-se a pouco e pouco conhecido e apreciado, tal qual sucedeu com os painéis de S. Vicente.

Contudo, apesar de já conhecido em 1910, não se lembraram dele, nem o eminente Dr. JOSÉ DE FIGUEIREDO no seu primordial estudo, nem os seus continuadores e adversários, do que resultou não se ter tomado em conta um documento

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

sem par e de importância capital no estudo interpretativo e exegético dos painéis e cujo valor, para esse estudo, escapara também a JOAQUIM DE VASCONCELOS quando, em 1896, revelara os mesmos painéis à crítica e ao público.

Porém:

... «em Março de 1927, o semanário aveirense o Democrata é, em 14 do mesmo mês, o Portugal, de Lisboa — (diz o Sr. Dr. ROCHA MADAHIL no seu estudo da Iconografia da Infanta Santa) publicam uma entrevista com o Senhor Dr. A. S. ...

«Nas considerações nessa ocasião apresentadas, o Director do Museu de Aveiro sugere que «a figura real que no painel do Infante ajoelha no primeiro plano à esquerda, em frente de D. Afonso V, ou do pseudo D. Afonso V, seja a propria Santa Joana».

«Por essa mesma ocasião se publicava em Lisboa o n.º 2 da revista Brações e Genealogias em que Armando Lassancy (pseudónimo do Dr. Armando Sousa Gomes, segundo o esboço histórico e bibliográfico de A Questão dos Paineis, de Albino Lapa), explanava com boa soma de razões aquela mesma tese, aproximando em gravura as duas figuras.»

«O assunto não teve a repercussão que merecia, e só em 1935 se volta a trazer a público, com alguma coisa de novo, a táboa quatrocentista do Museu de Aveiro. Desta vez, pela pena de José de Figueiredo, na introdução do 1.º volume de documentos do Boletim da Academia Nacional de Belas Artes»...

«E diz então aquele discutido crítico de Arte:

«Quando se examina este painel (refere-se ao retrato da Princesa-Infanta) verifica-se estar-se em presença de uma pintura com todas as características da época em que viveu a filha de D. Afonso V. Preparo do suporte, técnica, indumentária, espirito, tudo é bem do tempo a que pertenceu o modelo.»

«E também me parece que não deve já agora oferecer dúvidas ser esse retrato o da neta do Infante D. Pedro.

Esta identificação não só assenta sobre uma tradição consagrada, como a mascara da retratada, hoje que se conhece pelos painéis de S. Vicente, a imagem autentica de D. João II quando moço, se ajusta à deste príncipe com a mais absoluta irmandade. Ambos, na verdade, apresentam, na mesma forma arredondada da cara, a mesma tez branca e rosada; as mesmas sobrancelhas ralas; só ligeiramente

O RETRATO DA PRINCESA-INFANTA S.^{TA} JOANA

arqueadas; os mesmos, ou pelo menos, análogos cabelos castanho-dourados. Para mais, não falta sequer, no indicador da mão direita da retratada, o anel com rubi que tanto estimou sempre e que o seu testamento menciona. E não pode ainda esquecer-se que certos pormenores mais particulares do seu vestuário andam também muito perto dos que são especialmente típicos no traje da Rainha sua mãe, tal como esta se vê representada por Nuno Gonçalves no painel do Infante.»

* * *

Como se verifica, JOSÉ DE FIGUEIREDO reconheceu, com a semelhança fisionómica, o laço fraterno entre o juvenil cavaleiro do painel do Infante e a retratada da tábua de Aveiro, mas partiu do painel de Lisboa para o quadro do antigo mosteiro de Jesus, enquanto que nós julgamos necessidade de bom método, proceder ao contrário, partindo do retrato da Princesa-Infanta para o retrato do moço-cavaleiro do painel do Infante.

É que para JOSÉ DE FIGUEIREDO, o problema da identidade das personagens principais do políptico de Lisboa estava por ele mesmo resolvido. Porém, para nós, depois da grande controvérsia havida e das grandes dúvidas suscitadas, o que é preciso esclarecer é o que JOSÉ DE FIGUEIREDO julgou esclarecido e o que é preciso demonstrar é o que JOSÉ DE FIGUEIREDO considerou por ele mesmo demonstrado. Por isso partimos do certo para o duvidoso e da verdade averiguada para a verdade averiguanda.

O retrato da Princesa pode e deve ser uma chave do grande enigma.

* * *

Esse verídico e, a todos os títulos, muito importante retrato da *Princêsa-Infanta S.^a Joana em traje de côrte*, assegura-nos de que o juvenil cavaleiro do painel do Infante é o príncipe D. João, mais tarde D. João II, irmão da retratada; de que a Menina-Senhora ajoelhada no mesmo painel é ela própria e não sua mãe, e de que o «Santo» é da sua parentela e não o S. Vicente, padroeiro de Lisboa, cujas relíquias foram trazidas do Cabo de S. Vicente do Algarve para a capital por ordem de D. Afonso Henriques.

Efectivamente o retrato de S.^a Joana não só nos assegura da identidade da figura do Príncipe, pelas razões que já vimos

em FIGUEIREDO, mas ainda nos leva por um rigoroso método de análise e de lógica, à certeza de que um artista da categoria e da garra de Nuno Gonçalves (não importaria que fosse outro o seu nome) não podia pintar, sem muito propositado intuito, figuras fisionomicamente parecidas no mesmo monumento, porque se amaneiraria em três retratos diferentes, como se amaneiram tantas vezes, os pintores de inferior plana repetindo feições e traços fisionómicos em várias personagens do mesmo conjunto.

Haja vista os quadros biográficos que revestem o «oratório» ou aposento em que S.^{ta} Joana faleceu em 12 de Agosto de 1490.

Nesses painéis, aliás muito interessantes pela minúcia descritiva da indumentária e dos adereços, o pintor deu as mesmas feições e expressões fisionómicas a todas as personagens do mesmo sexo e da mesma classe, e, de tal forma, que todas as freiras se parecem com a Princesa e Soror Joana Infante, e todos os fidalgos e cavaleiros se parecem com o Rei ou com o Príncipe, em um dos quadros chegando da Arzila.

Ora o pintor de D. Afonso v, artista de méritos excepcionais e tocado de génio, não repetiria as feições e os traços fisionómicos de quatro figuras do seu políptico se eles não estivessem unidos pelos laços de próximo parentesco ou sanguinidade.

O autor do políptico era, essencialmente, um grande retratista e nos seus quadros não pintava só as faces e os corpos, mas até as almas!...

O ardor das discussões e as situações pessoais dos contendedores não têm deixado ver, em plena serenidade, este facto incontroverso: a flagrante e impressiva identidade de traços fisionómicos e do ar de família da retratada da tábua de Aveiro com quatro figuras e três das principais personagens dos «Painéis de S. Vicente».

JOSÉ DE FIGUEIREDO, prisioneiro da sua própria tese, certamente não quis voltar atrás nos seus estudos posteriores do *Pintor Nuno Gonçalves*, e, por isso, não quis ver mais do que a semelhança fisionómica entre o retrato de S.^{ta} Joana e do cavaleiro-moço que ele próprio, por intuição, identificara com o Príncipe-real, D. João II, como não quis ver mais que a semelhança do vestuário da Infanta no quadro de Aveiro com o da figura ajoelhada no primeiro plano do painel de Lisboa que julgou ser a mãe da Princesa.

O RETRATO DA PRINCESA INFANTA S.^{TA} JOANA



Museu Regional de Aveiro

Painel da chegada de Arzila, no Oratório da Morte
de S.^{ta} Joana. A Princesa Infanta recebe o pai, D. Afonso v,
no seu vitorioso regresso da jornada de África
(17 de Setembro de 1471).

Pintura do princípio do século xviii.

Interpretação anacrónica de um pintor amaneirado

Ao reconhecer estas notáveis e impressionantes semelhanças, o sábio autor de *O Pintor Nuno Gonçalves* não quis refundir a sua tese.

Talento, saber, competência e brilho tinha, ele, contudo, bastante para ver, como ninguém, que os cabelos castanho-dourados da Infanta e do Príncipe, da mesma cor dos da pretensa mãe e rainha e do «Santo» que repetido, nos mostra nas duas figurações, o mesmo castanho-dourado cabelo, e para ver igualmente, que os traços fisionómicos que notou na Infanta do retrato de Aveiro e no Príncipe do painel do Infante, eram os mesmos do Santo venerado pela magna assembleia, nem sequer faltando, o tom esverdeado dos olhos como os da Princesa, olhos que o pintor anotou bem nas quatro figuras loiras e de branca e rósea carnadura contrastada à morenidade de todos os restantes.

* * *

Como a *Crónica da Guiné* nos garantiu o retrato do Infante D. Henrique no políptico da veneração, o retrato de S.^{ta} Joana garante-nos o retrato de seu irmão, o futuro Príncipe-Perfeito, no painel do Infante.

Ora se aquele moço é o irmão de D. Joana e o filho legítimo de D. Afonso v, e se foi colocado atrás do cavaleiro-doador, esse cavaleiro, como já dissemos, não pode deixar de ser o Rei seu pai.

Temos de reconhecer, pois, ali o retrato de D. Afonso v, como afirmou JOSÉ DE FIGUEIREDO e não o Regente D. Pedro, como o Sr. Dr. JOSÉ SARAIVA pretendeu.

A figura feminina ajoelhada ao lado esquerdo de D. Afonso v, não pode deixar de ser a mesma princesa-infanta D. Joana do quadro de Aveiro, não só porque seu rosto, seus olhos, seus cabelos, seu pescoço, seu colo e suas mãos o provam, mas porque o vestuário e os adereços o confirmam e o bom raciocínio o impõe.

Estando ali retratados seu Pai e seu Irmão, a sua ausência seria absurda.

E para se identificar essa figura feminina ajoelhada não é necessário, como FIGUEIREDO fez, recorrer à memória póstuma da rainha D. Isabel que, ao tempo da idade que o Príncipe seu filho aparenta, já estava morta há quinze ou dezasseis anos e cuja sobrevivência no painel nunca podia, em boa razão, preterir a presença da filha viva e sempre querida, como foi, de seu Pai e de toda a família real.

O RETRATO DA PRINCESA-INFANTA S.^{TA} JOANA

Basta pormos o retrato de Aveiro em confronto, e logo nos temos de determinar pela verdadeira personificação da filha de D. Afonso v, cuja falta, à face da lógica, da conveniência geral da época, dó senso comum, da verdade histórica e da affectividade familiar, seria um absurdo.

Na verdade, como explicar o esquecimento, por parte do artista e do doador, da filha do Rei, da irmã do Príncipe?

A semelhança, notada por JOSÉ DE FIGUEIREDO entre o jovem dos painéis e a Princesa do retrato de Aveiro, mais notável e concludente se torna estabelecendo-se uma confrontação conjunta entre o retrato de Aveiro, o do Príncipe e o da figura feminina ajoelhada ao lado do Rei no painel do Infante.

* * *

Mas haverá algum obstáculo histórico, documental ou iconográfico, a que se identifique essa figura feminina com a retratada do antigo Convento de Jesus fundado por D. Brites Leitão?

Não há. A verdade é que não há obstáculo algum.

A sua idade concorda nos dois retratos e concorda, também, com o Príncipe dos painéis.

E a esta concordância, que é a da linha recta da nossa análise e do nosso raciocínio, não pode preferir-se o desvio das conjecturas.

A indumentária e os adereços não só não contradizem, mas vêm confirmar plenamente a identificação que propomos e a que nos conduz um raciocínio legítimo e isento. E este foi o nosso método.

Vejamos mais, seguindo o mesmo trilho e empregando o mesmo método.

No testamento com que faleceu em 12 de Maio de 1490, testamento que Soror Joana Infante escreveu por seu próprio punho, segundo a autora do Memorial, a excelsa filha do nosso último Rei cavaleiro menciona entre as jóias de que dispõe, o seu anel de rubi, e esse anel, que se vê na sua delicada e heráldica mão no retrato do Museu Regional de Aveiro e instalado no próprio edificio do antigo convento de dominicanas de que ela tomou o hábito, deixa-o, por sua morte, ao príncipe seu irmão.

«Item ho Roby grãde do anel ao príncipe meu senhor».

E a seu sobrinho, o menino D. Jorge, filho bastardo de D. João II, que ela, com especial permissão, criara junto de si no mesmo convento, deixa

«ho pendente das tres pedras. E ho pendente da esmeralda».

Apesar das jóias de sua mãe por ordem de seu Pai, terem passado para o irmão, como no-lo assegura a autora do memorial, Soror Joana Infante conservava à data do seu testamento, em Maio de 1490, várias jóias, entre elas *um pendente de esmeralda* que legou a seu sobrinho.

Esse pendente era uma jóia pessoal da Infanta e não uma jóia da coroa, nem uma jóia de sua mãe.

Ora a figura feminina ajoelhada no painel do Infante, do políptico das Janelas Verdes, adorna seu elegante pescoço precisamente com *um pendente de uma bela e grande esmeralda*, encastada em ouro e bem digna do colo de uma princesa esbelta como a mui ilustre filha de D. Afonso V.

Este pormenor é edificante, mas sempre passou despercebido. Trazemo-lo hoje, pela primeira vez, ao debate, sem orgulho nem vaidade, mas sem deixarmos de confessar que foi com suma alegria que tivemos ensejo de descobrir esse inédito pormenor, a quando do regresso dos painéis ao Museu Nacional de Arte Antiga e do retrato da Infanta ao Museu Regional de Aveiro, após a exposição de Londres.

Reparemos, ainda, no vestido da princesa retratada no painel das Janelas Verdes e folheemos o *Códice da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro e do Memorial da Senhora Infante D. Joana filha de D. Afonso V e da Senhora Rainha D. Isabel sua mulher*, o códice precioso a que nos referimos, guardado no Museu Regional de Aveiro, herdado pelo mesmo Museu do convento dominicano do século XV e publicado há anos em benemérita edição do dr. FERREIRA NEVES sobre leitura e direcção de ROCHA MADAHIL.

D. Margarida Pinheiro, refere aí que para a recepção do Rei e do Príncipe, vindos da vitoriosa campanha de Arzila, em Setembro de 1471, D. Joana, então de 19 anos, mandou procurar brocado nas lojas dos mercadores de Lisboa, e,



A Princesa-Infanta D. Joana segundo a interpretação do presente estudo, no painel grande do Infante, no políptico do Museu Nacional de Arte Antiga

como o não houvesse por se ter esgotado com a partida da armada, ordenou seu cerimonioso vestido de um veludo verde.

Pois a saia da figura feminina ajoelhada no painel do Infante, é de cor verde e de veludo, se não nos enganamos quanto ao tecido.

Alguns escritores e batalhadores da pugna dos Painéis têm afirmado que a figura feminina ajoelhada está de vestido vermelho, mas não é bem assim.

A saia é verde. A sobressaia de grande cauda e o corpete é que são de cor vermelha.

O artista dos painéis, certamente por directa observação, recomendação, apontamento ou referência, não esqueceu o detalhe do vestido de saia verde que a Princesa envergou na festiva recepção da volta de Arzila, a expedição culminante do reinado do Africano.

O rosto, a expressão fisionómica, a particularidade do olhar, a epiderme branca-rosada, o alto pescoço, o amplo decote (em nenhuns outros retratos visto), a fina mão, a moda flandrina do vestir, o rosário, o pendente da esmeralda, a saia verde, a idade, tudo concorre para nos certificar de que o retrato feminino do painel do Infante e o da tábua do Museu de Aveiro, são da mesma pessoa — a Princesa-Infanta, filha do Rei-Africano e irmã daquele a quem Camões chamou «*Gentil, Forte e Animoso cavaleiro*» e que ficou na história como o *Príncipe Perfeito*.

*
*
*

Para que o jovem, muito jovem ainda, armado de uma autêntica espada e tão parecido com a princesa retratada no quadro de Aveiro, possa ser o Príncipe, nenhum obstáculo histórico, documental ou iconográfico existe também. Nada obsta. Pelo contrário, tudo confirma a presunção de JOSÉ DE FIGUEIREDO e o, já agora, comprovado acerto.

Esse jovem, repetimos, dispõe de uma espada.

A espada é um emblema e uma arma dos cavaleiros, e não só dos medievais mas até dos post-medievais. No final do século xv e nos próprios painéis de S. Vicente, os cavaleiros aparecem-nos arnezados de ferro e com seu gladio ou montante, alabarda ou lança.

O jovem do painel do Infante deve ser um cavaleiro, apesar de muito juvenil ainda para batalhar.



O «Santo» no painel grande do Arcebispo, do políptico do Museu Nacional de Arte Antiga

Ora todos nós sabemos que o Príncipe, muito novo ainda, apenas com 16 anos, pois nascera em Maio de 1455, foi armado cavaleiro, a 24 de Agosto de 1471, pelo próprio Pai, quando da tomada de Arzila, e como cavaleiro foi desenhado e tecido nas célebres tapeçarias que JOSÉ DE FIGUEIREDO e o Sr. Dr. REINALDO DOS SANTOS descobriram na igreja de Pastrana, em Espanha, onde se vê o Príncipe a cavalgar ao lado do Rei, no triunfal cortejo da entrada da praça.

No painel do Infante, o pormenor da espada só comprova, pois, que a figura do jovem é a do Príncipe D. João aos 16 anos de idade, quando sua irmã perfazia as suas 19 primaveras.

Está ali, sem sombra de dúvida, o futuro grande homem e grande Rei D. João II. JOSÉ DE FIGUEIREDO teve razão.

E se ele ali está, junto de seu Pai, a irmã não podia faltar.

E sua irmã, a Princesa-Infanta, lá está de joelhos, rezando e cismando.

Quem será a outra figura feminina? ocorre perguntar e inquirir.

Naturalmente uma grande senhora, muito chegada à Corte e próxima parente da real trindade constituída pelo Rei e pelos seus dois filhos, a Princesa-Infante D. Joana e o Príncipe D. João.

Bem provávelmente a presença dessa Senhora está também relacionada com a presença da Princesa-Infanta. É bem crível que seja a infanta ilustre e muito respeitada D. Filipa de Lencastre, filha de D. Pedro, morto em Alfarrobeira, prima e cunhada do Rei, tia dos Príncipes, preceptora e devotada amiga da Princesa-Infanta.

D. Filipa foi uma figura marcante da época e da Corte; a senhora de maior influência e de maior prestígio na família; a mais querida e ouvida da real trindade, depois da morte de sua irmã a Rainha D. Isabel, ocorrida em Penela em 2 de Dezembro de 1455.

No elegante dizer da S.^a D. Maria de Mardel Patrício, a infanta D. Filipa, foi adorada por sua irmã mais velha, a Rainha, que lhe queria como filha.

Grande cultora das artes e das letras, D. Filipa de Lencastre era uma digna infanta da ínclita geração dos *Altos Infantes*.

Foi a precursora das figuras femininas do nosso renascimento; poliglota, iluminista, poetisa e diplomata. Grande



Retrato de D. Carlos, rei de Aragão (fim do século xv), de um manuscrito da Biblioteca Nacional de Madrid exposto em Bordeus, em 1954. Segundo o catálogo da exposição «*Flandres, Espanha, Portugal*», desse ano e dessa cidade, o retrato de Carlos de Aragão, príncipe de Viena, pode ser considerado como uma das provas da influência burguesa em Espanha no fim do século xv.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

infanta, grande portuguesa, grande senhora, sem par nem rival na vida familiar, representativa e social da Corte e do País de então.

«Foi sempre de tão acertado conselho, de tão prudente e sagaz intelligencia, que era consultada em sérios negocios de estado e mesmo quando, desgostosa pela trágica morte do Pai em Alfarrobeira e da irmã em Penela, ella resolveu abrigar a sua dôr no mosteiro de Odivelas, importantes questões lhe eram expostas e importantes conselhos lhe pediam.»

...«não era uma alma com a mística vocação da sua sobrinha Santa Joana que ella tanto quiz desviar dos votos perpetuos»...

«Era D. Filipa uma alma essencialmente patriótica, sábia e estudiosa, era uma alma viril que herdara a cavalleiresca energia do Pai»... diz a illustre escritora acima citada.

Observando a sua figura histórica, todos nós temos a mesma impressão. Foi a maior senhora da família e corte de D. Afonso v.

Em Julho e Agosto de 1472 acompanhou sua sobrinha para Aveiro onde ficou a residir numas casas junto ao convento e de onde se retirou desgostosa, quando a Infanta, contrariando-a, tomou, quase em segredo, o hábito de dominicana e cortou seus loiros e lindos cabelos de que numa âmbula de cristal e prata se conserva dourada madeixa.

Muitas vezes D. MARGARIDA PINHEIRO, no seu *Memorial*, se refere a D. Filipa.

Nenhuma outra senhora da sua estirpe desempenhava tão importante papel na corte do *Africano* e na vida política, social e mental da sua época.

A sua inclusão no políptico monumental, certamente encomendado a Nuno Gonçalves por D. Afonso v, ao lado de seu tio o grande Infante e junto de sua sobrinha, e delicada pupila, era natural, lógica e justa, o que se compreende sem o menor esforço, tratando-se, póstumamente, de uma homenagem, de um desagravo, de uma veneração ao Santo da Família e ao Mártir da Nação.

* * *

Passemos à verificação final.

Que nos diz o retrato da Princesa-Infanta a respeito do real «Santo», objecto da veneração dos painéis?

Já vimos que o pintor attribuía a esse santo umas feições de tanta parecença com as da Princesa-Infanta, quer no retrato

Ô RETRATO DA PRINCESA-INFANTA S.^{TA} JOANA

de Aveiro, quer no retrato do painel do Infante, e com a do Príncipe, que temos de admitir um parentesco verdadeiro entre o mesmo Santo e a Real Família.

Não é o caso do Mártir S. Vicente que nenhum atributo indica.

Nuno Gonçalves, repetimos, não era artista para amaneirar, desatentamente, a figura do «Santo», tornando-o parecido com os Príncipes, se, de facto, ele não fosse da sua parentela. Não dispondo de um autêntico retrato de D. Fernando, o pintor teria reconstituído a sua imagem na idade de vinte anos, — a idade em que ele foi ao trágico destino! — dando-lhe as feições dos sobrinhos reais e o ar de família que eles apresentavam.

Nuno Gonçalves quis pintar um santo da Família de Avis.

Mas o santo da Família de Avis era, no sentimento da corte e da Nação, D. Fernando, o sacrificado de Tânger e o cativo de Fez!

Certamente por isso é que lá está, póstumamente colocado, de rosto duro e de mãos postas, rezando ou fazendo contrição, o Infante D. Henrique, o desastrado da infeliz arremetida do reinado de D. Duarte e ainda companheiro do real sobrinho na empresa de Alcácer.

À volta do Mártir, num acto de veneração e desagravo, contristada e contrita, a Nação inteira, representada, como nos bancos de umas cortes, por escolhidas figuras dos Três Braços.

Daquelas cinquenta e oito figuras de tão lídimos portugueses que o pintor retratou a venerarem o Mártir da Nação, nem um só rosto entreabre o mais leve sorriso.

Os Santos veneram-se em actos festivos, ainda que a sua festa seja no dia da sua morte.

Naquela ideada veneração, ninguém sorri, nem mostra júbilo, nem esboça alegria.

O que paira sobre os circunstantes, é uma tragédia. Reza-se e pensa-se, mas medita-se numa grande e irreparável desgraça! No cativo, no sacrifício, no martírio do gentil moço, no santo D. Fernando!...

É absolutamente crível.

Aquele ajuntamento ideal, é um acto consagratório e de desagravo — é a consagração, a veneração e o desagravo do Mártir de Fez, o infeliz e santo Infante D. Fernando que no cativo morreu pelos portugueses e ali está revestido da dalmática dos Mártires, com o resplendor dos Santos e com o barrete dos Príncipes, aparecendo... como Cristo em Emaús.

Os painéis em sua honra e em seu desagravo, seriam também os painéis propiciatórios da sua desejada santificação.

* * *

Bem compreensíveis se tornam, assim, não só a intenção do «doador» mas também o simbolismo da obra.

Nas tapeçarias de Pastrana, encomendadas e oferecidas aos de Castela para conhecerem seus feitos no Magreb, D. Afonso v mandou pintar e tecer as grandes cenas da campanha histórica.

Nos «painéis de S. Vicente», o *Africano* quis consagrar e perpetuar o resgate das reliquias do infeliz cativo e a vinda dos seus ossos para o Reino, o que só se tornou possível depois da desforra operada pelos brilhantes feitos do próprio Rei, como quis, certamente, preparar a opinião e a Igreja para a beatificação.

Caíra de uma vez em suas mãos Alcácer-Ceguer. Caíra de outra feita a cubçada Arzila.

Tânger, duas vezes baldadamente investida, entregou-se-lhe sem combate, receosa do assalto.

Vieram, primeiro, as reliquias do cativo trazidas pelo seu fiel companheiro de infortúnio, o capelão seu cronista Frei João Álvares (1). Vieram, depois do grande feito, os ossos do Santo. Vieram as cinzas sagradas. Operou-se o ansiado resgate.

O facto merecia uma consagração monumental.

D. Afonso v resolveu perpetuá-lo pela Arte. Tinha para isso, junto da Corte, um grande pintor, como a época da Índia teve mais tarde um grande poeta.

Se D. Afonso Henriques, por tomar Santarém aos mouros, mandou construir Alcobaça; se o Rei de Boa-Memória, por vencer os Castelhanos em Aljubarrota, mandou erguer a Batalha; D. Afonso v acharia digno da sua glória, mandar tecer as opulentas tapeçarias e mandar pintar os painéis para oferecer, talvez, a uma igreja ou a uma capela, perpetuando, com a memória de seu Santo-Tio-Avô e do regresso dos seus restos mortais, seus próprios passos triunfantes no Além-Mar em África.

D. Manuel, anos mais tarde, ergueria os Jerónimos pela descoberta do caminho marítimo para a Índia.

(1) É bem de admitir que o padre ou religioso que segura a reliquia num dos painéis, seja Frei João Álvares que trouxe as primeiras reliquias de D. Fernando a D. Afonso v quando do seu resgate.

O RETRATO DA PRINCESA-INFANTA S.^{TA} JOANA

Tudo da simbologia e da intencionalidade de tal obra se nos torna claro, verosímil e fácil de compreender, quando colocamos o retrato da Princesa-Infanta Santa Joana em traje de Côte junto dos famosos painéis do Museu das Janelas Verdes e quando, com isenção e boa-vontade, nos dispomos a aceitar as conclusões a que nos conduz o seu ensinamento.

Os documentos utilizados e o método assim empregado não obrigam o pensamento a distorsões, mas facilitam o seu curso. Ele flui naturalmente como a água de uma fonte!

*
*
*

Chegamos ao termo do nosso estudo, amparados pela História, pela lógica e pela boa razão e ajudados, já agora, pelos novos e inéditos elementos a que neste artigo fizemos referência e sem propositado ou acintoso menoscabo dos respeitáveis trabalhos e versões dos tratadistas desta intrincada questão.

E nem por isso deixamos de esperar, ainda, que outros elementos surjam e que mais perfeitos raciocínios se produzam em ordem ao estabelecimento da verdade e ao prestígio da nossa cultura, único fito ou móbil que neste estudo nos guiou e que sempre nos deve guiar (1).

Por nossa parte julgamos ter cumprido um simples dever.

ALBERTO SOUTO

(1) Posteriormente a este estudo que há dois anos espera a publicidade, o erudito escritor sr. dr. António Gomes da Rocha MADAHIL concluiu e publicou em volume o seu notável e exaustivo trabalho aparecido no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, sobre a *Iconografia da Infanta Santa Joana*. É uma obra de fundo que recomendamos aos nossos leitores e a todos os que se interessarem pelo grande problema dos monumentais painéis, pois nela se versa proficientemente o tema do presente trabalho: a Princesa-Infanta é a figura feminina ajoelhada no painel do Infante do políptico do Museu Nacional de Arte Antiga.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

ALGUNS DADOS DA CRONOLOGIA
REFERENTE A ACONTECIMENTOS NACIONAIS
DOS SÉCULOS XIV, XV E XVI LIGADOS
À ACÇÃO DA DINASTIA DE AVIS

- 1385 — Abril — Cortes de Coimbra. O Mestre de Avis é eleito e aclamado Rei.
- 1385 — Agosto — Batalha de Aljubarrota.
- 1387 — D. João I casa com D. Filipa de Lencastre.
- 1414 — Castela reconhece Portugal independente.
- 1415 — Expedição a Ceuta. Tomada da cidade. Começam as navegações e descobertas do ciclo henriquino.
- 1433 — Morre D. João I. D. Duarte, Rei.
- 1437 — Expedição a Tânger. Grande desastre militar. O Infante D. Fernando, filho de D. João I e irmão do rei D. Duarte, fica em reféns e entra em cativeiro.
- 1443 — Morre o Infante-Santo no cativeiro.
- 1446 — Começa a reinar D. Afonso V.
- 1447 — Casamento de D. Afonso V com sua prima D. Isabel.
- 1449 — Recontro de Alfarrobeira. Morte do Infante D. Pedro, duque de Coimbra, tio e sogro do Rei.
- 1452 — 6 de Fevereiro — Nasce a princesa D. Joana, mais tarde Santa Joana.
- 1455 — 3 de Maio — Nasce o príncipe D. João, mais tarde D. João II, o Príncipe Perfeito.
- 1458 — 30 de Setembro — 1.ª expedição de D. Afonso V a África. Tomada de Alcácer-Ceguer. O Infante D. Henrique acompanha seu sobrinho, comandando a esquadilha que saiu do Algarve. O marquês de Valença comanda a esquadilha que saiu do Porto. — Vem para Aveiro D. Brites Leitão e funda o seu recolhimento, mais tarde Convento de Jesus.
- 1460 — 13 de Novembro — Morte, em Sagres, do Infante D. Henrique.

O RETRATO DA PRINCESA-INFANTA S.^{TA} JOANA

- 1462 — (15 de Janeiro) D. Afonso v vem a Aveiro com o bispo de Coimbra D. João Galvão e lança a primeira pedra da igreja de Jesus.
- 1471 — 2.^a expedição de D. Afonso v à África. Tomada de Arzila. Tânger entrega-se aos Portugueses. O Príncipe D. João, que acompanhara seu Pai, é armado cavaleiro com 16 anos de idade.
- 1471 — (Outubro) A Princesa-Infanta D. Joana entra no convento de Odivelas ficando entregue aos cuidados de sua tia a Infanta D. Filipa de Lencastre, irmã de sua falecida mãe a Rainha Isabel, filha do Infante D. Pedro, morto em Alfarrobeira.
- 1472 — (4 de Agosto) A Princesa-Infanta dá entrada no Convento de Jesus de Aveiro.
Vêm para Portugal os restos do Infante-Santo.
- 1475 — (25 de Janeiro) A Princesa-Infanta toma o hábito de dominicana.
- 1476 — Batalha de Toro. D. Afonso v perde a batalha de Espanha e o trono de Castela e Leão a que aspirava projectando casamento com D. Joana de Castela, ali conhecida pela Beltraneja e em Portugal tratada, depois, pela Excelente Senhora.
- 1481 — (6 de Agosto) Nascimento do bastardo do Príncipe D. João, D. Jorge, filho de D. Ana de Mendonça.
- 1481 — (28 de Agosto) Morre D. Afonso v.
- 1481 — (31 de Agosto) D. João II é aclamado Rei, em Sintra.
- 1484 — D. João II e a Rainha D. Leonor, sua prima, vêm a Aveiro, visitando no convento de Jesus sua irmã e cunhada a Princesa-Infanta D. Joana.
- 1490 — (12 de Maio) Morte da Princesa-Infanta Santa Joana.
- 1495 — Morre em Alvor o Rei D. João II.
É aclamado Rei seu primo e cunhado D. Manuel I.
- 1498 — Vasco da Gama chega à Índia.
- 1500 — Pedro Álvares Cabral descobre oficialmente o Brasil.

DO «ROTEIRO TERRESTRE DE PORTUGAL» DE 1748 AO PLANO RODOVIÁRIO DE 1945

COMO o *Arquivo do Distrito de Aveiro* é uma publicação destinada a dar a conhecer e registar todos os factos que possam interessar à vida do Distrito desde épocas remotas e tendo tido a oportunidade de tomar conhecimento da existência do *Roteiro Terrestre de Portugal*, do Padre JOÃO BAUTISTA DE CASTRO, resolvemos fazer um estudo sobre o que nele se diz acerca dos itinerários e sua relação com as estradas nacionais, que consta terem existido na área do Distrito de Aveiro, e estudar também a evolução que as comunicações rodoviárias foram tendo de acordo com as sucessivas classificações que apareceram depois de 1748, data da publicação do *Roteiro* até ao plano rodoviário de 1945.

O *Roteiro* foi impresso em Lisboa na oficina de Miguel Manescal da Costa impressor do Santo Officio, com todas as licenças necessárias e privilégio real e nele «se ensinam por jornadas e sumários, não só os caminhos e as distâncias que há de Lisboa para as principais terras das províncias deste Reino, mas as derrotas por travessia de umas a outras povoações dele».

Indicamos, a título de curiosidade, as licenças dadas para a sua publicação:

Primeira: Licença do Santo Officio, datada de 14 de Junho de 1748, relativa à petição para a sua publicação;

Segunda: Licença do Ordinário, de D. José Barbosa, Clérigo Regular, Ex-Prepósito do seu convento da Divina Providência, cronista da Sereníssima Casa de Bragança,

DO «ROTEIRO TERRESTRE DE PORTUGAL»

Académico do número da Academia Real, e Examinador Sinodal das Três Ordens Militares, etc., e cuja informação foi a seguinte:

Excelentissimo e Rev.^{mo} Senhor

Este Roteiro de Portugal que pretende imprimir Bento Soares, não tem nada contra a Fé ou bons costumes, e me parece digno de se fazer público. Nesta Casa de Nossa Senhora da Divina Providência de Clérigos Regulares, 8 de Julho de 1748.

a) *D. José Barbosa Cl. R.*

Vista a informação pode-se imprimir o livro de que a petição trata, e depois torne conferido para dar licença para correr. Lisboa 15 de julho de 1748.

(a) *Silva*

Terceira — Licença do Paço, que mereceu a seguinte informação de Luís Francisco Pimentel, fidalgo da Casa de S. Magestade, cosmógrafo-mor do Reino, e sócio do número da Academia Real da História Portuguesa:

Senhor

Deste livro intitulado Roteiro Terrestre de Portugal, que Vossa Magestade me manda ver, é autor o Padre João Bautista de Castro o qual em outras muitas obras, que com aplauso correm impressas, tem mostrado a sua grande erudição, e o zelo, com que em utilidade comum reparte os tesouros adquiridos na cultura das boas letras, em que continuamente se emprega. Nos tres tomos do Mapa de Portugal tem o autor publicado, resumidas com excelente ordem, quantas prerogativas, e quantas circunstâncias memoráveis enriquecem, e ilustram este Reino.

No complemento da mesma obra, que agora intenta dar ao prelo, se referem as distâncias itinerárias, que há de umas a outras entre todas as povoações principais de Portugal; noticia muito útil, e de não pequeno trabalho pela variedade dos cálculos, com que cada um costuma arbitrar as mesmas distâncias, em que o Autor com prudente exame segue as mais verosímeis. Parece-me muito digno da licença que pede. V. Magestade mandará o que for servido. Lisboa, 26 de Julho de 1748.

a) *Luiz Francisco Pimentel*

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Que se possa imprimir vistas as licenças do Santo Offício, e Ordinário e depois de impresso, tornará a esta Mesa para se conferir e taxar e dar licença para correr, e sem ela não correrá. Lisboa, 29 de Julho de 1748.

a) *José Vaz de Carvalho Mourão
Doutor Quintela*

Da leitura do prólogo deste *Roteiro* se conclui quão difficil se tornava fixar com aproximação as distâncias das terras entre si.

Os Romanos, quando construíam as suas estradas, usavam demarcá-las, e assim se verificou existirem ainda em Portugal muitos marcos miliários.

Apareceu um nas proximidades da Mealhada, quando da construção da linha do Caminho de Ferro e que se encontra na Câmara Municipal dessa vila; outro nas fundações da igreja de Ul, que se encontra na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis; outro no Reigoso ou nas Benfeitas, nas proximidades dos limites dos distritos de Aveiro e Viseu.

O autor do *Roteiro* diz como conseguiu resolver aquella dificuldade:

«Sendo-me quase impossivel poder indagar isto pessoalmente, como era preciso, de algum modo o consegui, valendo-me da intervenção de meus amigos Antonio Daniel, tenente do Correio Mór deste Reino, e de Manuel Gomes Rabelo, official antigo do mesmo expediente, os quais mandando pedir a todos os correios assistentes das Provincias, os itinerários que dos seus Distritos havia até Lisboa, os mais deles, informando-se de pessoas práticas, remeteram relações provavelmente bem averiguadas, de que formei o presente Roteiro.»

«A verdade é que parte deste projecto não só foi já intentado, mas posto em execução por El-rei Filipe IV, desde o anno 1638, quando governava este Reino; porque desejando saber as distâncias que havia de umas a outras terras dele, passou um Decreto para que os corregedores das Comarcas fizessem tirar com individuação o cálculo destas medidas pelas terras da sua alçada, encarregando a diligência ao Duque de Villa Hermosa.

As listas ou relações originaes, que se remeteram a Madrid, me communicou já há tempos o erudito Fr. Francisco de Santa Maria, Religioso Augustiniano, que a morte nos usurpou tão depressa, as quais em dois volumes de folha existem presentemente na insigne livraria do convento de N. Senhora da Graça desta Corte, e delas me aproveitei quanto a alguns sumários sòmente, porém estão defeituosas e incompletas.»

DO «ROTEIRO TERRESTRE DE PORTUGAL»

«O ponto central que elegi para dele lançar os roteiros para as mais partes, pareceu-me ser adequado e útil para a clareza. Lisboa, como Corte do Reino Português, é o coração da sua Monarquia, não tanto pela vantagem do felicíssimo sitio em que está, quanto pela grande capacidade e conveniência do comércio que tem; onde à maneira do coração nos corpos viventes, que é o principal fundamento, que vivifica todos os seus membros, assim Lisboa com uma fácil e continua distribuição comunica e reparte a substância vital dos cabedais a todas as partes mais remotas das suas comarcas; ou já pelas veias dos portos e trajectos dos rios ou pelas vias das estradas, por meio das quais recebe também com recíproca afluência a fertilidade, e regalo dos frutos, que todas as terras deste Continente lhe estão tributando.

Lamenta o autor do *Roteiro* que nas estradas não houvesse marcos indicando as distâncias entre povoações como existiam nas estradas romanas.

A data da publicação do *Roteiro* (1748), não havia marcos indicando as léguas, e assim, numas regiões as léguas eram mais curtas e noutras mais longas, como, por exemplo, a chamada légua da Póvoa, nas proximidades de Lisboa, que tinha quase duas léguas de comprimento. Diz o autor do *Roteiro*: «Neste Reino não há medida certa itinerária, e por isso encontramos pelas Províncias tanta irregularidade neste particular, pois vemos que as léguas da Estremadura pela maior parte são pequenas, as do Alentejo maiores e as de Trás-os-Montes, e Algarve, demasiadamente compridas.

«No sistema do Engenheiro-Mór deve computar-se a légua por uma hora de caminho a passo cheio e ordinário, dando a cada légua três mil passos geométricos e a cada passo geométrico cinco pés geométricos, que fazem quase sete palmos de craveira».

«Da medida do pé horário que se determina mediante as vibrações de um pêndulo, quando se praticasse universalmente, diz Pedro Du-Val, resultariam certas as distâncias itinerárias em toda a parte.»

«Entre as léguas portuguesas, apenas se encontram duas, que convenham no comprimento; e tudo nasce, porque vulgarmente se medem as léguas por estimativa.»

O autor do *Roteiro* tomou por origem dos itinerários principais a cidade de Lisboa, à semelhança das estradas romanas, que tinham a origem da sua contagem no *Marco Milliarium Aureum* situado no centro de Roma.

No *Roteiro Terrestre de Portugal* vem uma pequena resenha das vias militares romanas, e relativamente ao Dis-

trito de Aveiro apenas trata da via militar que saía de Lisboa para Braga.

Antes de nos referirmos aos itinerários do *Roteiro*, apresentaremos os itinerários prováveis das estradas romanas que deveriam ter passado pelo Distrito de Aveiro segundo os vários investigadores (*Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV, pág. 25; vol. VIII, pág. 93; vol. XIV, pág. 3).

Não esclarece o *Roteiro* se as estradas já existiam no tempo dos Romanos como vias secundárias, o que não é para estranhar, dada a falta de elementos.

I — A estrada romana Lisboa-Porto está bem identificada no Distrito por um marco miliário nas proximidades da Mealhada, e outro encontrado nas fundações da antiga Igreja de Santiago de Riba-Ul. Ela seguia sensivelmente o traçado existente da E. N. 1 Lisboa-Porto, pois que, partindo de Lisboa, passava por Sacavém, onde existia uma ponte sobre o Rio Trancão; pela Póvoa, Alhandra, Alenquer, Santarém, Condeixa-a-Velha, Coimbra, Agueda, Aveiro, Feira, Porto (Calem), donde seguia para Braga.

II — A estrada romana de Agueda para Viseu, passava por A dos Ferreiros, dirigindo-se às Benfeitas e ao Reigoso, onde havia vários marcos miliários, um junto da Capela de Santo Estêvão, a 2,5 quilómetros de Viseu, três em Lafões, Oliveira de Frades e Reigoso e dois nas Benfeitas (Dr. AMORIM GIRÃO, no seu livro *Viseu*).

III — A estrada que, partindo de Calem, se dirigia para o Sul, correspondendo à Estrada Nacional 109 (Porto-Leiria), passando por Espinho e Vila da Feira, poderia ter sido outra estrada romana (Dr. ARMANDO DE MATOS, *Estradas Romanas do Concelho de Gaia*, 1937).

IV — Igualmente a estrada que, partindo de Pedroso, na Estrada Nacional 1 Lisboa-Porto, se dirigia a Viseu (conhecida pela Estrada Velha), passando pela Serra da Gralheira e Santa Cruz da Trapa (Dr. AMORIM GIRÃO, livro *Viseu*; Dr. ARMANDO DE MATOS, *Estradas Romanas do Concelho de Gaia*, 1937).

É provável que um troço de uma calçada existente em Arouca que corta a Estrada Nacional 326 (Espinho-S. Pedro do Sul), passando sob uma obra de arte, corresponda à estrada romana que parte de Pedroso, nas proximidades dos Carvalhos.

V — Quanto à estrada de Aveiro a Viseu, indicada no *Roteiro* de 1748, que, partindo de Aveiro e passando por

Eixo, Palhaça, Arrancada, A dos Ferreiros, no Alfusqueiro, se dirigia a Macieira de Alcoba, Alcofra, Viseu, julgo que não se conhecem elementos que a justifiquem como estrada de Aveiro a Viseu, embora se possa admitir a existência do itinerário de Aveiro pela Palhaça indicado no § 2.º, pág. 119.

Parece de admitir que Viseu fosse um centro de cruzamento de estradas romanas secundárias.

ITINERÁRIOS CONSTANTES DO ROTEIRO,
QUE PASSAVAM PELO DISTRITO
DE AVEIRO EM 1748

Confrontando os pontos de passagem das estradas romanas que atravessavam a área abrangida pelo Distrito de Aveiro com os itinerários descritos pelo Padre JOÃO BAPTISTA DE CASTRO, pode-se, com probabilidade de acerto, afirmar:

1.º Que o itinerário do *Roteiro* para a viagem de Lisboa a Coimbra passava por Sacavém, e seguia pela ponte sobre o Rio Trancão à Póvoa, Alverca, Vila Franca, Castanheira, Alenquer, Ota, Rio Maior, Turquel, Alcobaça, Aljubarrota, S. Jorge, Batalha, Leiria, Venda dos Machados, Pombal, Redinha, Condeixa, Cernache, Cruz dos Morouços, Coimbra, e daqui seguindo a viagem para o Porto, passava por Fornos, Sargento-Mór, Carqueijo, Mealhada, Avelãs de Caminho, Aguada, Sardão (Águeda), Vouga, Albergaria-a-Velha, Albergaria-a-Nova, Oliveira de Azeméis, Souto Redondo, Grijó, Carvalhos, Porto, o que corresponde sensivelmente à actual Estrada Nacional n.º 1.

2.º Que a estrada para a viagem de Aveiro a Viseu, que, partindo das proximidades de Águeda, passava por Arrancada e A dos Ferreiros, onde atravessaria o rio Alfusqueiro sobre uma ponte, e seguia por Cabeça do Cão, da freguesia do Préstimo, Urgeira, da freguesia de Macieira de Alcoba, distrito de Aveiro, Alcofra, já no distrito de Viseu, foi completamente modificada e mesmo abandonada.

3.º Que o trajecto indicado no *Roteiro* para a viagem de Aveiro a Viseu era: Aveiro, Eixo, Palhaça, Arrancada, A dos Ferreiros, donde seguia o restante itinerário atrás descrito.

A partir de A dos Ferreiros seguia um ramal da mesma estrada para Vouzela, que vem no *Roteiro* indicado para a viagem de Aveiro a Vouzela, sendo a viagem de Aveiro até A dos Ferreiros, a já indicada, e daqui seguia pelas Talhadas para Benfeitás, Reigoso, até Vouzela, já no distrito de Viseu (*Arquivo*, vol. IV, 1938, pág. 33).

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

4.º Na página 153 do *Roteiro*, capítulo VI da III Divisão, § 1.º, vem indicada a viagem da Guarda para o Porto, que julgo seguir de S. Pedro do Sul pela estrada romana de Viseu para o Porto, passando por Arouca, e tinha como pontos de passagem, Santa Cruz da Trapa, Ponte dos Ovos, Manhouce, Gestoso, Marujal, Africana, Cabeçais, S. Vicente de Pereira, Carvalhos.

Os rios principais desta jornada são: o Mondego nas proximidades da Guarda, o Vouga em S. Pedro do Sul e o Paiva.

Continuando com as jornadas do *Roteiro* do capítulo II da Divisão III, vem o itinerário de Lisboa para as vilas de Esgueira e Aveiro, tendo de passar a barca no campo de Coimbra. De Lisboa até Leiria a jornada era a mesma atrás indicada. De Leiria passava no distrito de Coimbra por Almagreira, Vila Nova de Anços, Formoselha, Pereira, Tentúgal, Vila Nova, Cantanhede, Camarneira; já no distrito de Aveiro: Mamarrosa, Palhaça, Salgueiro, Esgueira e Aveiro.

No § 1.º do capítulo II o *Roteiro* indica, de Aveiro para o Porto, dois itinerários diferentes:

a) De Aveiro a Ovar, por barco; de Ovar seguia por Cortegaça, Paramos, Corvo; já no distrito do Porto: Chammorro, Porto, seguindo a estrada mourisca.

b) Por outro caminho, para quem não quer ir embarcado: de Aveiro, Angeja, Salreu, Santiaís, Avanca, Ponte Nova, Cortegaça, Paramos, continuando até ao Porto como na jornada a), advertindo-se que sempre em Angeja se passa na barca, em tempo de inverno.

No capítulo I da Divisão III indica-se, no § 1.º, o roteiro da viagem de Coimbra para Aveiro, com o seguinte itinerário: Coimbra a Fornos, Marcos, Murtede, Venda Nova, Samel, Mamarrosa, Palhaça, Salgueiro, Aveiro, trajecto ainda hoje existente em parte (E. Nacional 335).

No § 2.º indica-se o itinerário de Coimbra para o Porto: Coimbra, Fornos, Carqueijo, Mealhada, Pedreira, Avelãs, Aguada, Sardão, Vouga, Albergaria-a-Velha, Albergaria-a-Nova, Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis, Santo António, Souto Redondo, Grijó, Carvalhos, Porto, que ainda hoje se mantém.

No capítulo IV da Divisão III, vem no *Roteiro* o itinerário de Lisboa para a cidade de Lamego, que no trajecto de Coimbra para Lamego passa no distrito de Aveiro pela Mealhada, Avelãs, Sardão, Aguada, A dos Ferreiros, e Talhadas, seguindo no distrito de Viseu por Santiaguinho, Vouzela, S. Pedro do Sul, e daqui para Lamego.

No capítulo VI da Divisão III, § 15.º, apresenta o itinerário de Lisboa à vila de Gouveia com o mesmo itinerário

de Lisboa a Coimbra e Mealhada, donde segue para Mortágua, e passando no distrito de Aveiro pelo Luso e Buçaco.

Indicados os itinerários apresentados no *Roteiro*, vamos relacioná-los com as sucessivas classificações das estradas correspondentes e suas alterações, referidas nas disposições legais.

Em 1773, a 9 de Julho, foi publicado um alvará que determinava deverem ser vedados e abolidos os caminhos particulares que se não dirigissem a fontes, pontes ou fazendas, com certeza para evitar embaraços ao trânsito público.

A 11 de Março de 1796, foi publicado um regulamento para a conservação das novas estradas, onde se ordenava protecção ao arvoredo plantado à margem das estradas e obrigatoriedade de os proprietários marginaes plantarem até dez árvores da mesma espécie nas estradas.

A 27 de Novembro de 1804, foi publicado outro alvará sobre policia das estradas.

A 26 de Setembro de 1839, foi publicada uma portaria, ordenando às Câmaras Municipais que tratassem da construção e conservação dos caminhos e estradas dos seus municípios.

Em 9 de Julho de 1849, no reinado do D. Maria II, foi publicada uma lei ordenando a construção de estradas, sendo votada a quantia de 200 contos, destinados à construção de estradas, sendo cem contos, porém, já votados para a estrada de Aldealega ao Caia, considerada como estrada internacional e também considerada no *Roteiro*, e para a estrada de Lisboa ao Porto, ligando as duas principais cidades do reino.

A 27 de Outubro de 1849, foi publicada uma portaria, sobre o cumprimento da lei de 9 de Julho de 1849, mandando construir e melhorar as estradas do reino e determinando que prosseguissem as obras de melhoramentos da estrada de Lisboa ao Porto.

Pela Lei de 10 de Agosto de 1860, foi o Governo autorizado a mandar construir as estradas de 1.^a e 2.^a classe indicadas na tabela anexa à mesma lei, onde figura a estrada de Viseu a Albergaria, de segunda classe, com a extensão de 71 quilómetros. Esta estrada não corresponde a qualquer itinerário do *Roteiro*.

Dadas estas indicações sobre a legislação existente, vamos apresentar as diferentes classificações, indicando, porém, só as estradas correspondentes às que constavam dos itinerários do *Roteiro* de 1748, que, embora com bastantes deficiências e repetições originadas pelas informações fornecidas, conforme o seu autor declara no prólogo, deveriam corresponder a várias estradas e caminhos já existentes, e que várias providências legislativas procuravam conservar e melhorar.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

A origem da contagem das distâncias adoptada pelo autor e mais tarde pelas instruções gerais de 17 de Fevereiro de 1860, é que devia regular a demarcação das estradas concluídas.

Para as estradas de primeira classe, designadas pela Lei de 22 de Julho de 1850, a origem era o centro da Memória do Terreiro do Paço em Lisboa.

A Lei de 15 de Julho de 1862 é a primeira sobre a classificação geral das estradas do Reino e Ilhas, sua construção, conservação, polícia, etc.

Segundo a tabela anexa, vêm classificadas as seguintes estradas previstas:

- a) Vila Real à Mealhada e à Estação do Caminho de Ferro, passando pela Régua, Lamego, S. Pedro do Sul, Viseu, Tondela, Santa Comba Dão, Mortágua, Buçaco, Mealhada, Estação do Caminho de Ferro. Esta estrada corresponde ao itinerário do *Roteiro* para Gouveia, indo pela estrada das Carruagens na parte que atravessa o distrito de Aveiro da Mealhada para Mortágua.
- b) Estrada de Aveiro a Viseu, que não corresponde à estrada do *Roteiro* a partir de Eixo.
- c) Estrada de Viseu ao Porto. Não foi fácil averiguar a que estrada do *Roteiro* corresponderia.
- d) Estrada de Aveiro a Águeda e Tondela, correspondente até Eixo à parte da estrada do *Roteiro* de Aveiro a Viseu, seguindo por A dos Ferreiros, Alcofra, etc., já atrás indicada.

Em 9 de Janeiro de 1867, foi publicado o decreto classificando as estradas distritais no Continente do Reino.

Começamos por mencionar as estradas distritais incluídas no trajecto de Coimbra ao Porto, segundo a distribuição deste decreto, ordenando-as, porém, segundo o itinerário do *Roteiro*:

- N.º 55 — Mealhada-Coimbra;
- N.º 31 — Oliveira de Azeméis-Águeda-Mealhada;
- N.º 28 — Oliveira de Azeméis-Porto.

Estas três estradas distritais formam no conjunto o itinerário de Coimbra ao Porto, que consta do *Roteiro*.

Estrada distrital n.º 36 — Oliveira do Bairro (Estação do Caminho de Ferro) a Viseu, passando por Águeda, Talhadas, Vouzela, o que corresponde, a partir de Águeda, ao itinerário do *Roteiro* de Aveiro a Vouzela, já mencionado.

Em 10 de Junho de 1889, foi publicada uma circular determinando que as estradas reais ou de 1.ª ordem classifi-

cadadas pela carta de Lei de 15 de Julho de 1862, fossem designadas pelos pontos extremos e número de ordem. Assim:

Estrada real n.º 8 — da Mealhada pelo Buçaco, Mortágua, Santa Comba Dão, Tondela, Viseu, correspondendo ao itinerário do *Roteiro* de Lisboa a Gouveia, a partir da Mealhada.

Estrada real n.º 41 — de Aveiro por Albergaria-a-Velha, Pessegueiro, Vouzela, S. Pedro do Sul, que não corresponde, na área do distrito de Aveiro, ao itinerário do *Roteiro*, ajustando-se, porém, na área do distrito de Viseu, de Vouzela a S. Pedro do Sul. A estrada real n.º 41 foi aberta à circulação a 10 de Maio de 1874.

Estrada real n.º 42 — Viseu ao Porto, de que se ignoram os pontos intermédios de passagem. Não foi, portanto, possível verificar se corresponderá ou não ao trajecto do *Roteiro* já indicado.

Estrada distrital n.º 43 — Viseu a Oliveira do Bairro, passando por Vouzela e Águeda ou suas proximidades, que se julga corresponder à estrada do *Roteiro*, de Aveiro a Vouzela, passando pelos marcos miliários de Reigoso e Benfeitais da estrada do *Roteiro* (*Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV, pág. 34, 1938).

Por decreto de 10 de Maio de 1876, foi classificada e incluída na classificação de 9 de Janeiro de 1867 a estrada distrital n.º 54 — Aveiro, Palhaça, Pocariça, Cantanhede, que corresponde ao itinerário do *Roteiro*, de Lisboa a Aveiro e a parte do itinerário de Coimbra a Aveiro, já citado.

Pela portaria de 25 de Julho de 1884, foi designada com o n.º 45-A a estrada real de Aveiro a Viseu, que tinha sido classificada como distrital n.º 36 pelo decreto de 9 de Janeiro de 1867, mas cujo trajecto é diferente do itinerário do *Roteiro*.

Pelo decreto de 21 de Fevereiro de 1889, foi determinada a classificação de Estradas Reais ou de 1.ª ordem e de Estradas Distritais ou de 2.ª ordem, observando-se as disposições da Lei de 21 de Julho de 1887, que determinava a conclusão das estradas reais e distritais.

As estradas reais que correspondiam às estradas ou parte de estradas mencionadas no *Roteiro*, eram:

Estrada real n.º 8 — Mealhada a Viseu: Mealhada, Buçaco, Mortágua, atravessando o Distrito de Aveiro, seguindo no de Viseu por Santa Comba Dão e Tondela.

Estrada real n.º 10 — Coimbra ao Porto: Coimbra, Mealhada, Águeda, Oliveira de Azeméis, Porto, com o mesmo trajecto da estrada Coimbra ao Porto, do *Roteiro*, reunindo numa só estrada as três estradas distritais classificadas pelo decreto de 9 de Janeiro de 1867.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Estrada real n.º 13 — Viseu às proximidades de Águeda: Viseu, Vouzela, Talhadas, Águeda (proximidades da estrada real n.º 45), ainda nesta data por concluir.

Estrada real n.º 41 — Aveiro a S. Pedro do Sul: Aveiro, Albergaria, Vouzela, S. Pedro do Sul, que em parte corresponde ao itinerário do *Roteiro*, de Aveiro a Vouzela e de Aveiro a Angeja.

Estrada real n.º 42 — S. Pedro do Sul a S. João da Madeira, passando por S.^{ta} Cruz da Trapa, S.^{ta} Cruz de Cambra, Moradal, S. João da Madeira, que deverá, no distrito de Viseu, corresponder ao itinerário do *Roteiro*.

Estrada real n.º 45 — Aveiro ao Carregal, passando por Águeda, Bolfiar, Avelal, Alto da Serra, e Guardão, já no distrito de Viseu, e que corresponde ao itinerário do *Roteiro*, de Aveiro a Viseu, passando por Eixo.

As estradas distritais classificadas nos termos do decreto de 21 de Fevereiro de 1889 e que correspondem aos itinerários do *Roteiro*, são:

Estrada distrital n.º 62 — Bandeira (V. Nova de Gaia), Ovar, Estarreja, Angeja, S. João de Loure, Eixo e estrada real n.º 45, correspondendo ao itinerário de Aveiro ao Porto por terra, passando a barca em Angeja, e em comum com a estrada real n.º 41 de Aveiro até Angeja.

Estrada distrital n.º 70 — Arouca à estação de Esmoriz: Arouca, Cabeçais, Cascão, seguindo até Esmoriz, e de Cabeçais passará por S. Vicente, Carvalhos, Porto, seguindo a estrada ou caminhos municipais até entroncar com a estrada para o Porto, devendo corresponder ao itinerário da Guarda para o Porto (Divisão III, cap. IV, § 1.º, do *Roteiro*).

Estrada distrital n.º 102 — Lavariz por Cantanhede a Aveiro, passando por Cantanhede, Pocariça, Palhaça, Quintãs, Aveiro, correspondendo ao itinerário de Coimbra a Aveiro; e, tendo sido desclassificada, foi novamente classificada, pois constava que era a antiga estrada que ligava Aveiro a Coimbra.

Pelo decreto n.º 16:075, de 30 de Setembro de 1928, as estradas aprovadas pelo decreto n.º 12:100, de 31 de Julho de 1926 foram classificadas em estradas de 1.ª classe e em estradas de 2.ª classe.

As estradas de 1.ª classe que correspondiam às estradas do *Roteiro* eram:

E. N. 8-1.ª — Aveiro à Fronteira por Vilar Formoso: Aveiro, Albergaria-a-Velha, Pessegueiro, Vouzela, S. Pedro do Sul. Embora no distrito de Aveiro não corresponda ao

DO «ROTEIRO TERRESTRE DE PORTUGAL»

itinerário do *Roteiro*, já o mesmo não sucede no distrito de Viseu, correspondendo, assim, a uma variante do trajecto de Aveiro a Viseu do *Roteiro*.

E. N. 10-1.^a — Porto a Lisboa. Com excepção da origem da contagem, corresponde aos mesmos itinerários do *Roteiro* de Lisboa a Coimbra e de Coimbra ao Porto e à estrada romana de Lisboa ao Porto (Calem).

As estradas nacionais de 2.^a classe que correspondiam às do *Roteiro*, eram:

E. N. 28-2.^a — Porto à Ponte das Arrotas, com os seguintes pontos intermédios: proximidades da E. N. 10-1.^a, V. Nova de Gaia, Espinho, Silvalde, Ovar, Avanca, Estarreja, Salreu, Angeja, onde deixando o trajecto para a Ponte das Arrotas, e seguindo para Aveiro pela E. N. 8-1.^a, corresponde assim ao itinerário do *Roteiro*, de Aveiro para o Porto por terra.

E. N. 31-2.^a — Lourosa a Pinheiro, por Arouca: Lourosa, Corga de Lobão, Burgo, Arouca, e seguindo por estudar a partir de Moldes. Deverá corresponder ao itinerário da estrada de Viseu ao Porto, no trajecto no distrito de Aveiro.

E. N. 39-2.^a — Esgueira à Catraia do Marrão que deve corresponder ao itinerário do *Roteiro*, de Aveiro a Eixo, Palhaça, Arrancada, A dos Ferreiros, Viseu.

Ao ramal de Eixo para as Quintãs, trajecto para a Palhaça.

Ao ramal para Vouzela por Macieira de Alcoba.

E. N. 49-2.^a — Lavariz a Vizeu: Lavariz, Arazede, Limede, Cantanhede, Murtede, Mealhada, Luso, Mortágua, que corresponde aos pontos intermédios do *Roteiro*, de Coimbra para Aveiro e de Coimbra para Viseu.

E. N. 50-2.^a — Aveiro a S. Martinho do Porto: Aveiro, Ílhavo, Vagos, Mira, Tocha, Figueira da Foz, seguindo por Leiria para S. Martinho. Com a E. N. 28-2.^a, forma a ligação das três zonas portuárias — Porto — Aveiro — Figueira da Foz, — apresentando o seguimento do itinerário do *Roteiro*, de Aveiro para o Porto.

E. N. 51-2.^a — Mira à Fonte de Geria: Mira, Cantanhede, Fonte de Geria. Embora seja no distrito de Coimbra, tem uma parte no itinerário de Coimbra para Aveiro, indicado no *Roteiro*.

Pela portaria n.º 8:418, de 17 de Abril de 1936, foram incluídas na classificação do decreto n.º 16:075 as seguintes estradas, que anteriormente eram classificadas E. D. 102 e E. D. 95 (classificação de 1889).

A E. D. 102 passou a ser classificada ramal da E. N. 50-2.^a — por Quintãs à Palhaça, que corresponde ao itinerário do *Roteiro*, de Coimbra a Aveiro.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

No distrito de Viseu a E. D. 95 passou a ser classificada ramal da E. N. 39-2.^a — por Alcofra a Cambarinha (ramal da E. N. 39-2.^a para Vouzela (E. N. 8-1.^a) por Macieira de Alcoba), que correspondia em parte ao itinerário do *Roteiro*, de Aveiro a Viseu.

Finalmente, pelo decreto-lei n.º 34:593 de 31 de Maio de 1945 foi aprovado o plano rodoviário, e pelo seu exame se conclui que foram observados os itinerários do *Roteiro* de 1748, embora com algumas alterações.

As estradas foram classificadas em três classes:

Estradas de 1.^a classe principais, em correspondência com o Roteiro de 1748:

Estrada nacional n.º 1 — Lisboa ao Porto (A). Mantém em todo o percurso o itinerário do *Roteiro* e na área do distrito de Aveiro ajusta-se ao itinerário do *Roteiro*, que na classificação de 1928 vinha designada por estrada nacional 10-1.^a Porto-Lisboa.

Estrada nacional n.º 16 — Aveiro a Vilar Formoso, que na classificação de 1928 era designada por E. N. 8-1.^a classe.

Corresponde à estrada de Aveiro a Viseu com um itinerário diferente no distrito de Aveiro; e idêntico ao do *Roteiro*, no distrito de Viseu, entre Vouzela e Viseu.

Estradas de primeira classe:

Estrada n.º 109 — Porto a Leiria. Corresponde à estrada do itinerário do *Roteiro*, de Aveiro ao Porto por terra, ou E. N. 28-2.^a A sua continuação para Leiria reúne as ligações dos três portos — Porto, Aveiro, Figueira da Foz, e equivale à E. N. 50-2.^a, da anterior classificação a partir de Aveiro.

Estradas de segunda classe em correspondência com os itinerários do Roteiro:

Estrada n.º 230 — Aveiro às proximidades da Covilhã: Esgueira, Eixo, Águeda, Caramulo, Tondela. Seguindo pelo ramal da estrada 230-1.^a, Eixo, Quintãs, e passando por Oliveirinha, deverá corresponder a uma parte do itinerário do *Roteiro*, de Aveiro para Viseu.

Estrada n.º 234 — Mira a Mangualde, com os pontos intermédios Cantanhede, Mealhada, Luso, Mortágua. Deve corresponder ao itinerário do *Roteiro*, de Lisboa a Gouveia, no troço de Coimbra a Mealhada e Mortágua, e ao itinerário de Coimbra a Aveiro.

DO «ROTEIRO TERRESTRE DE PORTUGAL»

Estradas de terceira classe:

E. N. 326 — Espinho a S. Pedro do Sul. Deve corresponder ao itinerário do *Roteiro*, de Viseu para o Porto, passando por Cabeçais, Arouca, Manhouce, S.^{ta} Cruz da Trapa, S. Pedro do Sul, que se encontra ainda por construir entre S. Pedro do Sul e Moldes no distrito de Viseu.

E. N. 333 — *Vagos a Vouzela* (A), com os pontos intermédios — Palhaça, Oiã, Águeda, A dos Ferreiros, Talhadas, Cambarinha. Corresponde ao itinerário de Aveiro a Vouzela, passando pelo Reigoso e Benfeitas. É considerada assim a estrada antiga, que ainda está por construir em partes nos dois distritos de Aveiro e Viseu.

E. N. 335 — *Aveiro a Lavariz* (A): Aveiro, Palhaça, Mamarrosa, Cantanhede, que corresponde à antiga do itinerário do *Roteiro*, para o trajecto de Coimbra a Aveiro, e que tinha sido abandonada nas classificações anteriores.

Apresentadas as várias modificações que as estradas sofreram num período de dois séculos, conforme se verifica na legislação apresentada, ainda hoje, no distrito de Aveiro, esses antigos trajectos são observados no Plano Rodoviário, embora com algumas modificações.

Concluimos esta notícia apresentando as estradas previstas pelo Plano Rodoviário de 1945, decreto n.º 34:593, que interessam ao Distrito de Aveiro, anotando aquelas que têm ainda troços por concluir, embora algumas delas já tivessem constado do *Roteiro* de 1748.

ESTRADAS NACIONAIS DE 1.^a CLASSE

(PRINCIPAIS)

E. N. 1 — Lisboa ao Porto: Lisboa, Coimbra, *Sargento-Mór*, *Albergaria-a-Velha*, *Picoto*, Porto.

E. N. 16 — Aveiro a Vilar Formoso: *Aveiro*, *Albergaria-a-Velha*, *Paçô*, Vouzela, Viseu e concluída até Vilar Formoso.

E. N. 109 — Porto a Leiria: Porto, *Espinho*, *Aveiro*, *Calvão*, Mira, Figueira da Foz, Leiria.

ESTRADAS DE 2.^a CLASSE

E. N. 222 — V.^a Nova de Gaia a V.^a Nova de Foscoa: *V.^a Nova de Gaia*, *Canedo*, *Sobrado do Paiva*, *Ponte de Caninhas*, Cinfães, V.^a Nova de Foscoa (proximidades).

E. N. 223 — Porto do Carvoeiro a Ovar: Porto do Carvoeiro, *Canedo*, Souto Redondo, V.^a da Feira (proximidades), Ovar.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

E. N. 224 — Entre-os-Rios a Estarreja: Entre-os-Rios, Sobrado de Paiva, Burgo (Arouca), Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis, Estarreja.

E. N. 225 — Sobrado de Paiva a Aguiar da Beira: *Sobrado de Paiva, Alvarenga, Portela do Nicho*, Castro d'Aire, Vila Nova de Paiva, Aguiar da Beira no distrito de Viseu.

E. N. 227 — S. João da Madeira a S. Pedro do Sul: *S. João da Madeira, Vale de Cambra, Rio Teixeira*, S. Pedro do Sul.

E. N. 230 — Aveiro (proximidades) à Covilhã: *Aveiro (Esgueira), Agueda, Bolfiar, Avelal, Alto da Serra*, Caramulo, Santa Eulália, Tondela, Carregal do Sal, Oliveira do Hospital, Venda das Galizes, Tortozendo, Covilhã (E. N. 18) Ponte das Almas.

A E. N. 234 — Mira a Mangualde: Mira, Cantanhede, *Pedrulha, Mealhada, Luso, Alto do Sula*, Mortágua, Santa Comba Dão, Nelas, Mangualde.

E. N. 235 — Aveiro a Penacova: *Aveiro, Oliveira do Bairro, Anadia, Luso, Carvalheiras, Corta Montes*, Penacova, no distrito de Coimbra.

RAMAIS DAS ESTRADAS NACIONAIS DE 1.^a E 2.^a CLASSE

R. E. N. 1-8 — Para a Estação da Mealhada.

R. E. N. 1-9 — Para a Curia.

R. E. N. 1-10 — Para a Anadia.

R. E. N. 1-11 — Para a Estação da Sarnada.

R. E. N. 1-12 — Albergaria-a-Nova a Salreu.

R. E. N. 1-13 — Três Estradas a Beire.

R. E. N. 1-14 — Picoto à Estação de Esmoriz.

R. E. N. 16-1 — Para a Estação de Aveiro.

R. E. N. 16-2 — Albergaria-a-Velha a S. João de Loure.

R. E. N. 16-3 — Vale Maior a Oliveira de Azeméis.

R. E. N. 109-4 — Silvalde a Agoncida.

R. E. N. 109-5 — Estarreja à Ria de Aveiro.

R. E. N. 109-6 — Para a Estação de Estarreja.

R. E. N. 109-7 — Aveiro, Barra, Costa Nova.

ESTRADAS DE 3.^a CLASSE

E. N. 326 — Espinho a S. Pedro do Sul (proximidades): *Espinho, Nogueira, Lourosa, Geão, Mançores, Arouca, Moldes, Cabreiros*, Bordonhos, S. Pedro do Sul, E. N. 227.

R. E. N. 326-1 — Arouca a Alvarenga: Arouca, Portela do Ganarão, Portela do Arnado, Ponte sobre o rio Paiva, Alvarenga; em estudo a seguir à Portela do Arnado.

E. N. 327 — Mançores a S. Jacinto: Mançores, S. João da Madeira, Agoncida, Ovar, Carregal, Torreira, S. Jacinto.

DO «ROTEIRO TERRESTRE DE PORTUGAL»

R. E. N. 327-1 — Vila Nova do Couto à E. N. 1.

R. E. N. 327-2 — Ovar ao Cais da Ribeira.

R. E. N. 327-3 — Para a Praia do Furadouro.

E. N. 328 — Vale de Cambra a Paranho de Arca: *Vale de Cambra, Castelões, Sever do Vouga, Paradela, Talhadas*; por construir até Paranho de Arca.

R. E. N. 328-1 — Sever do Vouga, Nespereira, Rocas, Campo de Arca; por construir de Rocas para Campo de Arca.

E. N. 333 — Vagos a Vouzela: *Vagos, Palhaça, Águeda, A dos Ferreiros, Talhadas, Eireira*, Cambarinha, Vouzela; por construir de Águeda às Talhadas e de Eireira a Cambarinha, já no distrito de Viseu.

R. E. N. 333-1 — Soza a Anadia: Soza, Oiã, Mamarrosa, Ancas, Mogofores, Anadia.

E. N. 334 — Palheiros de Mira à Cancela: Palheiros de Mira, Mira, Covões, *Pontena, Vilarinho, Mogofores, Boialvo, Mortazel*, S. Joaninho, Estação de Treinedo, Cancela (proximidades); por construir no distrito de Viseu.

E. N. 335 — Aveiro a Lavariz: *Aveiro, Palhaça, Mamarrosa, Quinta do Gordo*, Samel, Cantanhede, Lavariz.

E. N. 336 — Bolfiar à Estação de Souzaelas (proximidades): *Bolfiar, Boialvo, Vale da Mó, Luso, Pampilhosa do Botão, Botão*, Estação de Souzaelas, Fornos (no distrito de Coimbra), — E. N. 1.

R. E. N. 336-1 — Estação da Pampilhosa (proximidades) a Viadouros.

NOTAS:

a) As estradas que constavam do *Roteiro* de 1748 vão indicadas com a letra A.

b) Nas estradas actuais que atravessam o distrito de Aveiro e nos troços dentro do mesmo, vão indicadas as terras de passagem com letra itálica.

JOSÉ P. DE ALMEIDA GRAÇA

UMA CORRECÇÃO AO ARTIGO
VIDA E TESTAMENTO DO HUMANISTA
AIRES BARBOSA

No volume XIV do *Arquivo do Distrito de Aveiro* (1948) publicámos o testamento de AIRES BARBOSA e uma breve biografia sua. Porém, o epitáfio que este humanista dedica a sua esposa (pág. 45), saiu defeituoso em virtude de faltar no *Epitaphium uxoris*, entre as palavras *Foelicem* e *licet*, a locução *ante obitum dicere uox solita est.* / *Rapta*

Reproduzimos aqui o epitáfio com a devida correcção.

Epitaphium uxoris

Ilic iacet Elisabet generosae stirpis, et uxor
Baruosae . moriens morte beata fuit.
Nam bene quae uixit, fatali molliter hora
Castam animam coelo reddidit; ossa solo.
Est igitur foelix . nullum facunda Solonis
Foelicem ante obitum dicere uox solita est.
Rapta licet fuerit nimium florentibus annis:
Te patrem quino ignore fecit Ari.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

BIBLIOGRAFIA

O *ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congêneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

-
- Açoreana*, vol. v, fasc. 111. Angra do Heroísmo.
Arquitectura, n.ºs 57/58. Lisboa.
Arquivo do Alto Minho, 6.º vol., tomo 11. Viana do Castelo.
Arquivo de Beja, vol. XIII. Beja.
Biblos, xol. xxxii. Coimbra.
Boletim do Arquivo Histórico e da Biblioteca do Museu de Angola, n.º 20 a 24. Luanda.
Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, n.º 4. Matosinhos.
Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, n.º 14. Angra do Heroísmo.
Boletim de Trabalhos Históricos, vol. xviii, n.ºs 1-4. Guimarães.
Das Artes e da História da Madeira, n.ºs 21 a 26. Funchal.
Estremadura, n.ºs 41/43. Lisboa.
Insulana, vol. xii, 1.º e 2.º semestres. Ponta Delgada.
Mensário Administrativo, n.ºs 104 a 109. Luanda.
Mensário das Casas do Povo, n.ºs 127 a 138. Lisboa.
O Concelho de Santo Tirso, vol. v, n.ºs 1 a 3. Santo Tirso.
Ora & Labora, ano iv, n.ºs 1 a 5. Mosteiro de Singeverga, Negrelos.
O Tripeiro, v série, ano xii, n.ºs 9 a 12; v série, ano xiii, n.ºs 1 a 8. Porto.
Revista de Ensino, n.ºs 11 e 12. Luanda.
Revista da Faculdade de Ciências, 2.ª série, C — Ciências Naturais, vol. v, fascs. 1.º e 2.º Lisboa.
Revista de Guimarães, vol. LXVI, n.ºs 3-4, e vol. LXVII, n.ºs 1-2. Guimarães.
Revista de História, n.ºs 26 a 31. São Paulo, Brasil.
Saitabi, ano xii, tomo ix, n.ºs 39-42. Valência, Espanha.
- *

EGAS MONIZ — *Dr. Barbosa de Magalhães parlamentar e político*. Aveiro. MCMLV.

PEDRO PITA — *Elogio Histórico de J. M. Barbosa de Magalhães na comemoração do 1.º centenário do seu nascimento*. Lisboa, 1957.

ERCÍLIA PINTO — *O Doutor de Coimbra* (um auto coimbrão). Coimbra, 1957.

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES

	Págs.
ALMEIDA GRAÇA (José Pais de)	
— <i>Do «Roteiro Terrestre de Portugal» de 1748 ao Plano Rodoviário de 1945</i>	302
— <i>Pontes existentes nas estradas nacionais no distrito de Aveiro (1204 a 1955)</i>	85 e 182
CERQUEIRA (Eduardo)	
— <i>Dr. José Maria Barbosa de Magalhães. Nota biográfica — O seu centenário</i>	227
FERRERIA DA MAIA (Francisco de Assis)	
— <i>Jaime de Magalhães Lima</i>	5
FERREIRA NEVES (Francisco)	
— <i>A fundação e extinção do convento das Carmelitas Descalças de Aveiro</i>	241
— <i>Genealogias de famílias nobres aveirenses (prefácio e transcrição)</i>	23 e 107
— <i>Naturalidade e família de João Afonso de Aveiro (navegador e poeta do século XV)</i>	65
— <i>Uma correcção ao artigo «Vida e testamento do humanista Aires Barbosa»</i>	318
GAMA (Luis da)	
— <i>Genealogias de famílias nobres aveirenses</i>	23 e 107
ROCHA MADAHIL (A. G. da)	
— <i>Iconografia da Infanta Santa Joana</i>	121
SOARES DA GRAÇA (Serafim Gabriel)	
— <i>Os Castilhos e a residência paroquial da Castanheira do Vouga</i>	220
SOUTO (Alberto)	
— <i>O retrato da Princesa-Infanta Santa Joana e o grande enigma dos «Painéis de S. Vicente»</i>	271
TAVARES (José Pereira)	
— <i>Costumes regionais. Divisão de águas de rega na freguesia do Pinheiro da Bemposta (Oliveira de Azeméis)</i>	211
— <i>Evocando o passado...</i>	46
— <i>O Monumento de Aveiro ao Dr. Jaime de Magalhães Lima</i>	3
— <i>O povo da região de Ovar na obra de Júlio Dinis</i>	258
VAZ CRAVEIRO (E.)	
— <i>Um relance de olhar azul de Jaime Lima sobre a terra dos ilhavos</i>	35

NOTAS, ARTIGOS DA REDACÇÃO, E OUTROS NÃO ASSINADOS

— *Bibliografia* 319

FIM DO VOLUME XXIII

320

UA SD

N.º 917

Data 23. NOV. 1979

Com

Visitai a linda cidade
de Aveiro

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISAGEM
SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRAÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

L I V R O S

*nacionais e estrangeiros para todas as escolas
do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa*

Mobiliário e material escolar

*o melhor e o mais económico; peçam o catálogo
ilustrado.*

Literatura antiga e moderna

*nacional e estrangeira; peçam os catálogos
respectivos.*

Livros científicos e técnicos

*nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos
respectivos.*

*A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única
que reúne todas as secções de livraria.*

Encomendas para o estrangeiro

*mantemos um serviço diário de encomendas, para
todos os países, da maior rapidez e economia.*

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

Rio (Arcos) = Sta. de S. Francisco, 3 = IV = 1933.

Meu Ex.^{mo} Amigo e mt. prezado Senhor Sr. L. Vaz
Crazeiro:

As letras de Bixie - que só por si são uma
obra de arte primorosa, reflectindo em consumada eli-
gância do desenho a finíssima graça do poeta que
as traça - as letras de Bixie significam invariavel-
mente para mim uma visita abençoada que me
conforta e alegria. É as que em 3.º de março último
Bixie teve a bondade de me dirigir nos desdizem-
das demais, que me fazem queer na
gratidão que as acolhe.

Com mt. prazer cumpro as ordens de Bixie envan-
do-lhe a fotografia inclusa, desvanecendo-me que a
minha sombra fosse entre a gente de Ilhavo,
na qual com mt. bons motivos e antecâmara
simpatia admiro a persistência das suas
remotas tradições étnicas e seus espiosos en-
cantos, e a singularidade acentuada de carac-
ter estético que a distingue e exaltece.

Infelizmente, o pedido de Bixie veio em um

traz-me em grande indignação de retratos meus
modestos que não escandalizem demasiados quem
para elles olhas. Éste que a V. Ex.^{ta} remetto tem ape-
nas a seu favor a qualidade de ser recente e
confessar sem equívocos a minha velhice; e, se abro-
lutamente não convier para o fim a que se des-
tina, não heite V. Ex.^{ta} em me avisar e tentarei
tirar outro que menos imperfecto seja.

Entretanto, e com os meus melhores cumprim-
entos e todos o meu respeito para V. Ex.^{ta}, ro-
go-lhe, meu prezado e illustre amigo, que me
creia, de v. s. s.

de V. Ex.^{ta}

fiel admirador, dedicado
e mt. obrigado

Jaime Delgado Lima.

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA -- RUA DO CANAL DA FONTE NOVA
FÁBRICA GERCAR -- RUA DAS OLARIAS

AVEIRO

TELEF. 22

Testa & Amadores

Comissões, consignações.

Cereais, ferragens e mercearia.

— Vidraça. —

Depositários de petróleo
e gasolina SHELL

RUA DE EÇA DE QUEIROZ
AVEIRO

M Á R M O R E S

: : : : : D E : : : : : :

Sousa Baptista, L.^{da}

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

: : : : : E : : : : : :

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

— L I S B O A —

Sòmente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármore polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cozinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE
TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELOS AOS DE ARTE ELEVADA

Dão-se orçamentos quando solicitados

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livraria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia.

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

*Visitai a linda cidade
de Aveiro*

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISA-
GEM SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRACÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TUMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

bibRIA

N.^{os} 90 e 91

Abril a Setembro

AVEIRO

1957

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

DIRECTOR DA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

JOSÉ P. DE ALMEIDA GRAÇA, *Pontes existentes nas estradas nacionais no distrito de Aveiro — (1294 a 1955).*

FRANCISCO FERREIRA NEVES e LUÍS DA GAMA, *Genealogias de famílias nobres avei-
renses.*

A. G. DA ROCHA MADAHIL, *Iconografia da
Infanta Santa Joana.*

JOSÉ TAVARES, *Costumes regionais — Divi-*

*são de águas de rega na freguesia do
Pinheiro da Bemposta (Oliveira de
Azeitão).*

SOARES DA GRAÇA, *Os Castilhos e a resi-
dência paroquial da Castanheira do
Vouga.*

EDUARDO CERQUEIRA, *Dr. José Maria Bar-
bosa de Magalhães — Nota biográfica —
O seu centenário.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 40\$00

NÚMERO AVULSO 15\$00

Cada número tem normalmente 64 páginas
A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores

Banco Regional de Aveiro

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 4.000.000\$00 ♦ Capital emitido: Esc. 2.000.000\$000

Transferências e cobranças — Saques
sobre o país. — Cobrança e pagamentos.
— C/ corrente em moeda portu-
guesa. — Depósitos à ordem e a prazo.

Telegramas: REGIONAL

Telefone 31



Rua de Coimbra

Praça de Luís Cipriano

AVEIRO

OFICINAS GAMELAS

(Estabelecimento recomendado pelo Automóvel Club de Portugal)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

SECÇÕES: Reparações mecânicas, electricidade,
carrosserias

Oficina de pintura, estação de serviço,
peças e acessórios

Serviço permanente de Pronto Socorro

.....

AGÊNCIA DISTRITAL DOS AUTOMÓVEIS «AUSTIN»

MANUEL DOS SANTOS GAMELAS

Rua da Fonte Nova, 18 Telefone 99 PPC

AVEIRO

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

◆
*Fábrica de moagem
de cereais
e descasque de arroz*

◆
*Preparação de farinhas
para alimentação de gado,
marca **Beimar***

◆
Telefone 41 Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

CAFÉ RESTAURANTE

Trianon

SERVIÇO DE MESA REDONDA E À LISTA
SERVE BANQUETES, COPOS DE ÁGUA, ETC., FORA
OU NA SUA TÍPICA SALA DE JANTAR

À tarde, salão de chá

TELEFONE 405

25-Avenida Dr. Lourenço Peixinho-27 AVEIRO

Empresa Cerâmica Vouga, L.^{da}

AVEIRO

Telefone 19

Cerâmica — Telhas da melhor qualidade. Tipos: *Marselha*, *Progresso* e *Vouga*.

Todos os acessórios para telhados. A telha *Vouga* imita a antiga portuguesa e tem encaixes como a de Marselha

Fábrica de telhas e tejos.
Fundição e serralharia mecânica, civil e forjas

Máquinas agrícolas
- - e industriais

EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS
COM A MAIOR PERFEIÇÃO E POR PREÇOS MÓDICOS

Pedir informes ao Director-Gerente da Empresa

Pascoal & Filhos, L.^{da}

PESCA DO BACALHAU E SARDINHA

TRAIINEIRAS {
Pascoal Velho
Pascoal Novo
Mira

LUGRES {
Rainha Santa Isabel
D. Dinis

AVEIRO

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Telef. {
Seca — 243
Escritório — 52
Filial em Matosinhos — 519

Filial em MATOZINHOS

Seca na GAFANHA

LUZOSTELA FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electrokorundum — Papel e garnet — Lixa impermeável «Hermes», para polissagem de carroseries de autos para pintura a Duco.

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS, PARA MANUCURE — Prefiram a nossa excelente qualidade «Luzostela».

PÓ LUZOSTELA — Produto de 1.^a qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de talheres.

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. Especial «Transparente», para pintura e decorações.

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.

Ferreira & Irmão, Sucrs. — AVEIRO — Telefone 37



S. JOANNA PRINCEZA DE PORT.

Fig. 58

(Butil de s.c. XVIII impresso em 1952 pela chapa original, da coleção Rocha Madalid)



Fig. 62

Gravura a buril do gravador seiscentista DUARTE, de quem todas as circunstâncias pessoais se desconhecem.
Gravura da mais extrema raridade, pois se não conhece outro exemplar além do que existe no Rio de Janeiro.



— à esquerda, a rapariga de vestido encarnado, ajoelhada, no Painel do Infante; fotografia anterior ao restauro de Luciano Freire, que lhe modificou consideravelmente as feições. A radiografia desta figura mostra que ela fôra já restaurada, em época remota, pois tanto o olho esquerdo como a boca desapareceram. Provêm desse primeiro restauro a expressão inanimada que se nota na face esquerda, em contraposição com a direita, que não sofreu modificações anteriores à intervenção de Luciano Freire.

— à direita, o retrato da Infanta no Museu de Aveiro.

— Experimente-se cobrir a cabeça da figura da esq. com uma coifa igual à que tem a Infanta no retrato, e a semelhança resulta completa.

Fig. 67

Dispositivo permitindo comparar melhor as duas figuras, que pretendemos representem ambas a Infanta Dona Joana antes da sua entrada para Odiveelas

CORRIGENDA

A propósito do retrato da Infanta, do Museu de Aveiro, empregaram-se por vezes no presente estudo, devido a lapso que só tardiamente se verificou, as expressões — *pintura quinhentista* — e — *tábua quinhentista*.

Queríamos dizer, claro é, *pintura quatrocentista* e *tábua quatrocentista*, visto o retrato se considerar pintado no próprio século em que a Infanta viveu.

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUCAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

CORRIGENDA

A propósito do retrato da Infanta, do Museu de Aveiro, empregaram-se por vezes no presente estudo, devido a lapso que só tardiamente se verificou, as expressões — *pintura quinhentista* — e — *tabua quinhentista*.

Queríamos dizer, claro é, *pintura quatrocentista e tabua quatrocentista*, visto o retrato se considerar pintado no próprio século em que a Infanta viveu.

Comissões, consignações.

Cereais, ferragens e mercearia.

Vidraça.

Depositários de petróleo
e gasolina SHELL

RUA DE EÇA DE QUEIROZ

AVEIRO

MÁRMORES

: : : : : D E : : : : : :

Sousa Baptista, L.^{da}

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

: : : : : E : : : : : :

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

— L I S B O A —

Sòmente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármore polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cozinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE
TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELLOS AOS DE ARTE ELEVADA

Dão-se orçamentos quando solicitados

L I V R O S

*nacionais e estrangeiros para todas as escolas
do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa*

Mobiliário e material escolar

*o melhor e o mais económico; peçam o catálogo
ilustrado.*

Literatura antiga e moderna

*nacional e estrangeira; peçam os catálogos
respectivos.*

Livros científicos e técnicos

*nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos
respectivos.*

*A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única
que reúne todas as secções de livreria.*

Encomendas para o estrangeiro

*mantemos um serviço diário de encomendas, para
todos os países, da maior rapidez e economia.*

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 - 2 2016 - Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

*Visitai a linda cidade
de Aveiro*

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISAGEM
SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRACÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

bibRIA

N.º 92

Outubro, Novembro e Dezembro

AVEIRO

1957

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

DIRECTOR DA BIBLIOTCA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

PROFESSOR EFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PRIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

FRANCISCO FERREIRA NEVES, *A fundação e extinção do convento das Carmelitas Descalças de Aveiro.*

JOSÉ TAVARES, *O povo da região de Ovar na obra de Júlio Dinis.*

ALBERTO SOUTO, *O retrato da Princesa-Infanta Santa Joana e o grande enigma dos «Painéis de S. Vicente».*

JOSÉ P. DE ALMEIDA GRAÇA, *Do «Roteiro Terrestre de Portugal» de 1748 ao Plano Rodoviário de 1945.*

FRANCISCO FERREIRA NEVES, *Uma correcção ao artigo «Vida e testamento do humanista Aires Barbosas».*

Bibliografia.

Índice alfabético dos autores do vol. XXIII.

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 40\$00

NÚMERO AVULSO 15\$00

Cada número tem normalmente 64 páginas

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores

Banco Regional de Aveiro

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 4.000.000\$00 ♦ Capital emitido: Esc. 2.000.000\$000

Transferências e cobranças — Saques
sobre o país. — Cobrança e pagamen-
tos. — C/ corrente em moeda portu-
guesa. — Depósitos à ordem e a prazo.

Telegramas: REGIONAL

Telefone 31

.....

Rua de Coimbra

Praça de Luís Cipriano

AVEIRO

OFICINAS GAMELAS

(Estabelecimento recomendado pelo Automóvel Club de Portugal)

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

SECÇÕES: Reparações mecânicas, electricidade,
carrosserias

Oficina de pintura, estação de serviço,
peças e acessórios

Serviço permanente de Pronto Socorro

.....

AGÊNCIA DISTRITAL DOS AUTOMÓVEIS «AUSTIN»

MANUEL DOS SANTOS GAMELAS

Rua da Fonte Nova, 18

Telefone 99 PPC

AVEIRO

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

◆
*Fábrica de moagem
de cereais
e descasque de arroz*

◆
Preparação de farinhas
para alimentação de gado,
marca *Beimar*

◆
Telefone 41

Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

CAFÉ RESTAURANTE

Trianon

SERVIÇO DE MESA REDONDA E À LISTA
SERVE BANQUETES, COPOS DE ÁGUA, ETC., FORA
OU NA SUA TÍPICA SALA DE JANTAR

À tarde, salão de chá

◆
TELEFONE 405

25-Avenida Dr. Lourenço Peixinho-27

AVEIRO

bibRIA

Empresa Cerâmica Vouga, L.^{da}

A V E I R O

Telefone 19

Cerâmica — Telhas da melhor qualidade. Tipos: *Marselha*, *Progresso* e *Vouga*. Todos os acessórios para telhados. A telha *Vouga* imita a antiga portuguesa e tem encaixes como a de Marselha

Fábrica de telhas e tejos.
Fundição e serralharia mecânica, civil e forjas

.....
Máquinas agrícolas
- - e industriais - -

EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS
COM A MAIOR PERFEIÇÃO E POR PREÇOS MÓDICOS

Pedir informes ao Director-Gerente da Empresa

Pascoal & Filhos, L.^{da}

PESCA DO BACALHAU E SARDINHA

TRAINEIRAS { *Pascoal Velho*
Pascoal Novo
Mira

LUGRES { *Rainha Santa Isabel*
D. Dinis

AVEIRO

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Telef. { *Seca — 243*
Escritório — 52
Filial em Matozinhos — 519

Filial em MATOZINHOS

Seca na GAFANHA

bibRIA

LUZOSTELA FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — *Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electrokorundum — Papel e garnet — Lixa impermeável «Hermes», para polissagem de carroseries de autos para pintura a Duco.*

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — *Preferam a nossa excelente qualidade «Luzostela».*

PÓ LUZOSTELA — *Produto de 1.ª qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de talheres.*

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. *Especial «Transparente», para pintura e decorações.*

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — *Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.*

Ferreira & Irmão, Sucrs.—AVEIRO—Telefone 37

ERRATA

Pág. 80, linha 3
onde se lê *terceiro*, deve ler-se *moço*

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA -- RUA DO CANAL DA FONTE NOVA

FÁBRICA GERCAR -- RUA DAS OLARIAS

AVEIRO

TELEF. 22

Testa & Amadores

Comissões, consignações.

Cereais, ferragens e mercearia.

Vidraça.

Depositários de petróleo
e gasolina SHELL

RUA DE EÇA DE QUEIROZ

AVEIRO

M Á R M O R E S

: : : : : D E : : : : :

Sousa Baptista, L.^{da}

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

: : : : : E : : : : :

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

— L I S B O A —

Sòmente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármore polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cozinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE
TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELOS AOS DE ARTE ELEVADA

Dão-se orçamentos quando solicitados